



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Roberto Alves de Arruda

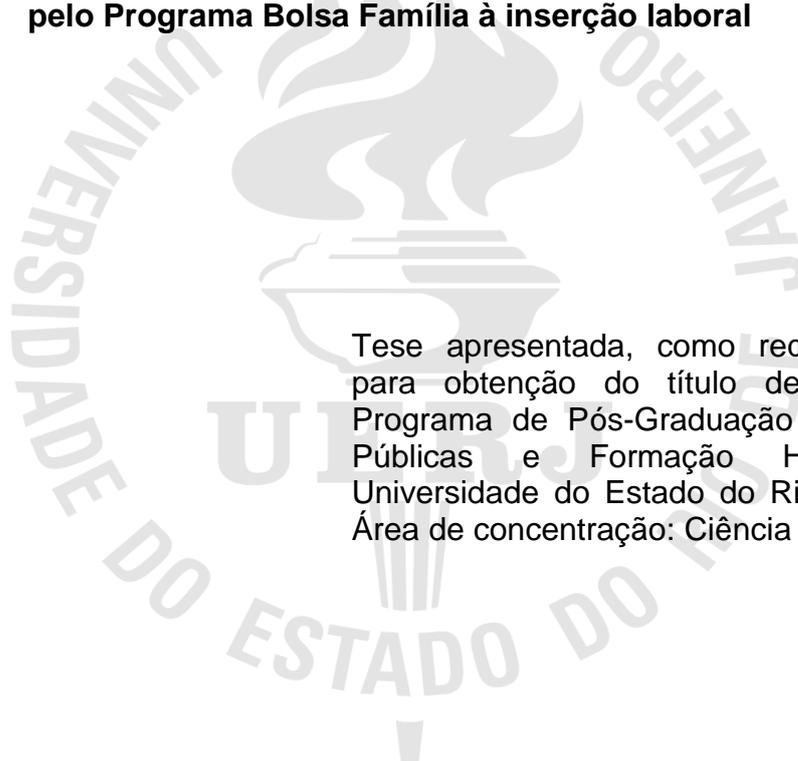
Emergência de um novo padrão de coesão social? Da proteção social ofertada pelo Programa Bolsa Família à inserção laboral

Rio de Janeiro

2019

Roberto Alves de Arruda

Emergência de um novo padrão de coesão social? Da proteção social ofertada pelo Programa Bolsa Família à inserção laboral



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciência Política.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eveline Bertino Algebaile

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

A779 Arruda, Roberto Alves de.
Emergência de um novo padrão de coesão social? Da proteção social ofertado pelo Programa Bolsa Família à inserção laboral / Roberto Alves de Arruda. – 2019.
260 f.

Orientadora: Eveline Bertino Algebaile.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Centro de Educação e Humanidades.

1. Políticas públicas – Teses. 2. Estado – Brasil – Teses. 3. Política Social – Teses. 4. Inserção Laboral – Teses. Algebaile, Eveline Bertino. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

es CDU 306

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Roberto Alves de Arruda

Emergência de um novo padrão de coesão social? Da proteção social ofertado pelo Programa Bolsa Família à inserção laboral

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciência Política.

Aprovada em 17 de janeiro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Eveline Bertino Algebaile (Orientadora)
Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. Floriano Godinho de Oliveira
Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dra. Marise Nogueira Ramos
Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. Marion Machado Cunha
Faculdade de Educação - UNEMAT

Prof.^a Dra. Denise Rissato
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Aos invisíveis e desprotegidos pela ação do Estado. Ana Fonseca que nos deixou em 25 de março de 2018.

A minha esposa companheira Enaide, aos filhos Vinícius, Vitor, Roberto e a nora Jenyffer.

Dedico a minha mãe Maria Silva de Arruda e *In memoriam* ao meu Pai Domingos Cecílio de Arruda.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas e as condições profissionais concedidas pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT que permitiu a realização da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana - PPFH/UERJ pelo denso processo de formação e as relações institucionais construídas.

A Prof^ª. Dr^ª. Eveline Bertino Algebaile pela orientação e os diálogos que possibilitaram a construção da pesquisa.

Ao Grupo THESE pelos encontros e discussões.

Ao Grupo Conjuntura pela condução dos bons debates.

Agradeço a parceria e a inserção como pesquisador associado no Laboratório de Políticas Públicas - LPP/UERJ.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso - FAPEMAT.

Aos membros do Grupo Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana.

Aos professores avaliadores membros da banca, Eveline Bertino Algebaile, Marise Nogueira Ramos, Floriano José Godinho de Oliveira, Marion Machado Cunha e Denise Rissato.

Aos colegas de curso pelas proveitosas discussões, especialmente Euler, Jurema, Márcia Valéria e Mônica.

Esta relação de forças sociais é o que é, uma realidade rebelde.

Gramsci.

RESUMO

ARRUDA, Roberto A. *Emergência de um novo padrão de coesão social? Da proteção social ofertada pelo Programa Bolsa Família à Inserção laboral*. 2019. 260 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta investigação circunscreve as relações entre a proteção social e a inserção laboral no contexto da realização do Programa Bolsa-Família (PBF). Utiliza dados censitários do período de 2004 a 2018 para produzir uma análise histórico política das condições de produção da desigualdade social no Brasil. Elege o município de Sinop-MT, localizado ao norte do estado de Mato Grosso como campo empírico. A pesquisa adota para a análise histórica em processo, as formas de atuação do Estado brasileiro a partir de uma agenda de direitos formais presentes na Constituição Federal em 1988. Em processo, analisa as conjunturas internas e externas implicadas ao modelo de desenvolvimento nacional, que se efetivaram a partir do ano de 2003, compreendida como um novo padrão de coesão social, potencialmente capaz para retirar da linha da pobreza cerca de 14 milhões de famílias. A metodologia qualitativa da investigação suporta os dados e micros dados oriundos do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), além daqueles concernentes ao PBF, sob controle do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Com o manuseio de um conjunto de ferramentas disponíveis nas aplicações tecnológicas do MDS, foi possível construir as matrizes e variáveis necessárias para demonstrar o perfil, o desenho administrativo local, regional e nacional que compõem o escopo socioeconômico delimitado no PBF, e posteriormente cotejar os nexos entre programas de transferência de renda e inserção laboral que muito provavelmente estão se dando no quadro de realização do programa.

Palavras-chave: Estado. Política Social. Inserção Laboral.

ABSTRACT

ARRUDA, Roberto A. *Emergency of one new pattern of social cohesion? From the Social protection offered by Program Bolsa-Familia to labor insertion.* 2019. 260 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This investigation circumscribes the relations between the social protection and insertion labor in context of achievement of Program Bolsa-Familia (PBF). Uses census dates from the period 2004 to 2018 to produce the analysis historical-political of the conditions of production of social inequality in Brazil. Choose the municipality of Sinop-MT, located at north of the state of Mato Grosso as the empirical field. The search embrace to the analysis historical in process, the ways of acting of the Brazilian state since a formal rights agenda present in the Federal Constitution of 1988. In process, analysis the internal and external conjunctures involved to the development model national that took effect from the year 2003, understood as a new pattern of social cohesion potentially able to withdraw from poverty line around 14 million families. The qualitative methodology of Research supports the data and micro data of the Single Registry for Social Programs of the Federal Government (Single Registry), beyond those concerned to the PBF, under control of the Ministry of Social Development (MDS). With the handling on one set of tools available in applications of MDS, it was possible to construct the necessary matrices and variables for demonstrate the profile, the local, regional and national administrative design which make up the socioeconomic scope delimited at the PBF, and after drip of links between programs of income transfer and labor insertion how much probably are giving each other in the framework of achievement the program.

Keywords: Estate. Social Politics. Work Insertion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos Grupos Sociais do estado de Mato Grosso.	221
Figura 2 - Vista aérea da cidade de Sinop, em 1982.....	228
Figura 3 - Vista aérea do setor norte da cidade de Sinop, em 1982.....	228
Figura 4 - Prefeitura do município de Sinop-MT	229
Figura 5 - BR-163, Setor Industrial, Sinop	229
Figura 6 - Centro Pastoral José de Anchieta	230
Figura 7 - Mapa Físico do município de Sinop - Região de Planejamento XII - Centro Norte - Sinop.....	231

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População do município de Sinop-MT, por faixa etária, raça/cor	144
Gráfico 2 – População do município de Sinop-MT: distribuição da taxa de homicídios entre a população total, população jovem e população jovem negra	144
Gráfico 3 – Evolução da quantidade de homicídios - 2001 a 2012 no município de Sinop-MT.....	145
Gráfico 4 - Taxa de crescimento anual da população de Sinop por área selecionada entre 2000 e 2010.....	234
Gráfico 5 - População residente no município de Sinop por faixa etária entre 2000 e 2010.	235
Gráfico 6 - Participação da população extremamente pobre no município de Sinop e no Estado por situação do domicílio em 2010.....	235
Gráfico 7 - Percentual da população de Sinop extremamente pobre por faixa etária	237
Gráfico 8 - Proporção da população de Sinop em extrema pobreza fora da escola ou creche por faixa etária	237
Gráfico 9 - Distribuição por gênero do total de extremamente pobres no município de Sinop.....	238
Gráfico 10 - Distribuição da população por cor ou raça do total de extremamente pobres no município de Sinop.	238
Gráfico 11 - Distribuição de pessoas com deficiência do total de extremamente pobres no município de Sinop.....	239
Gráfico 12 - Grau educacional das pessoas extremamente pobres do total de extremamente pobres no município de Sinop	239
Gráfico 13 - Distribuição de serviços ente o total de pessoas extremamente pobres no município de Sinop.....	240
Gráfico 14 - Dinâmica do trabalho em Sinop segundo censo de 2010	241
Gráfico 15 - Distribuição da população ocupada por grupos de horas, habitualmente trabalhadas por semana, de Sinop segundo censo de 2010	243
Gráfico 16 – Variação dos postos de trabalho entre 2011 e 208, conforme variação da remuneração em Sinop	244

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Inventário de Políticas Integradas	95
Tabela 2 –	Rede Socioassistencial em Sinop	99
Tabela 3 –	Distribuição de Famílias por faixa de Renda Per Capita atendidas no CRAS e CREAS em Sinop-MT	100
Tabela 4 –	Famílias em Extrema Pobreza com ou sem PBF atendidas no CRAS e CREAS em Sinop-MT	100
Tabela 5 –	Órgãos Governamentais de monitoramento da política social em Sinop-MT.....	101
Tabela 6 –	Famílias com membros beneficiários do BPC e do Programa Bolsa Família em Sinop-MT	105
Tabela 7 –	Famílias encaminhadas para inclusão no CadÚnico em Sinop-MT .	107
Tabela 8 –	Indivíduos encaminhados para acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC em Sinop-MT	108
Tabela 9 –	Famílias encaminhadas para o CREAS em Sinop-MT	109
Tabela 10 –	Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência em Sinop-MT	111
Tabela 11 –	Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência em Sinop-MT.....	111
Tabela 12 –	Valores nominais do Salário Mínimo.....	112
Tabela 13 –	Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF em Sinop-MT.....	114
Tabela 14 –	Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades de caráter não continuado em Sinop-MT	115
Tabela 15 –	Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou de os grupos do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) em Sinop-MT.....	117
Tabela 16 –	Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF em Sinop-MT	118
Tabela 17 –	Índice de Gestão Descentralizada do PBF	121
Tabela 18 –	Características dos tipos de Dados do Cadastro Único	125
Tabela 19 –	Pessoas cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT.....	128
Tabela 20 –	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT	130
Tabela 21 –	Valor total repassado do Programa Bolsa Família em Sinop-MT.....	134

Tabela 22 – Famílias com pessoas em situação de trabalho infantil em Sinop-MT	139
Tabela 23 – Pessoas com deficiência em Sinop-MT	141
Tabela 24 – Famílias de preso do sistema carcerário cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT	146
Tabela 25 – Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT	147
Tabela 26 – Famílias Beneficiárias do PBF no Brasil, entre os anos de 2004 a 2018	150
Tabela 27 – Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo e cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT	156
Tabela 28 – Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT	158
Tabela 29- Famílias em situação de rua cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT	160
Tabela 30 – Famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo em Sinop-MT	162
Tabela 31 – Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT	163
Tabela 32 – Famílias de catadores de material reciclável cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT	165
Tabela 33 – Famílias catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT	166
Tabela 34 – Redes nacionais e regionais associadas à Basic Income Earth Network (BIEN)	172
Tabela 35 – Programas de transferência condicionada de renda implantados em países da América Latina, segundo o ano de implantação	174
Tabela 36 – Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos em Sinop-MT	176
Tabela 37 – Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Sinop-MT	178
Tabela 38 – Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos em Sinop-MT	179

Tabela 39 –	Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Sinop-MT	180
Tabela 40 –	Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para Idosos em Sinop-MT	181
Tabela 41 –	Total de Benefício Variável Jovem – BVJ em Sinop-MT	182
Tabela 42 –	Total de Benefício Variável Nutriz – BVN em Sinop-MT	184
Tabela 43 –	Total de Benefício Variável Gestante – BVG em Sinop-MT	185
Tabela 44 –	Valor médio do Benefício do PBF em Sinop-MT.....	188
Tabela 45 –	Famílias com renda zero atualizadas e cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT.....	192
Tabela 46 –	Total de benefícios básicos do PBF em Sinop-MT	193
Tabela 47 –	Famílias de pescadores artesanais cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT.....	197
Tabela 48 –	Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT	198
Tabela 49 –	Famílias ribeirinhas cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT	200
Tabela 50 –	Famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT.....	202
Tabela 51 –	Famílias de agricultores familiares cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT.....	204
Tabela 52 –	Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT	206
Tabela 53 –	Famílias assentadas da reforma agrária cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT.....	208
Tabela 54 –	Famílias assentadas da reforma agrária beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT	210
Tabela 55 –	Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário Cadastradas (PNCF) no CadÚnico em Sinop-MT.....	211
Tabela 56 –	Famílias beneficiárias do P.N.C.F. e beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT	213
Tabela 57 –	Famílias acampadas cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT.....	214
Tabela 58 –	Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT.....	215

Tabela 59 -	Relação de Agências de freelances ou startup (trabalho não regulado pela CLT) em Sinop-MT (Tabela em construção, as referências eletrônicas estão para efeito de conferência).....	232
Tabela 60 -	População de Sinop em situação de extrema pobreza por faixa etária, segundo censo de 2010	236
Tabela 61 -	Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações, segundo censo de 2010, em Sinop.....	241
Tabela 62 -	Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações, segundo censo de 2010 em Sinop-MT	242
Tabela 63 -	Grandes Grupos Ocupacionais ordenados pela variação dos postos entre 2009 e 2012 em Sinop	243

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIEN	Basic Income European Network
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadSUAS	Sistema de cadastro do SUAS
CadÚnico	Cadastro Único - Cadastro Único para Programas do Governo Federal
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CF	Constituição Federal de 1988
EC	Emenda Constitucional
IGD-M/PBF	Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família para municípios e Distrito Federal
PBF	Programa Bolsa Família
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONATE	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RI	RI - Relatórios de Informações Sociais
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 IMPLICAÇÕES DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.....	23
1.1 As categorias filosóficas do trabalho – o ser social e os modos da produção da vida material.....	24
1.2 O conflito do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho	31
1.3 Os polos “antitéticos do capital”: capital desocupado de um lado e população trabalhadora desocupada	34
2 REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL? DOMINAÇÃO, TRABALHO E POPULISMO	39
2.1 A formação social burguesa e o capitalismo dependente	40
2.2 Dependência econômica – uma ruptura inconclusa?	46
2.3 Implicações do populismo sobre a formação econômico-social da força do trabalho.....	53
3 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E A QUESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL	57
3.1 Estado, Hegemonia e as margens da Questão Social.....	57
3.2 A questão da proteção social nas relações de produção	66
3.3 Configurações da questão social na sociedade salarial.....	68
3.4 O componente da crítica à racionalidade urbano industrial.....	72
3.5 Influências do perfil restritivo da política de proteção social e o Estado de Bem-Estar Social	77
4 O QUE É O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	93
4.1 Intersetorialidade, monitoramento e Rede Socioassistencial	99
4.2 A Intersetorialidade das políticas sociais no combate as vulnerabilidades.....	102
4.3 O papel conferido ao Bolsa Família e suas funções no contexto pesquisado.....	112
4.4 Aperfeiçoamento dos Instrumentos de avaliação e monitoramento do PBF.....	120
4.5 Características dos tipos de dados do CadÚnico.....	124
5 A CENTRALIDADE ATRIBUÍDA AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	126
5.1 Mudanças nas transferências de renda a partir do Governo Lula	127

5.2	Mudanças na estrutura da pobreza, trabalho e renda resultantes dos 12 anos de sequência de políticas de transferência de renda.....	138
5.3	O sentido estratégico das mudanças – público alvo, escopo e escala ...	149
5.4	Vinculações das condições econômicas como provocadoras das alterações no quadro econômico e na oferta de trabalho.....	154
5.5	A BIEN e a emergência mundial das políticas de transferência de renda.....	171
5.6	Os componentes da orientação teórica sobre a "questão social" nos Governos Lula.....	175
6	ECONOMIA, TRABALHO E O PBF NO ESTADO DE MATO GROSSO	219
6.1	O Estado de Mato Grosso marcado por longa tradição de conflitos	221
6.2	O município de Sinop e suas contradições.....	223
6.3	Sinop: do território da pistolagem por aluguel à ética religiosa na espacialidade do capital por exploração	230
6.4	Aspectos da população de Sinop presentes no Censo Demográfico de 2010.....	233
6.5	Dinâmica populacional segundo o censo de 2010	233
6.6	Diferenciação da extrema pobreza.....	236
6.7	Dinâmicas do trabalho em Sinop segundo censo de 2010	240
6.8	Oscilações das ocupações formais em Sinop, segundo dados da RAIS	243
	CONCLUSÕES.....	248
	REFERÊNCIAS	255

INTRODUÇÃO

Na construção desta pesquisa percorri o movimento das matizes que contribuíram para a produção de conceitos, em particular aqueles que demarcam as categorias de análise, dentre o quais os levantamentos contidos nos bancos de dados do Cadastro Único para Programas Sociais¹ (CadÚnico), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)², na Matriz de Informações Sociais³ e da Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico⁴ (CECAD), que constituem a estrutura institucional de realização do Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil e em específico no município de Sinop-MT.

A temporalidade alcançada compreende o mês de janeiro de 2004 a agosto de 2018, delimitando um recorte peculiar e necessário para no primeiro momento proceder a extração dos dados que compõem o enquadramento dos levantamentos estatísticos.

Os dados coletados nos bancos de dados é de interesse da pesquisa, pois, dá margem para entender as mudanças que ocorreram no período de 2004 a 2018, seja porque revela desdobramentos da realização do programa, seja porque dá visibilidade a importantes alterações de rumo na concepção das políticas, seja porque revela um padrão limitativo de direitos e a participação retraída do Estado, nas políticas desenvolvidas antes de 2004.

Esta etapa metodológica possibilitou a construção do escopo dos dados, a demarcação em termos da classificação da população pesquisada, o alcance sobre

¹ O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento censitário que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras com baixa renda, ou seja, àquelas com renda mensal de até meio salário mínimo. Muito embora o critério de seleção passa por uma linha de corte de renda, o CadÚnico reúne um conjunto de dados que permitem o cruzamento das informações e servem de base para diversos programas sociais, dentre eles:

² "Em setembro de 2016, com a publicação da Lei 13.341, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado em 2004 para tratar da superação da pobreza e da fome, foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Com a medida provisória nº 782, de maio de 2017, o Órgão passa a ser nomeado como Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)". Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: nov. 2018.

³ Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data/index.php>>. Acesso em: jun. 2017.

⁴ "Esta ferramenta permite conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único (domicílio, faixa etária, trabalho, renda etc.) bem como saber quais famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família". (MDS, 2018). Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/sobre.php>>. Outra ferramenta utilizada para extração dos dados foi o CECAD 2.0 disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/painel03.php>>, ambos os bancos de micro dados apresentam: Série Histórica; Frequência; Comparação; CRAS/CREAS/Localidades. Foi possível extrair os dados do CadÚnico comparando-os com o PBF e os beneficiários do programa, numa linha longitudinal que correspondeu ao período de janeiro de 2004 a agosto de 2018.

o território, a longa temporalidade investigada e os limites possíveis de serem analisados, para assim, apreender as propriedades qualitativas dos levantamentos.

Ainda sobre a opção pela periodização estabelecida, é necessária para dimensionar as modificações estruturais que ocorrerem na esfera institucional do Estado brasileiro, na medida que destaco as alterações propostas pelas políticas sociais, em particular àquelas produzidas nas interfaces com redistribuição de renda, tendo como fonte o orçamento público federal.

Este percurso tem também o objetivo de converter a análise, para demonstrar a síntese do processo de diferenciação social, persistentes na sociedade brasileira, desde a sua origem estrutural a heterogênea, dissonante nos estratos populacionais pesquisados, marcada pelas desigualdades sociais, aprofundadas nos últimos dois anos, de acordo com os dados da Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira⁵ (IBGE, 2018).

A apresentação desta pesquisa esta dividida em seis capítulos. No primeiro capítulo discuto as implicações da dependência econômica como modo específico de realização da economia brasileira, destacando-a como opção ao modelo de economia dependente. No mesmo capítulo faço um recorte sobre as categorias do trabalho e como o modo de produção da vida material e as condições provocadas pela dependência econômica influíram no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Destaco na lógica do capitalismo dependente o conflito do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e os polos antitéticos do capital, para evidenciar as classificações do capital desocupado e a população trabalhadora desocupada.

No capítulo dois trato sobre a revolução burguesa no Brasil, como uma perspectiva não realizada, que se converteu em uma forma específica de dominação, presentes no trabalho e no populismo como conceitos imbricados na formação das condições sociais que deram origem aos trabalhadores como classe social. Por outro lado, como a burguesia se movimentou para produzir novas relações sob uma sociedade capitalista dependente. Destaco a dependência econômica como uma ruptura inconclusa, cujas implicações reverberam em um tipo de populismo de classe, que contribuiu para o aparecimento no Brasil de uma determinada formação econômico-social, como força de trabalho.

⁵ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

No capítulo três remeto o texto para uma breve discussão sobre o Estado, a sociedade civil e a questão da proteção social. Discuto os vínculos estabelecidos nas estruturas do estado, da hegemonia e como promovem às margens da questão social, um novo tipo de coerção, cuja relação está na perspectiva de aparelhar o Estado dotando-o como nascedouro de um tipo de proteção social, com função de amparar as relações de produção cuja funcionalidades seriam capazes de suportar as novas configurações emergentes da própria questão social na sociedade salarial. Nesse mesmo aspecto da crítica e da análise cabe ressaltar os componentes que constituíram uma determinada racionalidade urbano industrial que engendraram por um lado um perfil restritivo da política de proteção social e por outro a existência quase que necessária de um Estado de Bem-Estar Social.

O capítulo quatro é destinado para a discussão sobre o Programa Bolsa Família. Remeto essa caracterização para destacar a intersectorialidade, monitoramento e a Rede Socioassistencial. Compreendo que a intersectorialidade cumpre um papel importante como componente das políticas sociais no combate as vulnerabilidades. O papel conferido ao Bolsa Família e suas funções no contexto pesquisado. Aperfeiçoamento dos Instrumentos de avaliação e monitoramento do PBF e as características dos tipos de dados do CadÚnico

No capítulo cinco a discussão é sobre a centralidade atribuída aos programas de transferência de renda, para compreender as mudanças nas transferências de renda a partir do Governo Lula, que mudanças na estrutura da pobreza, trabalho e renda foram resultantes dos 12 anos de sequência de políticas de transferência de renda. Nesse mesmo capítulo é discutido o sentido estratégico dessas mudanças, público alvo, escopo e escala, as vinculações das condições econômicas como provocadoras das alterações no quadro econômico e na oferta de trabalho. A BIEN e a emergência mundial das políticas de transferência de renda e os componentes da orientação teórica sobre a "questão social" nos Governos Lula.

No capítulo seis discuto a economia, trabalho e o PBF no Estado de Mato Grosso. Para constituir o panorama deste capítulo ressalto que o Estado de Mato Grosso é marcado por longa tradição de conflitos resultante das lutas que demarcaram desde o processo de colonização até o aparecimento de novos municípios, como no caso, Sinop e suas contradições. É produtivo ressaltar que a composição social do município de Sinop se dá em um território gelatinoso, formado através de uma colonização privada. Esse processo foi instaurado por conflitos que

perpassaram dois fenômenos: a pistolada de aluguel e a presença da igreja católica, para estabelecer uma ética religiosa nas celebrações dominicais, local de acolhida dos mandantes dos crimes cometidos durante a semana.

Ainda no capítulo seis abordo a partir da espacialidade do capital, a relação particular que se efetivou tendo como eixo central o município de Sinop: acentuado em contradições pela exploração do trabalho e dos recursos naturais. Essa forma de constituir-se sobre o território, criou no imaginário social a ideia de um espaço como o lugar para exploração e o enriquecimento vantajoso e rápido, fenômeno observado a partir da emancipação do município, no ano de 1979. Essa dinâmica social prospectou sobre a força e a estrutura do trabalho, o modo próprio de dominação do capital. Para demarcar essas contradições, apresento aspectos da população de Sinop presentes no Censo Demográfico de 2010, a dinâmica populacional, a diferenciação da extrema pobreza, as dinâmicas do trabalho em Sinop e as oscilações das ocupações formais, a partir dos dados da RAIS

Justifica-se a opção em pesquisar o município de Sinop-MT, pela sua configuração no processo histórico como produção de um projeto de colonização privada, avalizada pela ação do Estado durante a década de 1970, colonização em boa medida migratória da região sul do país, que se orienta por práticas de expropriação do ambiente natural, fenômeno que possibilitou a uma determinada classe social acumular, concentrar e centralizar capital, ações legitimadas pelo discurso do progresso. Decorre dessa ação na sociedade contemporânea, o distanciamento da linha da igualdade social e que provocou alteração no quadro geral de acesso a bens e serviços entre a classe social desprovida do domínio do ambiente natural e conseqüentemente produzindo novas formas de pobreza, miséria social e incidência de vulnerabilidades.

O PBF é compreendido como política social, com objetivos proclamados de proteção social, concebidos como uma ação do Estado, orientada para implementar políticas públicas com vistas ao combate à vulnerabilidade social, conceito sociológico de longo alcance, por vezes controverso, mas que o uso nesta pesquisa tem a função de evidenciar qual é a interpretação institucional da própria política.

Para estabelecer o contraponto entre a versão institucional, os objetivos e a ação da política social efetivada pelo PBF, problematizo a partir das seguintes questões:

Que práticas de inserção laboral estão se dando no quadro de realização do Programa Bolsa Família?

Que lacunas e contradições podem ser observadas na relação entre programas de transferência de renda e inserção laboral, no atual contexto da realidade brasileira?

Qual o alcance das práticas produzidas pelo PBF e como são mediadas por políticas intencionalmente orientadas para esse fim?

Em que medida expressa a emergência de novos dinamismos econômicos capazes de alterar o quadro ocupacional que ensejou a criação de políticas de transferência de renda na década de 1990?

A partir da problemática acima delimitada, assinalei como opção teórica a construção metodológica que põe em evidência os modos distintivos do campo empírico, permeado pelas características de natureza histórica considerando a complexidade da sociedade de classes e do desenvolvimento do capitalismo desigual no Brasil, permeado pelas suas próprias contradições que imprimi e revela uma ação social dual na configuração brasileira: por um (lado) acumulação, concentração e disseminação de capitais e, por outro, exploração, expropriação e espoliação da força de trabalho, constituindo os marcos geracionais da pobreza, da desigualdade de renda e a diferenciação de classe na sociedade brasileira.

Quanto aos procedimentos da investigação qualitativa, utilizei dentre outros recursos, a pesquisa documental, os levantamentos censitários e os levantamentos de informações cadastrais que diz respeito ao quadro de inserção laboral a ele relacionado, tomando por referência os dados das seguintes bases: do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MSD), a pesquisa utilizou o CadÚnico, de onde foram processados os levantamentos que articulam o PBF. Outro cruzamento se efetivou via análise dos diagnósticos produzidos com micro dados: utilizei a ferramenta Data Social que disponibiliza indicadores sociais, econômicos, demográficos produzidos pelo MDS.

Estabeleci a correlação do PBF com as práticas laborais, de maneira especial, por meio do levantamento de dados censitários, utilizando das fontes de pesquisa disponíveis nos bancos de dados institucionais do IBGE através da PNAD e do MDS, através dos dados do Cadastro Único.

O ferramental acima permitiu-me apropriar dos dados essenciais que ajudaram a historicizar e caracterizar o PBF. No plano da pesquisa tem-se como

hipótese que os nexos mais evidentes do programa com outras políticas governamentais, em particular as relacionadas à inserção laboral, incidem sobre as modificações estruturais que se deram no decorrer dos anos 2000, bem como é possível relacionar os nexos históricos com as alterações gerais na estrutura produtiva brasileira e local, que sinalizem modificações relevantes no quadro ocupacional dos beneficiários do PBF.

No caso da pesquisa documental, destaco a necessidade do levantamento junto ao CadÚnico instrumento que utilizei para produzir a análise sistemática dos documentos normativos do programa em foco, bem como de documentos que produzem diagnósticos e relatórios de realização do programa que suportou rastrear aspectos da sua implementação, de seus nexos com a situação econômico-social brasileira, bem como com as eventuais novas formas ou condições de inserção laboral desenvolvidas no município de Sinop-MT, ao longo de sua realização.

No que diz respeito às informações vinculadas a fontes estatísticas e cadastrais, destaco a flexibilidade na manipulação dos dados contidos nas bases de dados do MDS, no CadÚnico e no PBF. Esta flexibilidade permitiu construir o escopo do núcleo principal da pesquisa empírica.

Com a mesma base de dados foi possível determinar a abrangência e profundidade da pesquisa, podendo ser dimensionada por um bairro ou determinada zona; por município (os), estado (os) ou com abrangência nacional. Todavia, nomeei o campo empírico o município de Sinop-MT, com recorte dos dados entre os anos de 2003 a 2018, de onde resultou em levantamentos de dados, demonstrando a situação dos beneficiários do PBF com vinculações ao mundo do trabalho.

O cruzamento de dados orientou para a elaboração do diagnóstico socioeconômico a partir dos dados do MDS, do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), na Matriz de Informações Sociais e da Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), que constituem a estrutura de realização do Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil e em Sinop-MT.

1 IMPLICAÇÕES DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual.

Karl Marx.

De imediato situo o leitor sobre a problemática da dependência econômica brasileira no contexto do subdesenvolvimento nacional. Compreendo-a como categorias de uma mesma pertença analítica. Este desenho que proponho convém para analisar as categorias sob o ponto de vista da objetivação que contribui para identificar o problema como de natureza abstrata ou histórica, pois fornece os elementos conceituais, as formas estruturais e ideológicas que os tornam distintos e ao mesmo tempo diferenciados na sociedade.

Ambos os termos decorrem de um modelo de (sub) desenvolvimento nacional fortemente dependente do quadro da economia mundial. Do ponto de vista da dialética histórica, é possível situá-los no campo teórico metodológico para compreendê-los no âmbito das ciências históricas. Também é possível construir explicações mais próximas dos problemas dos países subdesenvolvidos, tomando o estudo da sociedade como o próprio elemento empírico.

Ao colocar a questão a partir do estudo da sociedade, como uma variação metodológica especialmente empregada para discorrer sobre as modificações históricas, as utilizo em particular para dar a devida dimensão às questões que não cumpriram ou não perpassaram pelas fases da divisão etapista e eurocêntrica do materialismo histórico. No caso brasileiro, no estudo “Desenvolvimento e subdesenvolvimento” (FURTADO, 2009), há uma contribuição que ajuda a ampliar o conceito de subdesenvolvimento como uma conformação estrutural que tende a reproduzir-se, portanto, um processo histórico cercado de autonomia, e não apenas como etapas à semelhança das economias com grau superior de desenvolvimento.

Por outro lado, na investigação e análise da questão da dependência econômica e as condições de realização do trabalho no Brasil, busco indagar no decurso do processo contemporâneo, quais alterações interferiram no modo produtivo da vida material e quais dimensões ideológica cultural ou ético-política, determinaram as bifurcações para que a opção pela economia dependente se realizasse na configuração do capitalismo nacional. Esta opção analítica

apresentada busca não apenas as formalidades como em uma possível sucessão temporal, mas, compreender as bases e as modificações que se deram no curso da constituição do modo econômico técnico produtivo, sob a perspectiva da dependência econômica.

Diante da orientação acima, delimitei um espectro a ser percorrido entre os marcos analíticos, objetivando distanciar dos determinismos economicistas positivados e empregados na análise econômica, para investigar como no desenvolvimento geral das forças que constituem a estrutura e a superestrutura da economia brasileira, estes aspectos são relativamente permanentes e operam com certa simetria, de onde prescinde a categoria trabalho como uma categoria em elevação espiritual, que somente é realizada quando a força de trabalho do ser social entra em movimento com capacidade para mover um determinado modo de produzir e reproduzir a vida em condições adversas à subsistência material.

1.1 As categorias filosóficas do trabalho – o ser social e os modos da produção da vida material

Como nos diz Karel Kosik (1976), o ser social se revela espiritualmente na análise e sistematização dialética das categorias econômicas. Nesse sentido, o trabalho de produção compreendido como o próprio trabalho deste pesquisador, sofreu essas influências durante o processo da escrita e revisão dos conceitos. No curso da sua apropriação, contribuíram para modificar o próprio entendimento sobre a categoria trabalho, na medida da apropriação do seu significado ontológico para a produção da vida.

Desse modo, compreendo que a ontologia que trata do ser social e da sua relação com o trabalho na economia do capital, se dá pelo equivalente incorporado ao sentido já atribuído por Marx, como força de trabalho, abrangida como a força capaz de transformar mercadoria em valor. A esse respeito na crítica da economia política, Marx já demonstra às contradições presentes na essência e aparência dessa categoria em meio à produção capitalista.

Utilizarei daqui em diante algumas reflexões que podem ter a aparência de repetições teóricas, mas são necessárias para delimitar o escopo deste item da pesquisa. De forma preliminar remeto ao referencial discutido por Marx (1983) em “O Capital” Livro, capítulo I, para tratar da reprodução simples. Este é um recurso

necessário como solução didática que ajuda no entendimento sobre a subsunção formal e real do trabalho ao capital.

Sendo assim, concebo o trabalho no processo de realização do capital. Antes de entrar em circulação, o capital necessita dos determinantes do tempo total de rotação e do número de rotações que são imprescindíveis para produzir acumulação, que se dá por apropriação indevida da mais-valia, gerada pela força de trabalho (trabalho vivo).

Percebo que o ciclo do capital monetário em seus diferentes estágios de apropriação/acumulação, desde a sua forma básica como dinheiro, seguida pela forma mercadoria e acrescida dos meios de produção (inclusive aqui o trabalho), são estágios ou fases necessárias para a subsunção formal do trabalho ao capital, ciclo que leva ao desenvolvimento extremo das forças produtivas do trabalho, tornando-o em subsunção real⁶.

No desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, estas se apresentam em duplo sentido: “no aumento do mais trabalho (redução do tempo que é exigido para a reprodução da força de trabalho)”, e na “diminuição da quantidade de força de trabalho” (números de trabalhadores que é empregado para pôr em movimento determinada massa de dado capital). Essa disfunção, provoca no interior do sistema um equilíbrio ocasional, cíclico e permeado por crises estruturais. Na natureza do capital acumulado e no sistema capital, são seguidos dos ciclos (monetário, financeiro, flutuante, portador de juros, etc.). A única certeza nessa racionalidade é o conflito que lhe é subjacente. Essa discussão leva-nos a relacionar que o capitalismo apresenta polos antitéticos: capital desocupado de um lado e população trabalhadora desocupada do outro. Diz Marx:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto

⁶ O modo de produção capitalista se consolidou com a exploração ao máximo das forças produtivas pelo uso da técnica. Criou uma hegemonia para maior extração do trabalho excedente que se dá por acumulação e concentração de riqueza em um polo e, no outro, pauperismo e alienação da força de trabalho.

maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 2013, p. 875).

Aqui se observa um novo estágio do desenvolvimento do capital: a crise, como dito acima.

A interpretação que Marx dá para a crise é distinta. O autor a compreende como função epistêmica do capitalismo. Afirma que “a forma da resolução já está contida na mera formulação do conflito” (MARX, 1984, p. 191). Afirma que tudo isso implica, “um capital é colocado em alqueive, outro aniquilado, um terceiro apenas sofre prejuízo relativo ou desvalorização transitória” (MARX, 1984, p. 191).

Como mencionei anteriormente, a conjuntura política e social em que esta pesquisa foi produzida, permitiu apropriar de uma forma determinada para apreender o real e interpretar os modos de produção da vida humana. Neste ponto da inflexão incorporei os referenciais, conceitos e categorias, com o objetivo de aproximar à realidade empírica e os modos de produção da existência humana, em particular, a opção pela concepção dialética da histórica.

Ao revisar conceitualmente a categoria trabalho, enquadrei-o como concepção filosófica que produz a existência humana. Uma categoria do pensamento dialético, possível para problematizar a relação do trabalho com as categorias econômicas presentes no modo de produção capitalista e não apenas como o equivalente da inserção laboral, - este último como desdobramento previsto na sociologia do trabalho -, mas, também como uma relação pseudoconcreta produzida no mundo real, que abriga um duplo sentido: a unidade e a luta dos contrários, como forças opostas e coexistentes nas relações sociais simultaneamente mantidas.

Num nível de abstração mais elevado, Kosik (1976), produz a síntese do pensamento dialético e revela que:

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (KOSIK, 1976, p. 15).

Entendo que o mundo da pseudoconcreticidade das coisas se manifesta não de forma clara, no nexos do imediato observado. Para apreender o fenômeno é necessário esquadrihar os caminhos e o movimento produzido na história e nas práticas dos sujeitos. Tal prática histórica não é dada e nem se dá em *stricto* como gostariam, mas os sujeitos a fazem sob circunstâncias adversas, sob conflitos e antagonismos que por vezes nem sempre guardam coerência com o seu próprio eu. Essa relação não é inerte ao movimento do ser social, perpassa pela formação da consciência e revela a natureza humana em momentos reais da realidade. Consciência traduzida como um espírito elevado que não se afasta pelo fato de pensar em si mesma, a partir do campo das ideias, mas se realiza na arena da prática social. Nessa trajetória, a natureza do ser social é ontológica, tem duplo sentido, e nelas são fixadas as teorias, ideologias e manifestações da preocupação “*homo economicus*” e do “*fator econômico*” (KOSIK, 1976) que lhes empregava como forma de realização.

Dito de forma clara, à primeira vista o homem se mostra na relação econômico-produtiva mediática. Sua consciência personificada age sobre a natureza e reflete o movimento social das coisas e é acompanhada por esse movimento. Sua consciência se revela como a força motriz coisificada e executora do movimento personificado das coisas. Recorrendo mais uma vez à Kosik (1976, p. 174-175), diz que:

Na economia capitalista verifica-se o recíproco intercâmbio de pessoas e coisas, a personificação das coisas e a coisificação das pessoas. Às coisas se atribuem vontade e consciência, e, por conseguinte o seu movimento se realiza consciente e voluntariamente; e os homens se transformam em portadores ou executores do movimento das coisas. A vontade e a consciência dos homens são determinadas pelo movimento objetivo das coisas: o movimento das coisas se realiza da mediação de um elemento mediador *próprio*.

Entretanto, em uma análise ulterior essa consciência personificada, coisificada se dissolve. A consciência coisificada é apenas uma forma histórica da consciência humana, sua aparência positiva se revela no fenômeno e demonstra o movimento real das coisas como forma histórica da relação entre os homens.

No plano da realização da consciência do ser social, o homem entra em contato com a natureza pelo trabalho. Como sujeitos históricos, não deixamos de desconhecer no plano teórico, toda a alienação que o trabalho produz como a raiz de todo o completo de alienações já apontados por Marx nos manuscritos de Paris,

de onde é possível compreender e visualizar como se dá a produção e objetivação histórico-social do homem.

Como nos diz Marx (1984), a produção é a essência da objetivação do indivíduo, que é realizada num determinado grau da atividade concreta e histórica da relação sujeito objeto. A esse respeito, a categoria trabalho sobrevém ao ser social que se revela espiritualmente como atividade da práxis humana. Por outro lado, do ponto de vista do método, da ciência e da história na análise e sistematização dialética, o trabalho é a categoria que sistematiza, confere e faz avançar a atividade humana como concretização abrangida. Aqui se assenta a dialética do histórico e do metaistórico que se dá na unidade das determinações ontológicas da existência do ser social.

Nesse sentido, ampliando o campo e onde abarco a sistemática do trabalho, concebo-o como uma categoria filosófica que se insere junto às categorias que constituem o ser social – juros, salário, dinheiro, renda, capital e mais-valia, já anunciadas por Marx (1983) em “O Capital”, na medida da sistematização dialética dos conceitos e corroboradas por Kosik (1976), quando trata da “ontologia do ser social”.

O modo como sistematizo esta discussão é encorado com clareza nas relações sociais e no grau de complexidade que envolve a sociedade dos homens⁷. De imediato, denego toda tentativa de explicar a sociedade a partir da lógica formal, que entende o seu significado como sua causalidade, pressupostos encontrados no existencialismo. Contraponho a interpretação do materialismo idealista que atribui ao próprio homem à causa da sua ruína material. Tenho o entendimento que ao aderir à filosofia da práxis, por vezes, cétricas controvérsias pairam sobre o materialismo histórico, como campo do pensamento científico que possa interpretar a realidade, em particular a sociedade contemporânea.

Esta síntese é ampliada quando a associo com real. O concreto pensado que caminha na direção de um construto árido, porém, com maior solidez teórica. O sentido que atribuo a essa percepção é precisamente o entendimento que o ser social é composto de juros, salário, dinheiro, renda, capital e mais-valia. Evidente

⁷ Tenho o entendimento de que o pressuposto teórico que sustenta esta discussão é encontrado na teoria de Karl Marx e Friedrich Engels ([1845-1846], 2007), que se ocuparam em produzir a crítica à “História do Espírito”. Sem imprecisões foi aprofundada como teoria elaborada na “A Ideologia Alemã”, reafirmada posteriormente nos escritos subsequentes sobre as relações sociais da produção capitalista.

que a crítica produzida pela economia política do capital suscitou disputas no campo das ideias, nas categorias econômicas apontadas por Marx. Estas poderiam parecer puro arbítrio, um momento de mau e/ou bom humor do Marx, mas são relevantes para demarcar o campo na atuação política e na sociedade civil.

A principal delas se assenta na crítica das categorias carregadas da mesma aparência fenomênica, utilizada na definição doutrinária do que é a economia do capital: meios de produção (trabalho mais mercadoria, mais máquinas), na representação da realidade econômica, composta pelo capital como portador de juros e das variadas formas para realização da economia.

Argumento ainda sobre a forma básica da acumulação simples, apresentada por Marx, em o processo de “Rotação e Circulação do Capital”: $\text{Capital} + \text{Mercadoria} = \text{Capital}$ (a sequência de sua realização como: capital inicial/capital monetário; a mercadoria como produto, e por fim o capital com mais valor, - acrescido de mais-valia), esconderia alguns pressupostos, a começar por aqueles presentes na circulação simples do capital, pois não corresponderia ao Tempo Total de Rotação e o Número de Rotação do Capital, (MARX, 1984).

A esse respeito, demando outras contribuições presentes nessa discussão necessárias para demonstrar como sobre determinados aspectos “A crítica à Economia Política”, dialeticamente nomeou determinadas categorias que foram sistematizadas no processo histórico da existência humana, dentre elas, a “categoria trabalho” e os “processos de trabalho”, como potentes para transformar mercadorias em mercadorias com maior valor. Dito de outra forma, a força de trabalho como a força viva capaz a transformar a natureza.

Marx não esconde nada, nem tão pouco vulgariza a discussão, antes, porém apresenta sua crítica, e recoloca todos os conceitos como categorias que necessitam de análise em conexão com as demais categorias, que passamos a discuti-las pontualmente.

Retomo a “Teoria Valor Trabalho”. Marx enfatiza que na análise do processo do trabalho e da valorização do valor, há elementos diversos, “como formadores de produto e como formadores de valor”, que se comportam de modo totalmente diferente. O valor da parte do capital constante, que consiste em matérias auxiliares e em matérias-primas - exatamente como o valor de sua parte que consiste em meios de trabalho - reaparece no valor do produto, como valor apenas transferido,

enquanto a força de trabalho, por meio do processo de trabalho, agrega ao produto um equivalente de seu valor, isto é, realmente reproduz seu valor.

Nesse sentido, compreendo que o processo de formação do valor do produto não é interrompido, fato que ocorre com o capital fixo. Assim, essa parte do capital é totalmente circulada pelo próprio produto, transformando-se em dinheiro e de dinheiro retornando aos elementos de produção da mercadoria, percorrendo continuamente todo o ciclo e suas formas na constituição do capital produtivo, sendo renovado, como afirma Marx, *in natura*.

Do exposto até aqui, tem-se novas conclusões:

- a) De modo geral todo o valor capital está em circulação contínua, e nesse sentido, todo capital é capital circulante;
- b) Parte desse capital não circula em sua totalidade (forma útil), mas apenas seu valor circula de modo gradual, em frações, na medida em que passa seu valor ao produto que circula como mercadoria;
- c) Durante todo o tempo em que funciona, parte do seu valor fixa-o à parte principal, residindo neste aspecto apenas uma particularidade do capital constante que concentra a forma de capital fixo.

Quanto aos demais elementos do capital adiantados, aqueles desenvolvem o capital circulante ou fluido. Ressalto que em cada ciclo, sempre o capital aparecerá como uma constante na forma de dinheiro. Para que não haja interrupção, o capital é partilhado em: mercadoria, força de trabalho, meios de produção e retorna na forma dinheiro com maior valor. Esses são as etapas necessárias ao processo de rotação do capital, de contínuo agindo em consequência do processo anterior.

Na lógica acima apontada, interessa ao capitalista que a rotação do capital ganhe velocidade e se realize o mais rápido possível, com objetivo de aumentar o lucro. A qualidade do capital depende da organização do capitalista em colocar seu produto em circulação o mais rápido possível. Desse processo decorre as modificações na relação capital e trabalho. É importante ressaltar que a finalidade do capital não é a satisfação das necessidades, mas, a produção de lucro. E como o seu fim único é para atingir essa finalidade, organiza a massa da produção capitalista de acordo com a escala da produção, e não vice-versa.

Desse processo aprofundam-se cada vez mais as contradições presentes no modo de produção capitalista. São os antagonismos que se estendem entre as dimensões limitadas do consumo e as incongruências que consistem em

convergência do desenvolvimento absoluto das forças produtivas, estas em constante conflito com as condições específicas da produção em que se movem o capital.

Marx enfatiza que “não se produzem em demasia meios de subsistência em relação à população existente. Pelo contrário. Produzem-se muito pouco para bastar à massa da população de forma decente e humana” (1984, p.194).

A incidência do percurso do capital e o ciclo de sua realização nada mais é do que uma constante contradição. Remetendo ao movimento que produz, a mediação teórica que possibilita compreender os seus desdobramentos, está na teoria de Marx, apresentada não como verdade, mas como verdade que toma a história para explicar o real. A crítica da economia política do capital, é o próprio método e exposição do pensamento, um caminho teórico/metodológico imprescindível: começa-se pelas partes, para depois se chegar ao todo - aponta na sistematização dialética um modo particular de exposição até a síntese. Não se deixa encanar pela aparência determinada do capital e sua composição, pois, ressalta sobre determinados aspectos, dentre eles a rotação do capital que tende de apresentar problemas para realização, não sendo possível esperar equilíbrio entre o capital, o trabalho, as forças produtivas e modos de produção capitalista. Nesse ponto, reside o conflito presente no desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho.

O equilíbrio é um mero acaso, a crise é a certeza do sistema capital, presentes no desenvolvimento ao extremo das forças produtivas em sua forma histórica e determinada: o conflito. A manifestação da contradição atualizada no modo de produção capitalista, se expressa de forma genérica, implica na tendência e no desenvolvimento absoluto das forças produtivas, de maneira a abstrair o valor e a mais-valia produzida nas relações sociais de trabalho a elas submetidas.

1.2 O conflito do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho

Marx destaca o conflito existente entre o desenvolvimento das forças produtivas social do trabalho, que se mostram duplamente.

Primeiro, na grandeza das forças produtivas já produzidas, na extensão de valor e na extensão da massa das condições de produção, sob as quais a nova produção tem lugar, e na grandeza absoluta do capital produtivo já acumulado; segundo, na relativa exiguidade da parte de capital desembolsada em salários em face do capital global, ou seja, na relativa

exiguidade do trabalho vivo que é exigida para a reprodução e valorização de dado capital, para a produção em massa. Isso pressupõe ao mesmo tempo concentração de capital (MARX, 1984, p. 187).

Já em relação à força de trabalho empregada, Marx destaca que o desenvolvimento das forças produtivas se mostra novamente duplamente.

Primeiro, no aumento do mais trabalho, ou seja, na redução do tempo de trabalho que é exigido para a reprodução da força de trabalho. Segundo, na diminuição da quantidade de força de trabalho (números de trabalhadores) que é empregada em geral para pôr em movimento dado capital (MARX, 1984, p.187).

Dialogando com a teoria de Marx, compreendo que há uma conjugação de fatores que cooperam para desenvolvimento da força produtiva do trabalho, contribuindo para o aumento do valor capital existente no alcance em que aumenta e diversifica os valores de uso representados no valor de troca, através dos elementos materiais que correspondem diretamente com o capital constante e ao menos indiretamente ao capital variável. A esse respeito, ressalto que a massa de trabalho que o capital põe em desenvolvimento, não está diretamente ligada ao seu valor, mas sobre a massa das matérias-primas, maquinários e dos elementos do capital fixo. Na proporção em que há crescimento da massa de trabalho empregado, cresce o mais trabalho, conseqüentemente cresce o valor do capital reproduzido e em última instância, a mais-valia agregada.

Fica evidente que no movimento de acumulação do capital, aí contêm os seus próprios elementos de contradição, manifestos pelos agentes antagônicos que agem simultaneamente uns contra os outros. “Eles implicam uma contradição que se anuncia em tendências e fenômenos contraditórios”. (MARX, 1984, p.188). É relevante compreender que não são movimentos justapostos e sim simultâneos, como destaca Marx.

Esses movimentos agem simultaneamente para provocar o aumento real da população trabalhadora, oriundos da ampliação da parte do produto social global que atua como capital, as forças sociais que atuam como agentes que criam uma superpopulação relativa. Ao mesmo tempo, com a queda da taxa de lucro cresce a massa dos capitais e, lado a lado com ela transcorre uma desvalorização do capital existente, que retém essa queda e dá à acumulação e ao valor capital, novo impulso acelerador.

Marx destaca que “concomitantemente com o desenvolvimento da força produtiva desenvolve-se a composição superior do capital, a diminuição relativa da parte variável em relação à constante” (MARX, 1984, p.187).

Postas em grau de importância as características e as diferenças dessas influências, passo a observar os movimentos de acumulação do capital, produzidos de modo determinado no tempo e no espaço, como inconciliáveis. O resultado do movimento antagônico dos agentes em ação constitui em conflitos, conflitos periódicos que remetem às crises, compreendidas como processos que repetem e “são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado”. (MARX, 1984, p.188).

Tem por objetivo final a manutenção do valor capital existente e a sua valorização acelerada ao máximo, utilizando-se dos métodos: “diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas”. (MARX, 1984, p.188).

O conflito agudo está entre a expansão da produção capitalista e a sua valorização, é um aspecto do movimento próprio da produção capitalista. Tem como objetivo primordial superar as barreiras que lhe são imanentes, entretanto, a superação desses entraves segue subterfúgios utilizando-se dos meios que lhe antepõem, recolocando as mesmas barreiras, todavia, em escalas mais poderosas, fenômeno que aprofunda o tamanho das crises.

Marx destaca que “a verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital”. (MARX, 1984, p.189). Para desenvolver o entendimento sobre esse pressuposto, o autor menciona que “o capital e a sua autovalorização” apareçam como pontos de partida e de chegada, como motivo e finalidade da produção. Contudo, como já mencionado o capital não se autovaloriza, não tem um movimento autônomo a não ser pelo desenvolvimento das forças produtivas de trabalho que põe em movimento para transformar a mercadoria em capital, movimento que permite ao capital, abstrair ao máximo o trabalho não pago e conseqüentemente produzir sua valorização e acumulação. Por outro lado, se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material, com objetivo de criar um mercado mundial correspondente, utilizando-se do desenvolvimento incondicional das forças produtivas de trabalho, estas condições constituem-se em sua contradição, barreiras ao modo de produção capitalista que “entra em contínuo

conflito com o objetivo limitado, a valorização do capital existente”. (MARX, 1984, p.189).

1.3 Os polos “antitéticos do capital”: capital desocupado de um lado e população trabalhadora desocupada

Mantendo o diálogo com a teoria de Marx, passo a demonstrar as incompatibilidades entre o capital desocupado (não empregado como força produtiva) e a população trabalhadora e desocupada (estrutura do trabalho em um grupo populacional desocupada ou em trabalho informal). Essa relação é uma relação que implica uma tendência sobre os polos. Com a convergência à queda da taxa de lucro, há um crescimento do mínimo de capital que o capitalista individual tem necessidade para o emprego produtivo do trabalho, tanto para sua exploração em geral quanto ao tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias, de modo que não ultrapasse a média do tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias.

De acordo com Marx (1984), haveria o crescimento simultâneo da concentração de capital: um capital grande, com pequena taxa de lucro, tende de acumular mais rápido do que um capital pequeno, com taxa de lucro grande. A concentração mencionada pelo autor provocaria em certo nível, uma nova queda na taxa de lucro, o que levaria a massa dos pequenos capitais fragmentados à esteira da especulação, fraude de crédito e acionária, fatores com disposição para provocar as crises.

Grifa ainda que a superabundância de capital se origina das “mesmas circunstâncias que provocam uma superpopulação relativa e, por isso, é um fenômeno complementar dessa última, embora ambas estejam em polos antitéticos, capital desocupado de um lado e população trabalhadora desocupada do outro”. (MARX, 1984, p. 189).

São várias as incongruências do modo de produção capitalista. Acrescenta a teoria que “enquanto vai tudo bem, a concorrência, como se verificou na equalização da taxa geral de lucro, age como irmandade prática da classe capitalista, de forma que está se reparte coletivamente na proporção da grandeza do que cada um empenhou”. (MARX, 1984, p. 191). Por outro lado, os conflitos são constantes no modo de produção capitalista, a busca pelas condições que reestabeleceriam um

suposto movimento “sadio” está dada como objetivo. A esse respeito Marx argumenta que:

A forma da resolução já está contida na mera formulação do conflito de cuja resolução se trata. Ela implica uma colocação em alqueive e até mesmo um aniquilamento parcial de capital, num montante de valor de todo o capital adicional ΔC ou então de parte dele. Embora, como já se verifica na apresentação do conflito, a distribuição desse prejuízo não se estende, de modo algum, de maneira uniforme aos diferentes capitais particulares, mas se decide numa luta concorrencial em que, conforme as vantagens especiais ou as posições já conquistadas, o prejuízo de reparte de forma muito desigual e muito diferenciada, de modo que um capital é colocado em alqueive, outro é aniquilado, um terceiro apenas sofre prejuízo relativo ou desvalorização transitória (MARX, 1984, p. 191).

A busca pelo equilíbrio, segundo Marx, ocorreria sob quaisquer circunstâncias por colocação em alqueive⁸ ou mesmo aniquilamento de capital, dependendo das circunstâncias, em maior ou menor volume. Essa prática se aplicada em parte à composição material do capital, os meios de produção, (capital fixo e circulante), não funcionariam como capital e parte dos empreendimentos iniciados seriam desativadas. A duração do tempo dessa paralisação tende a deteriorar os meios de produção, levando a uma destruição real e tornando-os inativos. Entretanto a principal destruição ocorreria em relação ao capital e aos meios de produção, conforme aponta Marx.

[...] à medida que ele possui atributo de valor, em relação aos valores capital. A parte do valor capital que só se encontra em forma de direitos sobre futuras participações na mais-valia, no lucro – de fato meros títulos de dívida sobre a produção em diversas modalidades –, se desvaloriza imediatamente com a queda das receitas as quais está calculada. Parte do ouro e da prata permanece em alqueive, não funciona como capital. Parte das mercadorias que se encontram no mercado só pode efetuar seu processo de circulação e de reprodução mediante enorme contração de preços, portanto mediante desvalorização do capital que ela representa. Do mesmo modo os elementos do capital fixo são mais ou menos desvalorizados. A isso se acrescenta que determinadas relações pressupostas de preço condicionam o processo de reprodução e este devido à queda geral de preços, encontra, portanto, em estagnação e confusão. Essa perturbação e estagnação paralisam a função do dinheiro como meio de pagamento, dada simultaneamente como o desenvolvimento do capital [...] interrompem a cadeia das obrigações de pagamento em prazos determinados; são ainda intensificadas pelo colapso conseqüente do sistema de crédito, desenvolvido simultaneamente com o capital, e levam assim a crises violentas e agudas, súbitas desvalorizações forçadas e à estagnação e perturbação reais do processo de reprodução, e com isso a uma diminuição real da reprodução (MARX, 1984, p. 191-192).

⁸ Termo utilizado na agricultura para designar uma terra lavrada que se deixa descansar.

Porém, essas perturbações geradas pelas violentas crises não se limitam ao alcance das suas estruturas. Paralisam parte da classe trabalhadora, forçando aquela empregada a aceitar a redução do salário, mesmo sendo pago abaixo da média. Outro fator apontado por Marx trata da queda do preço e a luta concorrencial, que teria o efeito estimulador a cada capitalista para reduzir o valor individual de seu produto global pela concorrência.

[...] mediante utilização de máquinas novas, métodos novos e aperfeiçoados de trabalho, novas combinações – abaixo de seu valor geral, ou seja, a elevar a força produtiva de dado quantum de trabalho, a reduzir a proporção do capital variável em relação ao constante e, com isso, a liberar trabalhadores, em suma, a criar uma superpopulação artificial. Além disso, a desvalorização dos elementos do capital constante seria em si um elemento que implicaria a elevação da taxa de lucro. A massa de capital constante empregado em relação ao variável teria crescido, mas o valor dessa massa poderia ter caído. A paralisação da produção ocorrida teria preparado uma ampliação posterior da produção dentro dos limites capitalistas (MARX, 1984, p. 192).

Desta forma o ciclo seria novamente percorrido. A parte do capital paralisado foi desvalorizado, desta feita recobriria seu valor em condições de produção ampliada tendo um mercado ampliado, utilizando-se de força produtiva mais elevada. Nesse cenário aprofundaram-se as contradições presentes no modo de produção capitalista, conflitos que se estendem entre as dimensões limitadas do consumo e produção com tendência a superar essa barreira imanente.

Em resumo, entendo que todas as objeções apontadas como possíveis barreiras à superprodução, são sintetizadas nas interpretações de que esses entraves não são barreiras à produção em geral, e nesse arranjo, o são como tal, um modo específico de produção. Ao contrário das barreiras e entraves, diversificá-la como uma posição latente é uma tarefa necessária. A sua incongruência consiste na disposição do desenvolvimento absoluto das forças produtivas, que entram em constante conflito com as condições específicas da produção em que se move o capital.

Em outras palavras, não se engendram os meios de produção suficientes para ocupar a parte da população ativa. O autor aponta dois obstáculos a essa racionalidade: primeiro, produz-se demasiada parte da população que não é capaz de trabalhar, em circunstâncias que depende do trabalho de outros ou de trabalhos que só em uma esfera miserável de produção poderiam se valer dessa condição; segundo, não são produzidos meios de produção suficientes para toda a população

ativa, em circunstâncias mais produtivas, de modo que, seu tempo absoluto destinado ao trabalho seja menor pelo uso e eficaz da massa do capital constante empregado.

No entanto, recorrendo às questões da epistemologia, procedo a análise do tempo destinado à produção e da força de trabalho que opera o sentido ativo. Rememoro que a prática revela uma postura contrária à acima citada. Produzem-se capital constante e eficaz não para diminuir o tempo do trabalho absoluto empregado para produzir determinada mercadoria, mas, para que o trabalhador se valer do capital constante mais eficaz, de onde se efetiva a exploração dos trabalhadores.

Ao final desse processo, entendo e interpreto essa ação com a produção de mercadorias em demasia para atingir o valor nelas contido e a mais-valia realizada, sob as condições de distribuição e de consumo impostas pelo modo de produção capitalista, repetindo sempre o ciclo: transformá-la em novo capital. Não se produz descomida riqueza, mas periodicamente se produz demasiada riqueza, materializada na forma capitalista, antitética.

De tudo o que foi discutido até aqui, compreendo que a barreira ao modo de produção capitalista se manifesta:

No fato de que o desenvolvimento da força produtiva de trabalho gera, na queda da taxa de lucro, uma lei que em certo ponto se opõe com maior hostilidade a seu próprio desenvolvimento, tendo de ser, portanto constantemente superada por meio de crises. No fato de que a apropriação de trabalho não-pago, e a proporção desse trabalho não-pago para o trabalho objetivado em geral, ou expresso de forma capitalista, que o lucro e a proporção desse lucro para o capital aplicado, portanto certo nível da taxa de lucro, decide sobre a ampliação da produção, em vez de fazê-lo a relação entre a produção e as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos socialmente desenvolvidos. Por isso surgem barreiras para ela já num grau de ampliação da produção que, ao contrário, sob o outro pressuposto, apareceria como sumamente insuficiente. Ela para não onde a satisfação das necessidades a obriga, mas onde determina a produção e a realização de lucro (MARX, 1984, p.194).

Desse modo, a taxa de lucro é a força que impulsiona a produção capitalista, visando constantemente o lucro e não às necessidades sociais. A ampliação ou diminuição dessa produção está diretamente relacionada ao nível de obtenção da taxa de lucro, alcançado na exploração das forças produtivas do trabalho.

Postas como pressupostos do pensamento de Marx, esse desenho confere ao tema, uma ilustração delineada ao problema. Marx delimita a categoria trabalho, tendo o que a ciência econômica observou e sistematizou como o movimento das

categorias econômicas, mas em nenhum momento colocou o problema do que são essas categorias, nem mesmo a possibilidade da existência de uma conexão interna entre as categorias econômicas e o ser social. (KOSIK, 1986).

Diferente dessa concepção, para a descoberta da conexão interna, houve a necessidade de adotar uma concepção filosófica da realidade, da ciência e do método que derivasse de uma análise crítica da realidade histórica. Neste ponto, a análise crítica dá um passo à frente da economia vulgar e demonstra que as categorias econômicas não são o que aparentam ser.

Este é o ponto em que a que a “pseudoconcreticidade é líquida para ser demonstrada como forma fenomênica necessária” (KOSIK, 1986, 9.171). Todavia, este procedimento não ultrapassa o âmbito da filosofia de Hegel. Conclui Kosik (1986, p. 171): “Só a demonstração de que as categorias econômicas são formas históricas da objetivação do homem, e que, como produtos da práxis histórica, só podem ser superados por uma atividade prática, indica os limites da filosofia e o ponto em que tem início a atividade revolucionária”.

2 REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL? DOMINAÇÃO, TRABALHO E POPULISMO

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter.

Karl Marx

Ao analisar a composição da força de trabalho no Brasil, compreendo-a na perspectiva dialética da história, ampliando-a sob a lógica dos fenômenos sociais que são resultantes da atividade e da produção da vida, da ação prática dos homens e das relações que exercem em determinada particularidade, em conexão com a totalidade concreta.

Tais práticas suscitam novas e velhas práticas humanas através da história de toda a história humana, o que leva a pressupor a existência de indivíduos vivos que definem os seus modos de vida e dependem das condições materiais de sua produção.

Compreende que o ponto da investigação, sobre determinado fenômeno social, que se estrutura transversalmente na história, traz os nexos internos e as relações sociais que se realizam dentro da sociedade, aspectos que envolvem primordialmente a produção e manutenção da existência.

Apresento nessa discussão o percurso teórico metodológico que orienta a prática da reconstrução histórica sobre a composição da força do trabalho no Brasil, precisamente perpassa pelo entendimento sobre a Revolução Burguesa, e sobre os conceitos de burguês e da burguesia, percursos que ocasionaram em características próprias a formação social brasileira. Refuta-se de imediato a imanência ao homem, constituído nos períodos abaixo mencionados, como sujeitos que fazem a história.

Sob a perspectiva epistemológica, esses aspectos reconstruídos não são provenientes da imaginação e das ideias, capaz de produzir uma moral. Também não são orientadas por uma religião ou por práticas místicas. Não se estruturam através da metafísica e, por conseguinte, através de nenhuma outra ideologia.

Neste item, avançando sobre a discussão e apreensão dos conceitos, com o propósito de reconstruir a perspectiva histórica, busquei ajustar as categorias de análise à problematização marxista da regulação dos conflitos de classe para apreender o subdesenvolvimento brasileiro, simultaneamente aproximando das

discussões de Fernandes (2008), para de forma geral discutir a composição da força de trabalho no Brasil, tendo por referência sua conexão e seu desenvolvimento na história como consciência dos homens e mulheres que a produzem.

2.1 A formação social burguesa e o capitalismo dependente

Ao tratar neste item das relações que os homens produzem, - negando a filosofia do espírito absoluto -, para confrontar as ideias da existência de um homem natural, provido de uma essência capaz de produzir uma imaginação absoluta, que poderia através dela se chegar à consciência crítica. Tenho o ponto de vista que Marx e Engels se opõem a esses conceitos superestruturais e partem das condições da realidade material concreta, para comprovar que os indivíduos são capazes de autonomizar suas consciências.

O movimento que apresento é um salto da concepção subjetiva conceitual à abstração analítica, histórica concreta, sem, contudo desperceber dos escritos de 1845, neste item esta pesquisa toma as relações sociais da produção capitalista, como campo de interesse para analisar as temas de realização das relações institucionais, políticas e culturais que se estabeleceram entre os diferentes grupos e estruturas de classes sociais, no período em que se convencionou como a Revolução Burguesa no Brasil.

A demarcação é necessária para delimitar o alcance e a profundidade da totalidade investigada, de modo a abstrair do objeto pesquisado as suas singularidades e particularidades, que determinaram o modelo de desenvolvimento ocorrido no período, como um tipo específico observado na relação da produção capitalista ocorrida no Brasil.

Consequente ao anotado acima, incluo sob diferentes análises teóricas que serão apresentadas no decorrer deste item e da revisão da literatura subsequente, a existência de modelos de desenvolvimento e proposições para prover a reestruturação da economia brasileira, que destinavam romper com o atraso econômico e social da sociedade brasileira.

Tenho o entendimento que a configuração sociopolítica brasileira é margeada e simultaneamente imersa nas mesmas condições determinantes que imprimem as relações da produção capitalista, muito embora com práticas de atraso, por opção a

um modelo de desenvolvimento submisso e conformado às economias dos países centrais.

Dialogando com Marx (2008) no prefácio de 1859 na "Contribuição à crítica da economia política" posteriormente também citado por Gramsci (2000) em "Maquiavel Notas sobre o Estado e a Política" assim diz que:

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2008, p. 208).

Compreendo que essas estruturas estruturadas não se irromperam, pelo contrário, se perpetuaram combinando os interesses dos diferentes grupos e estruturas de classes, durante os períodos e/ou etapas: da oligarquia, da modernização e da urbanização/industrialização, como um modelo de desenvolvimento econômico e seus determinantes, muito orientados pelas e nas práticas conservadoras que organizaram a formação histórica no Brasil.

Esta discussão será aprofundada mais adiante para analisar o modelo de desenvolvimento desigual que redundou na ação do estado brasileiro, décadas a frente, para promover um conjunto de políticas sociais com o escopo de amenizar os efeitos danosos das práticas no período analisado.

A metodologia da reconstrução histórica, utilizada neste capítulo tem também o objetivo recuperar os aspectos históricos, agrupar num mesmo campo teórico, diversas perspectivas analíticas, produzidas sobre e a partir da análise do modelo de desenvolvimento econômico do Brasil, para posteriormente estabelecer os nexos temporais com as políticas públicas e as políticas sociais de nova geração que estão em processo na sociedade brasileira.

De entrada recorro ao pensamento e as obras de Florestan Fernandes (1976), quando discuti sobre a "Revolução Burguesa no Brasil". Dessa obra destaca o aspecto inconcluso da ação burguesa cujos reflexos foram somatizados no processo de diferenciação social. Entretanto, antes de adentrar em outros conceitos vejo como necessário uma definição ou uma noção heurística do que o autor atribuiu como burguês e a burguesia.

Fernandes (1976), ao tratar das questões preliminares de importância interpretativa não descarta os argumentos sobre a lógica da existência do burguês e da burguesia no Brasil. No entanto, ao recolocar a questão nos diz que:

Poder-se-ia dizer, no máximo, que trata de entidades que aqui aparecem tardiamente, segundo um curso marcadamente distinto do que foi seguido na evolução da Europa, mas dentro de tendências que prefiguram funções e destinos sociais análogos tanto para o tipo de personalidade quanto para o tipo de formação social. Na verdade, assim como não tivemos um “feudalismo”, também não tivemos o “burgo” característico do mundo medieval. Apesar da existência e da longa duração forçada das corporações de ofícios, não conhecemos o “burguês” da fase em que não se diferenciava o mestre do artesão senão nas relações deles entre si – o “burguês” como típico morador do “burgo”. O *burguês* já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante (não importando muito seu gênero de negócios: se vendia mercadorias importadas, especulava com valores ou com o próprio dinheiro; as gradações possuíam significação apenas para o código de honra e para a etiqueta das relações sociais e nada impedia que o “usuário”, embora malquisto e tido como encarnação nefasta do “burguês mesquinho”, fosse um mal terrivelmente necessário) (FERNANDES, 1976, p. 17-18).

Dialogando com Fernandes (1976), o autor enfatiza que o burguês que aqui nascera, teria ocorrido sob uma especialização econômica, muito diferenciada da sucedida na Europa, representando funções próprias e derivativas daquelas ao largo da sociedade nacional. Nascera sob a estrutura colonial e de dependência das relações dominantes dos países europeus. Não se constituiu na configuração nacional em um processo de diferenciação, como uma força social com poder para dominar de forma independente, na relação de exploração e da acumulação. Muito embora num processo de constituição social, abriu caminho para as etapas e ciclos para que o capitalismo nacional se efetivasse, como veremos adiante.

Fernandes (1976) enfatiza o caráter constitutivo do burguês no cenário dessas relações.

Ele nunca seria, no cenário do Império, uma figura dominante ou pura, com força socialmente organizada, consciente e autônoma, mas erigiu-se no fermento daquele espírito revolucionário de que fala Nabuco, que “a sociedade abalada tinha deixado escapar pela primeira fenda dos seus alicerces”. Um “espírito revolucionário”, em suma, que eclodia em condições ambíguas e vacilantes, afirmando-se mais indiretamente e segundo objetivos egoísticos difusos, que de modo direto, organizado e esclarecido. Ainda assim, mesmo manifestando-se dessa forma, ele teve um alcance criador, pois deixou o palco livre para um novo estilo de ação econômica: a partir daí, seria possível construir “impérios econômicos” e abrir caminho para o “grande homem de negócios” ou para o “capitão de indústria”, figuras inviáveis no passado recente (como o atesta o infortúnio de Mauá) (FERNANDES, 1976, p. 19).

Ainda permanecendo nas questões preliminares, mantendo o bom diálogo com Fernandes (1976, p. 20), o autor repõe as questões e indaga sob um ponto de vista: existe ou não uma “Revolução Burguesa” no Brasil?

Ampliando o entendimento, compreendo que pensar sobre as questões nacionais, não se trata de um caso particular, com semelhança a outros povos, ou uma repetição de fatos históricos. Esclarece Florestan (1976, p. 20) “[...] não se trata disso. Trata-se, ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura”.. Deixa claro que “sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas?”

Indo nessa mesma direção, a pergunta pode ser abrangida se a entendermos em qual horizonte o burguês e a Revolução Burguesa se encaixariam.

É dessa perspectiva que o “burguês” e a “Revolução Burguesa” aparecem no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil (1976, p. 20).

É correta a percepção da história que aponta o entendimento sobre a questão do burguês e da Burguesia no Brasil, partindo o olhar para os processos que deram origem as transformações históricos sociais, (a consolidação econômicas, tecnológicas, sociais, culturais e políticas), mas, também buscar os agentes desagregadores do regime senhorial escravista e por conseguinte rastrear a formação de uma diferenciação e estrutura de classes no Brasil, como conteúdo e parte da implantação da civilização moderna na sociedade brasileira.

Fernandes trata dessas modificações, como uma impropriedade. Denomina-a como crise do poder oligárquico não como um colapso, “mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa”. (1976, p. 203).

No entanto, compreendo que o colapso anunciado não rompeu com as estruturas do poder. A crise do poder, se amoldou entre a moderna estrutura social,

com apropriação dos modos econômicos oligárquicos e se circunscreveram aos modos de domesticação.

Nessa sentido, estamos:

[...] diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico. Saía desses limites, mas como meio – não como um fim – para demonstrar sua civilidade. Nunca para empolgar os destinos da Nação como um todo, para revolucioná-lo de alto a baixo (FERNANDES, 1976, p. 206).

Na reconstrução dos elementos históricos, observo que houve, no aspecto apontado acima a necessidade de um impulso externo. O centro desse processo viria por fora da economia nacional. A transição para o século XX e a passagem para a economia urbano-industrial que se dariam até a década de 30, fazem parte de um processo lento de transformação evolutiva do capitalismo interno. O núcleo da modernização estava na substituição do esquema de exportação e de importação, sob a direção da economia neocolonial.

A modernização econômica dependeria da transição evolutiva do capitalismo interno. Como dito acima, havia uma clara convergência dos interesses tanto da ordem política do período do Império quanto da nascente República. Muito embora fossem dois sistemas diferentes, mas atuando com mesmos atores que se revezaram durante e até a conformação da crise do poder.

A convergência de interesses burgueses internos e eternos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política). Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes) (FERNANDES, 1976, p. 2007).

Nessa nova ordem, porém com velha configuração da dominação burguesa, dois elementos precisam ser colocados em relevo: o primeiro diz sobre a autocracia e seu significado como extensão da burguesia.

Diz Fernandes que:

Um deles é o significado dessa dimensão autocrática da dominação burguesa. Entre as elites das classes dominantes havia um acordo tácito quanto à necessidade de manter e de reforçar o caráter autocrático da

dominação burguesa, ainda que isso parecesse ferir a filosofia da livre empresa, as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativo. Todavia, as concepções liberais e republicanas, apesar de suas inconsistências e debilidades, tornavam essa autocracia social e de fato um arranjo espúrio, já que ela entrava em contradição com os valores ideais e com os requisitos formais da ordem existente. As racionalizações atenuavam as implicações práticas da contradição (representada pela maioria como “empecilho para o progresso” e entendida pela maioria como “um mal necessário”); mas não eliminavam nem a existência nem a germinação do conflito axiológico resultante. Como esse conflito fermentava no seio das classes dominantes, ele concorria poderosamente para minar a dominação burguesa e, principalmente, para impedir que ela se instaurasse como um todo monolítico e invulnerável (FERNANDES, 1976, p. 207).

Outro elemento registrado por Fernandes (1976, p. 207), fala sobre a progressividade em que surgiu uma “efetiva oposição dentro da ordem e a partir de cima”. Sob o regime escravocrata a aristocracia pode manter o poder de seu alcance e produziu um anteparo, uma oposição, estabelecendo assim o alcance e “fixando às divergências toleradas os limites de seus próprios interesses econômicos, sociais e políticos (convertidos automaticamente nos interesses da ordem da Nação como um todo)”. (FERNANDES, 1976, p. 207).

Os limites impostos por “dentro da ordem e a partir de cima” (FERNANDES, 1976, 2007), se efetivou como uma espécie de contraponto para barrar as ofensivas da oposição, muito embora não foram capazes para impedir as eclosões internas no regime de classes. Os agentes das mudanças históricos sociais que permaneciam como desagregadores do regime, remetem ao regime escravocrata com fortes traços de continuidade sobre a formação da sociedade e estrutura de classes no Brasil.

Fernandes, em “Sociedade de Classes e o Subdesenvolvimento” (2008), relata que são traços de uma sociedade apreendidos como heranças do patrimonialismo político contemporâneos das relações subordinadas ao modelo de economia dependente e desigual, notadamente reconvertidas em práticas tradicionais que influíram sobre a economia brasileira, estabelecendo relações de dependência estrutural que gerou um desenvolvimento desigual e combinado, conforme discutido por Ianni (1971).

Uma análise semelhante é encontrada na crítica produzida respectivamente por Celso Furtado (2003), para discutir a “Formação Econômica do Brasil”, preciosa contribuição sobre a constituição e a formação da sociedade de classes, que teria no horizonte a superação do subdesenvolvimento, e na discussão de Caio Prado Júnior (2006), que inventaria a “História Econômica do Brasil”.

Já em Octávio Ianni (1971), remeto a discussão para compreender como o modelo de desenvolvimento econômico protagonizado entra em colapso ao mesmo tempo, em que “O Colapso do Populismo no Brasil” permeia a política nacional. Essa discussão também presente nas análises de Francisco Weffort (1978), que discute os entre meios do “O Populismo na Política Brasileira”.

Do dito até aqui é possível assimilar que a composição da força de trabalho no Brasil, destaca os aspectos analíticos presentes nas relações sociais de produção, que nos ajudam a reconstruir a perspectiva histórica e examinar criticamente a Formação Econômica do Brasil, discussão proposta por Furtado, (2003), que remete para algumas conclusões preliminares. O recorte histórico do período demarca a crise do fordismo periférico no país, (tomando como elemento para análise dos desajustes entre o regime de acumulação despótico e o modo de regulação populista), passando pela crítica formulada sobre o populismo na política brasileira (WEFFORT, 1978), até chegar a política de massas, evidenciando as contradições do desenvolvimento populista chegando ao seu colapso (IANNI, 1971).

Esta é uma particularidade, que expõem as formas objetivas contornadas através dos processos culturais, sociais e econômicos que subjetivam a constituição do fazer do subdesenvolvimento brasileiro, assim como a perspectiva da sua superação que se deram nos limites da sociedade de classes conforme os escritos Florestan Fernandes (2008), estruturas ainda em construção de natureza objetiva, para um novo modelo de sociabilidade.

2.2 Dependência econômica – uma ruptura inconclusa?

Compreendo que os processos de transformação social que necessariamente não percorreram etapas revolucionárias, tendem a se organizar sobre outras formas de luta e resistência, especialmente aqueles ocorridos na periferia do sistema capitalista mundial, como no caso brasileiro, que de algum modo não se objetivaram como uma alternativa de resistência ao processo de formação do capitalismo nos países dependentes economicamente.

De modo explícito, a exemplo, da Revolução Burguesa ocorrida no Brasil, não potencializou as condições estruturantes suficientes e capazes para modificar o curso do desenvolvimento econômico, até então empregado. Antes, porém, foi protagonizada por setores econômicos tradicionais, que se comprometeram com a

permanência das estruturas sociais da economia política do capital a ponto de não o reordená-lo em suas contradições internas, mas, conservar os aspectos que poderiam encaminhar para a não ruptura alinhando-os com as estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais.

Essa configuração social se espelhou em diversos fatores, tais como aqueles que constituíram e consolidaram as formas institucionalizadas de coesão e violência, manifestas pelas forças tradicionais de dominação econômica e política, aspectos discutidos a seguir.

Conceitualmente a dependência econômica se apresenta como a derivação da atividade prática intencional de setores econômicos de base nacional, sem o estatuto de burguesia, mas que se constituíram sob uma forma histórica, avalizada por frações da sociedade civil e da sociedade política, facilitando a simbiose com a abertura econômica, do tipo dependente e subdesenvolvida, dos países de capitalismo central.

Para manter esse modo dependente, a economia nacional geralmente arranja um tipo de conformismo ao modo da produção mundializada, para então espacializar e consolidar na territorialidade nacional, uma particularidade interna, utilizando das forças de dominação econômica e política, dada a singularidade como ocorreu o processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento da economia no modo de produção capitalista, tardio e atrasado no Brasil.

Ao percorrer a literatura que trata sobre a história política e econômica dos países com economia dependente, é nesta pesquisa um exercício metodológico necessário para implicar e interpretar o desenvolvimento como processo da história e, concomitantemente considerá-la não apenas sob o aspecto da construção epistemológica da narrativa, mas evidenciar o movimento que possibilitou a manutenção e determinada transformação social.

Nesse sentido, compreendo que interpretar o real requer reconstruí-lo e de forma analítica, de um modo a estabelecer dialeticamente a constituição da verdade, a verdade histórica, cujos elementos ontológicos estão presentes na espiritualidade dos seres que a produzem e nas condições de que dispõem para realizar a vida material, tendo a perspectiva de superá-la ou subsumir a sua própria existência. O sentido dessa construção histórica se dá nas condições que os sujeitos a produzem, não a fazem como gostariam, mas a fazem valendo-se das condições dadas e modificadas por eles próprios. Nesse feitio, não há conformismo sem consentimento.

A sensibilidade e a disposição para proceder a reconstrução histórica das economias dos países dependentes, conjuga multífaces associadas às economias com maior capacidade de acumulação e concentração de capitais. É um fenômeno que se confunde com a própria história econômica e a relação de dependência instituída.

Para distinguir a prática da dependência econômica, faço-a como um modo particular, um tipo específico de vinculação que se realizou em distintos períodos, cujos resultados também foram adversos, sem, contudo, romper com as estruturas estruturadas de um modelo peculiar que se quer racionalmente único. Essas questões da macro política de uma realidade histórica, quando mediada pelos elementos que revelam suas contradições, ajudam a compreendê-la no tempo histórico como um fenômeno do concreto pensado.

Porém, ao observar como se operam as análises nas economias dependentes, certos deslocamentos que remetem à determinadas alterações, geralmente antecedidas pelas modificações políticas e econômicas, provocam tipos de rupturas que não rompem totalmente com as estruturas em curso, que após o período de sua transição e quando finalizadas, guardam uma relação com o velho, na condição do novo.

Essa assimilação pode ter a aparência de um esquematismo imediato, mas ao aproximá-la da filosofia da práxis para interpretá-la como o imediato real, observo que conjuga rupturas parciais, outras combinam situações internas e externas que por vezes remetem para transformações totais. Determinadas rompem com as estruturas tradicionais, mas, no entanto, não as transformam, pelo contrário, as põem em suspenso pois os rudimentos antagônicos não são capazes de elevá-las à uma nova condição para modificar as estruturas sociais e econômicas, antes, no entanto, conserva a residualidade da antiga ordem social em uma processualidade que combina à velha e a nova estrutura sociabilidade nascente, constituindo nesse ponto, a sua própria negação que se converte em uma crise estrutural.

Para reconstruir o movimento da histórica como método capaz para evidenciar os sentidos das rupturas é necessário abstraí-las das crises, - presente no interior do processo da formação econômica e social dos países com economia dependente -, os ciclos econômicos podem evidenciar na sua formação os termos que o distinguem, a política de desenvolvimento e as relações internas e externas instituídas. O processo de ruptura, parcial e lento ou total e violento, depende dos

encadeamentos entre os diferentes interesses e lutas presentes no plano da resistência ou do consentimento.

A esse respeito, caracterizei a natureza das crises no sistema capitalista para delinear duas compreensões que antecedem e simultaneamente é uma extensão do interna dos processos de antagonismo social: a primeira é a própria natureza das contradições que são inconciliáveis com a luta social; a segunda é a luta política que acontece na arena institucional, sob o domínio dos golpes que são uma constante e não a exceção na sociedade política e na sociedade civil brasileira.

Para dar conta desse esquema teórico, tomo a última possibilidade apontada acima, remetendo-a e enquadrando-a na forma básica da produção capitalista, objetivando a busca do seu sentido e não a linearidade do processo de produção, circulação e distribuição do valor nas sociedades capitalistas. Estão presentes nesse processo os artefatos que a constituem para além da manifestação fenomênica e sistêmica: a luta política, que revela as suas contradições e gravitam em torno das estruturas de dominação e os modos de apropriação, reprodução e acumulação do valor, processo típico, que é regulado pelas relações políticas que na extensão da sua prática também regula as economias de mercado, fazendo valer a vontade dos grupos econômicos insatisfeitos ou não atendidos nos pactos sociais pelo desenvolvimento.

Na análise realizada por Ianni (1971), a ruptura pode ser de dois tipos:

Ela é *revolucionária*, ou total, quando altera os fundamentos estruturais da sociedade. Sempre implica na ascensão de uma nova classe ao poder, realizando e simbolizando o rompimento drástico dos vínculos externos e com a sociedade tradicional. A ruptura *reformista*, por outro lado, ocorre quando se alteram somente certos quadros institucionais, sem qualquer modificação estrutural básica. Implica na ascensão de outras facções da classe dominante ao poder, verificando-se a recomposição das forças políticas e econômicas. O *golpe de estado*, na grande maioria dos casos, é uma reação contra as soluções revolucionárias ou reformistas, em andamento ou projetadas. Por isso, envolve a restauração e o endurecimento de estruturas arcaicas. Isto é, o golpe de estado sempre inaugura um estilo de poder autoritário e implica na cristalização da estrutura de apropriação (IANNI, 1971, p.8).

As categorias de análise acima apontadas por Ianni (1971), em particular a que trata da ruptura reformista, aponta para as modificações estruturais que ocorreram no Brasil após 1930, e que não romperam com as estruturas da aristocracia agrária existente. Os aspectos desse quadro delimitam as condições em que as forças políticas e econômicas foram recompostas sem, contudo, romper com

a estrutura existente que geraram as condições de permanência das condições econômicas, sociais e políticas na estrutura do Estado e que incidiram sobre a definição consensual da macroeconomia dependente no capitalismo tardio no Brasil.

Uma economia dependente - que não rompeu com as estruturas da fase anterior do capitalismo nacional, mas buscou se reintegrar com a sociedade tradicional, categorizada como uma ruptura inconclusa, ou a revolução brasileira que envolveu um tipo específico de mudança e conformação: o nacionalismo reformista que se manifestaria de forma incisiva nas fases subsequentes até a inauguração da democracia populista; e a sua pior fase, o golpe seguido da ditadura civil militar com associações ampliadas do Estado nacional com setores externos.

O nacionalismo reformista não estranhou esse estado de coisa. Combinou com a democracia populista e abriu o caminho para a civilização urbano industrial, apoiado por frações da burguesia nacional foi suscetível com a ditadura civil militar, por associação de interesses, trafegou sob as bases institucionalizadas, sem qualquer tipo de estranhamento, mas sempre mediadas por setores da sociedade civil e da sociedade política, sob o véu do poder judiciário, que alegara segurança constitucional para manter a ordem estabelecida.

Foram essas as bases que demarcaram a luta política para conservar o conteúdo, a realização e a constituição do capitalismo no Brasil, aspectos da transição à economia urbano industrial entremeados por uma sequência de rupturas que delimitaram o modelo de desenvolvimento econômico, político e social representado na industrialização acelerada, que ocorreu entre a Primeira Guerra Mundial e o Golpe Civil Militar de 1964. Nesses cinquenta anos que assinalam os solavancos observados na economia política do capitalismo nacional, são observados nesse período uma maior participação nas relações políticas e sociais, apesar dos golpes e movimentos armados⁹ que sobressaltaram o Brasil, entre os anos de 1922 a 1964. Em específico no cenário nacional, essas tensões se agravaram e foram convertidas em lutas de tipo específico.

O período que vai da Primeira Guerra Mundial a 1ª de abril de 1964, está repleto de movimentos armados, atos isolados de violência, greves, revoltas, golpes e revoluções. A sequência desses acontecimentos cresce numericamente, se se acrescentam as situações tensas e os esquemas

⁹ Para mais detalhes, ver Ianni, 1971, p.14-15. Entre 1922 a 1964, ocorreram 16 Golpes e Movimentos armados no Brasil. Esses movimentos foram organizados por composição de forças, civil-militar e militar civil, localizadas nas capitais Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio Grande do Norte e Brasília.

golpistas e revolucionários esboçados pelos diferentes grupos políticos civis e militares (IANNI, 1971, p. 14).

Os fatores que marcam o movimento interno e externo característicos das lutas armadas, crises e tensões observadas no período acima, assentam-se nas etapas e desdobramentos da ruptura com as estruturas político-econômicas que demonstra o contraste entre os setores atrasados da economia, ligados a frações da oligarquia nacional e os setores urbano industriais que polarizam entre o atrasado e o moderno. Como apontado por Ianni (1971), uma sequência de crises formou a conjunção do movimento do capitalismo nacional.

[...] as crises da cafeicultura; a politização dos setores jovens das forças armadas em direção diferente da tradicional; o aparecimento de reivindicações de operários e setores sociais médios; o agravamento dos antagonismos nas camadas dominantes; a Guerra Mundial de 1914-18; a crise do capitalismo mundial iniciada com o *crack* de 1929; a Guerra Mundial de 1939-45; a substituição da hegemonia da Inglaterra, da Alemanha e da França pelos Estados Unidos da América do Norte; o aparecimento da União Soviética (URSS), da China e de Cuba como nações socialistas; a independência da Índia e das nações da África; o aparecimento do Egito e da Argélia, como nações independentes. É óbvio que esses acontecimentos estão permeados de manchas e contra manchas, realizados em agitações revolucionárias e reformistas, bem como em golpes e contragolpes (IANNI, 1971, p. 8-9).

As características do período analisado, apresentam o conjunto de subsídios sociais, presentes na sociabilidade que delimitou a categoria do individualismo associada a uma orientação sociocultural de pertencimento a um agrupamento social, com mesmo modo de pensar e agir, mesmo que o contrário pudesse ser observado. Essa relação conformista demarca as ações individuais de pertencimento a um mesmo conformismo, um coletivo orientado por uma política de massa, especialmente observado entre 1930 a 1945, período em que fora seguidamente marcado por golpes e contragolpes, sem, contudo, realizar a ruptura total das estruturas políticas e econômicas no plano interno quanto externo. Estas foram parciais e lentas.

O objeto de coesão subjacentes ao caráter das crises citadas, são implicações projetadas sobre o desenvolvimento econômico, político e social do período citado, e somente se explica pelo movimento da historicidade desse processo diante do modo como se realizaram as condições da ruptura endógena que a compõem, sobre a influência de fatores externos.

Os nexos constitutivos da ruptura que demarcaram a transição para uma economia industrial e balizaram àquela etapa do desenvolvimento, se deram com

base na exploração econômica e na dominação política, ambas simbolizadas na política de massas, uma categoria condicionante e presente na relação econômica e social, que conjuga aspectos de uma prática política, cujo objetivo seria de sustentar o novo estilo de poder – a política de massas.

A esse respeito, do ponto de vista da nova ação política, a política de massas cumpre com duas condições objetivas que fundamentam a sua realização: a primeira se dá pela via da democracia populista, razão da necessidade de se afirmar e sustentar o novo padrão de organização política nacional; a segunda condição estaria na expectativa da transição para a economia industrial urbana que provocaria nas cidades e no meio urbano, um conjunto de ações e práticas políticas, capazes de criar os fundamentos de uma provável política nacional, afirmada no padrão nacionalista de desenvolvimento, tendo a cidade como a arena das principais manifestações do poder político e ação prática dos grupos organizados, rompendo assim, gradual e lento, com uma economia de tipo colonial e rural.

A política de massas, caracterizada como o novo padrão de desenvolvimento, associa aspectos do velho tipo da economia colonial, ao “novo” padrão de desenvolvimento. Tangencia-se entre os aspectos do velho tipo da ação política que orientou, desta feita, o padrão nacionalista de desenvolvimento, que nasce de forma associada, carregando os ranços da economia tipo colonial, aspecto que não lhe possibilitou estabelecer no novo padrão de desenvolvimento, que pudesse descaracterizá-lo, como associado e dependente. Conserva em si, os artefatos da sua própria negação, evidenciados na contradição do processo de acumulação nascente, característico do modo de produção capitalista.

O período aproximado, entre a Primeira Guerra Mundial e o Golpe Civil Militar de 1964, distingue a representação que esse período tem no processo de reconstrução histórica, notadamente em que ocorre a ruptura incompleta, lenta e gradual, das estruturas de poder político e econômico, no campo interno e externo, configuração social que reverberam em lutas e conflitos de diferentes frações de classes, um processo cultural que proporcionou, em meio a conflitos, formas urbanas de apropriação dos espaços como campo de uma arena pública, protagonizada por parte da sociedade civil e organizações florescidas dentro dos movimentos e partidos de esquerda.

Dois tendências de desenvolvimento se antagonizam no período citado. Por um lado, o agravamento do padrão getuliano, ou aquela política denominada de

populismo de desenvolvimento econômico e social, finda com a chegada ao poder do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que protagonizou no ano anterior, 1955, via de regra, um conflito Militar Civil para garantir a posse do presidente. No entanto, o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960), “associou de forma brilhante a política de massas e os compromissos crescentes com o capital externo”, (IANNI, 1971, p. 9), circunstância, não eventual, para opor-se ao modo nacionalista de desenvolvimento em razão do padrão de desenvolvimento associado e dependente. Sem distinção das condições objetivas em que se realizaram as ações do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira foram criadas neste governo as “condições mais importantes para a futura liquidação do desenvolvimento nacionalista” (IANNI, 1971, p. 10).

No plano do desenvolvimento econômico, a política doravante adotada, monetiza as condições para a ruptura com o nacionalismo econômico na perspectiva de criar e consolidar os ambientes econômicos para uma política externa que se realizasse de forma independente, - um arranjo interno que buscava, não com menor grau de importância, pactuar os objetivos da política de massas e, concomitantemente, manter os compromissos com o capitalismo internacional.

Essa dualidade de interesses e lutas se espalhou em uma imediata direção, distinta daquela, em determinados aspectos, no entanto, reproduzidas nas mesmas condições econômicas em que foi consentida a relação com o capital nacional, avaliado pelos interesses internacionais. As lutas que se sucederam no plano da organização do trabalho abrem caminho para interpretação de que o pacto proposto pela política de massas não contemplaria os interesses da classe trabalhadora, daí a necessidade de distinguir o trabalho e as suas categorias filosóficas para edificar nesse campo o conceito de classe trabalhadora como central à nova categoria nascente.

2.3 Implicações do populismo sobre a formação econômico-social da força do trabalho

Ao percorrer a bibliografia sociológica brasileira sobre a formação da força do trabalho na formação econômica e social, o pensamento que se mostra com maior centralidade se aproxima do populismo, compreendido aqui como uma categoria. Em princípio, um conjunto de teóricos brasileiros o definiram, a partir das relações

econômicas estabelecidas como uma espécie de aliança temporal entre os diversos setores do operariado nascente no cenário nacional, afeitos aos padrões de proteção ofertados pela relação capital e trabalho, relação regulada por normas que foram se instituindo, pela luta política e social, uma na correção de forças que culminaria com o contrato de trabalho, representado na sua forma ideologizada pela carteira de trabalho assinada.

O conteúdo desse pacto de classe, tem seu ápice em dissuadir como conceito de trabalhador aquela pessoa que não era vadia ou vagabunda, e se apresentaria publicamente como sua carteira de trabalho assinada.

Seus representantes circunscrevem-se numa espécie de prática política de conciliação moderada, muito embora os interesses das frações de classe da burguesia industrial e os interesses de um sindicalismo amarelo, - que representariam a classe operária e alguns segmentos dos setores médios sociais -, caminharam juntos por determinado período.

O aparelho de Estado atuaria através de uma política nacionalista, para mediar os possíveis conflitos, conformando interesses e acomodando práticas que defendiam o Brasil moderno para sair do atraso e superar o subdesenvolvimento. Nessa lógica o Estado age também como o principal financiador e avalista da nascente industrialização para ultrapassar a sociedade patrimonialista, vista como conservadora e tradicional, geralmente ligadas aos setores agrários do país.

Esse ajuste entre os interesses proclamados no processo de industrialização é o motor do capitalismo que previa:

- a) Superar o subdesenvolvimento nacional e estabelecer um conceito intervencionista de nação, um tipo de nacionalismo de estado, operado por instrumentos privados da hegemonia capitalista nacional, uma espécie de hegemonia tupiniquim à brasileira;
- b) Concomitante a esse processo, não menos ambiciosa seria a concepção de desenvolvimento, cujo objetivo seria repartir o bolo do crescimento econômico depois de apurados os resultados, incluindo nessa relação, os interesses dos circuitos econômicos internacionais que negariam a luta de classes, muito embora sempre estivera em estado latente.

Observa-se que o conceito de populismo, especialmente aquele protagonizado pelo do Estado, cujo papel decisório na implementação de uma

agenda nacional de política financeira, era anunciada para fomentar o processo de industrialização, invertendo assim a matriz econômica de importações de bens semiduráveis, para incentivar essa mesma produção no mercado nacional.

Cria-se desse modo as condições operacionais da indústria nacional, que necessitaria de um operariado treinado, pacificado, com força de trabalho desejável e pouco protagonista, aspectos que se encaixariam ao pragmatismo do modelo de desenvolvimento nacional. A esse mesmo modelo de desenvolvimento são agregadas reservas no mercado interno, um sistema de proteção da indústria e a sua produção, que se aventuraria na construção dos pilares macroeconômicos para uma política econômica externa, se dando não mais na forma dependência econômica.

No entanto, além das preocupações com a política econômica interna e externa, o Estado se ocupou da política de massas, implementando medidas que agradariam o operariado e setores médios da sociedade brasileira, sendo conduzidas por líderes carismáticos, estabelecendo assim a ligação entre os interesses das massas e os interesses do Estado. O comício, o rádio e os programas de auditórios agem no campo da subjetivação para criar no imaginário popular a ideia do líder populista como um representante legítimo.

No entanto, a de se observar uma outra tendência presente no debate sobre o populismo e as críticas que são levadas a termo. Este debate circunscreve a crítica pontual para demonstrar o protagonismo da experiência do operariado como classe social e não apenas como massa.

A partir dos anos 2000 o termo político atribuído ao populismo sofre incongruência teórica. Estão entre os pesquisadores que elaboraram a crítica, um grupo de historiógrafos, com formação acadêmica que se lhes permite discutir o cenário nacional. Rastreado as pesquisas, é possível encontrar a obra de Ângela de Castro Gomes (2005), relevante contribuição que discute sobre a “Inversão do Trabalhismo”. Uma discussão aproximada também é encontrada em Daniel Aarão Reis Filho (2001), em específico na obra “O colapso do colapso do populismo ou A propósito de uma herança maldita”.

Aproximando a esta perspectiva teórica, Jorge Ferreira (2005), em “O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular; 1945-1964”.

Na produção da crítica ao centralismo, Carlos Fico (1996) em “Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)”. São Paulo, 1996. Tese Doutorado – USP.

Na abstração desses estudos, enfatizo em grande parte a necessidade da valorização da experiência de classe, na direção da discussão de Thompson (1987) em “A Formação da Classe Operária Inglesa. A árvore da liberdade”, literatura que demonstra a discordância com o termo populismo ao abordar a classe não como populismo e sim como trabalhismo.

Os desenhos teóricos contemporâneos a esse campo da crítica podem ser remetidos na reconstrução histórica para compreender o movimento dos trabalhadores brasileiros nos anos 1950 a 1960, observável através do agir da classe de forma consciente, compreendida como categoria em movimento, capaz de atuar sobre determinada conjuntura e não servindo apenas como movimento de massas. Essa definição se aproxima do conceito já atribuído por Thompson como o “fazer” da classe trabalhadora, conceito a ser retomado nesta pesquisa.

Não se desconhece a crítica às formulações de Thompson, em particular as proferidas por outro historiador, Eric Hobsbawm (1987) em seu artigo “O fazer-se da Classe Operária”. Para Thompson o fazer de a classe trabalhadora objetiva compreender os trabalhadores em seus próprios afazes, seus modos de vida e como a realizam, seu mundo social, como respondem a esse mundo e que contribuição trariam para uma sociedade trabalhista. Na perspectiva de Hobsbawm há necessidade de retorno a periodização (1870-1950) para compreender como a classe teria se “formada” e como teria sido “feita”. O conceito de classe trabalhadora estaria associado a uma cultura operária. Apresenta-a como categoria histórica e recusa o sentido de “acabada”, “pronta”. O que caracteriza seu estado de permanência é a sua constante mudança.

Voltando a contribuição de Angela de Castro Gomes (2017), o conceito de populismo é trocado pelo de trabalhismo diante do processo de diferenciação provada pela crise estrutural da Revolução de 1930 em relação ao Estado nacional e ao formalismo político. Evidente que nesse processo, - a invenção do trabalhismo, - a autora não deixa claro o lugar ocupado pelo trabalhador, se no trabalhismo corporativo ou no trabalhismo de Estado entremeios a aliança policlassita ou na pactuação entre classes sem rupturas já criticadas por Ianni (1971).

3 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E A QUESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Karl Marx

No estudo das sociedades e suas configurações, a produção da existência e os desenhos objetivados para mantê-la, são resultantes da prática humana. Sob essa questão objetiva pretende-se com a pesquisa em ciências sociais sistematizar o movimento da história como categoria do conhecimento, para elucidar a própria dialética em movimento, realçar os processos mais amplos da vida social, para então distingui-la, como a expressão de uma forma do pensar e como método para a produção do conhecimento científico.

Como movimento destina-se a direcionar nosso olhar para compreender os processos reais que se dão a partir da vida social, tomando os aspectos circunstanciais em particulares, para então especificar a relevância de uma problemática, estabelecer as características de um determinado campo empírico, elevá-los à abstração, - observada como a passagem entre as distinções dispostas no campo empírico e a apropriação do conceito em si mesmo.

Entretanto, no campo teórico que delimito neste capítulo não demonstro interesse apenas nas evidências abstraídas do campo empírico, mas estabeleço um passo adiante: compreender e destacar as mediações que se manifestam para além da aparência fenomênica, com vistas a buscar o real pensado e evidenciar as contradições que circundam o Estado moderno, o movimento da sociedade civil frente à questão da proteção social para estabelecer os nexos presentes nos processos concretos que compõem a vida material.

3.1 Estado, Hegemonia e as margens da Questão Social

Para dar conta da tarefa anunciada acima a prática da pesquisa se reveste de um cunho metodológico que nos ajuda a pensar sobre as relações em sociedade a partir das categorias da “totalidade”, da “contradição” e da “mediação” conceitos

clássicos que delimitam as possibilidades, confirmar o movimento do real refletido na dinâmica que é o oposto da sua própria existência.

Ainda sobre a tarefa anunciada na pesquisa é acertado compreender que a realidade social é enganosa aos olhos do pesquisador. São aparências dispostas em suspensão, capazes de esconder o movimento do real. Considero-a hábil para turvar a concepção sobre a história e produzir aos olhos do pesquisador uma aparência do real. Para cumprir essa função, o que é particular pode se relevar como accidental por meio de uma ideologia com base no real. Tal prática espontaneísta e idealizada se desconexa do campo material real.

Tomando o campo empírico, numa primeira ordem, as coisas estão dispostas e podem ter a aparência do real, mas, contudo, esconde a essência. Entendo o real pensado fora da manifestação da aparência, quando recoloca a história como método e não se desenvolve como realização de uma ideia, ou através dos aspectos de uma sociologia compreensiva, ou até mesmo em última instância, através de uma consciência crítica sobre as compreensões superestruturais.

As demarcações preliminares acima são relevantes para introduzir a discussão sobre a questão da proteção social, de modo a encontrar o ponto de inflexão, tanto na história quanto no campo empírico. São possibilidades para pensar e deixar manifesto os conceitos atribuídos à questão social, pois estão dispostos em relação à sociedade e ao modo de produção de onde emerge as necessidades para prover proteção social.

A lógica desse processo remete ao campo das relações produtivas e as relações de classes, uma vez que esses dois conceitos apontados não tratam sobre o indivíduo como categoria sintética. Não se cogita dessa condição como um sujeito participante da sociedade e das relações de produção e imediatamente auto excluído da relação orgânica e produtiva.

Para estabelecer esses distanciamentos, objetivo discutir a questão da proteção social, como categoria central que deriva do próprio fundamento material da história e apresento-a como percepção e não somente como realização final do Estado, como um apêndice de uma política ou à margem dela. A esse respeito deixo evidenciado que se trata de uma categoria gestada na realização do modo de produção capitalista, que em si contém o agente da exclusão social, pelos próprios antagonismos subjacentes. Essa compreensão também ajuda a estabelecer certa distância com a interpretação imediatista e utilitarista da questão da proteção social,

concebida apenas como categoria que sintetiza uma política social para atender demandas de uma certa realidade social, como se essa mesma realidade social estivesse distante das formas anacrônicas da natureza excludente, de um determinado modo de produção.

Nesse estágio de entendimento sobre a realidade, elevo a discussão sobre a questão social para examiná-la sob outra compreensão, como categoria relacionada com o método, exercício que contribui para considerar as configurações sociais e materiais que estão imbricadas na superestrutura social, com destaque para a composição da sociedade civil, como a parte gelatinosa da sociedade política cujo movimento caminha na conformação consentida pela coerção, atuando como cimento nas relações sociais.

Nessa racionalidade, o sentido material atribuído à questão da proteção social, deriva de um movimento que ocorre no interior da sociedade civil e concomitante na sociedade política, conseqüentemente para a instituição de uma estrutura com maior poder de ação. Nesse caso, o Estado em movimento refletido da sociedade civil e na sociedade política, age como instituição política que reclama para si o monopólio da coação física legítima pelo uso da força, para operar em diferentes circunstâncias como mediador ou como parte dos conflitos, apresentando-se capaz do ponto de vista da sociedade política, para tomar e ou induzir decisões a respeito do alcance e dos limites das políticas públicas por ele desenvolvidas. (WEBER, 1999).

Esse Estado na perspectiva weberiana tem o modo legítimo da dominação pela coação, como ocorreram nas sociedades precedentes e são manifestações presentes na sociedade contemporânea que:

[...] consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima). O Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetem à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores. Colocam-se, em consequência, as indagações seguintes: em que condições se submetem eles e por que? Em que justificações internas e em que meios externos se apoia essa dominação? (WEBER, 2011, p. 57).

Objetivamente se por um lado encontramos racionalidade para responder à pergunta se podemos viver em uma sociedade sem violência legítima exercida pelo Estado, outra imediatamente surge: de que novo tipo de Estado almejado estamos

falando e qual poderá satisfazer as necessidades da sociedade contemporânea com equidade?

Avalio que nas sociedades contemporâneas, especialmente aquelas que ocorreram no ocidente, o Estado moderno passou a ser um ator com maior centralidade no processo decisório, concorrendo na arena pública com os mesmos mecanismos de atuação realizados na esfera pública, - para organizar a vida social - , e ampliar as possibilidades do capitalismo se expandir, gerando acumulação, desigualdade e pobreza na mesma relação.

O Estado não produz situações econômicas, mas é prontamente a expressão legítima delas, pois é o agente econômico a serviço do capital. Essa distinção torna-o com um atributo unidimensional para alcançar os espaços sociais e econômicos, pois tem a legitimação e a cobertura estabelecida pelo direito racional, formatado nas Constituições e normas do direito objetivo, aplicável sobre o território e simultaneamente como representação do modo de prover a vida em determinada sociedade.

Para assegurar a existência do Estado moderno “como grupo de dominação institucional, com o monopólio da violência legítima”, Weber (1999, p. 525), este Estado com essas propriedades ampliou as suas ações, especialmente a estrutura administrativa para difundir-se como poder de estado, atuando no domínio do poder executivo. Todavia esse conjunto de práticas não o define como um Estado, como menciona Weber:

Do ponto de vista da consideração sociológica, uma associação "política", e particularmente um "Estado", não pode ser definida pelo conteúdo daquilo que faz. Não há quase nenhuma tarefa que alguma associação política, em algum momento, não tivesse tomado em suas mãos, mas, por outro lado, também não há nenhuma da qual se poderia dizer que tivesse sido própria, em todos os momentos e exclusivamente, daquelas associações que se chamam políticas (ou hoje: Estados) ou que são historicamente as precursoras do Estado moderno. Ao contrário, somente se pode, afinal, definir sociologicamente o Estado moderno por um *meio* específico que lhe é próprio, como também a toda associação política: o da coação física. "Todo Estado fundamenta-se na coação", disse em seu tempo Trotski, em Brest-Litovsk. Isto é de fato correto (WEBER, 1999, p. 525).

Da contribuição weberiana pode-se abstrair que o alcance do Estado como associação política fundamenta-se pela coação física e não apenas pelas práticas setoriais, pela política social que incrementa, mas pelo domínio exercido por meio da coação considerada como um atributo novo em relação ao agrupamento das demais associações, como refere Weber:

Se existissem apenas complexos sociais que desconhecêssem o meio da coação, teria sido dispensado o conceito de "Estado"; ter-se-ia produzido aquilo a que caberia o nome de "anarquia", neste sentido específico do termo. Evidentemente, a coação não é o meio normal ou o único do Estado - não se cogita disso -, mas é seu meio específico. No passado, as associações mais diversas - começando pelo clã - conheciam a coação física como meio perfeitamente normal. Hoje, o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território - este, o "território", faz parte da qualidade característica -, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Este é considerado a única fonte do "direito" de exercer coação (WEBER, 1999, p. 525-526).

Dois novos elementos são agregados às especificidades do Estado moderno, para definir aquelas que lhes são próprias: a coação física legítima exercida a partir de determinado território e a permissão dada pelo próprio Estado para exercê-la. A essas atribuições aplica-se a concepção do Estado imerso em uma situação de classes sociais, que permite a direção e o controle, próprias do modo de produção. De forma clara, ampliando o conceito, o Estado é o agente econômico em movimento das classes produtivas. Entretanto, essa conformação só pode ser percebida como forma concreta se associada a um determinado modo produtivo que dita as regras estruturais de uma economia.

No passo seguinte é necessário ampliar o conceito. Deixando a visão utilitarista adotada pelo pensamento Weberiano, compreendo que é necessário dialogar com a tradição do pensamento Gramsciano para apreender o conceito sobre o bloco histórico, sociedade civil e sociedade política.

Principiando sobre o que considerou em "Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo" Gramsci (2001), a teoria não estabeleceu precedência para estudar a relação entre a estrutura e superestrutura. A centralidade da relação estrutura superestrutura reside no detalhamento daquilo que as uni, no mesmo bloco histórico. Diz que:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". Seria possível medir a "organicidade" dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto) (GRAMSCI, 2001, p. 21).

A centralidade do novo tipo atribuído ao Estado por Gramsci é procurar entender o que produz a unidade em uma realidade histórica concreta, para

assinalar por um lado, a estrutura social – as classes – que guardam vínculo direto com a estrutura produtiva, e por outro, os agentes que ocupam a superestrutura ideológica e política cuja função num primeiro plano não é agir no campo econômico, mas mediar os conflitos em diversos graus de organicidade, as forças produtivas e a superestrutura.

Gramsci reinterpretou o pensamento de Marx, nos seguintes termos:

Por enquanto, pode-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico" (GRAMSCI, 2001, p. 21).

Esse sistema de valores que Gramsci denominou de "ideologia", é a expressão da "hegemonia", cuja função é a expansão e integração a um sistema social, ação desenvolvida por um "grupo de intelectuais". É verdade que "a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus" (GRAMSCI, 2001, p. 10).

A "sociedade civil ou a direção cultural e moral" é parte de uma totalidade imbricada com o bloco histórico, cuja complexidade revela também a sociedade política ou os aparatos do Estado, com funções mútuas. Gramsci redesenha os conceitos emprestados da noção de sociedade civil, inicialmente desenvolvidos por Hegel e utilizados por Marx, - ambos percebiam a sociedade civil como um adjacente de relações que cumpririam uma função específica em um sistema de produção por determinado tempo e num determinado espaço.

O conceito ampliado por Gramsci é diametralmente oposto a concepção de Hegel, pois, compreende a sociedade civil na superestrutura, como esfera de coesão com a sociedade política, um realinhamento que define a função da direção intelectual e moral de um sistema social. A sociedade civil pode ser considerada sob os seguintes aspectos:

Como hegemonia política e cultural, exercida pelas ideologias da classe dirigente que perpassa todos os grupos sociais e realizada nas artes, nas ciências, na economia no direito como conteúdo ético do Estado. Esclarece Gramsci:

Toda relação de "hegemonia" é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial,

entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (GRAMSCI, 1999, p.399).

Ainda como hegemonia associa-se ao conceito de Estado Ampliado constituído pela associação entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil. Aqui o Estado é concebido na forma concreta, quando imbricado a um modo econômico que se relaciona com as classes produtivas: em específico a que detém o capital e aquela constituída somente pela força de trabalho.

Dessa manifestação não deriva a possibilidade utilitarista, como meio e fim na relação com o Estado e com as classes produtivas. Aplicando essa análise para uma conjuntura estrutural de capitalismo atrasado e dependente, é possível traduzi-la da relação de um plano superestrutural com a sociedade civil, esta última de acordo com o pensamento gramsciano, percebida como o “conjunto de organismos vulgarmente denominado privados, prepostos à função de hegemonia”. (GRAMSCI, 2001, p. 21).

Por outro lado, num salto metodológico Kosik (1976), tem um entendimento da conjugação entre a sociedade civil e o Estado. Serve para produzir na sociedade em geral, um sistema de controle relativos às questões que estão no nível do "fator econômico", (KOSIK, 1976, p. 12), que desempenham a função de regulação das variáveis de mercado, estabelecendo as regras e intervindo nos mecanismos de mercado¹⁰: juros, controle da oferta das mercadorias, preços, composição dos salários (mínimo) e constituindo um sistema de seguridade social que atenua os riscos a que os trabalhadores estão submetidos, como forma de proteção social longitudinal.

Esta distinção é necessária para estabelecer a diferença entre "*fator econômico*" e "*estrutura econômica*", evitando com isso os automatismos, conforme nos diz Kosik:

[...] o "fator econômico" e a fé no fator social são frutos da *opinião*, sendo uma característica que acompanha um desenvolvimento ainda pouco avançado do *pensamento científico*. Tais conclusões atingem apenas o reflexo ou a consequência, mas não a problemática mesma da origem dos fatores. O fato originário e decisivo não consiste na influência do *pensamento científico* ou no seu aspecto limitado e unilateralmente analítico, mas na decadência da *existência social*, na atomização da sociedade capitalista. Os fatores não são originariamente um produto do pensamento ou da investigação científica; são determinadas formas

¹⁰ Quando me referido ao mercado faço-o do ponto de vista da Crítica da Economia Política do Capital, remetendo a Marx, Engels e Gramsci considerando-o como manifestação de uma forma concreta do capital, como estrutura econômica determinada.

históricas de desenvolvimento, nas quais as criações da atividade social do homem adquirem autonomia e sob este aspecto se tornam fatores e se transferem à consciência acrítica como forças *autônomas* independentes do homem e da sua atividade (KOSIK, 1976, p. 112).

As determinadas formas autônomas que gerem ou controlam a atividade social são independentes na visão acrítica dos sujeitos, pois ainda está num estágio pouco avançados e não produz a crítica de si mesma e nem do contexto social. A distinção entre a estrutura econômica e o fator econômico é necessário, como nos diz Kosik (1976).

A distinção entre a *estrutura econômica* (que é um dos conceitos fundamentais do materialismo marxista) e o *fator econômico* (conceito que aparece frequentemente nas teorias sociológicas vulgares) nos dá a chave para compreender o significado central da economia política no sistema das ciências sociais e o primado da economia na vida social. A questão principal, de grande importância para a compreensão do marxismo no seu conjunto e dos seus problemas isolados, pode ser colocada nos seguintes termos: seria possível a uma economia política pré-marxista tornar-se a base de uma concepção científica, isto é, materialista, da História? Compreender o significado da economia como *estrutura econômica* da sociedade e ao mesmo tempo como ciência de tais relações significa elucidar o caráter da economia: a economia não é o fator do desenvolvimento social e a ciência da economia não é, portanto, a ciência deste fator. A objeção apresentada pela crítica, de que a teoria materialista da História só seria válida para a época capitalista - porque nesta é o interesse material que predomina e a economia conquista a autonomia, enquanto ao contrário na Idade Média predominava o catolicismo e na Antiguidade, a política - equivale a uma evidente incompreensão da teoria de Marx (KOSIK, 1976, p. 113).

Na direção de outro salto qualitativo na história, a respeito da perspectiva acima apontada, também considero aceitável que na sociedade do ocidente, o capitalismo pós-guerra no período de 1940 a 1970, sofreu alterações na estrutura econômica, aproximando das condições de bem-estar social, muito embora preso aos fatores econômicos que mediatizaram a concepção da vida social, das políticas do Estado e as influências da sociedade civil sobre a sociedade política. Com a intervenção de uma política de controle, pode ser considerado o período como a última onda de crescimento mundial do capitalismo, pois as economias obtiveram altas taxas de desenvolvimento. (MANDEL, 1982). Essa tendência de longo prazo da economia capitalista não se confirmaria diante a atrofia do setor terciário, sucumbida pelo desenvolvimento de novas tecnologias com substituição da maquinaria pelos novos modelos autônomos.

Os indivíduos constroem relações determinadas e implicadas que independem de vontades particulares, cujo objetivo será atingir graus elevados nas

relações de produção, o que corresponde a períodos com algum alcance de diferenciação no desenvolvimento social.

O mesmo modo econômico, social e cultural que produz a sociedade, produz também as formas básicas de coesão e conflito, conformismo e reação, práticas sociais que operam para a direção do movimento social da história das sociedades. Nesse sentido a mesma sociedade produz, através de suas práticas os desenhos de proteção social. No caso específico, concebo que o estudo sobre a questão da proteção social no Brasil, está inserido na objetivação histórica da sociedade, nas ideologias e suas contradições, como construção de dominação social e política, estabelecidas desde o processo de colonização por uma relação de força patrimonialista.

O cenário sócio histórico acima apontado, é composto de uma base empírica que dá margem para analisar a questão da proteção social. Esta análise leva em consideração uma busca superior, para além da epistemologia da temática, para agregar conteúdo empírico e remeter para a história da formação econômica e social, já discutidas nos capítulos precedentes desta pesquisa, reverberadas em ciclos econômicos que antecederam a formação econômica do capitalismo brasileiro. Este pressuposto aponta para os fundamentos da questão da proteção social no Brasil, a sua forma e a sua constituição orgânica, porém tardia de um longo processo presente na prática objetiva, desde a disposição da colônia portuguesa nestas terras, até a contemporaneidade.

Partimos da tese de que a base empírica para o estudo da questão social já estava colocada como um processo de dominação econômica, pelos laços de exploração que se deram nos ciclos econômicos dirigidos por expropriação e negação de direitos, até então de longe nem se quer haviam sido inventados como produto da constituição da sociedade brasileira.

Esse processo de dominação estrutural de longa duração, foi apropriado para produzir as desigualdades estruturais, de renda, de cultura e de não acesso a bens, serviços e processos, produzidas no interior da relação do capital e do trabalho, que por natureza se mostram contraditórias, especialmente no contexto do capitalismo dependente. Os arranjos econômicos para organizar as forças produtivas internas na sociedade brasileira, para enfrentar os problemas sociais, se deram à luz dessa configuração, conformando subdesenvolvimento econômico, dependência

econômica e desenvolvimento tardio, categorias que facilitam a apreensão da desigualdade estrutural, fenômeno persistente desde a sociedade patrimonialista.

3.2 A questão da proteção social nas relações de produção

É claro nesta pesquisa, que a questão da proteção social segue uma direção como categoria metodológica de análise. É recorte da história e recolocada na estrutura da sociedade como produto antagônico. No momento da sua criação cinge-se como categoria da própria sociedade que tem a capacidade para produzir os mecanismos de exclusão e ao mesmo tempo produzir uma malha de proteção com maior ou menor cobertura, dependendo da orientação política vigorada.

Ainda no plano metodológico, a categoria da proteção social tem uma aparência desconexa com as categorias estruturais que delimitam o modo de produzir a sociedade. É relevante salientar que nas sociedades em que expropriação da vida ao máximo é pressuposto do modo econômico, a proteção social se torna algo estranho.

O modo econômico de produzir a vida em sociedades, onde o capital determina o modo de ser e de agir dos indivíduos, é conjugado com estranhamento entre as forças sociais que disputam a direção e o comando do Estado, agindo cada uma em seu próprio campo de atuação. Todavia, na produção social da vida são produtos entrelaçados procedentes da consciência humana, tendo por base um campo material e histórico. Nesse sentido, denomina Marx (1982).

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, seguiu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas da consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1982, p.25).

Ao aprofundar esse debate, Marx redireciona a discussão para o essencial das teses econômicas que se ocuparam com os resultados das relações produzidas apenas no campo econômico. Ao reformulá-las introduz a categoria do valor para

discutir sobre as teorias econômicas. Formula a crítica aos economistas burgueses Petty, Smith e Ricardo, demonstrando que cometeram erros, com a ocultação da historicidade dos meios de produção.

Nessa base material, a questão da proteção social circunscreve-se na produção social da vida, em meio às relações de produções e das forças produtivas, manifestas pelas lutas de classes sociais, lutas díspares entre os interesses do capital e as pretensões da classe que vive do trabalho.

Marx aponta uma ruptura ontológica, (LUKÁCS, 2012) com a Filosofia especulativa: não se parte da lógica da coisa, mas sim da coisa da lógica, da vida e não do conceito para a vida. Utiliza do conceito de totalidade para explicitar como se dão as relações de produção e como os meios de produção interferem na construção do social, desmistificando o caráter objetivo da economia política que naturaliza os processos de desigualdade, gerados pela luta de classes.

Partindo desta lógica, o que interessa nesta pesquisa e para a discussão são os apontamentos para além da questão residual presentes nas relações de produção: tomo como pressuposto a crítica produzida por Marx, ao modelo de Estado universal e a propriedade privada dos meios de produção.

Neste ponto da pesquisa, faço um recorte para discutir no item seguinte, a questão social na sociedade salarial e não apenas a questão da proteção social.

Tomo a análise das relações sociais de produção, após a consolidação da burguesia como classe social dominante na França e na Inglaterra, para destacar a emergência do proletariado como sujeito histórico, afirmado e organizado politicamente com consciência de classe e do seu papel como agentes sociais, conscientes e providos das condições ideológicas e políticas para enfrentar as lutas contra burguesia capitalista.

Da tomada de consciência de classe pelo proletariado em decorrência desse processo, ressalto a decadência ideológica do pensamento econômico da burguesia. Como poderia a concepção burguesa explicar as contradições já conhecidas na sociedade capitalista e agora incorporadas na consciência de classe dos trabalhadores?

Metodologicamente, coube ao liberalismo provocar o estudo das questões sociais, evidentemente buscando esconder as contradições internas e externas, presentes nas relações de produções burguesas. Este campo que se encarregou de enquadrar as relações de produção ao campo da circulação de mercadorias com a

defesa burguesa, as contradições residem na tentativa da sua mistificação, como ordem natural, de modo a preservar uma posição, frente às lutas socialistas.

A fase insurgente da economia burguesa, - da industrialização na Grã-Bretanha a Revolução Francesa - é marcada pela decadência ideológica, em especial na medida em que a classe operária tem acesso às obras socialistas, as artes e a literatura. Ao escrever O Manifesto Comunista (2001), Marx muda o entendimento conceitual da revolução burguesa: de liberal para socialista.

Assim, como seria possível problematizar o alcance dessa categoria no terreno histórico do capitalismo na particularidade brasileira?

3.3 Configurações da questão social na sociedade salarial

Delineado o cenário material e histórico pelo qual se tratará a questão social, cabe realocá-la no espaço objetivado, campo material e real, construído na ordem social capitalista.

Compreendida como criação histórica e humana, seus limites e possibilidades são apreendidos em diferentes momentos na história. Ainda que tratada como categoria dependente da economia, quando analisada se enlaça na realidade histórica com outras categorias tais como: estruturas econômicas, políticas, sociais, relações de trabalho, legislação e salário, inerentes à formação social.

O entrelaçamento analítico da questão social com categorias de outra ordem é indispensável para conjugar cognitivamente, pois não se fecha em si, na trama do tecido social.

Situar a questão social como produto da ordem econômica, requer compreendê-la e inserida aos modos de produção capitalista, como ação possível e não consumada, no sentido de minimizar os efeitos da alienação do trabalhador do seu produto e das fraturas sociais criadas pela própria ordem social vigente.

A concepção para o estudo da questão social se dá na base econômica, compreendida como:

[...] a concepção segundo a qual a instância econômica, sendo a base da vida social dos homens, não existe senão permeada por todos os aspectos dessa vida social, os quais, por sua vez, sob modalidades diferenciadas, são instâncias da superestrutura possuidoras de desenvolvimento autônomo relativo e influência retroativa sobre a estrutura econômica (GORENDER, 1996, p.21).

A esse respeito, Lefebvre (1973) acrescenta que a (re)produção do modo de produção capitalista, não se resume apenas a (re)produção dos meios de produção (máquinas e alienação da força de trabalho), mas como as relações sociais são constituintes da reprodução das suas próprias formas de produção, entrelaçadas na base econômica, como por exemplo, a relação capital e trabalho. A tensionalidade dessa controvérsia é precedida na historicidade das sociedades urbano industriais e da sociedade salarial europeia do século XIX.

Coloca-se como invenção da sociedade moderna, dentre as quais, as próprias categorias sociais e políticas que mitigaram os processos de regulação do mercado de trabalho livre. Com esse recorte teórico proposto, não desapercebo das discussões realizadas nos capítulos anteriores e também dos eventos que antecederam a discussão sobre o social, contudo, privilegio a discussão a partir daqueles evidenciados nas relações da sociedade salarial, em específico as “formas dominantes de cristalização das relações de trabalho na sociedade industrial [...], manifestos na condição proletária, condição obreira, condição salarial” (CASTEL, 1995, p.271).

Tomando os conflitos provocados pela revolução política na França, a revolução industrial na Inglaterra e a nascente sociedade salarial, - ao tempo que a industrialização abre caminho para a moderna empresa e o trabalho assalariado, - a questão social ganha um novo componente: a proteção à sociedade salarial tenderia a desaparecer entre as décadas de 1950 e 1960, fenômeno que arrasta consigo o rol histórico da classe obreira.

O conflito central desse processo estaria no modelo de sociedade configurada entre “assalariados e não assalariados, ou seja, entre o proletariado e a burguesia, trabalho e capital” (CASTEL, 1995, p. 304).

Não se nega a centralidade do conflito social, polarizado entre os interesses de uma crescente burguesia e a sociedade salarial, fenômeno que dá origem a fratura entre capital e o trabalho. Assim, na medida em que toma nova configuração, a questão social é compreendida sob dois aspectos:

- a) Por um lado, como cenário intencional conflituoso entre os interesses do mercado de trabalho livre, orientado por vezes pelas teorias solidaristas e socialistas, e;
- b) Por outro, como pretensão a mediações que pudessem aflorar coerência e coesão social frente às desordens do capitalismo, em suas

sucessivas e desagregadoras crises, próprias da ordem social capitalista.

O cenário categorizado entre os interesses antagônicos do capital e do trabalho exigia na pertença do trabalho direito social, já para o capital, uma possível resposta da orientação liberal do século XIX à crítica marxista a respeito das liberdades políticas, dentre elas, a relação com o mercado de trabalho livre. No *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, Marx (2010) tece crítica a respeito da alienação do trabalhador, em relação ao seu trabalho.

A alienação do trabalhador do seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica (MARX, 2010, p.112).

Marx aprofunda suas teses e apresenta para o debate econômico a estreita relação do capital com o trabalho, cuja força empregada pelo trabalhador para produzir o fruto do seu trabalho, o aliena. Uma nova existência apodera do objeto e com autonomia cria oposição ao trabalhador com traços de hostilidade. Nesse percurso observo o distanciamento do trabalhador ao seu objeto, impossibilitando-o a uma racionalidade semelhante à sua origem.

Essa análise traduzida por Marx reordena a relação do trabalhador e o objeto, tece críticas à economia clássica e aos movimentos econômicos que não avaliam a razão dos antagonismos recaído sobre a propriedade privada dos meios de produção. Marx discute o conceito de mais-valia que consiste no trabalho estranhado, reservando-se ao trabalhador apenas o pagamento do salário em sua extensão de mercadoria, destinada para suprir apenas a necessidade de subsistência do trabalhador.

Para orientar a discussão em torno do trabalho estranhado, originário da desproteção social, tomo a obra de Karl Polanyi “A Grande Transformação” (2000), para ressaltar o termo “invenção social”, compreendida como a criação das condições sociais, políticas e institucionais afeitas à ação do Estado, em termos de direitos e políticas sociais, influenciadas pela regulamentação do mercado de trabalho livre, nas sociedades urbano industriais na Europa.

Diz o autor que “o mercado de trabalho foi o último dos mercados a ser organizado sob o novo sistema industrial” (POLANYI, 2000, p. 99). No entanto, os

benefícios criados não puderem esconder as suas contradições, a destruição e desagregação social. Argumenta que:

[...] agora surgira o problema crucial. As vantagens econômicas de um mercado livre de trabalho não poderiam compensar a destruição social que ele acarretaria. Tiveram que ser introduzidas regulamentações de um novo tipo para mais uma vez proteger o trabalho, só que agora, contra o funcionamento do próprio mecanismo de mercado. Embora as novas instituições protetoras – sindicatos e leis fabris – fossem adaptadas, tanto quanto possível, às exigências do mecanismo econômico, elas interferiam com sua auto regulação e finalmente destruíram o sistema (POLANYI, 2000, p. 99).

Emprestando o construção conceitual, cito aparecimento dessas mudanças como a "invenção social", abarco-a como um novo tipo de regulamentação para proteger o trabalho, esta, concernente a sociedade inglesa, o que não significa uma transposição direta da obra do autor, para o contexto da questão social na sociedade contemporânea brasileira, mas, todavia, o termo sugere processos de sistemas de proteção social, que agem sobre a própria ação do mercado e do trabalho.

A expressão tende a dar conta da construção teórico-metodológica das características das intervenções públicas, em termos de direitos e políticas sociais, que marcam a intervenção do Estado na passagem de regimes de proteção privados para as intervenções públicas, com uma invenção da nova concepção de sistemas de proteção social, desta feita implementados pela ação estatal.

Essa perspectiva aproxima ao tratamento estatal dado à questão social no Brasil, muito embora reconhecidos como direitos sociais tardios, em meio à periferização das classes populares e na luta pela cidadania (SPOSATI, 2002). O conteúdo dos direitos sociais tardios reflete o campo material contraditório, aonde a ação do Estado detém a institucionalidade regulada da questão social.

Para Castel (1995), o Estado nacional é o ente que centraliza a institucionalidade da "proteção social e de guardião de uma nova ordem de redistribuição de bens" (1995, p. 315). Aponta para as possibilidades e limitações do intervencionismo estatal presentes na sociedade burguesa e toma o pensamento marxista para "explicar" o capitalismo: para o marxismo o capitalismo e o Estado são instrumentos de domínio do capital sobre as classes trabalhadoras assalariadas.

Castel aponta na obra "Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat" (1995), a orientação teórica que conduz o Estado como ente responsável pela regulação, sob a forma de distribuição de renda. Esta é a forma

como a questão social pode ser compreendida como proteção social estendida aos trabalhadores numa relação de trabalho, concebida como política de proteção que amenizaria os riscos da atividade laboral e a inatividade, ao tempo que serviria para implementar políticas de acesso aos direitos sociais afeitos a atividade laboral.

Polanyi (2000), amplia a discussão e coloca a questão social como um construto das sociedades urbano industriais, com criação das instituições que regulam as dimensões sociais e políticas, assim como os impactos com o mercado de trabalho na Europa do século XIX. Emerge em meio às formas de desagregação provocadas pela racionalidade material nas sociedades capitalistas, permeada por uma concepção republicana que mediará às contradições entre as classes, diante dos processos econômicos e políticos.

Foi Jacques Donzelot (1994), que a denominou pela primeira vez o termo “invenção social”, segundo o autor, diz respeito às intervenções no plano da sociedade salarial e do Estado, de forma a mitigar os riscos sociais e o empobrecimento dos trabalhadores, frente às desigualdades de renda e de acesso a bens e serviços.

3.4 O componente da crítica à racionalidade urbano industrial

Foi discutido até aqui as bases teóricas da questão social, porém, convém ampliá-la para um campo teórico e metodológico para além da discussão em torno dos sistemas de proteção social.

Retomo a discussão a partir do campo material, onde se processam historicamente as formas peculiares do tratamento da questão social e o lugar que ocupa nas agendas das políticas da assistência aos mais pobres e vulneráveis.

A discussão proposta diz respeito ao processo de natureza teórica, entre duas correntes de pensamento: o marxismo e o liberalismo.

- a) Do processo histórico, o marxismo representa o campo de conhecimento crítico e reflexivo sobre a ordem social capitalista e as suas formas de produção das desigualdades, produção das políticas e a ação do Estado.
- b) O liberalismo, sob a orientação da nova ordem urbano industrial capitalista, organizada sob a racionalidade técnica científica, propõem que o indivíduo poderá transpor a sua condição de pobreza, pela sua

capacidade material, livremente ofertada em condições de igualdade a todos os indivíduos. O elemento de coesão social emancipador do indivíduo seria o uso da razão por meio do trabalho, uma racionalidade técnica que na expectativa liberal democrática, seria suficientemente capaz para produzir o sentido da emancipação.

A crítica construída à orientação liberal e a igualdade entre os indivíduos é formulada por Karl Marx e Friedrich Engels.

Do ponto de vista teórico, a crítica é recolocada sobre a formação da ordem social; do ponto de vista cultural e histórico, reorganiza o papel do Estado, frente aos estranhamentos e interesses da sociedade capitalista, cuja orientação liberal não responderia com solidariedade. Coube ao Estado criar formas de solidariedade e de regulação social.

Nesse processo, a questão social é colocada historicamente como utopia de convivência social, coesão e solidariedade que diz respeito à proteção social, elementos constituintes dos fundamentos da questão social, sob um campo material conhecidamente desigual.

A desigualdade é uma lógica que permeia a questão social, está relacionado à ordem social vigente, convertida de um campo material ilógico que se associa a um espaço social, um lugar de onde emerge o vínculo social e são produzidas antagonicamente pertencas de integração social (coesão) e de desintegração social.

Os aspectos de integração social capitalistas são produtores dos antagonismos num determinado campo e compreendidos a partir da sua natureza, especificamente sob o domínio ou não da propriedade privada. A relação entre a questão social e o espaço (território), produzem as formas de sociabilidade, manifesta pelos modos de produção social e convivência humana capaz de integrar ou produzir fratura social, segmentando a sociedade em classe social, produtoras das desigualdades: pobreza, periferização, segregação e desfiliação ao processo social.

A noção da questão social que procuro discutir é tratada como o componente da crítica à racionalidade urbano industrial, historicamente submetida a sociedade contemporânea.

Ao versar sobre a questão social - em sua complexidade como processo hierárquico-, incluo-a no feitio da segmentação das classes sociais com severas e profundas desigualdades. Nessas condições são negadas em qualidade a produção

da vida material, dos mais pobres, nos espaços das cidades e do campo. Nega-lhes a acessibilidade às políticas de proteção social, serviços, moradia, trabalho e renda.

É evidente é possível de reconhecimento que o processo histórico revelou a trajetória dos diversos sistemas de proteção social: em Adam Smith (1985), o conceito liberal propõe como saída a filantropia, concomitante às práticas repressivas da pobreza, em especial sobre os homens sem propriedade e aos desocupados.

O ponto central da filantropia proposta por Smith assenta-se no processo de segregação urbana nas modernas sociedades industriais. Tal prática agudiza o processo de empobrecimento na sociedade capitalista, articulando as economias de mercado de trabalho, de tal forma que determinada ordem social regula a relação dos proprietários sob o mercado de trabalho, reprimindo a pobreza.

Basicamente com a agudização da sociedade salarial e com o não acesso à propriedade, na Europa no século XIX, foram criados sistemas de proteção, deslocados de regimes privados de filantropia e da caridade cristã, para a ação do Estado como apontados por Alexis de Tocqueville (1958) e George Simmel (1998).

Todavia, apreendo da análise da questão social no século XIX, três paradigmas, distintamente assim tratadas:

- a) Tocqueville compreende que a democracia liberal era suficientemente capaz para prover a igualdade;
- b) Marx e Engels recolocam a questão do ponto de vista da economia política, da exploração e da divisão de classes;
- c) E em Simmel é tratada como dádiva, solidarismo e cidadania.

Essas três orientações darão sentido à apropriação material da pobreza e das desigualdades sociais no capitalismo, sobre diferentes formas de ação política. Justifico o retorno a essa questão para trazer para o centro do debate, aquelas questões entremeadas na sociedade contemporânea, o que vale dizer, as atribuições das políticas públicas no cenário de acumulação e concentração mundializada do capital.

A acumulação mundializada do capital dissemina uma nova contradição capitalista, tal qual os excedentes não apropriados pela classe trabalhadora. Estas são questões desafiadoras às políticas sociais, dentre elas, a vulnerabilidade social, a precarização das condições de trabalho, o distanciamento de acesso a serviços nos espaços urbanos e no campo, os percalços da fluidez do capital volátil, a

diminuição dos postos de trabalho formal e o aparecimento de um novo precariado (BRAGA, 2012).

Essa nova ordem social, como aponta Esping-Anderson (1990), traduz para o cenário do marco regulador e institucional da economia à intervenção do Estado, com a tarefa de mediar o conflito latente entre a produção excedente, acumulação e emancipação social do trabalhador, ação expressas antagonicamente entre uma governança e politização estatal e a desmercantilização do trabalho.

Assim, o recorte teórico que proponho para o estudo da questão social desloca-se do ponto de vista da integração social, defendido por Durkheim em sua forma utilitarista do indivíduo integrado, para a sociedade como um todo complexo. O campo da sociabilidade desloca-se da tensionalidade das sociedades urbano industriais e da sociedade salarial do século XIX e início do século XX, para a precariedade formal na relação de trabalho e exclusão social.

No campo político, as lutas da sociedade civil, dos movimentos populares e de trabalhadores, mobilizam novos arranjos institucionais, clarificando o caráter mistificador da economia de mercado, que previa crescimento para depois repartição da riqueza, contrariando assim, os interesses de classe dos trabalhadores.

Com o propósito de reafirmar essas incongruências, retomo-as com as formulações em Castel (1995), quando discute as "Armadilhas da Exclusão".

Obviamente não há mais necessidade em dizer que submeto para esta discussão o conceito elaborado por Castel (1995), sobre a "nova questão social" composta por sua múltipla dimensão de "exclusão social". Nesse contexto, a questão social passa a ser tratada como exclusão social. Todavia, o conceito não encontra explicação em si mesmo, mas, pela análise do estado de todos os sujeitos que se encontram fora dos circuitos de integração social. (CASTEL, 1995).

Só terá sentido a análise da exclusão social, quando colocadas em uma situação de não autonomia, reordenada numa situação de processo. Esses resultados não têm sentido em si mesmo, pois constituem o resultado de trajetórias diferentes, ainda mais que de fato não se nasce excluído, nem se esteve sempre excluído.

O uso do termo excluído traz consigo algumas armadilhas pela generalização e conclusões precipitadas.

A primeira delas "[...] é justamente a heterogeneidade de seus usos. Ela designa um número imenso de situações diferentes, encobrendo a especificidade de

cada uma” (CASTEL, 1995, p. 18). Pensar em termos de exclusão reduz a rotular negativamente, como sinônimo de ausência, de carência, falta de alguma coisa, não estar integrado, sem, portanto, dizer sua dimensão multifacetada e de onde provêm.

Num primeiro momento a ideia de exclusão poderia designar as populações que nunca participaram das relações de trabalho assalariado e normatizado, que vivem da produção comunitária ou ocasional, com seus valores, normas e razões de vida. No entanto, ainda que este quadro de estado de coisas possa substanciar características próprias “[...] não abarca características mais específicas da exclusão contemporânea, que remete ao que se passou a chamar nas últimas décadas de nova pobreza” (CASTEL, 1995, p. 22).

Aponta o autor que a residualidade da pobreza não é encontrada na sua forma clássica de fenômeno de longa duração, atingindo apenas uma determinada população abaixo da linha da pobreza, ou acima da linha de indigência.

Em ambas as situações as dimensões da pobreza podem conter indicadores de severa desigualdade. “Não se trata mais de uma pobreza residual, de alguma forma temporal, mas de uma novidade que exige análises novas, porque representa o que hoje há de inédito na conjuntura social” (CASTEL, 1995, p. 22).

Na maioria dos casos, a exclusão contém fatores determinantes, que quando traduzidos, resultam em degradação e acentuada vulnerabilidade. Mesmo o trabalhador qualificado e empregado (numa relação contratual normativa), poderá estar em uma situação de risco por uma dispensa do trabalho, perdendo as garantias de proteção da integração.

Podemos assim distinguir, pelo menos metaforicamente, “zonas” diferentes da vida social na medida em que a relação do trabalho for mais ou menos assegurada e a inscrição em redes de sociabilidade mais ou menos sólida. “Os excluídos” povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social. Mas, o ponto essencial a destacar é que hoje é impossível traçar fronteiras nítidas entre essas zonas. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precarização das relações de trabalho, e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de “exclusão” (CASTEL, 1995, p. 23).

Tais fatores, afeitos às “zonas da vida social” (CASTEL, 1995, p. 23), necessitam ser percebidos nos seus efeitos e não na margem das relações de interação; mas no centro da sociabilidade humana, de onde perpassam e se constituem todo o tecido social, destituindo as fronteiras de confiabilidade e

estabelecendo campos de vulnerabilidade. Aqui atuam as análises sociológicas como argumenta o autor:

Mas a tarefa da sociologia consiste precisamente em analisar esses "fatores" que *precedem* a exclusão, para medir os riscos da fratura social... Como situações limites se inscrevem num *continuum* de posições que interrogam a coesão do conjunto da sociedade. Na maior parte dos casos, "o excluído" é de fato um *desfilhado* cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis (CASTEL, 1995, p.24).

Sendo assim, a pobreza como um fenômeno multifacetado requer novas análises para até rever a dimensão da exclusão que traduzidas das suas ausências produzem deterioração.

Desta forma a analogia do trabalho assalariado como elemento integrador do sujeito, torna-se vulnerável pelas condições de precarização do trabalho, percebidas com maior incidência na década de 1980 e 1990, pela fragilidade da capacidade financeira do Estado regular os conflitos. A segurança e o bem-estar social, os mecanismos de proteção do Estado, são originados pela produção em massa de novos produtos e serviços, muito embora não tendo a forma de mercadoria, mas tem a função reguladora.

A reforma do Estado nos moldes do reformismo social reduz a capacidade de governabilidade, indo para além da fronteira visível de uma gestão nacional, que sob orientação liberal, adota medidas de: ajustamento estrutural, controle da dívida interna e externa, privatização, desregulamentação, controle do deficit público, controle dos gastos com sistemas de proteção e seguridade social.

3.5 Influências do perfil restritivo da política de proteção social e o Estado de Bem-Estar Social

No estudo do perfil restritivo da política de proteção social no Brasil, tenho no horizonte de análise duas correntes contemporâneas sobre o pensamento econômico: a "*crítica da economia política do capital*" e a "*economia política liberal*", respectivamente os Manuscritos de Paris de Marx e a Riqueza das Nações de Smith.

Esse movimento teórico diz sobre as duas correntes antagônicas que utilizei para avaliar o perfil da política social no Brasil. Numa linha de corte histórica, remeto à temporalidade entre o período de 1930 a 1990 do século passado, tendo por

referência a apropriação teórica da literatura específica, - em particular dos estudos comparados sobre o Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), encontrados na literatura internacional que ajudam a situar e pôr em evidências um conjunto de reformas que ensejaram nas transformações contemporâneas do capitalismo, incidentes sobre os regimes de proteção social, capazes de confrontá-los com modificações no campo do trabalho, decorrentes da elevação das taxas de desemprego estrutural e de longa duração, derivativas de uma onda de baixo crescimento do capital, seguida por também uma baixa produtividade do trabalho.

Os estudos macroeconômicos revelaram que a permanência estrutural dessas condições acarretou a deterioração dos mecanismos de acumulação capitalista, acompanhadas pelos processos de reestruturação do capital, etapas não suficientes para frear a redução dos investimentos fiscais, cujas implicações provocaram o agravamento da distribuição da renda e a conseqüente elevação das taxas de concentração de capitais, contradição acrescida com a ampliação sobre as escalas dos territórios, de um novo tipo de fratura social: a pobreza multifacetada.

O recorte teórico acima mencionado é de interesse desta pesquisa, para investigar de forma mais alargada o conceito e o processo de elaboração da política pública, recorrendo ao entendimento sobre o ciclo de políticas públicas, conceito próprio encontrado nas bibliografias específicas para compor as definições gerais que remetem a um conjunto de ações necessárias para definir as agendas, formular a política, tomar decisão, implementar e aferi-la em termos de grandes categorias analíticas.

No caso em específico analisado, no Brasil essas categorias nos servem para problematizar as atividades essenciais que definem a agenda, a formulação, a tomada de decisão que constituem uma plataforma necessária, para auxiliar o percurso do ciclo de implantação das políticas e compreender os instrumentos utilizados, destacando o campo e os tipos de desenhos institucionais, sua abrangência, cobertura, alcances e limites organizacionais, que conceberam o regime ou o sistema de proteção social no Brasil.

Para dar conta desta tarefa metodológica, nos acercamos das características mais gerais do que foi as reformas do Estado de Bem-Estar Social, para esquematizar o sentido ampliado do termo, delimitando-o em termos de uma política sistêmica que pode ser amoldada e/ou por aproximação à apreensão como um sistema de proteção social, adotado para distinguir o sentido abrangente do Estado

de Bem-Estar Social. Esse exercício de diferenciação das categorias tem por objetivo definir o conceito, aproximar à concepção do perfil da proteção social no Brasil e destacar duas principais características operacionais: os aspectos restritivos da política e a política como política compensatória.

Percorrendo os estudos comparados, observamos diferentes contribuições que são produzidas no decorrer dos ciclos das modificações no modo de reproduzir a vida social, levando em conta os fenômenos estritos que advieram no modo capitalista de produção da vida social.

Sem intentar pelo caminho dos esquematismos simplistas e dos determinismos economicistas, essa organização nos serve como elemento didático para estabelecer os processos de constituição e os elementos de diferenciação da política.

O primeiro conjunto de estudos realizado por Draibe (2003), examina as modificações compreendidas pelo ponto de vista de suas relações com o fenômeno da globalização e da racionalização hegemônica do neoliberalismo, que em primeira ordem são incidentes que corrompem a ordem social estabelecida nos Estado de Bem-Estar Social.

Os precedentes são relativos a crise estrutural do capital mundial, ocorrida em 1970, estendida em uma crise permanente do capital. Retomando a classificação de Mandel (1982), sobre as ondas de desenvolvimento do capital, tem-se que o ano de 1970 como o fim da última onda de crescimento mundial do capital. As soluções imediatistas seguiram pela Contrarreforma do Estado como saída utilizada tanto por governos de orientação progressistas quanto de orientação liberal conservador. A década de 1989, especialmente na América Latina, foi marcada pelo endividamento e aumento das dívidas externas dos países, plano constituído pelo Consenso de Washington e referendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial.

O resultado dessa política orçamentária levou ao controle do investimento nos Estados nacionais, via indevidamente público a longo prazo. Esta política de orientação liberal está na contramão da capacidade dos Estados alongarem suas posições frente à dívida externa, permitindo a criação uma política de ajuste fiscal, com realização de superavit primários, privatizações e diminuição do alcance do Estado frente a realização de políticas públicas de médio e longo alcance.

A capacidade de planejamento do Estado se reduziu ao cumprimento da rigorosidade fiscal, redução dos investimentos públicos, reformas estruturais, liberalização comercial, desregulação econômica, implantação de reformas trabalhistas que sufocariam a relação capital e trabalho, agindo em benefício do capital com a implantação da flexibilização sobre o trabalho para liberar dois movimentos contingentes: a expropriação e a espoliação do trabalho como forma de destruir todas as barreiras ao livre circuito da mundialização dos capitais.

Para corroborar com essa discussão recorro ao estudo de Chesnais (1996) quando trata sobre a "A mundialização do capital" diz que:

De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e **que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado**. Este é o tese central do recente estudo da OCDE sobre a questão do emprego: "Num mundo caracterizado pela multiplicação de novas tecnologias, a globalização e a intensa concorrência que se exerce em nível nacional e internacional", quando "Os efeitos benéficos potenciais são talvez até maiores do que os que resultaram da abertura das economias depois da Segunda Guerra Mundial", "é essencial a adaptação aos modos de produção e intercâmbio que estão surgindo" (CHESNAIS 1996, p. 25, grifos meus).

Ao longo dos anos 1990, ocorreu o desmonte das conquistas que circundavam as lutas populares. O emprego é foco central da política de liberalização e desregulamentação que seguiam os manuais orientativos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A esse respeito diz Draibe (2003), que o ponto de confluência para alterar a ordem social estabelecida nos Estado de Bem-Estar Social, se assenta na mudança da orientação da política de proteção social, até então executada por aqueles estados.

Afirma que:

[...] uma vez que passaram a ser orientadas pelos dois mais caros princípios do revivido liberalismo radical: a responsabilidade pública reduzida a políticas para grupos pobres, por intermédio de redes de proteção e programas focalizados, e a responsabilidade estritamente individual, em que as pessoas são estimuladas a assumir os seguros contra os riscos sociais, condenando-se assim à extinção as formas solidárias prevaletentes [...] (DRAIBE, 2003, p. 64).

A esse padrão de proteção social assenta-se as orientações que decorreram da reestruturação do capitalismo mundial, muito afeito às modificações no campo do trabalho, diminuindo os espaços das conquistas, manutenção de direitos e

aceleração da destituição dos resultados das lutas populares, até então em vigor. A destituição do que foi um regime de proteção social, na sua forma básica de constituição como política para proteger justamente os efeitos danosos da relação capital e o trabalho, passam por restrições e estreitando às formas solidárias prevalecentes.

Um segundo grupo de estudos, com versões contemporâneas, analisam as reações dos estados nacionais e apontam os desafios advindos para a promoção de políticas sociais, frente a política econômica que orientam as finanças públicas, especialmente àquelas firmadas sobre os pilares de regime fiscal.

Estas tendem de forma inevitável, pela própria natureza da sua contradição, reformar o Estado e promover seguidas intervenções pela ação dos poderes legislativo federal, estadual e municipal, promover reformas pontuais, dentre elas, a previdenciária e a trabalhista, incidentes respectivamente na relação capital e o trabalho, que reverberam nos sistemas de pensões, nos regimes previdenciário com aumento dos percentuais da contribuição dos trabalhadores do serviço público, intervindo simultaneamente nos sistemas de aposentadorias alargando com isso a idade para aposentadoria, tanto para homens quanto para as mulheres, independentemente das funções desempenhadas.

Não por acaso essa orientação age sob a compressão macroeconômica que a gestão orçamentária deva incidir sobre as finanças públicas orientadas por um sistema de austeridade, cuja agenda restringe direitos sociais e limita e recrudescer a indicadores mínimos o alcance da proteção social¹¹. Nessa arena, não com menor grau de importância estão as disputas e as decorrentes lutas pelo fundo público, em sentido abrangente para questões abrangentes que se destinam os recursos financeiros demandadas pelo ciclo de políticas públicas.

É evidente que os primeiros resultados dessa política orçamentária regida pela política fiscal seguida das políticas de contrarreformas do Estado são iníquos. O regime fiscal pouco se interessa pelas agudas desigualdades de renda, de espaço, de cultura dentre outras, na atual configuração social, em particular no Brasil.

Retomando o diálogo com Draibe (2003), para recolocar o debate em torno das modificações ocorridas no capitalismo mundial, como já dito, àquelas que

¹¹ Uma explicitação sobre esse modelo econômico pode ser observada no Brasil com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95/2016), que instituiu uma agenda de congelamento dos investimentos públicos em áreas prioritárias de ação do Estado nacional, pelo período de 20 anos.

gravitam em torno fenômeno da mundialização do capital e da racionalização hegemônica do neoliberalismo, que em primeira ordem demandam efeitos perversos sobre os estados nacionais e tendem a escolher entre seguir os ditamos de uma racionalidade hegemônica ou seguir resistindo com uma contraordem à economia mundializada.

Na geopolítica regional, observamos mudanças em condições desfavoráveis. Draibe (2003) esclarece pontos sobre o caso da região, em especial na América Latina que em alguns países serviu como laboratório aos experimentos da política fiscal.

No caso dos países latino-americanos, sob forte pressão financeira internacional, esses teriam optado radicalmente por um lado da balança – o do ajustamento fiscal e as reformas comerciais e patrimoniais pró-mercado. Ao fazê-lo, teriam dado passos mais significativos naquela mesma direção. Privatizações de serviços sociais públicos, quedas significativas do gasto social, reduções importantes dos graus de proteção social anteriormente oferecidos teriam sido os resultados mais palpáveis desses processos. (DRAIBE, 2003, p. 64).

Mesmo diante de prognósticos pessimistas com o possível retorno do Estado Mínimo, e com as experiências sucedidas em forma de laboratório privado na América Latina, como por exemplo, a densa contra reforma realizada no Chile, promovida pelo governo autoritário de Augusto Pinochet¹², podemos nos referir a essas aparições - de determinado modelo de política macro econômica - como formas estabelecidas exclusivamente para intentar, como de fato ocorrera, de um estado mínimo especialmente aquele entre os anos de 1974 a 1990, período do governo autoritário centralizador de Pinochet, cuja tendência não se confirmara no país e na região, sendo advindas novas formas de Estado de Bem-Estar Social, modelos híbridos, uma política do tipo pacto social, dentre outros modelos que não se conformaram com os padrões do receituário neoliberal conservador.

Em não se confirmando àquelas experiências voltadas para o esvaziamento da ação política do Estado como planejador de um modelo único de racionalidade econômica, um terceiro grupo de estudos apontam para um determinado tipo da

¹² Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, foi um general do exército chileno, nascido em Valparaíso Chile na data de 25 de novembro de 1915. Chegou a presidência da república no Chile, após o Golpe de Estado ocorrido em 11 de setembro de 1973, apoiado por uma Junta Militar que estabeleceu as condições formais para sua efetivação através do Decreto Lei nº 806. As condições políticas se deram pelo que se conheceu como o Conselho do Chile, uma derivação da Junta Militar estabelecida para governar o país após ser deposto Salvador Allende.

política macroeconômica que não reproduziriam os modelos tradicionais, mas, como um conjunto de novas experiências construídas pelos estados nacionais. Dentre elas, na literatura é encontrada os estudos de Gosta Esping-Andersen (1991), especialmente no texto em que se propõem discutir "As três economias políticas do Welfare State" onde deixa claro qual seria "o legado da economia política liberal clássica" em contraponto com a "crítica da economia política do capital". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 87).

Em se tratando de uma relevante contribuição teórica de ordem prática, Esping-Andersen produz um balanço sobre o "legado da economia política clássica" (1991, p.85), para delimitar o *welfare state*, em apontamentos pertinentes.

De imediato questiona:

Duas questões norteiam a maioria dos debates sobre o welfare state. Primeira: a distinção de classe diminui com a extensão da cidadania social? Em outras palavras o welfare state pode transformar fundamentalmente a sociedade capitalista? Segunda: quais são as forças causais por trás do desenvolvimento do welfare state? (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 85).

Para responder as indagações de ordem teórica, Esping-Andersen (1991, p. 85), recorre à crítica para estabelecer um critério de análise tomando a própria economia política clássica - "de convicções liberais, conservadoras ou marxistas" para deixar evidenciado que "suas análises convergiam para o relacionamento entre mercado (e propriedade) e Estado (democracia)".

Retornando a Adam Smith (1996b), na obra "A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas", Esping-Andersen (1991), tece críticas à forma como os liberais compreendem a intervenção do Estado sobre a economia.

O neoliberalismo contemporâneo é quase um eco da economia política liberal clássica. Para Adam Smith, o mercado era o meio superior para a abolição das classes, da desigualdade e do privilégio. Além de um mínimo necessário, a intervenção do Estado só asfixiaria o processo igualizador do comércio competitivo e criaria monopólios, protecionismo e ineficiência (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.85-86).

Num postulado moral, o texto original produzido por Smith (1996), diz com clareza qual deve ser a intenção de um governo:

O governo civil, na medida em que é instituído para garantir a propriedade, de fato o é para a defesa dos ricos contra os pobres, ou daqueles que têm alguma

propriedade contra os que não possuem propriedade alguma" (SMITH, 1996b, II, p. 192).

Sobre a propriedade, Adam Smith¹³ (1996b, p. 188), influenciado por Francis Hutcheson, um dos fluentes teóricos protestantes da Filosofia do Direito Natural, ao analisar os "Sistemas de Economia Política", escreve sobre a propriedade a partir da sua visão moral: "Onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos". Há um apego moral para explicar a sociedade do ponto de vista da ciência como menciona: "A ciência que pretende investigar e explicar esses princípios de conexão é o que, com propriedade, denomina-se filosofia moral" (SMITH, 1996b, II, p. 235).

Smith confere a riqueza e a pobreza como causas subordinadas naturalmente conferidas anteriormente a qualquer forma de organização ou governo civil.

Diz que:

O governo civil supõe certa subordinação. Ora, assim como a necessidade de governo aumenta gradativamente com a aquisição de propriedade valiosa, da mesma forma as causas principais que criam naturalmente a subordinação aparecem com o crescimento dessa propriedade valiosa. Parecem ser quatro as causas ou circunstâncias que criam naturalmente a subordinação, ou que, natural e anteriormente a qualquer instituição civil, conferem a certas pessoas alguma superioridade sobre a maior parte de seus irmãos SMITH, 1996b, II, p. 188).

Sobre a possibilidade de haver modificações sociais na estrutura do modo de produção, Smith demonstra que a divisão do trabalho geraria certo conformismo.

Com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas (SMITH, 1996b, II, p. 244).

Se essas modificações sobreviriam pela educação, Smith não vê nesse projeto uma razão de uma política universalista patrocinada unicamente pelo Estado.

O Estado pode facilitar essa aprendizagem elementar criando em cada paróquia ou distrito uma pequena escola, onde as crianças possam ser

¹³ O primeiro grande momento de sua carreira literária viria em 1759, com a publicação da Teoria dos Sentimentos Morais, parte inicial de um ambicioso projeto literário que pretendia cobrir todas as áreas tratadas em seu curso de Filosofia Moral e que incluiria ainda um tratado sobre princípios de economia e política econômica — o que viria a ser A Riqueza das Nações — e um tomo final sobre legislação e jurisprudência, que entretanto nunca seria publicado. Do ponto de vista biográfico, a publicação de seu primeiro tratado filosófico teve consequências marcantes. Por um lado, a obra, republicada cinco vezes durante a vida do autor, marca o início de sua reputação nacional como pensador de primeira grandeza. (SMITH, 1996a, I, p. 7).

ensinadas pagando tão pouco que até mesmo um trabalhador comum tem condições de arcar com este gasto, sendo o professor pago em parte, não totalmente, pelo Estado, digo só em parte porque, se o professor fosse pago totalmente, ou mesmo principalmente, com o dinheiro do Estado, logo começaria a negligenciar seu trabalho (SMITH, 1996b, II, p. 246).

Para analisar os referenciais acima, retorno à Esping-Andersen (1991) para destacar o ponto a ser considerado para a "economia política liberal" e seus teóricos, J.S. Mill, Nassau Senior dentre outros. Dão ênfase ao *laissez-faire*¹⁴ de Smith, abdicando de todas as formas de proteção social, como as políticas universais a serem providas pelo Estado, para além dos vínculos individuais com o mercado. "Concordavam todos em que o caminho para a igualdade e a prosperidade deveria ser pavimentado com o máximo de mercado livres e o mínimo de interferência estatal" (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.91).

Esping-Andersen afirmam ainda que:

A adesão entusiástica deles ao capitalismo de mercado pode parecer injustificada hoje. Mas não devemos esquecer que a realidade da qual falavam era a de um Estado que preservava privilégios absolutistas, protecionismo mercantilista e corrupção por toda a parte. O alvo de seu ataque era um sistema de governo que reprimia tanto seus ideais de liberdade quanto de iniciativa. Em decorrência, sua teoria foi revolucionária e, deste ângulo, podemos entender porque às vezes Adam Smith se parece com Karl Marx (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.86).

Nesse contexto a questão da democracia surge como um desafio à propriedade privada, conquanto o capitalismo se mantiver como um mundo apartado de proprietários. As massas populares reivindicam, via participação universal as decisões políticas. No entanto, o antagonismo entre a propriedade privada e a democracia temido pelos liberais, muito provável politizaria as classes populares quanto a distribuição das riquezas acumuladas e não distribuídas.

Este modelo de política conservadora é reação à Revolução Francesa e à Comuna de Paris, pois foi "abertamente nacionalista e antirrevolucionária, e procurou reprimir o impulso democrático. Temia a nivelação social e era a favor de uma sociedade que preservasse tanto a hierarquia quanto as classes". (ESPING-

¹⁴ Laissez-Faire, Laissez-Passer ("Deixar Fazer, Deixar Passar"). Palavras de ordem do liberalismo econômico, proclamando a mais absoluta liberdade de produção e comercialização de mercadorias. O lema foi cunhado pelos fisiocratas franceses no século XVIII, mas a política do laissez-faire foi praticada e defendida de modo radical pela Inglaterra, que estava na vanguarda da produção industrial e necessitava de mercados para seus produtos. Essa política opunha-se radicalmente às práticas corporativistas e mercantilistas, que impediam a produção em larga escala e resguardavam os domínios coloniais. Com o desenvolvimento da produção capitalista, o laissez-faire evoluiu para o liberalismo econômico, que condenava toda intervenção do Estado na economia. (SANDRONI, 1999, p. 329).

ANDERSEN, 1991, p.87). Abraçando o direito natural e a filosofia moral como conceitos abstratos, consideravam que o "*status*, posição social e classe eram naturais e dadas; mas os conflitos de classe, não". "Se permitirmos a participação democrática das massas e deixamos que a autoridade e os limites de classe se diluam, o resultado é o colapso da ordem social". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.91).

Diametralmente oposta dessa compreensão são os pressupostos da "crítica da economia política do capital".

A economia política marxista não abominava só os efeitos atomizantes do mercado; atacava também a convicção liberal de que os mercados garantem a igualdade. Uma vez que, como diz Dobb (1946), a acumulação de capital despoja o povo da propriedade, o resultado final será divisões de classe cada vez mais profundas. E como estas geram conflitos mais intensos, o Estado liberal será forçado a renunciar a seus ideais de liberdade e neutralidade e chegar à defesa das classes proprietárias. Para o marxismo, este é o fundamento da dominação de classe (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.88).

Evidente que toda a discussão sobre a economia política até aqui realizada, referem-se aos três modelos de desenvolvimento do *welfare state* nos países de capitalismo avançado, o que não invalida nesta pesquisa o método comparativo e histórico, pois é o instrumento que "hoje serve de suporte a praticamente toda a economia de boa qualidade é um método que revela variação e permeabilidade" (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.90).

Com base na produção de Esping-Andersen, são três as abordagens das economias políticas do *welfare state*:

1) A abordagem social democrata, com incidência nos países escandinavos "não se afasta necessariamente da afirmação ortodoxa de que, em última instância, a igualdade fundamental requer a socialização econômica". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.89). Nesse regime a articulação da classe se daria no sistema da democracia parlamentar com distribuição das participações políticas entre as classes. Adota o reformismo parlamentar como "estratégia dominante em relação à igualdade e ao socialismo". As políticas seriam implementadas através de um sistema de proteção com cobertura universal, cujos benefícios sociais não estariam atrelados a nenhuma condicionalidade ao beneficiário da política. A atenção se daria na equalização da desigualdade sob dois argumentos:

Primeiro era de que os trabalhadores precisam de recursos sociais, saúde e educação para participar efetivamente como cidadãos socialistas. O

segundo argumento era o de que a política social não é só emancipadora, é também uma pré-condição da eficiência econômica (Myrdal e Myrdal, 1936). Seguindo Marx, o valor estratégico das políticas de bem-estar neste argumento é o de que elas ajudam a promover o progresso das forças produtivas no capitalismo. Mas a beleza da estratégia social democrata consiste em que a política social resultaria também em mobilização de poder. Ao erradicar a pobreza, o desemprego e a dependência completa do salário, o *welfare state* aumenta as capacidades políticas e reduz as divisões sociais que são as barreiras para a unidade política dos trabalhadores (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.89-90).

Uma das características mais marcantes do "regime social democrata seja a fusão entre serviço social e trabalho. Está ao mesmo tempo genuinamente comprometido com a garantia do pleno emprego e inteiramente dependente de sua concretização". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.111). A não separação do direito ao trabalho e o trabalhador do produto do trabalho tem "o mesmo status que o direito de proteção à renda". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 111). Este é o meio para fomentar o estado superior de liberdade, com emancipação social para além da emancipação política. Esse regime exige "enormes custos de manutenção de um sistema de bem-estar solidário, universalista e desmercadorizante indicam que é preciso minimizar os problemas sociais e maximizar os rendimentos". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 111).

Para dar conta dessa tarefa "a melhor forma de conseguir isso é, obviamente, com maior número possível de pessoas trabalhando e com o mínimo possível vivendo de transferências sociais". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 111).

2) A abordagem de sistemas/estruturalistas tem o caráter conservador. Apoiar-se na racionalidade do desenvolvimento, dependendo da vontade dos sistemas e daquilo que move a produção da sociedade e da economia. A dependência funcional "nas leis de movimento dos sistemas, esta abordagem tende a enfatizar mais as similaridades que as diferenças entre as nações"; (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.91). "O fato de ser industrializada ou capitalista sobrepõe-se a variações culturais ou diferenças nas relações de poder". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 91).

Nesse sentido,

Uma variante começa com uma teoria de sociedade industrial e afirma que a industrialização torna a política social tanto necessária quanto possível - necessária, porque modos de produção pré-industriais como a família, a igreja, a noblesse oblige e a solidariedade corporativa são destruídos pelas forças ligadas à modernização, como a mobilidade social, a urbanização, o individualismo e a dependência do mercado. O X da questão é que o mercado não é um substituto adequado, pois abastece apenas os que

conseguem atuar dentro dele. Por isso a "função de bem-estar social" é apropriada ao Estado-nação (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.91, grifo meu).

Ao Estado-nação cabe a distribuição dos bens coletivos, pois o mercado não entra na soma da solidariedade dos modos de produção pré-industriais. Ocupa esse lugar a "burocracia moderna como forma de organização racional, universalista e eficiente", mas, é também o "centro de poder em si, e por isso, tenderá a promover o próprio crescimento". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.91).

Essa lógica está fundamentada na tese do crescimento do *welfare state*, a denominada "lógica do industrialismo" ao passo que a economia industrial desmonta as instituições sociais tradicionais. (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 91). Entretanto, essa compreensão encontra dificuldades para se sustentar, porque:

[...] a política social governamental só emergiu 50 e às vezes até 100 anos depois de a comunidade tradicional ter sido efetivamente destruída. A resposta básica aproxima-se da Lei de Wagner¹⁵ de 1883 e de Alfred Marshall (1920) - qual seja, **de que é necessário um certo nível de desenvolvimento econômico e, portanto, de excedente, para se poder desviar recursos escassos do uso produtivo (investimento) para a previdência social** (Wilensky e Lebeau, 1958). Nesse sentido, esta perspectiva segue as pegadas dos liberais antigos. A redistribuição social coloca a eficiência em perigo e só a partir de um certo nível social de desenvolvimento é possível evitar um resultado econômico negativo (Okun, 1975). (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.92, grifos meus).

Nesse sentido, escreve Esping-Andersen (1991), o "novo estruturalismo marxista é notavelmente similar. Abandonando a teoria clássica de seus antepassados, que colocava grande ênfase na ação, seu ponto de partida analítico é **o de que o *welfare state* é um produto inevitável do modo de produção capitalista**". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.92, grifos meus). Descreve ainda,

¹⁵ "Lei de Wagner. Forma de participação da despesa pública na renda nacional, elaborada pelo economista alemão homônimo no final do século XIX. O elemento central desta lei é que o desenvolvimento industrial provoca um aumento da participação das despesas públicas na renda nacional, devido às seguintes causas: 1) um aumento relativo dos custos com administração pública, a garantia da lei e da ordem e os elementos reguladores numa sociedade que se industrializa; 2) bens e serviços oferecidos pelo Estado nas áreas de cultura e bem-estar teriam uma elasticidade na renda da demanda maior do que a unidade. Assim, na medida em que a renda aumentasse, a demanda por tais bens e serviços aumentaria mais do que proporcionalmente, pressionando os gastos públicos; 3) a industrialização seria acompanhada pela formação de oligopólios e monopólios, os quais exigiriam um grau maior de controle estatal, o que significaria também um aumento das despesas correspondentes. Embora muitas das economias europeias tivessem apresentado situações em que as despesas do Estado aumentaram mais do que proporcionalmente à renda (não necessariamente pelas razões apresentadas por Wagner), na medida em que essas conclusões não se baseiam em uma teoria sobre o comportamento humano ou na ação dos governos, o que se apresenta como "lei" não passa de uma série de constatações que podem ou não se repetir em economias que atravessam intensos processos de industrialização" (SANDRONI, 1999, p. 338-339).

citando O'Connor (1973) "a acumulação de capital cria as contradições que forçam a reforma social".

Segundo esta tradição do marxismo, assim como a congênere "lógica do industrialismo", os *welfare state* praticamente são precisados por agentes políticos, sejam estes sindicatos, partidos socialistas, humanistas ou reformadores esclarecidos. O X da questão é que o **Estado, enquanto tal, posiciona-se de maneira que as necessidades coletivas do capital sejam satisfeitas**. A teoria parte, assim, de dois pressupostos cruciais: primeiro, que o poder é estrutural e segundo, que o estado é "relativamente" autônomo das classes dirigentes (Poulantzas, 1973; Block, 1977) (O'CONNOR, 1973, p. 92, grifos meus).

Duas questões ainda ficam para o exame sobre a abordagem de sistemas/estruturalistas: por um lado a "lógica do industrialismo" parte do consentimento da classe trabalhadora garantido com base na "hegemonia", este conceito no sentido gramsciano, como uma coação voluntária ao sistema; por outro, a legitimação de um sistema de *welfare state* só tem sentido se parte da destinação do produto nacional se destinar à manutenção, considerando o resultado do produto afeito ao modo de produção em curso.

3) Já na abordagem institucional algumas questões são preliminares. "Os economistas políticos clássicos deixaram claro porque as instituições democráticas deveriam influenciar o desenvolvimento do *welfare state*". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.93). Em sentido oposto, "os liberais temiam que a democracia plena compromettesse os mercados e instaurasse o socialismo. De acordo com sua visão, a liberdade precisa de uma defesa dos mercados contra a instrução política". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 93). Retomando uma questão central, compreendendo-a como aplicação não só para o marxismo, mas considerando o bom debate contemporâneo a respeito do *welfare state* será compreender o alcance e em que condições de realização do modo de produção, as divisões das classes impregnadas pelas desigualdades sociais e gestadas no interior do capitalismo, podem ser destruídas pela democracia.

O ponto central da abordagem institucional é o impacto da democracia sobre o *welfare state*. O argumento não recai sobre qualquer classe ou agente social particular - igreja, sindicatos ou instituições - pois não se vincula a uma determinada classe, mas ao conjunto institucional, por essa razão é institucional. Seguindo com a argumentação de Esping-Andersen (1991, p. 93), diz que "em sua formulação clássica, a tese afirmava simplesmente que as maiorias favoreceriam a distribuição social para compensar a fraqueza ou os riscos do mercado".

Diz ainda que:

Se é provável que os assalariados exigem um salário desemprego, também é provável que os capitalistas (ou proprietários de terra) exijam proteção sob a forma de tarifas, monopólio ou subsídios. A democracia é uma instituição que não pode resistir às demandas da maioria (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 93).

Aqui o conceito de democracia ganha variantes nas formulações modernas, especialmente na separação entre o econômico e político no capitalismo, concebendo a economia como "fator econômico" e não como "estrutura econômica". O reexame da vida social no capitalismo, exatamente como aparece sua natureza histórica revela a diferenciação de "esferas", entre a "econômica" e a "política". A abordagem defendida pelos economistas liberais perpetuara o isolamento conceitual do "econômico" e o "político", para esvaziar o capitalismo do teor político.

A tese da democracia pelo contrário "identifica estágios de construção nacional onde a extensão da cidadania plena tem de incluir também os direitos sociais (Marshall, 1950; Bendix, 1964; Rokkan, 1970)". (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.91).

Para Marx (2011b), no "Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política", as mediações econômicas produzidas pelos indivíduos socialmente determinada e interferem na qualidade da democracia e na redistribuição de bens.

Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada. O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem às ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII, ilusões que de forma alguma expressam, como imaginam os historiadores da cultura, simplesmente uma reação ao excesso de refinamento e um retorno a uma vida natural mal-entendida. Da mesma maneira que o contrato social de Rousseau, que pelo contrato põe em relação e conexão sujeitos por natureza independentes, não está fundado em tal naturalismo. Essa é a aparência, apenas a aparência estética das pequenas e grandes robinsonadas. Trata-se, ao contrário, da antecipação da "sociedade burguesa", que se preparou desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para sua maturidade. Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado (MARX, 2011b, p. 54).

Os economistas políticos burgueses assim denominados pelo próprio Marx, concebem a sociedade como abstrata. Separam o sistema de produção de seus atributos sociais específicos. Universalizam as relações de produção, inventando um recorte nas determinações sociais específicas: modos de produção, produção e

consumo, esquecendo-se que "finalmente, a produção também não é somente produção particular. Ao contrário, é sempre um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção". Acrescenta ainda que "toda a produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade". (MARX, 2011b, p. 60).

Essa separação entre o econômico e político opera uma organização particular de produção entre a produção, a circulação, a distribuição e as trocas que se dão entre as classes. Para Marx, ao questionar a natureza supostamente universal desse sistema diz que o "o resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade". (MARX, 2011b, p. 76-77).

Logo, nessa perspectiva o elemento mediador será a classe social como relação, como agente político de transformações para o equilíbrio do poder e determinação da redistribuição. Para a concepção sócio histórica, presente no marxismo a direção da classe está nas formas de mediações.

[...] o foco está na relação social em si, na dinâmica da relação entre apropriadores e produtores, nas contradições e nos conflitos que explicam os processos históricos e sociais; e a *desigualdade* como medida simples de comparação, não tem valor teórico (WOOD, 2011, p. 73).

Por meio desse processo, a próxima tarefa seria determinar as condições objetivas com maior densidade e comum, vivida por diversos tipos de usuários dos sistemas de proteção social a fim de equalizar a pobreza e a miséria pelas formas correspondentes que lhes deram causam. Essas determinações objetivas colocariam em evidências as influências e as abordagens econômicas que determinaram o perfil restritivo da política de proteção social nas diferentes esferas das estruturas econômicas.

De tudo o que foi dito até aqui, de imediato fica a representação que as relações de produção e exploração são os dois fatores históricos na constituição de um modo mediatizado de produção que se efetiva pelas condições objetivas, em primeiro plano pela atuação e sujeição formal de determinada força de trabalho que mantêm relações e processos entre si.

Todavia, é necessário fazer uma diferenciação entre a classe: como grupos ocupacionais, focalizados e destinados às políticas de proteção social com distribuição de renda e a classe como relação. Uma relação de classe produz num

primeiro plano uma relação entre os membros da classe e num segundo plano uma relação entre as classes, cujas condições de produção da vida material podem ser semelhantes ou antagônicas. Essas pré-condições são fundamentais para decompor as relações de dominação e exploração numa linha contínua, como a pobreza fenômeno de longa duração pois é fruto da desigualdade precedente da apropriação do mais valor, gerador da concentração e acumulação de capitais. A lógica em atribuir aos sistemas de proteção social um perfil de classe, está na perspectiva de trazer para a visibilidade os subalternizados submetidos a processos de negações de longa data e não apenas criar uma emancipação jurídica, como a exemplo da Lei dos Pobres¹⁶, da Inglaterra no fim do século XV e durante o século XVI.

¹⁶ Leis dos Pobres (Poor Laws). Leis de amparo oficial aos pobres, surgidas na Inglaterra no final do século XV e durante o século XVI. Essas leis foram consequência direta das profundas transformações sociais decorrentes da exploração dos recursos naturais do Novo Mundo e da abertura de novos mercados de consumo, que favoreceram a expansão do comércio e da indústria manufatureira. Na Inglaterra, a técnica evoluiu, a produção de lã expandiu-se e a nação preparou-se para o processo que, dois séculos mais tarde, culminaria na Revolução Industrial. Essa transformação nas formas de produção e de vida causou a proliferação da pobreza, da vagabundagem e da mendicância. Muitas áreas agrícolas, antes cultivadas e que garantiam a subsistência de inúmeras famílias de camponeses, foram cercadas e transformadas em pastagens para a produção de lã. Sem condições de adaptar-se à rígida disciplina da manufatura ou mesmo à vida urbana, os camponeses transformaram-se em mendigos. Durante todo o século XVI, sucederam-se leis e decretos para diminuir essa categoria de habitantes das cidades. Geralmente desumanas, essas leis proibiam a existência de desempregados, punindo com severas penas o “crime” de vadiagem. Em 1530, por exemplo, Henrique VIII estabeleceu em lei que “doentes e velhos incapacitados têm direito a uma licença para pedir esmolas, mas vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados...”. A crescente influência das ideias e sentimentos humanitários no século XIX atenuou os aspectos mais ásperos dessas leis, mas não eliminou de todo os efeitos de sua crença dogmática nas “virtudes redentoras” do trabalho árduo, que penalizava sobretudo velhos e crianças. (SANDRONI, 1999, p. 342).

4 O QUE É O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: estas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, correspondem um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o centro estruturante.

Antonio Gramsci

O PBF é concebido como política focalizada de transferência direta de renda mediante condicionalidades¹⁷ e destina-se àquelas famílias em situação de pobreza. A habilitação, seleção e concessão vinculadas ao recebimento dos benefícios do PBF são regulamentadas pela Portaria nº 341¹⁸, de 07 de outubro de 2008, com nova redação dada pelo Decreto nº 6.917¹⁹, que por sua vez alterou a redação dos arts. 18, 19 e 28 do Decreto nº 5.209/2004.

A gestão do PBF é acompanhada pelo Conselho Gestor do Programa Bolsa Família (CGPBF), uma composição colegiada com caráter deliberativo, vinculado ao MDS, tendo suas funções previstas no art. 4º da Lei nº 10.836, de 2004, e na Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004:

¹⁷ Segundo o MDS as condicionalidades são os compromissos nas áreas da Educação, Saúde e Assistência Social assumidos pelas famílias e que precisam ser cumpridos para que continuem a receber o benefício do PBF. Condicionalidade Educação: frequência escolar mínima de 85% da carga horária escolar mensal, em estabelecimento de ensino regular para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% da carga horária escolar mensal para adolescentes entre 16 e 17 anos; Condicionalidade Saúde: acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos; Condicionalidade Assistência Social: frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-selecao Acesso em: out.2018.

¹⁸ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/legislacao-1/portarias/2008/Portaria_de_Ingresso_de_Familias_no_PBF_no_341_-com_as_alteracoes_da_Portaria_no_617-site-1.pdf>. Acesso em: out.2018.

¹⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6917.htm> Acesso em: out. 2018.

Tem por finalidade formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal. O CGPBF é composto pelos seguintes órgãos e entidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o presidirá; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; Casa Civil da Presidência da República; e Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2004, p. 01).

Segundo o Decreto n. 6.917²⁰, de 17 de julho de 2009, o PBF atende as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal²¹ per capita de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) e R\$ 70,00 (setenta reais), respectivamente.

O critério utilizado pelo Governo Federal que define a condição de pobreza está normatizada pelo Decreto nº 6.917, baseado na renda per capita familiar sendo atualizado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O Programa utiliza de um banco de dados, o CadÚnico, vinculado à administração do Governo Federal, de onde são inscritas e selecionadas as famílias em estado de vulnerabilidade social. O cadastro contém uma base de dados autodeclarados pelos indivíduos em cada família ou, ainda pelo responsável pelas informações prestadas a respeito da família, e são identificados através do número do CPF.

Cabe às prefeituras municipais, em cada município, alimentar e manter o CadÚnico com as informações sobre as famílias e identificar aquelas em situação de pobreza no âmbito do município, formando assim um banco de dados nacional.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PBF foi criado pela Lei nº 10.689²², de 13 de junho de 2003, com nome original de Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAAL). Em 2004, o Governo Federal reformula a política de transferência de renda, criando condicionalidades como critério para a permanência no PBF e unifica todos os programas e ações destinadas à transferência de renda, de acordo com a Lei nº

²⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6917.htm#art3> Acesso em: out. 2018.

²¹ Conforme o MDS a renda familiar é calculado a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda *per capita* da família. (BRASIL, MDS, 2009).

²² Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.689.htm > Acesso: out. 2018.

10.836²³, de 9 de janeiro de 2004, e com o Decreto nº 5.209²⁴, de 17 de setembro de 2004. Nessas mudanças, também unifica os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda pelo Governo Federal, extinguindo alguns programas com intuitos similares. De acordo com o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o PBF se configura como:

Art. 3º O Programa Bolsa Família tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 (BRASIL, 2004, p. 01).

Os objetivos do PBF, de acordo com o mesmo decreto, são:

Art. 4º Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são: I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV - combater a pobreza; e V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004, p. 02).

Desse modo, compreendo a configuração estrutural da pobreza materializada na negação social, capaz de produzir a inabilidade política dos sujeitos, nega-lhes a condição civil e social, privados de acesso ao trabalho como categoria para objetivação. Na abaixo apresento um levantamento das principais políticas que foram realizadas na derivação da política de transferência de renda, uma combinação entre políticas de acesso a bens, serviços e equipamentos que possibilitaram um pouco de dignidade ao usuário/beneficiário.

Tabela 1 – Inventário de Políticas Integradas

	Programa	O que é?	Para quem
Cadastro Único ²⁵	Programa Bolsa Família	Programa que transfere renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Exige as seguintes condicionalidades:	Todas as famílias com renda mensal per capita de até R\$ 85,00. Famílias com renda familiar mensal por pessoa de R\$ 85,01 até R\$ 170,00 que tenham gestantes, crianças

²³Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm > Acesso em: out.2018.

²⁴Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/bolsafamilia/decretos/2004/Decreto%20no%205209%20de%2017.09.2004.pdf>> Acesso em: out.2018.

²⁵ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características

Tabela 1 – Inventário de Políticas Integradas

	Programa	O que é?	Para quem
Porta de acesso a todos as políticas e programas sociais do Governo Federal.		manter crianças e adolescentes estudando; manter em dia o calendário vacinal e as mulheres grávidas o acompanhamento pré-natal.	ou adolescentes.
	Tarifa Social de Energia Elétrica	Programa que oferece desconto na conta de energia elétrica	As famílias indígenas e quilombolas inscritas no Cadastro Único; Família com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou Quem receba o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou Família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.
	Carteira do Idoso	Programa de viagens interestaduais gratuitas ou com desconto em transporte coletivo por ônibus, trem ou barco.	Pessoas com 60 anos ou mais que tenham renda individual de até dois salários mínimos, mas não tenham como comprová-la.
	Programa Brasil Alfabetizado	É um Programa de alfabetização de jovens e adultos.	Pessoas a partir de 15 anos que não sabem ler ou escrever. Pessoas inscritas no Cadastro Único e beneficiários do Programa Bolsa Família têm prioridade na matrícula.
	Auxílio Emergencial Financeiro	Programa que oferece apoio financeiro para famílias atingidas por desastres e que moram nos municípios em estado de calamidade pública ou emergência reconhecidos pelo Governo Federal.	Famílias de agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar PRONAF - DAP, com renda mensal média de até dois salários mínimos, que não tenham aderido ao Garantia Safra 2011/2012.

da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Tabela 1 – Inventário de Políticas Integradas

Programa	O que é?	Para quem
Programa Minha Casa Minha Vida	Programa que ajuda a compra da casa própria ou facilita suas condições de acesso, a depender da renda da família	Famílias que não possuem imóvel próprio, com renda familiar mensal de até R\$ 1.600,00 (habitação urbana); agricultores familiares com renda familiar anual de R\$ 15 a 60 mil (habitação rural).
Programa Cisternas	Programa de construção de cisternas na região do semiárido brasileiro.	Famílias inscritas no Cadastro Único que vivem em áreas rurais, principalmente no semiárido brasileiro.
Água para todos	Programa que busca garantir o acesso à água para o consumo das pessoas e para produção de alimentos e criação de animais	Famílias inscritas no Cadastro Único moradoras de áreas rurais, principalmente no semiárido brasileiro.
Aposentadoria para pessoas de baixa renda	Programa de contribuição reduzida para a Previdência Social (5% do salário mínimo) que permite utilizar vários direitos, tais como aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e licença-maternidade, entre outros.	Pessoas que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico (do lar), que não têm renda própria e fazem parte de famílias com renda mensal total de até dois salários mínimos.
Telefone Popular	Programa que oferece preços reduzidos para linha de telefone fixo.	Famílias inscritas no Cadastro Único, com dados atualizados nos últimos 24 meses.
Bolsa Verde (Programa de Apoio à Conservação Ambiental)	Programa que concede benefício financeiro trimestral às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas avaliadas prioritárias para conservação ambiental.	Famílias com renda familiar por pessoa de até R\$ 77,00, residentes em áreas protegidas e que desenvolvam atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária, territórios ocupados por comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas ou outras áreas rurais definidas por ato do Poder Executivo.
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	Programa que oferece cursos gratuitos de educação profissional e tecnológica que possibilitam que os cidadãos entrem no	Pessoas a partir de 16 anos de idade que estejam cadastradas ou em processo de cadastramento no Cadastro Único.

Tabela 1 – Inventário de Políticas Integradas

	Programa	O que é?	Para quem
		mercado de trabalho ou busquem oportunidades melhores de emprego	
	Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais/Assistência Técnica e Extensão Rural	Programa que garante o acesso dos beneficiários a serviços de assistência técnica e extensão rural e a transferência de recursos financeiros não reembolsáveis.	Famílias rurais com renda familiar per capita de até R\$ 77,00.
	Isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos	Ação que prevê o não pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados pelo Governo Federal	Pessoas inscritas no Cadastro Único.
	Programa Nacional de Reforma Agrária	A reforma agrária busca melhorar a distribuição da terra, com modificações no regime de posse e uso, para atender os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção	Famílias acampadas que estejam incluídas no Cadastro Único têm prioridade na seleção para ser assentadas pela Reforma Agrária. Podem ser cadastradas apenas aquelas famílias acampadas que têm renda familiar total de até três salários mínimos mensais.
	Programa Nacional de Crédito Fundiário	Ação complementar à Reforma Agrária que oferece financiamento para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural. O recurso também pode ser utilizado para montar a infraestrutura necessária para a produção e para assistência técnica.	Agricultores rurais, trabalhadores rurais sem-terra, proprietários de terras inferiores ao módulo rural e pequenos produtores rurais, com no mínimo 5 anos de experiência rural nos últimos 15 anos. Pessoas que atendam esses requisitos e estejam cadastradas no Cadastro Único têm acesso a taxas de juros reduzidas.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. Rede SUAS. CadSUAS.

Nesse panorama compreendo que o alcance do PBF, imaginado como política social focalizada, como ação do Estado, objetiva minimizar a abrangência e severidade histórica da pobreza na realidade social brasileira. Entendo que a severidade da pobreza e a dinâmica da história são movimentos dialéticos, histórico-estrutural, permeados por diversidades de demandas: do campo político, de integração social e cultural que clamam pela valorização da condição humana.

A apreensão dessa lógica permite uma avaliação que “toda formação social é suficientemente contraditória, para ser historicamente superável” (DEMO, 1985, p.

89-90), todavia, privilegia-se o fenômeno da transição histórica possuidor de significado para superação de uma fase por outra, predominando na outra fase, mais o conteúdo do novo do que repetições possíveis da fase anterior.

4.1 Intersectoriedade, monitoramento e Rede Socioassistencial

No contexto investigado a política social é articulada a partir de um recorte social para conter o elemento estruturante da pobreza, como parte de uma totalidade histórica, por onde se constituiu e estabeleceram os diálogos e conflitos que asseveraram as iniquidades. O período de 2004 a 2018, temporalidade que permite a análise e o contexto estruturante e conjuntural do quadro de realização das ações intersectoriais do PBF, é possível para mitigá-las entre a população beneficiária. Para dar conta dessa ação da pesquisa, retorno ao campo empírico para examinar como são constituídas a "Rede Socioassistencial"²⁶ e os "Órgãos Governamentais de monitoramento da política social em Sinop-MT"²⁷.

Tabela 2 – Rede Socioassistencial em Sinop

CNPJ	Nome	UF	Município	Bairro
Indisponível	CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social	MT	SINOP	Centro
Indisponível	CRAS Boa Esperança	MT	SINOP	Jardim Boa Esperança
Indisponível	CRAS Jardim Paulista	MT	SINOP	Jardim Paulista
Indisponível	CRAS Jardim Palmeiras	MT	SINOP	Jardim das Violetas
Indisponível	CRAS Menino Jesus	MT	SINOP	Menino Jesus
02.166.695/0001-01	Unidade de Acolhimento	MT	SINOP	Jardim Paraíso
32.944.423/0001-56	Unidade de Acolhimento	MT	SINOP	São Cristovam
14.479.087/0001-36	Unidade de Acolhimento	MT	SINOP	Jardim Jacarandás
15.024.003/0001-32	Programa Criança Feliz - Equipe Água	MT	SINOP	Centro

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. Rede SUAS. CadSUAS. CECAD disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/cras_local.php?schema=tab_cad_20102018&pibge=51&mu_ibge=5107909&p_variavel=cod_centro_assist_fam&p_variavel_filtro=28#>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

²⁶ Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/pesquisarConsultaExterna.html>> Acesso: jul. 2018.

²⁷ Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/pesquisarConsultaExterna.html>> Acesso em: jul. 2018.

Tabela 3 – Distribuição de Famílias por faixa de Renda Per Capita atendidas no CRAS e CREAS em Sinop-MT

CRAS/CREAS	Quantidade Famílias				
	Até R\$ 89,00	Entre R\$ 89,01 até R\$178,00	Entre R\$178,01 até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Total
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social	306	51	97	144	598
CRAS Jardim Palmeiras	321	576	2.050	2.297	5.244
CRAS Jardim Paulista	155	266	885	1.096	2.402
CRAS Boa Esperança	328	432	1.129	1.032	2.921
CRAS Menino Jesus	188	736	1.291	891	3.106
CRAS/CREAS Não Preenchido	5	5	39	44	93
Total	1.303	2.066	5.491	5.504	14.364

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/cras_local.php?schema=tab_cad_20102018&p_ibge=51&mu_ibge=5107909&p_variavel=cod_centro_assist_fam&p_variavel_filtro=6#> Acesso em: Nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 4 – Famílias em Extrema Pobreza com ou sem PBF atendidas no CRAS e CREAS em Sinop-MT

CRAS/CREAS	Quantidade Famílias		
	Sem Registro Civil	Cadastrado	Total
CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social	0	306	306
CRAS Jardim Palmeiras	0	321	321
CRAS Jardim Paulista	0	155	155
CRAS Boa Esperança	0	328	328
CRAS Menino Jesus	0	188	188
CRAS/CREAS Não Preenchido	0	5	5
Total	0	1.303	1.303

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/cras_local.php?schema=tab_cad_20102018&p_ibge=51&mu_ibge=5107909&p_variavel=cod_centro_assist_fam&p_variavel_filtro=23#> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 5 – Órgãos Governamentais de monitoramento da política social em Sinop-MT

CNPJ	Nome	UF	Município
15.024.003/0001-32	Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	MT	SINOP
01.413.759/0001-69	Fundo Municipal de Assistência Social	MT	SINOP
	Conselho Municipal de Assistência Social	MT	SINOP
	Câmara Municipal de Sinop	MT	SINOP
15.024.003/0001-32	Prefeitura Municipal de Sinop	MT	SINOP

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. Rede SUAS. CadSUAS.

A estrutura administrativa dos Órgãos Governamentais de monitoramento da política social em Sinop-MT, tanto a Rede SUAS, quanto o CadSUAS e os CRAS, CREAS revelam os aspectos internos e externos da política social e as mudanças na cultura da política social, muito embora esgotadas nos limites do desenvolvimentismo, em especial quando analisadas sob em que medida esse conjunto administrativo da política focalizada promove a inserção laboral dos seus beneficiários.

A problemática apontada recai sobre outra configuração social: até que ponto o capitalismo poderá dar conta de incluir pessoas excluídas ao acesso a bens, serviços e políticas por meio das conhecidas formas sociais e modos de produção?

A pergunta volta-se para a agenda das políticas públicas sociais, indagando até que ponto o mesmo sistema que se metamorfoseia pelo antagonismo histórico, entre o mundo do trabalho e os trabalhadores não urbanos, que não necessariamente se organizam pelo formato urbano industrial, muito embora se conectam pela totalidade do sistema de produção capitalista, tem a capacidade de prover dignidade com equidade?

Ocupo conceitualmente desse campo material, “que compreende por capital uma relação social específica entre capitalistas e aqueles que trabalham para eles e são explorados nessa relação, a fim de gerarem um excedente, uma mais-valia, um lucro” (ALTVATER, 2010, p.61).

Nesse contexto, o dilema do objeto de estudo assenta-se sob a sociedade de classes e os rudimentos políticos desse processo, evidenciando a pobreza e a exclusão social como fatores afeitos da desigualdade e do desenvolvimento capitalista. Faz-se a opção pela pesquisa histórico-estrutural, propondo como

hipótese ao problema, a existência de práticas de inserção laboral promovidas pelo PBF, cuja necessidade reflexiva revela muito da ideologia e da orientação política que equilibra o jogo ideológico, ainda não revelado, sobre as condições objetivas e subjetivas que perpassam o interior do programa, com objetivo minimizador do conflito social.

4.2 A Intersectoriedade das políticas sociais no combate as vulnerabilidades

A situação socioeconômica das famílias pesquisadas é determinante para efeito da gestão do Programa. A partir do critério de renda per capita, qualificação profissional e acesso ao trabalho, às linhas de corte para inclusão são definidas com base em estudos desenvolvidos pelo MDS, com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando-se dos dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD²⁸), dados eletivos das famílias em situação de pobreza.

Por outro lado, só o cadastramento não garante a entrada imediata das famílias ao PBF para recebimento da bolsa ou de algum outro benefício. Contudo, essa ferramenta fornece informações para seleção das famílias que serão incluídas ou quando no caso, excluídas do PBF, mediante o cruzamento das informações do Cadastro Único com um conjunto de dados Inter setoriais do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Saúde (MS), no que diz respeito ao cumprimento das condicionalidades ao Programa.

As condicionalidades estabelecem os critérios para permanência das famílias ao programa e estão relacionados aos seus objetivos do PBF, descritos no artigo 4º do decreto 5.209/2004, caracterizados como dimensões de vulnerabilidade.

Compreendem-se por dimensões de vulnerabilidade os indicadores que afetam o desenvolvimento humano, quantificados e qualificados pelo Índice de

²⁸ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o País, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas. O levantamento dessas estatísticas constitui, ao longo dos 44 anos de realização da pesquisa, um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/> >. Acesso em: out. 2018.

Desenvolvimento da Família (IDF²⁹), dimensionado através dos indicadores de: 1) Vulnerabilidade; 2) Acesso ao conhecimento; 3) Acesso ao trabalho; 4) Disponibilidade de recursos; 5) Desenvolvimento Infantil; 6) condições Habitacionais.

Do conjunto das vulnerabilidades acima apontadas, a presente pesquisa toma como objeto empírico o indicador Acesso ao Trabalho, ressaltando que as demais dimensões do IDF já foram tratadas pelo pesquisador em "Políticas sociais e desenvolvimento humano: alcance do Programa Bolsa Família em Sinop-MT". (ARRUDA, 2016).

Das seis dimensões³⁰ que caracterizam a situação de pobreza pelo PBF, isolamos duas, que caracterizam e reproduzem as ocorrências quantitativas e qualitativas, utilizados como critérios para entrada do indivíduo ou da família ao programa, assim como sua exclusão.

Apontam-se empiricamente os indicadores de Acesso ao Trabalho e Disponibilidade de Recursos como dimensionadores das práticas laborais, assim caracterizados: a dimensão Disponibilidade de Recursos indica a ausência de renda e age como critério de entrada do indivíduo ou da família ao Programa; já a dimensão Acesso ao Trabalho, age em sentido oposto, provocando a exclusão do programa, no momento em que é reconhecido o vínculo laboral do beneficiário, como empregado formal, com carteira assinada.

Outra dimensão importante para constituir as análises sobre a situação laboral dos beneficiários, diz respeito à qualificação profissional. Aponta Arruda (2011) que:

Parece usual que nos quesitos da 'qualificação profissional' os entrevistados responderem não possuir a preparação requerida pelo mercado de trabalho e desta forma a ausência de qualquer fonte de renda fixa. Como tal não se enquadram como empregador ou assalariado com contrato de trabalho, assalariado sem contrato em carteira de trabalho, autônomo com previdência social com ou sem recolhimento da previdência social, aposentado/pensionista, trabalhador rural e empregador rural. O último quesito do item 'qualificação profissional' aponta para a opção 'não

²⁹ O índice de desenvolvimento familiar (IDF) foi desenvolvido por BARROS, CARVALHO & FRANCO no trabalho Índice de Desenvolvimento da Família (2003) com base em informações da PNAD de 2001. As limitações deste índice sintético também são apontadas pelos próprios autores na mesma obra.

³⁰ O estudo e a pesquisa das seis dimensões de vulnerabilidade social possíveis se ser quantificadas pelo IDF, foram objeto de estudo do pesquisador na dissertação de mestrado e não serão retomados nesta pesquisa, pois os resultados já estão publicados em: ARRUDA, Roberto Alves de. Políticas sociais e desenvolvimento humano: alcance do Programa Bolsa Família em Sinop-MT. – Cuiabá : EdUFMT, 2016. 208 p.

trabalha', escolha usualmente realizada pelos entrevistados ou apontada pelo entrevistador (2011, p. 20).

Diante da complexidade da pesquisa em torno da realização do trabalho entre os beneficiários do PBF, o mesmo autor aponta que:

Esse conjunto de respostas leva a conformação de outros dados, por agrupamento. Quando responde 'não ter renda', ou 'não trabalha', o entrevistado estará respondendo que não possui 'acesso ao trabalho' e tão pouco 'dispõem de recursos'. Essas duas informações, dentre outras, são utilizadas para a formação do IDF, que comporão as dimensões: Acesso ao Trabalho e Disponibilidade de Recursos (ARRUDA, 2011, p. 20).

No entanto, o PBF, se constitui de um complexo de ações, reguladas e resinificadas com a realização em outros programas. Dentre as ações e políticas do estado brasileiro, o governo federal por meio do que denominou de inclusão produtiva, instituiu no âmbito do MDS a Programação Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS), incentivo ao ingresso de pessoas em situação vulneral e risco social ao emprego, coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS e é uma das ações resinificadas com outros programas, como por exemplo, o Brasil Sem Miséria articulado com o Benefício de Prestação Continuada (BPC Trabalho) e ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

O objeto de estudo conduziu a investigação para a perspectiva da pesquisa qualitativa com uso dos micros dados do PBF³¹, para a partir desse referencial

³¹ Os dados utilizados são referentes as Famílias com pessoas em situação de trabalho infantil; Pessoas com deficiência; Famílias quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família (0); Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias pertencentes a comunidade de terreiro beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias ciganas beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias em situação de rua cadastradas; Famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo; Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo cadastradas; Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo; Famílias catadores de material reciclável cadastradas; Famílias catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias de preso do sistema carcerário cadastradas; Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias de pescadores artesanais cadastradas; Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias ribeirinhas cadastradas; Famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias de agricultores familiares cadastradas; Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias assentadas da reforma agrária cadastradas; Famílias assentadas da reforma agrária beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias beneficiárias do P.N.C.F. cadastradas; Famílias beneficiárias do P.N.C.F. beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias acampadas cadastradas; Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família; Famílias com membros beneficiários do BPC; Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único; Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC; Famílias encaminhadas para o CREAS; Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência; Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência; Famílias

quantitativo produzir a análise sobre os nexos que estão se constituindo entre programas de transferência de renda e inserção laboral.

Esses aspectos deram a direção para que pudesse indagar a respeito da configuração social brasileira, em sentido estrito, se estaria em modificação na direção de um novo padrão de coesão social, com dupla função de proteger socialmente os beneficiários do PBF e capaz de inseri-los na relação com o trabalho e renda.

Dentre essas ações estão os atendimentos nos CRAS e CREAS as famílias com membros beneficiários do BPC; famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único; indivíduos encaminhados para acesso ao BPC; famílias encaminhadas para o CREAS; auxílio-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência e os auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência em Sinop-MT, conforme dados das tabelas abaixo.

Tabela 6 – Famílias com membros beneficiários do BPC e do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias com membros beneficiários do BPC
mai/18	7
abr/18	1
mar/18	1
fev/18	1
jan/18	1
dez/17	3
nov/17	1
out/17	0
set/17	2
ago/17	0
jul/17	14
jun/17	3
mai/17	19
abr/17	1
mar/17	1

participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF; Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado; Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF; Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF; Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos; Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Sinop-MT; Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos; Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos; Total de Benefício Variável Jovem - BVJ; Total de Benefício Variável Nutriz - BVN; Total de Benefício Variável Gestante - BVG; Distribuição de Famílias por faixa de Renda Per Capita atendidas no CRAS e CREAS; Famílias em Extrema Pobreza com ou sem PBF atendidas no CRAS e CREAS. Disponíveis em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data/index.php>> e <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/index4.php>>.

Tabela 6 – Famílias com membros beneficiários do BPC e do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias com membros beneficiários do BPC
fev/17	3
jan/17	0
dez/16	0
nov/16	0
out/16	0
set/16	1
ago/16	0
jul/16	0
jun/16	1
mai/16	0
abr/16	0
mar/16	3
fev/16	0
jan/16	11
dez/15	1
nov/15	30
out/15	0
set/15	0
ago/15	0
jul/15	0
jun/15	0
mai/15	0
abr/15	3
mar/15	0
fev/15	2
jan/15	0
dez/14	0
nov/14	0
out/14	5
set/14	0
ago/14	2
jul/14	20
jun/14	0
mai/14	14
abr/14	6
mar/14	9
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	2
nov/13	6
out/13	3
set/13	3
ago/13	6
jul/13	11
jun/13	6
mai/13	0
abr/13	12
mar/13	10
fev/13	2
jan/13	7

Fonte: CECAD Disponível em < https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=313 > Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 7 – Famílias encaminhadas para inclusão no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único
mai/18	262
abr/18	253
mar/18	325
fev/18	297
jan/18	257
dez/17	298
nov/17	260
out/17	246
set/17	262
ago/17	424
jul/17	237
jun/17	377
mai/17	401
abr/17	211
mar/17	238
fev/17	15
jan/17	18
dez/16	88
nov/16	163
out/16	127
set/16	141
ago/16	222
jul/16	186
jun/16	203
mai/16	152
abr/16	133
mar/16	117
fev/16	121
jan/16	92
dez/15	83
nov/15	179
out/15	163
set/15	197
ago/15	174
jul/15	175
jun/15	176
mai/15	170
abr/15	179
mar/15	192
fev/15	110
jan/15	89
dez/14	108
nov/14	154
out/14	161
set/14	197
ago/14	205
jul/14	324
jun/14	95
mai/14	156
abr/14	396
mar/14	397
fev/14	321
jan/14	246
dez/13	106
nov/13	174

Tabela 7 – Famílias encaminhadas para inclusão no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único
out/13	266
set/13	305
ago/13	461
jul/13	240
jun/13	395
mai/13	343
abr/13	496
mar/13	379
fev/13	456
jan/13	470

Fonte: CECAD Disponível em < https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumo_variavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=313>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 8 – Indivíduos encaminhados para acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC em Sinop-MT

Período	Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC
mai/18	16
abr/18	30
mar/18	33
fev/18	19
jan/18	29
dez/17	21
nov/17	20
out/17	24
set/17	27
ago/17	32
jul/17	28
jun/17	13
mai/17	19
abr/17	14
mar/17	18
fev/17	14
jan/17	13
dez/16	30
nov/16	32
out/16	27
set/16	28
ago/16	19
jul/16	10
jun/16	28
mai/16	11
abr/16	15
mar/16	20
fev/16	16
jan/16	17
dez/15	26
nov/15	14
out/15	20
set/15	2
ago/15	0
jul/15	12
jun/15	17
mai/15	20
abr/15	25

Tabela 8 – Indivíduos encaminhados para acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC em Sinop-MT

Período	Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC
mar/15	18
fev/15	15
jan/15	16
dez/14	7
nov/14	13
out/14	26
set/14	40
ago/14	27
jul/14	35
jun/14	27
mai/14	28
abr/14	31
mar/14	11
fev/14	6
jan/14	18
dez/13	13
nov/13	21
out/13	12
set/13	17
ago/13	17
jul/13	24
jun/13	22
mai/13	23
abr/13	21
mar/13	29
fev/13	20
jan/13	12

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=319> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 9 – Famílias encaminhadas para o CREAS em Sinop-MT

Período	Famílias encaminhadas para o CREAS em Sinop-MT
mai/18	2
abr/18	1
mar/18	1
fev/18	0
jan/18	1
dez/17	4
nov/17	5
out/17	2
set/17	6
ago/17	3
jul/17	8
jun/17	8
mai/17	13
abr/17	8
mar/17	3
fev/17	3
jan/17	0
dez/16	4
nov/16	3
out/16	2
set/16	25

Tabela 9 – Famílias encaminhadas para o CREAS em Sinop-MT

Período	Famílias encaminhadas para o CREAS em Sinop-MT
ago/16	4
jul/16	3
jun/16	6
mai/16	3
abr/16	3
mar/16	1
fev/16	4
jan/16	4
dez/15	3
nov/15	1
out/15	4
set/15	7
ago/15	5
jul/15	2
jun/15	1
mai/15	2
abr/15	5
mar/15	7
fev/15	2
jan/15	2
dez/14	3
nov/14	4
out/14	3
set/14	8
ago/14	3
jul/14	4
jun/14	1
mai/14	1
abr/14	1
mar/14	2
fev/14	8
jan/14	0
dez/13	1
nov/13	4
out/13	1
set/13	3
ago/13	3
jul/13	4
jun/13	1
mai/13	3
abr/13	1
mar/13	4
fev/13	4
jan/13	2

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumo_variavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=320>

Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 10 – Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência em Sinop-MT

Período	Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência em Sinop-MT
mai/18	0
abr/18	1
mar/18	5
fev/18	2
jan/18	2
dez/17	6
nov/17	4
out/17	4
set/17	2
ago/17	7
jul/17	2
jun/17	2
mai/17	3
abr/17	1
mar/17	1
fev/17	0
jan/17	0

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=322> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 11 – Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência em Sinop-MT

Período	Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência em Sinop-MT
mai/18	4
abr/18	2
mar/18	2
fev/18	1
jan/18	4
dez/17	4
nov/17	0
out/17	1
set/17	6
ago/17	2
jul/17	2
jun/17	5
mai/17	0
abr/17	1
mar/17	0
fev/17	0
jan/17	0

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=322> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Outro instrumento de pesquisa que utilizei foi a base dos micros dados censitários fornecidos pelos relatórios de Informações Sociais do MDS, de onde foi possível mapear as desigualdades e compreender os seus efeitos sobre a realidade

social e política brasileira, para posteriormente dimensionar o alcance do PBF, em termos qualitativos³².

4.3 O papel conferido ao Bolsa Família e suas funções no contexto pesquisado

O caminho metodológico permite perguntar sobre o alcance das possíveis modificações nos padrões de coesão social presentes, em particular, nos regimes das políticas de bem-estar social. Se efetivo aqueles padrões, que modificações sofreram e quais as contradições decorrem da efetividade da política. De igual modo, indagamos se é capaz de estabelecer laços de solidariedade frente a competição imposta pela economia de mercado e como os mecanismos que garantiriam um padrão de coesão social se comportaram para que o tecido social, com base nas políticas sociais inclusivas, não se deteriorasse ao ponto de incorporar as modificações ocorridas dos regimes reformistas (OLIVEIRA, G.; TUROLLA, F. 2018).

A luta das classes trabalhadoras que tem ofertado o trabalho pago tendo por referência os valores nominais do salário mínimo, se constituíram um desafio para mantê-lo na série histórica, acima do acumulado da inflação já incorporado os indicadores de crescimento econômico industrial. Na tabela abaixo é possível observar essa tendência.

Tabela 12 – Valores nominais do Salário Mínimo

VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR DIÁRIO	VALOR HORA	NORMA LEGAL	D.O.U.
01.01.2018	R\$ 954,00	R\$ 31,80	R\$ 4,34	Decreto 9.255/2017	29.12.2017
01.01.2017	R\$ 937,00	R\$ 31,23	R\$ 4,26	Decreto 8.948/2016	30.12.2016
01.01.2016	R\$ 880,00	R\$ 29,33	R\$ 4,00	Decreto 8.618/2015	30.12.2015
01.01.2015	R\$ 788,00	R\$ 26,27	R\$ 3,58	Decreto 8.381/2014	30.12.2014
01.01.2014	R\$ 724,00	R\$ 24,13	R\$ 3,29	Decreto 8.166/2013	24.12.2013
01.01.2013	R\$ 678,00	R\$ 22,60	R\$ 3,08	Decreto 7.872/2012	26.12.2012
01.01.2012	R\$ 622,00	R\$ 20,73	R\$ 2,83	Decreto 7.655/2011	26.12.2011
01.03.2011	R\$ 545,00	R\$ 18,17	R\$ 2,48	Lei 12.382/2011	28.02.2011
01.01.2011	R\$ 540,00	R\$ 18,00	R\$ 2,45	MP 516/2010	31.12.2010
01.01.2010	R\$ 510,00	R\$ 17,00	R\$ 2,32	Lei 12.255/2010	16.06.2010
01.02.2009	R\$ 465,00	R\$ 15,50	R\$ 2,11	Lei 11.944/2009	29.05.2009
01.03.2008	R\$ 415,00	R\$ 13,83	R\$ 1,89	Lei 11.709/2008	20.06.2008
01.04.2007	R\$ 380,00	R\$ 12,67	R\$ 1,73	Lei 11.498/2007	29.06.2007
01.04.2006	R\$ 350,00	R\$ 11,67	R\$ 1,59	MP 288/2006	31.03.2006
01.05.2005	R\$ 300,00	R\$ 10,00	R\$ 1,36	Lei 11.164/2005	22.04.2005

³² Mesmo que os micros dados só revelem uma classificação numérica das famílias beneficiárias pelo PBF, estes dados nos dão pistas para compor uma percepção qualitativa do movimento das famílias que se encontravam na extrema pobreza e elevadas à linha da pobreza. Compreendendo que esse movimento foi observado justamente nos percentis mais baixos da população brasileira, que sofreram os impactos da elevação para uma classificação seguinte: a da linha da pobreza.

Tabela 12 – Valores nominais do Salário Mínimo

VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR DIÁRIO	VALOR HORA	NORMA LEGAL	D.O.U.
01.05.2004	R\$ 260,00	R\$ 8,67	R\$ 1,18	MP 182/2004	30.04.2004
01.04.2003	R\$ 240,00	R\$ 8,00	R\$ 1,09	MP 116/2003	03.04.2003
01.04.2002	R\$ 200,00	R\$ 6,67	R\$ 0,91	MP 35/2002	28.03.2002
01.04.2001	R\$ 180,00	R\$ 6,00	R\$ 0,82	MP 2.142/2001 (atual 2.194-5)	30.03.2001
03.04.2000	R\$ 151,00	R\$ 5,03	R\$ 0,69	Lei 9.971/2000	24.03.2000

Fonte: DIESSE. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/>>. Acesso em: nov. 2018.

Nesse conjunto de questões o trabalho e as propostas de políticas de transferência de renda aparecem no contexto da hegemonia do capital financeiro, dentre as recentes transformações ocorridas na economia mundial, em especial nas economias nacionais, fruto das alterações da relação capital e trabalho, que tem redirecionado o modo de exploração do trabalho pelo capital, passando da fase de intensificação do trabalho para a fase espoliativa motivada pela crescente queda da taxa de lucro do capital. (HARVEY, 2004, p. 65).

Numa outra vertente, indagamos quanto ao tipo, alcance e objetividade das ações da política social. Numa melhor aproximação teórica, empregamos as discussões de Gosta Esping-Andersen (1991), para recolocar as mesmas questões para aproximá-las dos enquadramentos conceituais. A pergunta se recoloca para compreender o movimento do regime de Welfare State, como já discutido em capítulo anterior na direção do acompanhamento de algum padrão de organização e se caso positivo, em qual tradição se enquadraria: liberal, conservadora ou social democrata.

A investigação situa a proteção social aos efeitos maléficos da pobreza, diante da dinâmica da produção histórica das desigualdades na realidade social brasileira. Posiciona a passagem de um modelo de políticas universais, realizadas nos anos de 1980 e 1990 para políticas compensatórias e focalizadas, que foram implantadas a partir do ano de 2003. Nas tabelas abaixo, apresento os dados do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família³³ (PAIF).

³³ "O serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais)". Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protacao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protacao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>>. Acesso em: nov. 2018.

São as famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF; pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado; pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF e o total de famílias em acompanhamento pelo PAIF em Sinop-MT.

Tabela 13 – Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF em Sinop-MT

Período	Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF
mai/18	219
abr/18	189
mar/18	297
fev/18	172
jan/18	172
dez/17	165
nov/17	169
out/17	269
set/17	262
ago/17	258
jul/17	321
jun/17	285
mai/17	261
abr/17	258
mar/17	266
fev/17	264
jan/17	143
dez/16	227
nov/16	235
out/16	235
set/16	235
ago/16	436
jul/16	413
jun/16	414
mai/16	378
abr/16	376
mar/16	380
fev/16	374
jan/16	273
dez/15	172
nov/15	171
out/15	112
set/15	109
ago/15	113
jul/15	113
jun/15	113
mai/15	95
abr/15	477
mar/15	133
fev/15	86
jan/15	86
dez/14	106
nov/14	171
out/14	171

Tabela 13 – Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF em Sinop-MT

Período	Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF
set/14	192
ago/14	198
jul/14	201
jun/14	269
mai/14	377
abr/14	188
mar/14	185
fev/14	91
jan/14	91
dez/13	206
nov/13	266
out/13	233
set/13	261
ago/13	302
jul/13	332
jun/13	304
mai/13	381
abr/13	336
mar/13	62
fev/13	0
jan/13	0

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=325> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Do campo empírico selecionei o grupo social e a política a ser analisada, respectivamente a população inserida no CadÚnico as beneficiárias do PBF. A análise se efetivou pelo cotejamento do processo de formação econômica brasileira, com incidência nos modelos de desenvolvimento delimitados em períodos, por vezes com maior ou menor propensão a um modelo de política econômica com proteção social.

Tabela 14 – Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades de caráter não continuado em Sinop-MT

Período	Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado
mai/18	684
abr/18	192
mar/18	488
fev/18	38
jan/18	38
dez/17	278
nov/17	154
out/17	531
set/17	538
ago/17	290
jul/17	175
jun/17	612
mai/17	454
abr/17	0

Tabela 14 – Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades de caráter não continuado em Sinop-MT

Período	Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado
mar/17	73
fev/17	0
jan/17	0
dez/16	383
nov/16	451
out/16	422
set/16	287
ago/16	130
jul/16	175
jun/16	330
mai/16	394
abr/16	104
mar/16	1.312
fev/16	315
jan/16	180
dez/15	506
nov/15	320
out/15	296
set/15	249
ago/15	191
jul/15	590
jun/15	210
mai/15	192
abr/15	242
mar/15	562
fev/15	100
jan/15	100
dez/14	353
nov/14	495
out/14	317
set/14	414
ago/14	131
jul/14	271
jun/14	583
mai/14	731
abr/14	687
mar/14	483
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	572
nov/13	105
out/13	75
set/13	212
ago/13	549
jul/13	330
jun/13	217
mai/13	563
abr/13	252
mar/13	1.092
fev/13	70
jan/13	0

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=328> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 15 – Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou de os grupos do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) em Sinop-MT

Período	Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF
mai/18	12
abr/18	12
mar/18	23
fev/18	26
jan/18	28
dez/17	26
nov/17	27
out/17	19
set/17	20
ago/17	27
jul/17	26
jun/17	13
mai/17	12
abr/17	11
mar/17	11
fev/17	15
jan/17	15
dez/16	29
nov/16	32
out/16	32
set/16	33
ago/16	32
jul/16	32
jun/16	32
mai/16	28
abr/16	28
mar/16	28
fev/16	39
jan/16	39
dez/15	25
nov/15	28
out/15	21
set/15	21
ago/15	35
jul/15	31
jun/15	33
mai/15	31
abr/15	21
mar/15	6
fev/15	4
jan/15	4
dez/14	26
nov/14	29
out/14	30
set/14	31
ago/14	31
jul/14	31
jun/14	32
mai/14	34
abr/14	13
mar/14	0
fev/14	0

Tabela 15 – Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou de os grupos do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) em Sinop-MT

Período	Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF
jan/14	0
dez/13	3
nov/13	4
out/13	3
set/13	3
ago/13	1
jul/13	1
jun/13	1
mai/13	6
abr/13	18
mar/13	3
fev/13	0
jan/13	0

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=332> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 16 – Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF em Sinop-MT

Período	Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF
mai/18	404
abr/18	401
mar/18	391
fev/18	366
jan/18	390
dez/17	474
nov/17	474
out/17	490
set/17	484
ago/17	486
jul/17	426
jun/17	381
mai/17	351
abr/17	313
mar/17	369
fev/17	364
jan/17	232
dez/16	297
nov/16	305
out/16	305
set/16	305
ago/16	506
jul/16	483
jun/16	484
mai/16	448
abr/16	448
mar/16	446
fev/16	444
jan/16	343
dez/15	241
nov/15	225
out/15	193
set/15	191

Tabela 16 – Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF em Sinop-MT

Período	Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF
ago/15	197
jul/15	192
jun/15	187
mai/15	174
abr/15	186
mar/15	178
fev/15	170
jan/15	158
dez/14	167
nov/14	166
out/14	166
set/14	161
ago/14	683
jul/14	668
jun/14	532
mai/14	540
abr/14	555
mar/14	546
fev/14	519
jan/14	519
dez/13	504
nov/13	518
out/13	524
set/13	548
ago/13	686
jul/13	1.006
jun/13	1.206
mai/13	2.304
abr/13	2.300
mar/13	2.220
fev/13	2.117
jan/13	2.055

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=302> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Os aspectos da ordem social e econômica dos anos 1990 são mediados por políticas sociais, constituintes das condições objetivas para a produção e mitigação da pobreza, suficientemente processual na negação à repartição das riquezas. Como aponta Algebaile (2009), observamos a produção sistemática de uma política social que se estruturou para “o entendimento de questões específicas, delimitadas pela própria forma e pelo alcance dos serviços que se apresentavam como os meios de assegurar os direitos e as prerrogativas reconhecidas em leis ou em matérias normativas de menor efetividade” (2009, p. 227). A ampliação dos acessos com uma janela de maior abertura só foi possível mediante as transferências focalizadas com base no CadÚnico com dados de 27.755.037 famílias cadastradas no Brasil. De igual modo esse conjunto de dados evidenciou as 14.108 famílias no CadÚnico em Sinop-MT, em particular as 2.939 famílias beneficiárias do PBF.

No entanto, com o advento do Golpe Jurídico Mediático Parlamentar em 2016, a própria gestão do MDS demonstrou preocupações com o conteúdo do documento "Travessia Social"³⁴, que sinalizaria retrocesso em políticas públicas. Complementa que "a intenção de focalizar a política social na parcela dos 5% mais pobres, em populações esparsas e vivendo em comunidades isoladas, sugere que cerca de 40 milhões de beneficiários do Bolsa Família ficarão desprotegidos". (MDS, 2018).

4.4 Aperfeiçoamento dos Instrumentos de avaliação e monitoramento do PBF

A discussão centraliza no CadÚnico e o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família para municípios e Distrito Federal (IGD-M/PBF). Começarei pelo Cadastro Único. Usualmente é um instrumento administrativo para identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras³⁵ de baixa renda, enquadradas com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou, renda familiar mensal de até três salários mínimos, ou, ainda famílias com renda superior às supracitadas, que sejam público alvo de programas sociais das três esferas de Governo que utilizam a base do Cadastro Único.

A coordenação e supervisão do Cadastro Único é realizada pelo MDS, a execução administrativa pelos Estados e os municípios e a Caixa atua como o órgão pagador.

O cadastro é o instrumento obrigatório utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. Os dados refletem um espelho de todo o núcleo da família³⁶, as características físicas, quantitativas e qualitativas do domicílio, das formas agregadas para o acesso a serviços públicos essenciais, e, também, dados de cada componente da família. Essas informações constituem uma matriz de dados agregados que constituem a base amostral do

³⁴ "Documento Travessia Social sinaliza retrocesso em políticas públicas". Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/abril/documento-travessia-social-sinaliza-retrocesso-em-politicas-publicas-1>>. Acesso em: nov. 2018.

³⁵ Muito embora o Cadastro Único se destina a coleta de dados socioeconômicos das famílias brasileiras, recentemente o governo brasileiro abriu exceção para atender famílias venezuelanas que cruzam a fronteira e adentram no Brasil, em busca de melhores condições materiais para a provisão da vida.

³⁶ Compreendida de acordo com o Manual do Sistema de Castro Único, versão 7.15.05.1 dez. de 2017, do MDS, a família é a "unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por ela, todas moradoras em um mesmo domicílio) (MDS, 2018, p. 11).

cadastro³⁷ que contribuem para a formação das agendas e do foco da política pública, cujo objeto consiste em promover a melhoria das condições de vida. Os dados são obtidos pelo trabalho desenvolvido por um conjunto multidisciplinar de profissionais, que atuam especificamente nas secretarias de assistência social, educação e saúde, conforme termo de adesão pactuado entre os municípios, estados e o MDS, o gestor municipal ou estadual para promoção das políticas sociais.

Tabela 17 – Índice de Gestão Descentralizada do PBF

Índice de Gestão Descentralizada			Mês de referência
1	Crianças e adolescentes das famílias do PBF com frequência escolar informada	4.070	02/2018
2	Total de crianças e adolescentes das famílias do PBF no município	4.102	02/2018
3	TAFE - Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (item 1 / item 2)	0,99	02/2018
4	Famílias do PBF com condicionalidades de saúde informada	1.806	02/2018
5	Total de famílias com perfil saúde no município	2.423	02/2018
6	TAAS - Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (item 4 / item 5)	0,74	02/2018

Essa ação multissetorial envolve diversos atores pela execução do Cadastro Único, dentre os quais:

O MDS é responsável pela coordenação nacional do cadastro. É o gestor federal, responsável por definir a normalização e criar os conceitos relativos ao manuseio dos instrumentos, assim como desenvolver um conjunto tecnológico para aprimorar a modelagem virtual das ações, articulando-as com os estados e municípios, especialmente àqueles de cadastramento inicial, atualização de dados e gestão do banco de informações em âmbito nacional. (BRASIL, MDS, 2018).

³⁷ A matriz de dados da base amostral do cadastro é composta pelos seguintes campos: código do IBGE do município; Estado; classificação da situação da família; identificação da família; data do cadastramento; data da atualização; valor da renda média familiar; código local de locação da família; código especial e domiciliar da família; quantidade de cômodos do domicílio familiar; quantidade de cômodos dormitório familiar; código piso domiciliar; código mictório familiar; código água canalizada domiciliar; código abastecimento de água familiar; código do banheiro domiciliar; código do esgotamento sanitário domiciliar familiar; código do destino do lixo domiciliar familiar; código iluminação pública familiar; código calçamento domiciliar familiar; código família indígena; código família quilombola; número de estabelecimento assistência à saúde familiar; código familiar no centro de assistência familiar; quantidade de pessoas; peso familiar.

A Caixa Econômica Federal é o agente financeiro e operador do cadastro. Fornece os aplicativos de entrada e transmissão de dados, presta apoio operacional às três esferas do governo, treina e capacita os agentes de cadastramento, identifica as pessoas cadastradas, atribuindo o Número de Identificação Social (NIS) e distribui os formulários de cadastramento e é responsável por realizar o processamento dos dados cadastrais. Prestar apoio operacional aos municípios, estados e governo federal; capacitar os municípios para a utilização do sistema, produzir e enviar os formulários do Cadastro Único aos municípios após autorização do MDS. (BRASIL, MDS, 2018).

Aos Estados cabem apoiar tecnicamente e prestar logística aos municípios na gestão do Cadastro Único, além de estimular a sua utilização pelas secretarias estaduais na formulação e implantação de políticas públicas estaduais.

Aos municípios são atribuídas as responsabilidades para identificar as famílias de baixa renda em seu território, realizar as entrevistas de inclusão e atualização cadastral e registrar os dados dessas famílias no Sistema de Cadastro Único. Executar o processo de coleta, inclusão, exclusão e atualização sistemática de dados do Cadastro Único. (BRASIL, MDS, 2018).

O MDS, como gestor dos programas federais de transferência de renda, é responsável pela articulação com os municípios das ações integradas para a coleta dos dados das famílias de baixa renda, em formulário específico para esse fim. Os formulários do Cadastro Único são utilizados para registrar e/ou atualizar as informações referentes ao domicílio, pessoas, renda e despesas das famílias beneficiadas com o programa.

Os modelos de formulários utilizados para atualização são:

Formulário Avulso de Identificação do Domicílio e da Família: esse formulário é utilizado para registrar as atualizações de informações de identificação e características do domicílio, bem como para listar as pessoas ali residentes.

Formulário Avulso de Identificação de Pessoa: aqui são coletadas as informações para atualização cadastral dos membros da família.

Formulário Avulso de Identificação do Agricultor Familiar: usado para inclusão e atualização de Populações Tradicionais e Específicas.

Em se tratando de um banco de informações, cujas fontes são diversas, especialmente aquelas coletadas através do Formulário advindas da administração pública e confrontados por constantes verificações. Neste ponto entram as ações

para a construção do o Índice de Gestão Descentralizada (IDG). Este é um indicador desenvolvido pelo MDS que apresenta a qualidade da gestão local do PBF e dos dados do Cadastro Único, cujos conteúdos devem refletir os objetivos da política pública de assistência e proteção social, o combate e a erradicação da pobreza, a focalização e a distribuição da renda como compromissos assumidos por estados (IDG-E), pelo Distrito Federal e municípios (IDG-M) ao firmarem adesão com as políticas sociais. (BRASIL, MDS, 2018).

O índice tem variação de zero a 1, e seguindo as interpretações de leitura do indicador, quanto mais próximo a 1, melhor seria o resultado da avaliação da gestão. Este indicador é utilizado pelo MDS para efetuar o cálculo e repassar os recursos financeiros para os entes federados.

De acordo com o MDS, os recursos financeiros do IDG, tem destinação específica. “São transferidos diretamente aos estados, ao DF e aos municípios, do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Estadual de Assistência Social ou o Fundo Municipal de Assistência Social”. Ainda age, respectivamente, como Co financiamento, o que proporciona recursos que são “incorporados como receita própria no orçamento de estados e municípios, para serem reinvestidos na gestão local do programa”. (BRASIL, MDS, 2018).

Conforme termo de adesão pactuado entre os municípios, estados e o MDS, o gestor municipal ou estadual do PBF é o responsável pela aplicação desses recursos. As atividades devem ser planejadas de maneira integrada e articulada com as áreas de educação, assistência social e saúde, levando em consideração as demandas e as necessidades da gestão local do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

Todas as despesas devem ser executadas seguindo as exigências legais requeridas a qualquer outra despesa da Administração Pública, e a prestação de contas do uso desses recursos deve ser feita anualmente pelas gestões dos respectivos Fundos de Assistência Social, sob a supervisão dos gestores do PBF e do Cadastro Único, aos Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social.

Por meio do IGD, o MDS incentiva o aprimoramento da qualidade da gestão local e contribui para que estados e municípios executem as ações que estão sob sua responsabilidade.

Das famílias com renda de até três salários mínimos. Entretanto, ampliando o universo assimilo-o para além de um banco de dados, pode ser considerado como

um importante instrumento não apenas para orientar a concepção de políticas setoriais e focalizadas, mas como mecanismo de transparência para afirmação da democracia e da participação popular na afirmação dos direitos universais de todo o cidadão ter direito a ter um teto, ter direito a alimentar-se de forma digna.

Sob a perspectiva de superar o óbvio, se constitui como um mecanismo de clivagem de setores que produzem o acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros que são demandas após consulta ao banco de informações socioeconômicas dos usuários das políticas públicas. Nesse sentido, após auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, um relatório conclusivo de contas revelou que dentre o total de famílias cadastradas apenas 0,35% estavam fora das regras estabelecidas pelo PBF.

Este percentil é um coeficiente que desmonta todo e qualquer argumento que vai do senso comum até a argumentação o desonesta, passando é claro pela manipulação da grande mídia de massa, que no interior do PBF haviam famílias cadastradas que não se enquadram no perfil de renda da linha de corte, mas que em termos quantitativos representam cerca de 163.173 famílias atendidas pelo Bolsa Família em todo o Brasil, que podem estar fora do enquadramento do programa, segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU).

Do ponto de vista do controle externo e o monitoramento das políticas públicas, o CadÚnico, se aperfeiçoou, criando em torno da informação coletada, registrada e sob a guarda do MDS um conjunto normativo, típico da prática burocrática do Estado nacional, mas que por outro lado cumpre com o papel de regulação.

4.5 Características dos tipos de dados do CadÚnico

O governo federal, os estados e os municípios intensificam a utilização do Cadastro Único para identificar potenciais beneficiários de programas sociais. Isso integra esforços de todas as esferas governamentais no enfrentamento da pobreza e contribui para otimizar a gestão dos programas, além de evitar desperdício de recursos públicos.

Tabela 18 – Características dos tipos de Dados do Cadastro Único

Tipo	Exemplos	Status	Cessão e/ou utilização
Dados que identificam famílias e pessoas cadastradas	Nome, documentos pessoais, Número de Identificação Social (NIS), Código Familiar, endereço e telefone.	Sigiloso	Só podem ser fornecidos para a gestão de políticas públicas e para a realização de estudos e pesquisas.
Dados que caracterizam pessoas, famílias e domicílios cadastrados	Características específicas do domicílio de uma família, total de membros de uma família, despesas mensais, rendimentos, escolaridade, situação no mercado de trabalho, etc.	Sigiloso	Só podem ser fornecidos para a gestão de políticas públicas e para a realização de estudos e pesquisas.
Dados não identificados	Aqueles que possam ser agregados, conformando números absolutos e porcentagens, bem como aqueles que, quando correlacionados, não identificam uma pessoa ou família.	Públicos	Podem ser consultados, por meio de diversas ferramentas disponibilizadas pelo MDS.

O cadastramento no CadÚnico não significa a inclusão automática das famílias com renda per capita de 1/2 salário mínimo em programas sociais. O Cadastro, como já dito é a porta de entrada para o acesso aos programas sociais, muito embora o corte de renda per capita constitua o critério de seleção das famílias beneficiárias do PBF.

O CadÚnico também contém informações sociais das famílias com renda per capita de até 3 salários mínimos. Os dados dessas famílias são utilizados para implementar outras políticas, como as políticas de moradias populares. Esses dados servem como base para outros órgãos. A seleção e o atendimento da família ocorre de acordo com critérios e procedimentos definidos pelos gestores e pela legislação específica para os fins específicos em cada política.

5 A CENTRALIDADE ATRIBUÍDA AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Karl Marx

As políticas de transferência de renda nos governos progressistas estão inseridas no contexto da seu alcance, totalidade e transitoriedade, permeada pelas contradições da sociedade capitalista, planejada por uma economia de mercado, de onde advêm as desigualdades sociais percebidas em diferentes séries históricas.

O objeto toma a realidade da formação social brasileira a partir da desnaturalização das desigualdades sociais e da pobreza, compreendendo-os como fenômenos históricos, com conteúdo capaz de produzir transformações nas condições objetivas que compõem o campo estrutural das vulnerabilidades. A intenção de refletir sobre os aspectos contextuais e históricos rompe com a dinâmica de testemunhar a pobreza apenas como resultado da má distribuição de recursos ou a busca pela compreensão do *status quo*. (REIS, 2000).

Empiricamente esses elementos sócio históricos explicitam as condições materiais da produção da pobreza, reveladas pela historicidade do conflito social entre os contingentes populacionais em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Barros, Henriques e Mendonça (2000) apontam que em décadas do século passado, já de longa data, [...] “em 1998, cerca de 14% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha da indigência e 33% em famílias com renda inferior à linha de pobreza. [...] cerca de 21 milhões de brasileiros poderiam ser classificados como indigentes e 50 milhões como pobres” (2000, p.124).

Recorta-se desse cenário o marco legal que se inaugurou em 1988, com a promulgação da Constituição Federal (CF), o funcionamento de um sistema de proteção social fundado na universalização das políticas sociais, definindo-as em termos de responsabilidades dos entes federados no território nacional. Todavia, um dilema se instaura na década de 1990, com o aparecimento de demandas de todas as ordens, quer do ponto de vista universal assim como demandas pontuais, que exigiam por parte do Estado uma rápida resposta à questão social.

5.1 Mudanças nas transferências de renda a partir do Governo Lula

O cenário interno que se desenharia na esfera do governo federal, nos anos 1990, sob a orientação liberal e social democrata, esvaziaria a ação e o alcance das políticas universais. As políticas sociais com alcance de maior profundidade são preteridas em relação às políticas focalizadas.

Com a mudança no cenário político no ano de 2002, ascende ao poder na esfera federal o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Um novo governo, que embora alinhado com as forças conservadoras brasileiras, tem, empiricamente o PBF como síntese dos problemas sociais da realidade brasileira.

Observa-se no governo que a condução da política social tem a concepção da pobreza como fenômeno multidimensional e multifacetado que poderia ser minimizado mediante a implementação de uma política social que abrangesse as dimensões da pobreza em termos de vulnerabilidade social, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de renda, proteção ao desenvolvimento infantil e condições habitacionais com dignidade.

Nesse sentido, abordar sobre determinada política pública, requer indagar: sobre qual ponto de vista se estabelece a abordagem e sobre quais marcos teóricos se pretende a proteção social?

Esse cuidado nos ajuda a pensar de forma correta para identificar qual ou quais categorias são a chave original de análise histórica, e quais são imprescindíveis para traduzir em reflexão teórico-prática o caráter ideológico, isto é, prático político, que possível de ser constatado no desenvolvimento real da história e no desenvolvimento orgânico da política social, ensejou algum grau ou tipo de mudança estrutural em determinada configuração.

Em específico, esta pesquisa tem por centralidade levantar as arranjos, as similitudes e os antagonismos muito provavelmente abrangidos no processo de realização final da política de transferência de renda promovida pelo PBF e Sinop-MT, políticas desenvolvidas nos governos progressistas da última década no Brasil.

Consultando o campo empírico, utilizo dos levantamentos para a Extração de Micro dados do CECAD.

Utilizei da ferramenta CECAD, para acessar os micros dados que são apropriados nesta pesquisa. O acesso foi possível com autorização concedida pelo MDS, através de *login* e senha ao pesquisador.

Com o uso da ferramenta CECAD também possível conhecer as características socioeconômicas das famílias e das pessoas inclusas no CadÚnico e partir dos microdados para também chegar até as famílias beneficiárias do PBF. Os dados estão organizados em séries históricas em duas categorias de classificação: famílias e famílias com pessoas em dada situação, beneficiárias do PBF, que serão utilizados daqui em diante.

Na tabela abaixo demonstro o movimento marginal progressivo das pessoas cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT, no período agosto de 2012 com 30.564 pessoas cadastradas, até setembro de 2018 com 38.701 pessoas com acréscimo de 26,62%. Em dezembro de 2014 esse número era de 48.136 pessoas, o maior da série histórica. Observo que após o mês de setembro de 2017 há uma tendência para redução do número de pessoas cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT.

Tabela 19 – Pessoas cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Pessoas cadastradas no Cadastro Único
set/18	38.701
ago/18	38.019
jul/18	41.498
jun/18	40.982
mai/18	40.380
abr/18	39.575
mar/18	38.736
fev/18	41.081
jan/18	40.526
dez/17	40.105
nov/17	39.556
out/17	38.823
set/17	38.102
ago/17	46.196
jul/17	45.571
jun/17	44.994
mai/17	44.532
abr/17	43.950
mar/17	43.323
fev/17	43.110
jan/17	43.221
dez/16	43.259
nov/16	47.544
out/16	47.270
set/16	46.986
ago/16	46.760
jul/16	46.176
jun/16	45.871

mai/16	45.665
abr/16	45.313
mar/16	45.139
fev/16	44.936
jan/16	44.479
dez/15	46.239
nov/15	45.808
out/15	45.670
set/15	45.521
ago/15	45.375
jul/15	45.048
jun/15	46.187
mai/15	46.082
abr/15	45.887
mar/15	45.641
fev/15	45.460
jan/15	45.339
dez/14	48.136
nov/14	47.827
out/14	47.707
set/14	47.351
ago/14	47.236
jul/14	46.607
jun/14	46.242
mai/14	45.929
abr/14	45.384
mar/14	44.886
fev/14	44.675
jan/14	44.124
dez/13	43.966
nov/13	43.430
out/13	42.988
set/13	42.537
ago/13	42.173
jul/13	41.747
jun/13	40.755
mai/13	40.228
abr/13	39.513
mar/13	37.714
fev/13	37.411
jan/13	36.458
dez/12	36.056
nov/12	35.067
out/12	34.228
set/12	32.410
ago/12	30.564

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=76> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com *login* e senha do pesquisador.

Este enfoque de ordem teórico-política é necessário para dimensionar o quanto e como a política de transferência de renda se tornou central para amenizar os efeitos das desigualdades na mediação e associação com a políticas integradas, para atender aos seus objetivos proclamados, assim como para enfrentar o padrão

de desenvolvimento influído pelo capitalismo financeiro, sobreposto na reestruturação produtiva, muito por derivação da ocidentalização da sociedade brasileira.

De imediato, essa discussão remete ao conceito da indissociabilidade entre o Estado e a sociedade civil, categoria do pensamento gramsciano que vê na extensão do Estado a influência da própria sociedade civil, como a história das sociedades políticas decorrentes da disputa dos sentidos da própria ação do Estado, quanto ao trato com o fundo público.

Nas tabelas abaixo apresento a série histórica, entre janeiro de 2004 a agosto de 2018, com a oscilação crescente do número das famílias beneficiárias assim como o valor o total repassado do PBF às famílias beneficiárias em Sinop-MT.

Tabela 20 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias Beneficiárias do PBF em Sinop-MT
ago/18	2.939
jul/18	2.896
jun/18	2.899
mai/18	2.883
abr/18	2.829
mar/18	3.014
fev/18	3.009
jan/18	2.962
dez/17	2.918
nov/17	2.858
out/17	2.807
set/17	2.758
ago/17	2.778
jul/17	2.642
jun/17	2.498
mai/17	2.530
abr/17	2.587
mar/17	2.640
fev/17	2.676
jan/17	2.757
dez/16	2.863
nov/16	2.994
out/16	3.117
set/16	3.045
ago/16	3.044
jul/16	3.065
jun/16	2.966
mai/16	3.009
abr/16	3.053
mar/16	3.037
fev/16	3.139
jan/16	3.131
dez/15	3.320
nov/15	3.237
out/15	3.373
set/15	3.224

Tabela 20 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias Beneficiárias do PBF em Sinop-MT
ago/15	3.103
jul/15	3.124
jun/15	3.089
mai/15	3.071
abr/15	3.091
mar/15	3.385
fev/15	3.396
jan/15	3.343
dez/14	3.362
nov/14	3.474
out/14	3.484
set/14	3.485
ago/14	3.477
jul/14	3.527
jun/14	3.644
mai/14	3.554
abr/14	3.660
mar/14	3.613
fev/14	3.520
jan/14	3.396
dez/13	3.466
nov/13	3.249
out/13	3.321
set/13	3.333
ago/13	3.327
jul/13	3.339
jun/13	3.286
mai/13	3.294
abr/13	3.208
mar/13	3.263
fev/13	3.257
jan/13	3.474
dez/12	3.481
nov/12	3.433
out/12	3.349
set/12	3.293
ago/12	3.328
jul/12	3.027
jun/12	2.943
mai/12	2.969
abr/12	2.931
mar/12	2.901
fev/12	2.903
jan/12	2.864
dez/11	2.873
nov/11	2.876
out/11	2.851
set/11	2.815
ago/11	2.681
jul/11	2.775
jun/11	2.692
mai/11	2.657
abr/11	2.649
mar/11	2.591
fev/11	2.608
jan/11	2.573

Tabela 20 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias Beneficiárias do PBF em Sinop-MT
dez/10	2.582
nov/10	2.584
out/10	2.379
set/10	2.352
ago/10	2.328
jul/10	2.314
jun/10	2.211
mai/10	1.977
abr/10	1.999
mar/10	1.969
fev/10	1.851
jan/10	1.774
dez/09	1.595
nov/09	1.660
out/09	1.624
set/09	1.610
ago/09	1.614
jul/09	1.638
jun/09	1.654
mai/09	1.700
abr/09	1.634
mar/09	1.607
fev/09	1.630
jan/09	1.729
dez/08	1.624
nov/08	1.604
out/08	1.608
set/08	1.654
ago/08	1.735
jul/08	1.734
jun/08	1.770
mai/08	1.704
abr/08	1.551
mar/08	1.714
fev/08	1.761
jan/08	1.598
dez/07	1.724
nov/07	1.691
out/07	1.703
set/07	1.737
ago/07	1.724
jul/07	1.676
jun/07	1.656
mai/07	1.791
abr/07	1.803
mar/07	1.803
fev/07	1.801
jan/07	1.772
dez/06	1.809
nov/06	1.838
out/06	1.835
set/06	1.809
ago/06	1.801
jul/06	1.801
jun/06	1.719
mai/06	1.223

Tabela 20 – Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias Beneficiárias do PBF em Sinop-MT
abr/06	1.223
mar/06	1.215
fev/06	1.151
jan/06	1.113
dez/05	1.130
nov/05	1.110
out/05	1.139
set/05	1.139
ago/05	1.114
jul/05	1.125
jun/05	1.011
mai/05	1.023
abr/05	991
mar/05	986
fev/05	986
jan/05	989
dez/04	989
nov/04	721
out/04	456
set/04	410
ago/04	381
jul/04	381
jun/04	381
mai/04	381
abr/04	381
mar/04	381
fev/04	381
jan/04	381

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resu_movaria_velCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=79>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

O Brasil recentemente alterou o padrão de realização de políticas públicas. O ponto inicial desse processo são as diretrizes estabelecidas para o orçamento público na Constituição Federal de 1988 (CF), com a implementação de políticas de nova geração, constituídas a partir das lutas e da dinâmica dos movimentos populares em contraposição ao período de centralismo autoritário. A expansão das políticas como demonstrado na tabela das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT, é possível observar que para atender as inúmeras demandas que eclodiram após a abertura política, se evidenciaram pela crescente demanda apresentada com a afetividade do pacto federativo, especialmente para atender as demandas apresentadas pelos municípios, por políticas tributárias descentralizadas que induziriam a distribuição mais próxima à equidade dos recursos que compõem o orçamento público.

É evidente que a constitucionalidade das relações políticas rompeu com as práticas de apadrinhamento e centralismo político, possibilitando assim maior participação das classes populares, para que tomassem assento nas agendas das políticas públicas, com destaque para aqueles que revelariam as desigualdades regionais, a concentração de riqueza em poucos estados e municípios e o esvaziamento até então das proposições por justiça social.

Tabela 21 – Valor total repassado do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Valor Total Repassado PBF em Sinop-MT
ago/18	426.729,00
jul/18	417.639,00
jun/18	394.603,00
mai/18	390.088,00
abr/18	378.375,00
mar/18	402.904,00
fev/18	403.110,00
jan/18	398.482,00
dez/17	393.178,00
nov/17	385.532,00
out/17	378.261,00
set/17	377.917,00
ago/17	382.548,00
jul/17	366.778,00
jun/17	356.669,00
mai/17	360.705,00
abr/17	360.440,00
mar/17	367.711,00
fev/17	381.164,00
jan/17	390.759,00
dez/16	407.149,00
nov/16	448.415,00
out/16	459.958,00
set/16	450.430,00
ago/16	456.167,00
jul/16	457.310,00
jun/16	393.500,00
mai/16	396.374,00
abr/16	400.713,00
mar/16	398.178,00
fev/16	407.473,00
jan/16	407.720,00
dez/15	432.607,00
nov/15	420.336,00
out/15	438.758,00
set/15	427.511,00
ago/15	416.618,00
jul/15	418.030,00
jun/15	409.084,00
mai/15	404.904,00
abr/15	407.970,00
mar/15	446.482,00
fev/15	447.611,00
jan/15	436.625,00

Tabela 21 – Valor total repassado do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Valor Total Repassado PBF em Sinop-MT
dez/14	444.603,00
nov/14	460.552,00
out/14	461.204,00
set/14	467.686,00
ago/14	465.784,00
jul/14	461.601,00
jun/14	475.197,00
mai/14	403.252,00
abr/14	418.122,00
mar/14	411.580,00
fev/14	412.058,00
jan/14	398.590,00
dez/13	416.634,00
nov/13	398.420,00
out/13	407.082,00
set/13	408.828,00
ago/13	411.466,00
jul/13	409.070,00
jun/13	403.556,00
mai/13	395.444,00
abr/13	376.286,00
mar/13	382.416,00
fev/13	374.688,00
jan/13	396.176,00
dez/12	402.774,00
nov/12	392.370,00
out/12	383.034,00
set/12	374.790,00
ago/12	371.942,00
jul/12	335.356,00
jun/12	319.548,00
mai/12	311.640,00
abr/12	305.778,00
mar/12	293.700,00
fev/12	290.602,00
jan/12	285.816,00
dez/11	289.892,00
nov/11	290.024,00
out/11	285.302,00
set/11	281.122,00
ago/11	245.822,00
jul/11	248.472,00
jun/11	239.490,00
mai/11	232.822,00
abr/11	231.630,00
mar/11	167.179,00
fev/11	168.959,00
jan/11	166.715,00
dez/10	173.668,00
nov/10	172.690,00
out/10	173.131,00
set/10	161.240,00
ago/10	154.437,00
jul/10	153.189,00
jun/10	145.950,00
mai/10	130.545,00

Tabela 21 – Valor total repassado do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Valor Total Repassado PBF em Sinop-MT
abr/10	131.869,00
mar/10	130.077,00
fev/10	122.497,00
jan/10	118.480,00
dez/09	113.089,00
nov/09	117.733,00
out/09	116.639,00
set/09	114.452,00
ago/09	103.380,00
jul/09	104.592,00
jun/09	108.676,00
mai/09	106.010,00
abr/09	100.586,00
mar/09	102.060,00
fev/09	104.645,00
jan/09	110.573,00
dez/08	105.689,00
nov/08	104.326,00
out/08	105.076,00
set/08	109.276,00
ago/08	112.502,00
jul/08	111.748,00
jun/08	104.328,00
mai/08	100.374,00
abr/08	91.111,00
mar/08	101.995,00
fev/08	99.203,00
jan/08	87.742,00
dez/07	96.051,00
nov/07	93.437,00
out/07	94.637,00
set/07	96.339,00
ago/07	95.293,00
jul/07	77.890,00
jun/07	77.240,00
mai/07	83.040,00
abr/07	83.830,00
mar/07	84.035,00
fev/07	84.058,00
jan/07	83.770,00
dez/06	84.869,00
nov/06	85.142,00
out/06	85.235,00
set/06	84.070,00
ago/06	83.662,00
jul/06	83.701,00
jun/06	79.653,00
mai/06	54.515,00
abr/06	55.733,00
mar/06	55.393,00
fev/06	53.310,00
jan/06	51.472,00
dez/05	53.509,00
nov/05	52.759,00
out/05	54.337,00
set/05	54.353,00

Tabela 21 – Valor total repassado do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Valor Total Repassado PBF em Sinop-MT
ago/05	53.648,00
jul/05	53.496,00
jun/05	50.021,00
mai/05	50.381,00
abr/05	49.051,00
mar/05	48.813,00
fev/05	48.813,00
jan/05	48.968,00
dez/04	49.451,00
nov/04	35.776,00
out/04	24.073,00
set/04	22.535,00
ago/04	21.155,00
jul/04	21.155,00
jun/04	21.170,00
mai/04	21.200,00
abr/04	21.215,00
mar/04	21.350,00
fev/04	21.350,00
jan/04	21.350,00

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=18> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Ao revelar as desigualdades regionais tomando a tabela sobre o valor total repassado do Programa Bolsa Família em Sinop-MT, observo que está presente uma contradição do Estado brasileiro e revela a ruidosa denúncia das desigualdades de renda e as diferenciações nos padrões de consumo, manutenção da vida material e sobrevivência, realizados por milhões de famílias abaixo da linha da pobreza. Milhões viviam na condição de extrema pobreza, marginalizados pela fome e pela indigência.

Esse quadro geral da sociabilidade brasileira só começa a ser alcançado pelo Estado, com a implantação de políticas dispersas que não abrangiam o objetivo de atenuar as desigualdades sociais, amenizar a pobreza e a indigência. Os anos 90 foram marcados pela prática desse modelo, pois tratava os pobres do país sem o direito de estarem nas agendas das políticas sociais.

Após o ano de 2003, com a unificação de todos os programas, ação concomitante à criação de uma base nacional de dados reunidas no CadÚnico³⁸,

³⁸ A partir de 30 de junho de 2018, a Caixa Econômica Federal (CAIXA) disponibilizou uma nova versão do Sistema de Cadastro Único, o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF). Esta ferramenta permitiu o acompanhamento de todas as ações de gestão relativas ao PBF e ao CadÚnico.

essas políticas foram institucionalizadas, no quadro de realização das políticas sociais focalizadas, seguida do cumprimento de condicionalidades aos beneficiários.

O CadÚnico é o instrumento de base nacional de dados, serve para compor as informações utilizadas por um conjunto de políticas e programas, dentre elas as evidenciadas e registradas com o aumento do número de beneficiários dos programas de transferência direta de renda.

É necessário buscar pelos nexos que identificam a conteúdo e a forma das relações que se dão na realidade, possibilita identificar o que dá validade para que as determinações ideológicas e estruturais cimentam a realidade para além da aparência. A esse respeito, é prudente mencionar que investigar uma política social como o PBF, é reconhecer as múltiplas determinações, como pensamento em processo e a realidade como síntese do real.

É evidente que no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a preocupação com o público atendido em duas frentes primordiais: contribuiu com a queda da desigualdade, muito embora não sendo a principal política que provocou esse fenômeno. O segundo aspecto diz sobre a retirada de milhões de famílias que viviam na indigência,

5.2 Mudanças na estrutura da pobreza, trabalho e renda resultantes dos 12 anos de sequência de políticas de transferência de renda

Uma política social não é uma desconexão intencional com a realidade. A política expressa as contradições de uma totalidade que busca por meio da particularidade implementar modos distintos de ofertar, mesmo quando coberturas universais e totais. Uma das contradições presentes na configuração da sociedade brasileira, diz respeito a tolerância com o trabalho infantil, como força de trabalho usada para compor os mínimos necessários para a manutenção da família.

Essa condição social foi encontrada entre 353 famílias, em agosto de 2012, com situação de trabalho infantil em Sinop-MT. A série histórica das famílias beneficiárias do PBF na tabela abaixo, ajuda a compreender que um sistema de proteção se torna fundamental, pois age não apenas sob a perspectiva da redistribuição da renda, mas faz prospecção para as gerações futuras.

Tabela 22 – Famílias com pessoas em situação de trabalho infantil em Sinop-MT

Período	Famílias com pessoas em situação de trabalho infantil
set/18	3
ago/18	2
jul/18	1
jun/18	1
mai/18	1
abr/18	1
mar/18	1
fev/18	1
jan/18	1
dez/17	6
nov/17	7
out/17	6
set/17	6
ago/17	9
jul/17	8
jun/17	7
mai/17	7
abr/17	6
mar/17	6
fev/17	5
jan/17	5
dez/16	11
nov/16	15
out/16	15
set/16	14
ago/16	14
jul/16	15
jun/16	14
mai/16	15
abr/16	22
mar/16	25
fev/16	26
jan/16	25
dez/15	30
nov/15	34
out/15	34
set/15	33
ago/15	32
jul/15	35
jun/15	53
mai/15	54
abr/15	59
mar/15	62
fev/15	59
jan/15	70
dez/14	85
nov/14	85
out/14	88
set/14	88
ago/14	91
jul/14	93
jun/14	95
mai/14	97
abr/14	99
mar/14	102
fev/14	106

Tabela 22 – Famílias com pessoas em situação de trabalho infantil em Sinop-MT

Período	Famílias com pessoas em situação de trabalho infantil
jan/14	108
dez/13	109
nov/13	114
out/13	117
set/13	118
ago/13	123
jul/13	128
jun/13	131
mai/13	136
abr/13	136
mar/13	147
fev/13	126
jan/13	152
dez/12	153
nov/12	160
out/12	161
set/12	168
ago/12	353

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=25>
Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Destaco que o objeto desta análise gravita de maneira especial em torno do PBF, como categoria principal de análise na medida em que considero, dentre outras questões de pesquisa, os padrões de longitude do programa. Decorrida uma década e meia da sua implantação, os dados até então coletados que compõem o escopo do Programa, permitiu-me estabelecer as problematizações, dentre as quais compreender as implicações observáveis em decorrência dessa política sobre o trabalho nas famílias com pessoas em situação de trabalho infantil em Sinop-MT, e quais as possibilidades de gerar renda sustentável para um determinado núcleo material familiar e prover-lhe a própria sobrevivência.

Também é prudente mencionar que o interesse desta pesquisa, está em analisar o modo particular como a política pública é ordenada pelo aparelho estatal. Este caminho é provável para compreender o real por aproximações, pois identifica os nexos e as possíveis determinações ideológicas, estruturais e superestruturais, manifestas não apenas como movimento especulativo, - que imagina a superestrutura como mero reflexo da estrutura -, mas como bloco histórico que nos ajuda a dar corpo analítico para entender, no caso concreto, que uma política social é tributária de um conteúdo e de uma forma que se situam via bloco histórico.

Dar atenção a públicos tão distintos, como as pessoas com deficiência, é o conteúdo e a forma da política social. Conteúdo que tornou em sujeitos concretos, as 2.757 pessoas com deficiência em Sinop-MT e integradas como beneficiárias do

PBF. Em agosto de 2012 esse número era de 792 pessoas. Certamente elas sempre estiveram onde estão, à margem, só não eram identificadas e cadastradas pelas estruturas superestruturais, como deficientes e com necessidade de renda.

Tabela 23 – Pessoas com deficiência em Sinop-MT

Período	Pessoas com deficiência
set/18	2.757
ago/18	2.708
jul/18	2.886
jun/18	2.835
mai/18	2.795
abr/18	2.751
mar/18	2.681
fev/18	2.726
jan/18	2.673
dez/17	2.628
nov/17	2.540
out/17	2.498
set/17	2.440
ago/17	2.679
jul/17	2.632
jun/17	2.580
mai/17	2.531
abr/17	2.490
mar/17	2.434
fev/17	2.413
jan/17	2.418
dez/16	2.420
nov/16	2.583
out/16	2.548
set/16	2.513
ago/16	2.467
jul/16	2.196
jun/16	2.163
mai/16	2.142
abr/16	2.108
mar/16	2.061
fev/16	2.049
jan/16	2.035
dez/15	2.031
nov/15	2.025
out/15	2.018
set/15	2.015
ago/15	2.022
jul/15	2.014
jun/15	1.998
mai/15	2.006
abr/15	2.001
mar/15	1.982
fev/15	1.973
jan/15	1.966
dez/14	1.954
nov/14	1.928
out/14	1.908
set/14	1.878

Tabela 23 – Pessoas com deficiência em Sinop-MT

Período	Pessoas com deficiência
jul/14	1.814
jun/14	1.788
mai/14	1.761
abr/14	1.717
mar/14	1.667
fev/14	1.641
jan/14	1.619
dez/13	1.604
nov/13	1.575
out/13	1.541
set/13	1.506
ago/13	1.478
jul/13	1.455
jun/13	1.416
mai/13	1.396
abr/13	1.381
mar/13	1.295
fev/13	1.280
jan/13	1.225
dez/12	1.188
nov/12	1.105
out/12	1.051
set/12	948
ago/12	792

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumo_variavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=21> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Referenciando aos dados acima, de maneira elaborada aproximo do pensamento de Gramsci (2000), para compreender os nexos da política social que se anunciam de duas maneiras:

- a) Como conteúdo e expressão no bloco histórico pelas “forças materiais de produção”;
- b) Como forma se manifestada pelas ideologias traduzidas nas “forças políticas e sociais”.

Este movimento, progressivo ou regressivo, registrado no plano da subjetivação da materialidade real, deverá ser também preocupação da pesquisa para demonstrar a unidade dos movimentos contrários e objetivados no desenvolvimento dialético das múltiplas contradições entre as “forças sociais”, as “forças políticas” e as “forças materiais de produção”, como já mencionado pelo pensamento gramsciano.

Este é o elemento do método que utilizo para distinguir que categorias de ideação política orientaram a ação do Estado e a relação de vontade intencional em implementar uma agenda de política social, utilizando-se dos dispositivos

institucionais, de meios e fins para delimitar o escopo e a abrangência da prática estatal.

Para averiguar em termos exatos, esta pesquisa toma num primeiro plano a preocupação em dizer sobre o Estado e os modos de sua atuação. Abre mão dos pressupostos da economia como ciência para recolocá-la como “sinônimo de estrutura econômica, em sua relação com as superestruturas³⁹”, como unidade dos contrários para demonstrar a relação de utilidade particular e geral da política social, capaz produzir valor social e traduzidos a partir dos seguintes termos:

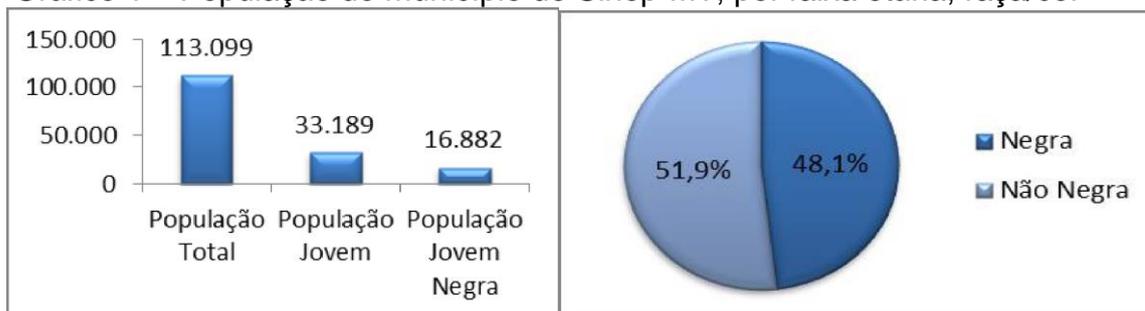
- a) A política social só é possível em um determinado modo de produção na relação do Estado e a sociedade civil, posto que a intervenção do Estado é uma atuação coordenada com direção e programa de ação. Modo de produção entendido como elemento imbricado da relação e reprodução da vida material. Isto posto, compreende-se que o Estado “não produz a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica”, como um agente econômico que expressa a função produtiva das classes sociais.
- b) No campo político ampliado toma dois campos da superestrutura. Um é o próprio Estado e o outro a sociedade civil, que segundo o pensamento gramsciano é o conjunto de organismos privados, propensos a função de hegemonia. O Estado e a sociedade civil agindo em comum, em seus aspectos sociais, culturais e econômicos.

O contraponto desse dinamismo, seria a construção de uma contra hegemonia, possível com a participação das camadas populares capaz de enfrentar os interesses das frações de classe que disputam o Estado de forma sempre majoritária. Isso passa pela construção de uma hegemonia político-cultural com direção intelectual, moral e política. Conversando com campo empírico o que dizer sobre a população em situação de risco social, juventude negra em Sinop-MT?

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 113.099 residentes, dos quais 33.189 são jovens de 15 a 29 anos. Entre a população total, 54.437 (48,1%) são negros (ou seja, se autodeclararam pretos ou pardos). Entre os jovens, 16.882 (50,9%) se autodeclararam negros.

³⁹ Dicionário Gramsciano (1926-1937). 1.ed. – São Paulo : Boitempo, 2017. pp.222.

Gráfico 1 – População do município de Sinop-MT, por faixa etária, raça/cor

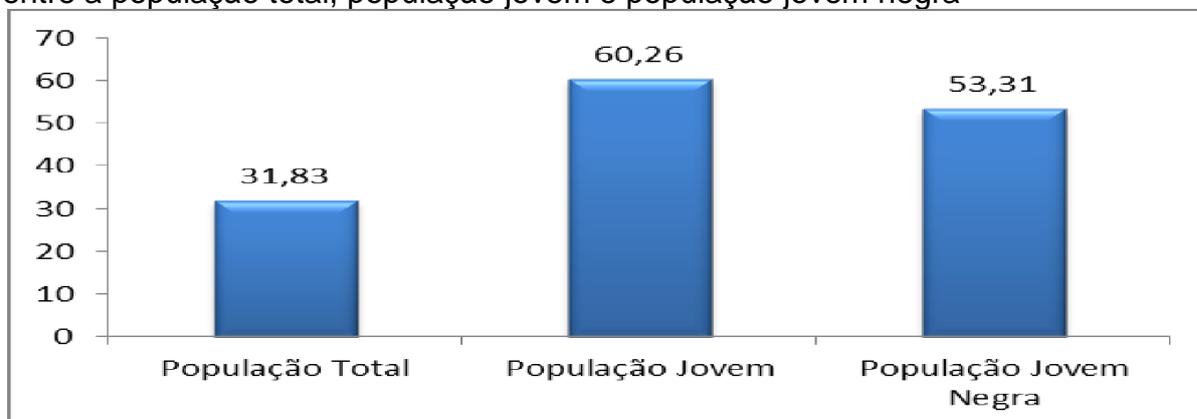


Fonte: MDS – IBGE - Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=vulnerabilidades_pop_n>.

A vulnerabilidade à violência não é um dado desconexo com a realidade social e ao modo de prover a vida. Observando a taxa de Homicídios por 100 mil habitantes em Sinop-MT, as maiores ocorrências se dão entre os jovens de cor negra. De acordo com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, no ano de 2012 ocorreram 52 homicídios no município de Sinop-MT. Entre esses homicídios, 34 foram de jovens de 15 a 29 anos, sendo 26 entre jovens negros. Os homicídios entre jovens negros corresponderam a 76,5% do total de homicídios entre jovens. A Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes no município, para o ano de 2010, está apresentada no gráfico abaixo, no qual se percebe que a taxa de homicídios entre jovens é 1,89 vezes a da população geral.

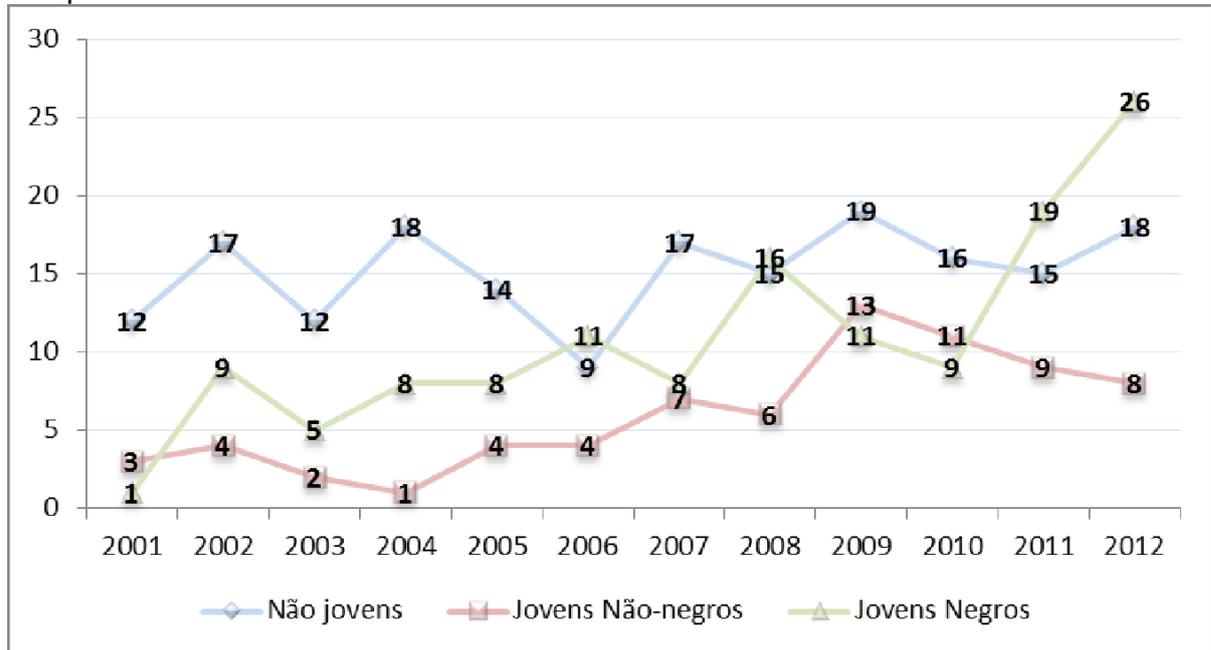
Por sua vez, a taxa de homicídios entre jovens negros é 1,67 vezes a da população geral. De 2001 a 2012, os homicídios no município aumentaram, representando uma variação de 225% no total anual de homicídios.

Gráfico 2 – População do município de Sinop-MT: distribuição da taxa de homicídios entre a população total, população jovem e população jovem negra



Fonte: MDS – IBGE - Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=vulnerabilidades_pop_n>

Gráfico 3 – Evolução da quantidade de homicídios - 2001 a 2012 no município de Sinop-MT.



Fonte: MDS – IBGE - Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=vulnerabilidades_pop_n>

Os dados acima desafiam o processo da construção de uma contra hegemonia capaz de enfrentar esse estado de coisas, que necessariamente passa pela luta contra hegemônica. Nesse aspecto o sentido atribuído a política social, em primeira instância, é para entender que o homem é aquilo que come, nas circunstâncias de acesso e não acesso ao alimento. Em segundo plano, é também possível dizer que o homem é a sua moradia, nas mesmas circunstâncias de tê-la ou não como fonte de abrigo.

Tomo essa compreensão filosófica "sobre o que é o homem" para trazer os dados sobre as famílias de preso do sistema carcerário cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT e as famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT. São necessários para compreender que o "homem é o seu modo particular de reprodução, ou seja, a sua família, já que — na alimentação, no vestuário, na casa, na reprodução — residem elementos da vida social, nos quais, da maneira mais evidente e ampla (isto é, com extensão de massa), manifesta-se o conjunto das relações sociais" (GRAMSCI, 1999, p. 244). Essas ausências provocam privações que são denominadas pelo sistema jurídico positivo como crimes.

Tabela 24 – Famílias de preso do sistema carcerário cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias de preso do sistema carcerário cadastradas
set/18	27
ago/18	25
jul/18	23
jun/18	23
mai/18	24
abr/18	21
mar/18	18
fev/18	19
jan/18	18
dez/17	16
nov/17	14
out/17	15
set/17	14
ago/17	16
jul/17	17
jun/17	18
mai/17	19
abr/17	18
mar/17	16
fev/17	14
jan/17	13
dez/16	13
nov/16	12
out/16	12
set/16	12
ago/16	11
jul/16	11
jun/16	11
mai/16	11
abr/16	11
mar/16	11
fev/16	12
jan/16	12
dez/15	11
nov/15	11
out/15	11
set/15	11
ago/15	10
jul/15	10
jun/15	9
mai/15	9
abr/15	9
mar/15	9
fev/15	9
jan/15	9
dez/14	8
nov/14	8
out/14	8
set/14	8
ago/14	8
jul/14	8
jun/14	6
mai/14	4
abr/14	2
mar/14	2

Tabela 24 – Famílias de preso do sistema carcerário cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias de preso do sistema carcerário cadastradas
fev/14	2
jan/14	2
dez/13	2
nov/13	1
out/13	1
set/13	1
ago/13	1
jul/13	1
jun/13	1
mai/13	1
abr/13	1
mar/13	1
fev/13	1
jan/13	1
dez/12	1
nov/12	1
out/12	1
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=125
 Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 25 – Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família
set/18	7
ago/18	7
jul/18	7
jun/18	8
mai/18	8
abr/18	7
mar/18	6
fev/18	6
jan/18	6
dez/17	5
nov/17	4
out/17	5
set/17	5
ago/17	5
jul/17	5
jun/17	5
mai/17	6
abr/17	5
mar/17	4
fev/17	4
jan/17	4
dez/16	4
nov/16	4
out/16	4
set/16	4
ago/16	4
jul/16	5

Tabela 25 – Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família
jun/16	5
mai/16	4
abr/16	4
mar/16	4
fev/16	6
jan/16	6
dez/15	5
nov/15	5
out/15	5
set/15	6
ago/15	6
jul/15	6
jun/15	5
mai/15	5
abr/15	5
mar/15	5
fev/15	5
jan/15	5
dez/14	5
nov/14	5
out/14	4
set/14	4
ago/14	4
jul/14	4
jun/14	4
mai/14	1
abr/14	1
mar/14	1
fev/14	1
jan/14	1
dez/13	1
nov/13	1
out/13	1
set/13	1
ago/13	1
jul/13	1
jun/13	1
mai/13	1
abr/13	1
mar/13	1
fev/13	1
jan/13	0
dez/12	1
nov/12	1
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=116>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Dentre outros aspectos, são às mudanças na estrutura da pobreza, trabalho e renda observadas nos últimos doze anos. Confere evidências empíricas àquelas

mencionadas nas tabelas acima, dentre o público circunscrito na relação com o trabalho, a capacidade própria de prover a superação da proteção inicial da extrema pobreza, para alçar em um patamar com condições de recriar os elementos básicos de longo alcance, até a emancipação formal e econômica. Este fenômeno não é apenas um artefato da proteção social, mas um instrumento da política social que tende a agir sobre a estrutura difusa da extrema pobreza.

A manifestação econômica desse fenômeno é observável e aferida sempre pelo corte da renda e com o surgimento de novos modos específicos do movimento de inserção a um patamar de mobilidade social, especialmente os catorze milhões de famílias que foram alçadas da pobreza extrema, para um padrão que minimamente lhes inseriram, no primeiro plano, como consumidores de alimentos, cursando um longo caminho social até serem classificados como trabalhadores com vínculos permanentes.

5.3 O sentido estratégico das mudanças – público alvo, escopo e escala

Tomando o sentido atribuído por Gramsci o ponto de partida de uma investigação não será o homem, como resíduo antropológico, metafísico ou teológico, pois como homem unitário não se reduz em seu aspecto biológico. Lembra ainda que a “unidade do gênero humano não é dada pela natureza biológica do homem; as diferenças do homem que têm importância na história não são as biológicas (raças, conformação do crânio, cor da pele, etc.,” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 245). Também não é o seu pensamento, mas a forma como pensa.

A afirmação de que a “natureza humana” é o “conjunto das relações sociais” é a resposta mais satisfatória porque inclui a ideia do devir: o homem “devém”, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também, porque nega o “homem em geral”: de fato, as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 245).

Pressupor uns aos outros, inclui dizer que os modos de reprodução econômica, social e cultural da vida, capaz de gerar distanciamentos na linha da desigualdade de renda em relação às altas taxas de concentração, passa pela luta política, para construir uma outra solidariedade, cujos efeitos poderão alterar a estrutura relacionada a extrema pobreza e a pobreza. Nesse contexto, sentido estratégico das mudanças adotadas na realização do PBF (público alvo, escopo e

escala), nada mais do que a síntese da compreensão para atingir as multidimensões da pobreza.

Tabela 26 – Famílias Beneficiárias do PBF no Brasil, entre os anos de 2004 a 2018

Período	Série Histórica das Famílias Beneficiárias PBF - 2004 a 2018 No Brasil
ago/18	13.951.980
jul/18	13.768.418
jun/18	13.736.341
mai/18	13.919.429
abr/18	13.772.904
mar/18	14.165.038
fev/18	14.080.828
jan/18	14.001.339
dez/17	13.828.609
nov/17	13.676.038
out/17	13.562.216
set/17	13.417.699
ago/17	13.495.513
jul/17	12.740.640
jun/17	13.284.029
mai/17	13.313.779
abr/17	13.488.892
mar/17	13.607.949
fev/17	13.660.175
jan/17	13.560.521
dez/16	13.569.576
nov/16	13.550.733
out/16	13.948.141
set/16	13.884.050
ago/16	13.847.958
jul/16	13.905.030
jun/16	13.805.497
mai/16	13.812.535
abr/16	13.892.145
mar/16	13.840.988
fev/16	13.966.599
jan/16	13.969.391
dez/15	13.936.791
nov/15	13.782.217
out/15	13.971.124
set/15	13.880.362
ago/15	13.797.102
jul/15	13.827.369
jun/15	13.716.766
mai/15	13.732.792
abr/15	13.755.692
mar/15	13.978.783
fev/15	14.014.252
jan/15	13.980.524
dez/14	14.003.441
nov/14	14.047.474
out/14	13.982.036
set/14	13.983.099
ago/14	13.963.137

Tabela 26 – Famílias Beneficiárias do PBF no Brasil, entre os anos de 2004 a 2018

Período	Série Histórica das Famílias Beneficiárias PBF - 2004 a 2018 No Brasil
jul/14	14.204.279
jun/14	14.069.537
mai/14	13.940.270
abr/14	14.145.274
mar/14	14.053.368
fev/14	14.084.341
jan/14	14.045.570
dez/13	14.086.199
nov/13	13.830.095
out/13	13.830.512
set/13	13.841.665
ago/13	13.765.514
jul/13	13.773.543
jun/13	13.581.604
mai/13	13.773.316
abr/13	13.647.478
mar/13	13.872.243
fev/13	13.557.535
jan/13	13.835.986
dez/12	13.902.155
nov/12	13.834.007
out/12	13.758.254
set/12	13.724.590
ago/12	13.770.339
jul/12	13.524.123
jun/12	13.462.659
mai/12	13.530.036
abr/12	13.462.104
mar/12	13.394.893
fev/12	13.407.291
jan/12	13.330.714
dez/11	13.361.495
nov/11	13.306.920
out/11	13.171.810
set/11	13.179.472
ago/11	12.805.037
jul/11	12.952.039
jun/11	12.999.560
mai/11	12.986.870
abr/11	13.058.476
mar/11	12.944.676
fev/11	12.946.313
jan/11	12.851.345
dez/10	12.778.220
nov/10	12.682.603
out/10	12.632.150
set/10	12.769.155
ago/10	12.740.644
jul/10	12.582.844
jun/10	12.649.019
mai/10	12.467.599
abr/10	12.548.861
mar/10	12.494.008
fev/10	12.407.776

Tabela 26 – Famílias Beneficiárias do PBF no Brasil, entre os anos de 2004 a 2018

Período	Série Histórica das Famílias Beneficiárias PBF - 2004 a 2018 No Brasil
jan/10	12.500.294
dez/09	12.370.915
nov/09	12.472.540
out/09	12.486.021
set/09	11.994.309
ago/09	12.073.431
jul/09	11.535.150
jun/09	11.561.570
mai/09	11.611.680
abr/09	11.250.623
mar/09	11.222.689
fev/09	11.030.504
jan/09	11.167.140
dez/08	10.557.996
nov/08	10.651.006
out/08	10.654.226
set/08	10.842.708
ago/08	10.988.859
jul/08	11.013.323
jun/08	11.075.201
mai/08	11.086.349
abr/08	10.976.312
mar/08	11.039.571
fev/08	11.129.327
jan/08	11.007.829
dez/07	11.043.076
nov/07	10.952.346
out/07	11.037.575
set/07	10.960.874
ago/07	10.956.436
jul/07	10.891.898
jun/07	10.749.655
mai/07	11.155.467
abr/07	11.046.468
mar/07	11.071.446
fev/07	11.035.371
jan/07	10.908.452
dez/06	10.965.810
nov/06	11.098.076
out/06	11.009.341
set/06	11.017.689
ago/06	11.101.180
jul/06	11.120.353
jun/06	11.166.924
mai/06	9.229.324
abr/06	8.998.021
mar/06	8.789.532
fev/06	8.707.056
jan/06	8.644.196
dez/05	8.700.445
nov/05	8.175.540
out/05	8.005.712
set/05	7.668.002
ago/05	7.523.795

Tabela 26 – Famílias Beneficiárias do PBF no Brasil, entre os anos de 2004 a 2018

Período	Série Histórica das Famílias Beneficiárias PBF - 2004 a 2018 No Brasil
jul/05	7.319.714
jun/05	7.031.669
mai/05	7.033.153
abr/05	6.732.122
mar/05	6.562.152
fev/05	6.556.131
jan/05	6.572.060
dez/04	6.571.839
nov/04	5.948.883
out/04	5.385.597
set/04	5.035.657
ago/04	4.550.466
jul/04	4.279.542
jun/04	4.103.013
mai/04	3.967.829
abr/04	3.766.737
mar/04	3.666.020
fev/04	3.615.861
jan/04	3.615.861

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumo_variavelCecad.php?uf_ibge=6&nome_estado=Brasil&id=79> Acesso em: Nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

É perceptível nas tabelas acima o crescimento do PBF em termos quantitativos quando comparados com o número das famílias atendidas na série histórica - janeiro de 2004 a agosto de 2018. Em janeiro de 2004 foram beneficiadas com o PBF 3.615.861 famílias, sendo que até o mês de agosto de 2018, esse valor apresenta uma variação com acréscimo de 10.336.119 famílias. O rastreamento longitudinal no período de 2004 a 2018 é observado com aumento do número das famílias beneficiadas na razão de 285.85% o que equivale a 13.951.980 famílias.

No entanto, comparando as 13.951.980 famílias - beneficiárias até agosto de 2018 -, com o número de famílias inscritas no CadÚnico, haverá necessidade ampliação de 98,9% no número das bolsas do Programa, para atender 27.755.037⁴⁰ famílias que estão cadastradas no CadÚnico, no mês de novembro de 2018.

Quando comparados esses dados com Censo IBGE 2010, considerando a população do Brasil com 190.755.799 de pessoas, aquelas que estão na condição de extrema pobreza somam a 15.002.707 famílias.

É considerável que a cobertura do PBF não alcançou todos as 27.755.037 de famílias enquadradas no perfil de pobreza e cadastradas no CadÚnico, nem as que

⁴⁰ Dados disponíveis em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/painel03.php>>. Acesso em: nov. 2018.

são enquadradas no perfil da extrema pobreza, as 15.002.707. Essa compreensão pode ser observada comparando os dados de cobertura do PBF em relação às famílias cadastradas no CadÚnico, ressaltando que o fato da família estar cadastrada não é garantia de ser beneficiária do PBF.

Das 27.755.037 famílias cadastradas no CadÚnico, no mês de referência novembro de 2018, aquelas que se enquadraram no perfil do cadastro, são distribuídas e classificadas pelo corte de renda *per capita* da seguinte forma: famílias com renda de R\$0,00 até R\$89,00 somam 13.023.527; famílias com renda de R\$89,01 até R\$178,00 somam 3.208.674; famílias com renda de R\$178,01 até 1/2 salário mínimo somam 6.011.203 e famílias com renda acima de 1/2 salário mínimo somam 5.511.633.

Observo que o maior contingente das famílias, as 13.023.527 estão cadastradas no perfil de renda de R\$0,00 até R\$89,00, respectivamente o maior contingente populacional com menor renda per capita agregada.

O significado da frequência dos dados das famílias cadastradas no CadÚnico é de 27.755.037 famílias. Este dado considera a atual cobertura do PBF para as 13.951.980 de famílias beneficiárias. Ainda assim será necessário o ingresso de mais 98,9% das famílias para cobrir o total daquelas cadastradas no CadÚnico.

O sentido estratégico das mudanças é desafiador. Tendo o entendimento que esses dados - as famílias que são atendidas ou aquelas que estão cadastradas e não atendidas - não é apenas um quantitativo dos micros dados. É necessário enquadrar a natureza dessa discussão a um julgamento de realidade. Evidentemente discutir a política social, requer revisões para delimitar o modo como uma determinada orientação política, por opção, aprimorou a discussão sobre a questão social, - até então preterida -, e recolocando-a no quadro de realização de um conjunto de políticas para enfrentar os problemas decorrentes de uma totalidade histórica, influenciada pela transformação político-econômica do capitalismo tardio do pós-guerra, do final do século XX.

5.4 Vinculações das condições econômicas como provocadoras das alterações no quadro econômico e na oferta de trabalho

O fato de uma política social, como no caso o PBF se objetivar como política integrada e ser realizada por um governo progressista, insere-a no campo que dá

margem para afirmarmos que em tese os seus elementos estruturantes não a desobrigou de apropriar de forma objetiva a síntese da realidade brasileira e das mudanças sociais remodeladoras do desenvolvimento nacional, e ao mesmo tempo sem desaperceber do movimento contrário do capitalismo por acumulação que se reestruturou por diversas fases, dentre elas por acumulação flexível.

É central nesta pesquisa, como categoria de análise afirmamos que o sentido atribuído as transformações do capitalismo não sugerem que tenha mudado de essência, para além das descobertas analíticas de Marx (2013) em “O Capital”, assim como também discutido por Lênin (2011), em o “O Imperialismo: etapa superior do capitalismo”.

Neste ponto da pesquisa, não nos interessa revistar todas as categorias atribuídas para a crítica da economia política do capital, mas destacar neste contexto, a partir da teoria acima apontada, para incorporar a discussão realizada por Mandel (1982), que destaca o movimento das “ondas longas” do capitalismo mundial, até a hipertrofia do setor terciário o que implica responder a pergunta: estaríamos diante de uma nova reconfiguração social que daria margem para a emergência de outro padrão de acumulação do capital sobre o trabalho, via tecnologização dos meios, processos e pessoas com sujeição por espoliação da forma não trabalho, reconfigurando os sentidos até então atribuídos ao operariado que não mais seria sustentado pelo padrão de solidariedade construído nos períodos de acumulação, cujo padrão de coesão social é herdeiro das contradições que ameaçam o capitalismo como motor que tem um fim? A pergunta é longa, pois as questões que se colocam também são complexas.

Se tal mudança ocorrer, como traçar uma possível projeção de proteção social para a geração que está estagnada na linha da pobreza? Que novos vínculos para além do operariado poderia consolidar na relação capital e trabalho? Que “novo” estatuto de trabalho, na forma trabalho, vem sofrendo alterações pelas investidas da forma não trabalho, mediático e tecnológico? Haverá espaço para a emergência de um novo padrão de coesão social? Para enfrentar as desigualdades estruturais, seriam suficientes os padrões de proteção social ofertados pelo PBF, para dar conta da perspectiva da inserção laboral?

Como critério para uma possível resposta, tomo o enunciado e os dados da tabela 25 e 26. Na tabela 25 estão os dados sobre as famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo e cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT. Na tabela

26 estão os dados sobre as famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT.

Há uma indicação que o trabalho "livre" para essas famílias ainda é uma esperança futura. Significa dizer que de agosto de 2004 a setembro de 2018, persistem em média uma variação constante no número de famílias enquadradas na situação de trabalho análogo ao de escravo e não beneficiárias do PBF. Esses dados ajudam a decifrar quais enigmas do modo de realizar a política social em Sinop-MT, ainda não foram superados em seus próprios limites institucionais frente as metamorfoses e os espelhamentos mais gerais do capitalismo.

Tabela 27 – Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo e cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo cadastradas
set/18	26
ago/18	26
jul/18	26
jun/18	26
mai/18	25
abr/18	24
mar/18	25
fev/18	29
jan/18	30
dez/17	30
nov/17	29
out/17	28
set/17	27
ago/17	33
jul/17	33
jun/17	33
mai/17	33
abr/17	32
mar/17	32
fev/17	32
jan/17	32
dez/16	32
nov/16	38
out/16	38
set/16	38
ago/16	38
jul/16	38
jun/16	39
mai/16	39
abr/16	38
mar/16	39
fev/16	37
jan/16	37
dez/15	36
nov/15	37
out/15	37
set/15	38
ago/15	36

Tabela 27 – Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo e cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo cadastradas
jul/15	35
jun/15	32
mai/15	32
abr/15	33
mar/15	32
fev/15	32
jan/15	32
dez/14	32
nov/14	30
out/14	29
set/14	29
ago/14	29
jul/14	0
jun/14	0
mai/14	0
abr/14	0
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumo_variavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=3>.

Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Selecionados do campo empírico o grupo e a política social no todo estruturado, recortei da economia brasileira as particularidades do ciclo geracional de emprego, renda e queda da desigualdade entre os percentis mais baixos da população, para compreendê-los em suas contradições e limites históricos na realização do PBF a partir da análise das séries históricas apresentadas nas tabelas acima.

As vinculações das condições econômicas como provocadoras das alterações no quadro econômico e na oferta de trabalho são observados nas séries históricas e nas periodizações necessárias para destacar os ligamentos de coesão e consenso

facilitadores para implementar todas as políticas integradas ao PBF que reverberaram em proteção social do grupo beneficiário, de modo que foi possível abarcar quais as modificações estruturais ocorrem e quais os prováveis limites de esgotamento da política social estão no horizonte da economia brasileira.

Em relação a grupo social pesquisado, compreendo que a política social agiu como cobertor de proteção social nos esgarçamentos provocados pela acumulação capitalista, capaz de gerar acúmulo de capital apropriado pelo desenvolvimento técnico das forças produtivas e, por outro lado, produz pauperização, despossessão social e política com negação dos princípios básicos de justiça social.

Tabela 28 – Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo beneficiárias do Programa Bolsa Família
set/18	4
ago/18	4
jul/18	4
jun/18	4
mai/18	5
abr/18	6
mar/18	6
fev/18	7
jan/18	7
dez/17	7
nov/17	7
out/17	7
set/17	7
ago/17	7
jul/17	7
jun/17	7
mai/17	6
abr/17	6
mar/17	6
fev/17	7
jan/17	7
dez/16	7
nov/16	9
out/16	8
set/16	8
ago/16	8
jul/16	8
jun/16	8
mai/16	8
abr/16	8
mar/16	9
fev/16	8
jan/16	7
dez/15	7
nov/15	10
out/15	10
set/15	9

Tabela 28 – Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo beneficiárias do Programa Bolsa Família
ago/15	10
jul/15	9
jun/15	9
mai/15	9
abr/15	10
mar/15	9
fev/15	9
jan/15	9
dez/14	9
nov/14	8
out/14	8
set/14	8
ago/14	8
jul/14	0
jun/14	0
mai/14	0
abr/14	0
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumo_variavel/Cecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=56>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Invertendo a crítica, tomando a contradição como uma categoria de análise, o ponto de partida seria as famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo e cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT e o número de famílias beneficiárias do PBF. Esse é um campo empírico que desnaturaliza as desigualdades como imediato estrutural da pobreza, para recolocá-las como sistêmica e multifacetada, cuja essência do todo objetivado se dá pela condensação de múltiplos fatores de ausências a bens, serviços, cidadania e justiça social, que estão para além da

ausência ou insuficiência de renda atribuída por uma linha de corte, comumente utilizada pelo economicismo conservador.

Essa perspectiva, requer compreender uma série de fatores exógenos e endógenos que incidem sobre a política social. No caso da sociedade brasileira, entendo que a política social não se realiza por si mesma, mas nas mediações que sucederam as transformações econômicas e sociais, na configuração do capitalismo tardio com múltiplos setores econômicos e sociais originalmente afeitos à culturas com ranços patrimonialista de centralização, que manifestam os resquícios deixados por ciclos históricos de autoritarismo, destituições dos sujeitos, lutas políticas, crises institucionais de golpes e contra golpes.

Outro dado que diz sobre o desenvolvimento histórico, geográfico e desigual, que planejaram o conjunto das mudanças sociais no Brasil e que interferiram no modo da produção da vida nas cidades.

Em Sinop são elevados os números de famílias em situação de rua, que não conseguem, por vias próprias manter a vida com dignidade. Para elas a rua é o espaço do acolhimento. A rua é o abrigo mais próximo da esperança. Os dados das tabelas 27, 28 e 29 revelam que 448 famílias em situação de rua estão cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT; são 365 famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo em Sinop-MT e 224 famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT.

Tabela 29- Famílias em situação de rua cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias em situação de rua cadastradas
set/18	448
ago/18	439
jul/18	436
jun/18	426
mai/18	414
abr/18	395
mar/18	370
fev/18	329
jan/18	322
dez/17	298
nov/17	290
out/17	285
set/17	235
ago/17	202
jul/17	152
jun/17	109
mai/17	65
abr/17	36
mar/17	21
fev/17	19
jan/17	18
dez/16	18

Tabela 29- Famílias em situação de rua cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias em situação de rua cadastradas
nov/16	12
out/16	13
set/16	13
ago/16	14
jul/16	9
jun/16	5
mai/16	3
abr/16	3
mar/16	3
fev/16	3
jan/16	3
dez/15	3
nov/15	3
out/15	3
set/15	3
ago/15	3
jul/15	3
jun/15	4
mai/15	4
abr/15	4
mar/15	4
fev/15	4
jan/15	4
dez/14	4
nov/14	4
out/14	4
set/14	4
ago/14	3
jul/14	3
jun/14	2
mai/14	2
abr/14	1
mar/14	1
fev/14	1
jan/14	1
dez/13	1
nov/13	1
out/13	1
set/13	1
ago/13	1
jul/13	1
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=44>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 30 – Famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo em Sinop-MT

Período	Famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo
set/18	365
ago/18	357
jul/18	353
jun/18	343
mai/18	333
abr/18	318
mar/18	297
fev/18	261
jan/18	257
dez/17	238
nov/17	233
out/17	232
set/17	203
ago/17	180
jul/17	140
jun/17	104
mai/17	60
abr/17	31
mar/17	20
fev/17	18
jan/17	17
dez/16	15
nov/16	10
out/16	10
set/16	10
ago/16	12
jul/16	8
jun/16	4
mai/16	2
abr/16	2
mar/16	2
fev/16	2
jan/16	2
dez/15	2
nov/15	2
out/15	2
set/15	2
ago/15	2
jul/15	2
jun/15	3
mai/15	3
abr/15	3
mar/15	3
fev/15	3
jan/15	3
dez/14	3
nov/14	3
out/14	3
set/14	3
ago/14	3
jul/14	3
jun/14	2
mai/14	2
abr/14	1

Tabela 30 – Famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo em Sinop-MT

Período	Famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo
mar/14	1
fev/14	1
jan/14	1
dez/13	1
nov/13	1
out/13	1
set/13	1
ago/13	1
jul/13	1
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/sumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=2>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 31 – Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família
set/18	224
ago/18	208
jul/18	177
jun/18	171
mai/18	164
abr/18	157
mar/18	160
fev/18	145
jan/18	160
dez/17	168
nov/17	167
out/17	170
set/17	153
ago/17	141
jul/17	114
jun/17	86
mai/17	13
abr/17	7
mar/17	7
fev/17	5
jan/17	5
dez/16	5
nov/16	2
out/16	1
set/16	1

Tabela 31 – Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família
ago/16	1
jul/16	1
jun/16	1
mai/16	2
abr/16	2
mar/16	2
fev/16	2
jan/16	2
dez/15	2
nov/15	2
out/15	2
set/15	2
ago/15	2
jul/15	1
jun/15	1
mai/15	1
abr/15	1
mar/15	2
fev/15	2
jan/15	2
dez/14	2
nov/14	2
out/14	2
set/14	2
ago/14	2
jul/14	2
jun/14	2
mai/14	2
abr/14	1
mar/14	1
fev/14	1
jan/14	1
dez/13	1
nov/13	1
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=52>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

A condução desta análise revela que as categorias econômicas são as formas fundamentais da objetivação da vida, e, por conseguinte revela a natureza objetiva do ser social. Demonstra também que a economia do capital como sistema ou totalidade, exige do trabalho mais-valia, subsunção para acumulação. Para se realizar, acolhe o ser social no sistema sobre determinadas condições, - espirituais e materiais - reduzidos ao próprio homem econômico, com necessidades elementares da objetivação de primeira ordem da vida: comer, beber e ter um teto.

Na medida em que a economia do capital se hegemoniza todas as formas de exploração da força do trabalho são subsumidas, inclusive aqueles que estão à margem da formalidade, como no caso concreto, as famílias catadores de material reciclável cadastradas no CadÚnico e as famílias catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT, conforme respectivamente os dados das tabelas 30 e 31.

Tabela 32 – Famílias de catadores de material reciclável cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias catadores de material reciclável cadastradas
set/18	40
ago/18	40
jul/18	40
jun/18	39
mai/18	39
abr/18	39
mar/18	40
fev/18	42
jan/18	42
dez/17	43
nov/17	43
out/17	41
set/17	40
ago/17	43
jul/17	45
jun/17	45
mai/17	44
abr/17	42
mar/17	39
fev/17	35
jan/17	35
dez/16	35
nov/16	34
out/16	33
set/16	33
ago/16	32
jul/16	33
jun/16	31
mai/16	29
abr/16	32
mar/16	33

Tabela 32 – Famílias de catadores de material reciclável cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias catadores de material reciclável cadastradas
fev/16	33
jan/16	32
dez/15	32
nov/15	32
out/15	32
set/15	32
ago/15	33
jul/15	33
jun/15	33
mai/15	33
abr/15	33
mar/15	33
fev/15	33
jan/15	33
dez/14	33
nov/14	32
out/14	32
set/14	32
ago/14	26
jul/14	5
jun/14	3
mai/14	2
abr/14	2
mar/14	1
fev/14	1
jan/14	1
dez/13	1
nov/13	1
out/13	1
set/13	1
ago/13	1
jul/13	1
jun/13	1
mai/13	1
abr/13	1
mar/13	1
fev/13	1
jan/13	1
dez/12	1
nov/12	1
out/12	1
set/12	1
ago/12	1

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=121>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 33 – Famílias catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família
set/18	15
ago/18	15
jul/18	16

Tabela 33 – Famílias catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família
jun/18	16
mai/18	15
abr/18	16
mar/18	16
fev/18	17
jan/18	17
dez/17	17
nov/17	17
out/17	18
set/17	16
ago/17	17
jul/17	18
jun/17	16
mai/17	16
abr/17	15
mar/17	14
fev/17	14
jan/17	15
dez/16	15
nov/16	14
out/16	13
set/16	14
ago/16	13
jul/16	13
jun/16	12
mai/16	11
abr/16	11
mar/16	11
fev/16	12
jan/16	12
dez/15	13
nov/15	13
out/15	12
set/15	13
ago/15	14
jul/15	13
jun/15	13
mai/15	13
abr/15	13
mar/15	14
fev/15	14
jan/15	14
dez/14	14
nov/14	14
out/14	15
set/14	15
ago/14	13
jul/14	2
jun/14	1
mai/14	1
abr/14	1
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0

Tabela 33 – Famílias catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=125>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

O modo como a sociedade brasileira percebe a desigualdade e a pobreza, produto de uma mesma pertinência, naturaliza a cultura do vivido e não como uma forma histórica antessentida de contradições. Incapacita os sujeitos produzir autocrítica com possibilidade de elevar-se para uma nova racionalidade de igualdade social.

Neste ponto reside a chave para a compreensão sobre o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira. Fica evidente o modo e a dinâmica de classe, quando as forças sociais estão em tempo de crise. No entanto, a crise é capitaneada pelo capitalismo mundial, mesmo em permanente imersão em crises curtas e ultimamente em crises longas, até então tratadas pelos seus ideológicos como cíclicas, mas que no entanto, se conformaram em crises permanentes e estruturárias, que lhes atribuem o elemento da incapacidade de serem resolvidas pelo próprio sistema, sem que haja uma regulação política deliberada.

Como categoria central, a contradição coloca os que estão incluídos à margem do sistema como parte do ciclo de produção capitalista e de valorização do valor. As famílias catadoras de material reciclável beneficiárias do PBF, nada são do que parte do modo de produção que é inconciliável como ele mesmo. Por vezes poderá apresentar determinados períodos de estabilidade econômica, contudo, são meramente coincidências e arranjos internos.

Para reconstruir esses aspectos de maneira mais apropriado, lembramos que a convergência de crescimento de longo prazo do capitalismo mundial foi alterada de forma nítida. Via de regra, o capitalismo produtivo passou por uma reestruturação, alterando assim o rumo e o seu sentido. Para ser fiel ao pensamento marxista concebo essa alteração de capital produtivo para capital portador de juros.

Para categorizar esse processo, recorreremos no primeiro plano a Mandel (1982), em “O Capitalismo tardio” cuja tese central, na década de 1970, era de que o capitalismo acabava de entrar em uma fase de “tônica estagnante”.

Por fim, retomando as categorias ontológicas centrais nesta pesquisa, a crítica demonstrou que as condições econômicas não são destituídas de seu adjacente, incluído a categoria trabalho, como objetivação da vida humana, - o ponto em que o animalesco se torna humano. “O seu pressuposto é uma concepção da realidade como processo prático de produção e reprodução do homem social” (KOSIK 1986, p. 171). Nesse aspecto, o PBF é mais um instrumento a serviço do capital para reprodução das mesmas condições, na esteira de das formas de valorização do valor, aprisionadas pelo capital, inclusive a política social. Evidente que a centralidade atribuída ao PBF vincula às condições econômicas para provocar ou não alterações no quadro econômico e na oferta de trabalho.

Preliminarmente os limites do programa não se circunscreve à redistribuição da renda focalizada, mas, para além disso, o faz mediante uma ampla rede articulada de programas com cobertura socioassistencial até chegar aos que sempre estiveram à margem. A lista é uma classificação alargada de acessos que recoloca na condição de ter renda monetária, aquelas famílias formadas com pessoas idosas, crianças e adolescentes; famílias com pessoas em situação de trabalho infantil; famílias quilombolas e indígenas; famílias pertencentes às comunidades de terreiro; famílias ciganas; famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo; famílias em situação de rua; famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo; famílias resgatadas do trabalho análogo ao de escravo com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo.

Contempla também às famílias catadores de material reciclável; famílias de preso do sistema carcerário; famílias de pescadores artesanais; famílias ribeirinhas cadastradas; famílias de agricultores familiares; famílias assentadas da reforma agrária; famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); famílias acampadas; famílias com membros beneficiários do Benefício de Prestação

Continuada (BPC); famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único; indivíduos encaminhados para acesso ao BPC; famílias encaminhadas para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Ainda com base nas informações sociais sobre essas famílias contidas no CadÚnico, o PBF concede auxílios-natalidade; auxílios-funeral; Benefícia às famílias participando regularmente de grupos no âmbito do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado; pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF; famílias em acompanhamento pelo PAIF; crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos; crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos; adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos.

A cobertura do PBF também refina os atendimentos ofertando o Benefício Variável Jovem (BVJ); Benefício Variável Nutriz (BVN); Benefício Variável Gestante - (BVG) e distribui às Famílias por faixa de Renda per capita atendidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); famílias em Extrema Pobreza com ou sem PBF atendidas no CRAS e CREAS em Sinop-MT, até então não contemplados nas agendas das políticas públicas e não atendidas pelo fundo público.

Diante da riqueza dos dados acima, optei em não abrir mão da empiria desses levantamentos, mesmo que nesta pesquisa não fosse possível uma análise mais detalhada sobre cada série histórica dos levantamentos. No entanto, foi necessário um recorte metodológico para acrescentar na mesma pertença social o componente da classe, e delimitar o contingente da parcela da população que não advém da subsistência da força do trabalho, seja, aquela parcela que acumula riqueza por expropriação do trabalho. Dentre elas, estão os proprietários do capital que compram o trabalho e suas metamorfoses contemporâneas, condição e estado necessário segundo a racionalidade do mercado, para girar o motor da acumulação capitalista e conseqüentemente suscitar concentração de renda e as formas cristalizadas, muito embora não permanentes de exploração por acumulação.

5.5 A BIEN e a emergência mundial das políticas de transferência de renda

Outro aspecto da investigação observado são as modificações que se sucederam na relação do trabalho protegido pelo estatuto do trabalho na forma trabalho, estão são encontradas nos pós fordismo são decorrentes da crise estrutural do capital, caracterizada como longa e em estado permanente, consequência a redução das taxas de lucro dos capitais empregados como capital produtivo. Esse processo dá sinais de que o modo de produção capitalista dá indicativos de esgotamento.

As fraturas sociais concertadas com o esgarçamento do estatuto jurídico do trabalho é um fenômeno ambivalente que é capaz de não apenas tornar visíveis as contradições do capitalismo, mas, deixar claro que ele é permeado por um pragmatismo utilitarista, que não é capaz de esconder a crise estrutural do capital, e mesmo assim se propõe a apontar saídas inconciliáveis na relação capital e trabalho. Desta feita, passando do estágio da exploração para extração de mais valor do trabalho, a fase de espoliação com intensificação do trabalho.

Com esses engasgamentos cada vez mais profundos, a crise que entrou em uma onda tende a se aprofundar, jogando para fora do sistema de produção, circulação e consumo as pessoas que perderam os vínculos de trabalho, de solidariedade e necessitam da proteção do Estado e das redes internacionais de proteção social.

Nesse aspecto é que se enquadra a Basic Income Earth Network (BIEN) que, como discutido em trabalho de cuja autoria participamos (ALGEBAILLE, RISSATO e ARRUDA, 2017), foi criada “no início da década de 1980 como uma organização destinada a difundir concepções, políticas e práticas de concessão de uma renda básica a todo cidadão com o objetivo de se lhes garantir condições mínimas de subsistência independentemente das suas condições de acesso ao trabalho”. Essa instituição, que em 2004 amplia sua abrangência para uma escala mundial, modificando seu nome e parte de seu programa de ações, configura-se como uma espécie de movimento que busca influir na disseminação de políticas de transferência de renda no continente europeu e em outras regiões do mundo, entendendo que a concessão de renda mínima tem potencial para alterar as condições de negociação do valor do trabalho e, neste sentido, as próprias condições de exploração do trabalho pelo capital.

Na tabela a seguir demonstro como estão constituídas essas redes ao redor do mundo.

Tabela 34 – Redes nacionais e regionais associadas à Basic Income Earth Network (BIEN)

Ano de constituição	País/Região	Rede
1984	United Kingdom	Citizen's Income Trust
	Reino Unido	Confiança de Renda do cidadão (inicialmente denominada "Income Research Group Basic")
1991	Netherlands	Vereniging Basisinkomen
	Países Baixos	Associação Renda Básica (VBI)
1995	Ireland	Basic Income Ireland
	Irlanda	Rede Renda Básica Irlanda
1999	United States	U.S. Basic Income Guarantee Network (USBIG)
	Estados Unidos da América	Renda Básica de Rede de Garantia U.S (Rede USBIG)
2000	Denmark	BIEN Denmark (Borgerlønbevægelsen)
	Dinamarca	BIEN Dinamarca
2001	Spain	Red Renta Basica
	Espanha	Red Renta Basica
2002	Austria	Netzwerk Grundeinkommen und sozialer Zusammenhalt – B.I.E.N. Austria
	Áustria	Rede Renda Básica e Coesão Social - BIEN Áustria
2002	Australia	Basic Income Guarantee Australia (BIGA)
	Austrália	Renda Básica de Garantia Austrália (BIGA)
2002	Switzerland	BIEN Switzerland
	Suíça	Renda Básica Terra Suíça (BIEN-CH)
2004	Brazil	Rede Brasileira de Renda Básica de Cidadania
	Brasil	Rede Brasileira de Renda Básica de Cidadania
2004	Argentina	Red Argentina de Ingreso Ciudadano
	Argentina	Rede Argentina de Ingreso Ciudadão
2004	Germany	Netzwerk Grundeinkommen
	Alemanha	Rede Renda Básica
2006	Southern África	Studies in Poverty and Inequality Institute (SPII)
	África do Sul	ÁFRICA DO SUL: Estudos da Pobreza e Desigualdade – Instituto (SPII)
2007	Japan	BIEN Japan
	Japão	BIEN Japão
2008	Canada	Basic Income Canada Network / Réseau canadien pour le revenu garanti
	Canadá	Rede de Canadá de Renda Básica/Rede Canadense para o rendimento garantido

Tabela 34 – Redes nacionais e regionais associadas à Basic Income Earth Network (BIEN)

Ano de constituição	País/Região	Rede
2008	México	Red Mexicana Ingreso Ciudadano Universal
	México	Rede Mexicana de Ingresso Cidadão Universal
2008	Italy	Bin Italia (Basic Income Network Italy)
	Itália	Rede Renda Básica Itália
2009	South Korea	Basic Income Korean Network (BIKN)
	Coréia do Sul	Rede Básica de Renda (BIKN)
2010	Slovenia	Sekcija za promocijo UTD v Sloveniji
	Eslovênia	Seção de Promoção da Renda Básica Universal (UBI) na Eslovênia
2011	Finland	BIEN Finland – Suomen perustuloverkosto
	Finlândia	Finlândia: BIEN Finlândia-Suomen perustuloverkosto
2012	Belgium	Belgian Network for Basic Income
	Bélgica	Bélgica: Rede belga para renda básica
2012	Norway	Borgerlønn BIEN Norge
	Noruega	Noruega: Salário civis BIEN Noruega
2013	Portugal	Rendimento Básico
	Portugal	Rendimento Básico
2013	France	Mouvement Français pour un revenu de base
	França	Movimento Francês para uma Renda Básica
2014	Europe	Unconditional Basic Income Europe (UBI-Europe)
	Europa	Renda Incondicional Básica Europa (UBI-Europa)
2016	Canada	Quebec – Revenue de base Quebec (RBQ)
	Canadá	Quebec – receita de base Quebec (RBQ)
2016	China	BIEN China
	China	China Bien
	INDIA	India Network for Basic Income (INBI)
	Índia	Rede de Índia para a Renda Básica
2016	New Zealand	Basic Income New Zealand Incorporated (BINZ)
	Nova Zelândia	Renda básica Nova Zelândia incorporada (BINZ)
2016	Scotland	Citizen's Basic Income Network Scotland (SCIO)
	Escócia	Renda básica rede Escócia do cidadão (SCIO)
2016	Taiwan	Network Taiwan
	Taiwan	Rede Taiwan

Fonte: ALGEBAILLE, RISSATO e ARRUDA, 2017. Quadro realizado a partir de dados da BIEN, disponíveis em: < <http://www.basicincome.org/about-bien/affiliates/>>, e com tradução livre dos nomes das redes por parte dos autores.

Na América Latina, a BIEN também atua nos países conforme a tabela abaixo:

Tabela 35 – Programas de transferência condicionada de renda implantados em países da América Latina, segundo o ano de implantação

Ano de criação	País	Nome do Programa
1989	México	Programa Nacional de Solidaridad (PRONASOL)
	Venezuela	Programa Beca Alimentaria
1990	Honduras	Programa de Asignación Familiar – PRAF
1996	Brasil	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI
1997	México	Programa de Educación, Salud y Alimentación (PROGRESA)
1998	Equador	Programa Bono Solidário
	Honduras	Programa de Asignación Familiar II - PRAF/BID II
2000	Nicarágua	Red de Protección Social – RPS
	Costa Rica	Programa Superémonos
2001	Brasil	Programa Bolsa-Escola
	Brasil	Programa Bolsa Alimentação
	Colômbia	Programa Familias em Acción
	México	Programa Oportunidades
2002	Argentina	Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados
	Chile	Programa Chile Solidário
2003	Brasil	Programa Bolsa Família
	Equador	Programa Bono de Desarrollo Humano
2005	Argentina	Programa Ciudadanía Porteña
	Argentina	Programa Familias por la Inclusión Social
	Colômbia	Subsídios condicionados à Assistência Escolar
	El Salvador	Red Solidarias - Programa Comunidades Solidarias Rurales
	Honduras	Programa de Asignación Familiar III - PRAF/BID III
	Nicarágua	Sistema de Atención a Crisis – SAC
	Paraguai	Programa Tekoporã
	Paraguai	Programa Abrazo
	Paraguai	Programa Ñopytyvô
	Peru	Red Juntos (Programa Nacional de Apoyo Directo a los más pobres)
	República Dominicana	Programa Solidaridad
	Uruguai	Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social – PANES
2006	Bolívia	Programa Bono Juancito Pinto
	Costa Rica	Programa Avancemos
	Panamá	Programa Red de Oportunidades
2007	Colômbia	Programa Red Unidos (ex Red Juntos)
	Guatemala	Programa de Protección y Desarrollo de la Niñez y Adolescencia Trabajadora
2008	Guatemala	Programa Mi Familia Progresá – MIFAPRO
	Uruguai	Programa Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares (AFAM-PE)
2009	Argentina	Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUHPS)
	Bolívia	Programa Bono Madre, Niño-Niña “Juana Azurduy de Padilla
	El Salvador	Programa Comunidades Solidarias Urbanas
2010	Honduras	Programa Bono Vida Mejor - Bono 10.000 Educación, Salud y Nutrición
2011	Equador	Programa Desnutrición Cero
2012	Chile	Programa Ingreso Ético Familiar
	Guatemala	Programa Mi Bono Seguro
	Haiti	Programa Ti Manman Cheri
2014	México	Programa de Inclusión Social – Prospera

Fonte: ALGEBAILLE, RISSATO e ARRUDA, 2017. Trata-se de quadro elaborado a partir de informações constantes em CEPAL, 2016 e Rissato (2015). A presente versão apresenta uma síntese de um quadro bem mais extenso, com a caracterização dos programas, elaborado por Rissato (2015) em sua Tese de Doutorado e ampliado pela autora no âmbito da pesquisa por ela realizada.

Com a espoliação mundial exercida pelo capital sobre os diversos setores da vida urbana e no campo, que interferem na produção das condições fundamentais para sobrevivência num planeta subsumido pela exploração em todas as formas, é emergencial a existência de políticas de renda mínima destinada para toda a população, independente do corte de entrada baseado na renda per capita.

5.6 Os componentes da orientação teórica sobre a "questão social" nos Governos Lula

A questão social que se desdobra nas políticas sociais nos Governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é recolocada como tema da política econômica. As pautas da agenda social incluíram os grupos sociais invisíveis pelo Estado e transformando a política social como uma política permanente do Estado. A orientação da política econômica abrangeu as discussões que gravitaram em torno da proteção social multissetorial, associada para diminuir os efeitos das desigualdades. Nos anos 2000, esta discussão apresentou um grau de importância em termos da produção científica especializada, em especial para interrogar sobre as distintas modificações observadas nos ciclos de desenvolvimento das forças materiais de produção, correlacionadas aos aspectos de iniciativas públicas e privadas, frente as formas históricas assumidas pelo confronto de classe.

A centralidade do PBF nos Governos Lula, inaugurou o desafio de "universalizar a cidadania" (FONSECA, JACCOUD e KARAM, 2013, p. 307), abrangida por uma visão multidimensional da pobreza e da desigualdade, fazendo chegar o Estado e as políticas sociais para os diferentes grupos sociais, como no caso concreto, as crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV⁴¹); crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em SCFV; adolescentes de 15 a 17 anos em SCFV; adultos entre 18 e 59 anos em SCFV; idosos em SCFV para idosos; entre os jovens com o Benefício Variável Jovem - BVJ; entre os alimentandos com Benefício Variável Nutriz - BVN e entre as

⁴¹ O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

gestantes com o Benefício Variável Gestante - BVG, grupos sociais beneficiários do PBF em Sinop-MT, respectivamente apresentados nas tabelas a seguir.

Tabela 36 – Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos em Sinop-MT

Período	Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
mai/18	91
abr/18	92
mar/18	92
fev/18	89
jan/18	89
dez/17	89
nov/17	94
out/17	91
set/17	79
ago/17	105
jul/17	63
jun/17	75
mai/17	88
abr/17	57
mar/17	92
fev/17	90
jan/17	38
dez/16	127
nov/16	137
out/16	137
set/16	133
ago/16	145
jul/16	143
jun/16	143
mai/16	142
abr/16	142
mar/16	137
fev/16	121
jan/16	121
dez/15	121
nov/15	116
out/15	125
set/15	123
ago/15	116
jul/15	115
jun/15	115
mai/15	125
abr/15	115
mar/15	106
fev/15	62
jan/15	62
dez/14	126
nov/14	168
out/14	133
set/14	121
ago/14	122
jul/14	122
jun/14	106
mai/14	95

Tabela 36 – Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos em Sinop-MT

Período	Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
abr/14	55
mar/14	31
fev/14	15
jan/14	15
dez/13	60
nov/13	81
out/13	107
set/13	41
ago/13	36
jul/13	51
jun/13	25
mai/13	40
abr/13	45
mar/13	38
fev/13	0
jan/13	0

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=326> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Apropriando do contexto da crítica da economia política do capital foi possível recorrer a história para compreendê-la e reconstruí-la de modo apropriar das categorias de realização do processo de acumulação, dentre elas àquelas que guardam relação com as desigualdades, para então recolocar as questões da ação do Estado nacional frente aos sentidos abstraídos e atribuídos de forma institucional à política social do PBF, para então delimitar às macros questões da sua institucionalidade.

Nesse patamar de questões ainda que de forma preliminares no campo da análise, tendo clareza que a pesquisa não se restringi aos aspectos e esboços no plano da constituição das bases físicas da organização do programa, mas, envolveu um esforço deste pesquisador para aproximar com a realidade social a fim de apropriar de um novo quadro de produção de dados estatísticos, especialmente aqueles produzidos pelo MDS e originários do PBF no período de sua realização, que compreende o mês de janeiro de 2004 a agosto de 2018, com ênfase para as práticas internas do programa, que ensejaram alguma ação do Estado com intenção para geração de trabalho e renda aos beneficiários do programa, em particular no município de Sinop-MT.

Tabela 37 – Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Sinop-MT

Período	Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Sinop-MT
mai/18	176
abr/18	186
mar/18	196
fev/18	333
jan/18	337
dez/17	342
nov/17	341
out/17	195
set/17	196
ago/17	312
jul/17	197
jun/17	255
mai/17	151
abr/17	179
mar/17	167
fev/17	141
jan/17	57
dez/16	167
nov/16	163
out/16	163
set/16	159
ago/16	196
jul/16	196
jun/16	196
mai/16	194
abr/16	176
mar/16	107
fev/16	175
jan/16	175
dez/15	175
nov/15	171
out/15	199
set/15	199
ago/15	202
jul/15	201
jun/15	201
mai/15	195
abr/15	173
mar/15	161
fev/15	87
jan/15	87
dez/14	234
nov/14	228
out/14	197
set/14	196
ago/14	221
jul/14	221
jun/14	116
mai/14	121
abr/14	112
mar/14	62
fev/14	34
jan/14	34
dez/13	71

Tabela 37 – Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Sinop-MT

Período	Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Sinop-MT
nov/13	177
out/13	165
set/13	68
ago/13	62
jul/13	53
jun/13	94
mai/13	82
abr/13	100
mar/13	9
fev/13	0
jan/13	0

Fonte: CECAD Disponível em <
https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=302> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 38 – Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos em Sinop-MT

Período	Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
mai/18	62
abr/18	46
mar/18	47
fev/18	28
jan/18	28
dez/17	28
nov/17	31
out/17	55
set/17	36
ago/17	43
jul/17	46
jun/17	51
mai/17	26
abr/17	64
mar/17	28
fev/17	54
jan/17	38
dez/16	72
nov/16	98
out/16	98
set/16	98
ago/16	83
jul/16	82
jun/16	80
mai/16	45
abr/16	65
mar/16	63
fev/16	50
jan/16	50
dez/15	50
nov/15	65
out/15	55
set/15	55

Tabela 38 – Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos em Sinop-MT

Período	Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
ago/15	25
jul/15	44
jun/15	24
mai/15	23
abr/15	42
mar/15	90
fev/15	12
jan/15	12
dez/14	37
nov/14	33
out/14	36
set/14	34
ago/14	35
jul/14	30
jun/14	39
mai/14	47
abr/14	32
mar/14	7
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	10
nov/13	10
out/13	8
set/13	42
ago/13	47
jul/13	159
jun/13	59
mai/13	86
abr/13	81
mar/13	60
fev/13	40
jan/13	0

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=328> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 39 – Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Sinop-MT

Período	Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV
mai/18	235
abr/18	250
mar/18	124
fev/18	120
jan/18	120
dez/17	122
nov/17	112
out/17	214
set/17	225
ago/17	256
jul/17	247
jun/17	222
mai/17	145

Tabela 39 – Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Sinop-MT

Período	Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV
abr/17	55
mar/17	112
fev/17	79
jan/17	0

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=329> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 40 – Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para Idosos em Sinop-MT

Período	Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos
mai/18	168
abr/18	187
mar/18	169
fev/18	172
jan/18	172
dez/17	177
nov/17	166
out/17	179
set/17	217
ago/17	210
jul/17	181
jun/17	185
mai/17	136
abr/17	179
mar/17	122
fev/17	118
jan/17	79
dez/16	158
nov/16	165
out/16	185
set/16	170
ago/16	172
jul/16	164
jun/16	163
mai/16	170
abr/16	168
mar/16	160
fev/16	149
jan/16	144
dez/15	144
nov/15	144
out/15	116
set/15	116
ago/15	116
jul/15	116
jun/15	106
mai/15	106
abr/15	105
mar/15	119
fev/15	52
jan/15	52

Tabela 40 – Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para Idosos em Sinop-MT

Período	Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos
dez/14	118
nov/14	123
out/14	122
set/14	126
ago/14	113
jul/14	118
jun/14	101
mai/14	109
abr/14	77
mar/14	55
fev/14	15
jan/14	15
dez/13	163
nov/13	218
out/13	98
set/13	70
ago/13	67
jul/13	90
jun/13	70
mai/13	153
abr/13	85
mar/13	18
fev/13	35
jan/13	0

Fonte: CECAD Disponível em <
https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=330> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 41 – Total de Benefício Variável Jovem – BVJ em Sinop-MT

Período	Total de Benefício Variável Jovem - BVJ
ago/18	518
jul/18	496
jun/18	475
mai/18	480
abr/18	460
mar/18	491
fev/18	465
jan/18	491
dez/17	558
nov/17	541
out/17	532
set/17	512
ago/17	526
jul/17	509
jun/17	524
mai/17	498
abr/17	477
mar/17	485
fev/17	516
jan/17	516
dez/16	647
nov/16	675

Tabela 41 – Total de Benefício Variável Jovem – BVJ em Sinop-MT	
Período	Total de Benefício Variável Jovem - BVJ
out/16	712
set/16	704
ago/16	701
jul/16	683
jun/16	679
mai/16	667
abr/16	652
mar/16	624
fev/16	640
jan/16	606
dez/15	835
nov/15	790
out/15	830
set/15	816
ago/15	819
jul/15	795
jun/15	741
mai/15	720
abr/15	700
mar/15	755
fev/15	729
jan/15	688
dez/14	868
nov/14	899
out/14	859
set/14	1.652
ago/14	803
jul/14	804
jun/14	810
mai/14	467
abr/14	478
mar/14	473
fev/14	474
jan/14	441
set/13	601
ago/13	586
jul/13	570
jun/13	553
mai/13	577
abr/13	552
mar/13	530
fev/13	523
jan/13	543
dez/12	717
nov/12	681
out/12	668
set/12	650
ago/12	680
jun/12	618
dez/11	51

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumo_variavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=339> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 42 – Total de Benefício Variável Nutriz – BVN em Sinop-MT

Período	Total de Benefício Variável Nutriz - BVN
ago/18	117
jul/18	114
jun/18	114
mai/18	100
abr/18	94
mar/18	84
fev/18	95
jan/18	102
dez/17	104
nov/17	120
out/17	125
set/17	126
ago/17	102
jul/17	79
jun/17	64
mai/17	55
abr/17	52
mar/17	56
fev/17	69
jan/17	93
dez/16	95
nov/16	99
out/16	97
set/16	89
ago/16	87
jul/16	84
jun/16	79
mai/16	72
abr/16	62
mar/16	70
fev/16	69
jan/16	66
dez/15	52
nov/15	49
out/15	55
set/15	47
ago/15	43
jul/15	41
jun/15	44
mai/15	48
abr/15	55
mar/15	65
fev/15	78
jan/15	78
dez/14	78
nov/14	104
out/14	102
set/14	104
ago/14	98
jul/14	91
jun/14	98
mai/14	73
abr/14	68
mar/14	65
fev/14	62
jan/14	65

Tabela 42 – Total de Benefício Variável Nutriz – BVN em Sinop-MT

Período	Total de Benefício Variável Nutriz - BVN
set/13	61
ago/13	68
jul/13	57
jun/13	58
mai/13	51
abr/13	51
mar/13	50
fev/13	71
jan/13	91
dez/12	91
nov/12	93
out/12	85
set/12	80
ago/12	59
jun/12	45
dez/11	7

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=340> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 43 – Total de Benefício Variável Gestante – BVG em Sinop-MT

Período	Total de Benefício Variável Gestante – BVG
ago/18	176
jul/18	195
jun/18	188
mai/18	166
abr/18	145
mar/18	133
fev/18	141
jan/18	145
dez/17	135
nov/17	119
out/17	81
set/17	103
ago/17	115
jul/17	175
jun/17	173
mai/17	166
abr/17	146
mar/17	129
fev/17	174
jan/17	174
dez/16	158
nov/16	163
out/16	84
set/16	94
ago/16	109
jul/16	116
jun/16	132
mai/16	66
abr/16	66
mar/16	73
fev/16	86
jan/16	85
dez/15	75

Tabela 43 – Total de Benefício Variável Gestante – BVG em Sinop-MT

Período	Total de Benefício Variável Gestante – BVG
nov/15	68
out/15	70
set/15	90
ago/15	87
jul/15	65
jun/15	67
mai/15	54
abr/15	103
mar/15	113
fev/15	113
jan/15	103
dez/14	69
nov/14	71
out/14	114
set/14	108
ago/14	124
jul/14	60
jun/14	66
mai/14	70
abr/14	71
mar/14	83
fev/14	104
jan/14	58
set/13	62
ago/13	77
jul/13	64
jun/13	64
mai/13	43
abr/13	50
mar/13	55
fev/13	57
jan/13	44
dez/12	34
nov/12	17
out/12	28
set/12	30
ago/12	31
jun/12	17
dez/11	4

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=343> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Retomando o campo da prática política, o processo de industrialização provocou profundas transformações na relação do capital e do trabalho, com desdobramentos incidentes sobre a questão social no plano da discussão política, discutida a partir de duas grandes concepções: como expressão natural da fratura social que decorre do desenvolvimento; e, por outro lado, como resultante da contração entre os interesses de mercado e o movimento da vida em sociedade.

Ficam manifestas as posições acima registradas em caminhos opostos. Naturalizar a lógica de mercado como determinantes do modelo de desenvolvimento sem os instrumentos de regulação, tende a concentrar capital e marginalizar a questão social como processo natural, sem, contudo, alterar as formas históricas de conformação e lutas de classes. Por subjacente a extrema pobreza⁴² e a pobreza como facetas de uma lógica perversa, é originária no processo de acumulação e concentração de capitais no percurso das modificações do capitalismo.

Em pesquisa anterior, tratei sobre a exclusão, pobreza e as desigualdades como fenômenos persistentes. Naquela pesquisa, referenciada abaixo, mencionei com base em Sachs (2005), uma classificação e diferenciação para aplicar os termos referidos para o uso da pobreza e da pobreza extrema, como recurso compreensivo.

[...] Sachs (2005) dividiu a pobreza com base na renda, em pobreza extrema, pobreza moderada e pobreza relativa. Por pobreza extrema, refere-se ao não acesso aos meios básicos para sua subsistência, atingidas pela fome crônica, associando-se a esse fato as condições de saúde, bem como não conseguem ter acesso à água potável, ou seja, ao saneamento básico. Nestas condições materiais há demasia de vulnerabilidades para acesso à educação, em parte ou na sua totalidade; os indivíduos são desprovidos das condições elementares de acesso a moradia digna e vestimentas. Por pobreza moderada, compreende as condições pelas quais as necessidades são saciadas, muito embora com grandes dificuldades. Por pobreza relativa, define como acesso a uma renda familiar abaixo dos valores médios de recursos de uma média nacional. (ARRUDA, 2016, p. 63).

Nesse contexto, a questão social é a categoria epistemológica central para abordar a questão das políticas sociais, expressão das faces de uma lógica preserva: acumulação e desigualdades encontradas no mesmo sistema de produção da vida material. Esta mesma lógica que produz as desigualdades, produz de igual modo não apenas as classificações dos níveis e profundidade da pobreza, mas tem a finalidade para agir como o elemento de coesão social frente aos antagonismos da sociedade do capital. Esta lógica arbitrária e não abstrata tem por objeto atuar para recolocar os contingentes populacionais estagnados na linha da extrema pobreza ou acima dela, em condições de acesso aos padrões de consumo,

⁴² Outro conceito que explorei nesta pesquisa refere-se à Extrema Pobreza. Tratei como a categoria que enquadra a renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00 tomando como referência a classificação contida nos indicadores do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único). Essa discussão será apresentada em termos quantitativos no capítulo 5.

acesso a bens e serviços, o que nos leva a perceber que o nexos que orienta os padrões de proteção é a mesmo que orienta o consumo.

A esse respeito, ter acesso aos mínimos referenciados pelos padrões de proteção social, possível depois do ingresso dos beneficiários a um sistema focalizado de redistribuição recursos financeiros, para acessar bens e dispor de uma rede de serviços públicos, não garantiria o padrão de coesão social desejado capaz de amenizar as fraturas sociais presentes na condição de classe social, pelo contrário, ao ser humano não se destina apenas acessar as condições de vida para comer vestir e ter um teto. Essas são as necessidades de primeira ordem.

No entanto, para que as necessidades de segunda ordem possam ser acessadas, é imprescindível a superação do estágio de extrema pobreza. Nesse sentido, os componentes da orientação teórica da "questão social" e da política social nos Governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seguiram um padrão de coesão social, possível de afirmar como um imediato de coesão social estabelecido pela política de desenvolvimento econômico, que criou um campo propício para realizar o PBF, como a política social capaz de promover entre os percentis mais baixo da desigualdade social, enquadrados entre o grupo populacional em extrema pobreza, aumento de renda, quando observamos a tabela abaixo.

No período de janeiro de 2004 a agosto de 2018 é possível observar a variação média dos benefícios pagos à população beneficiária do programa em Sinop-MT.

Tabela 44 – Valor médio do Benefício do PBF em Sinop-MT

Período	Valor médio do Benefício do PBF (R\$)
ago/18	145,20
jul/18	144,21
jun/18	136,12
mai/18	135,31
abr/18	133,75
mar/18	133,68
fev/18	133,97
jan/18	134,53
dez/17	134,74
nov/17	134,90
out/17	134,76
set/17	137,03
ago/17	137,71
jul/17	138,83
jun/17	142,78
mai/17	142,57
abr/17	139,33
mar/17	139,28

Tabela 44 – Valor médio do Benefício do PBF em Sinop-MT

Período	Valor médio do Benefício do PBF (R\$)
fev/17	142,44
jan/17	141,73
dez/16	142,21
nov/16	149,77
out/16	147,56
set/16	147,92
ago/16	149,86
jul/16	149,20
jun/16	132,67
mai/16	131,73
abr/16	131,25
mar/16	131,11
fev/16	129,81
jan/16	130,22
dez/15	130,30
nov/15	129,85
out/15	130,08
set/15	132,60
ago/15	134,26
jul/15	133,81
jun/15	132,43
mai/15	131,85
abr/15	131,99
mar/15	131,90
fev/15	131,81
jan/15	130,61
dez/14	132,24
nov/14	132,57
out/14	132,38
set/14	134,20
ago/14	133,96
jul/14	130,88
jun/14	130,41
mai/14	113,46
abr/14	114,24
mar/14	113,92
fev/14	117,06
jan/14	117,37
dez/13	120,21
nov/13	122,63
out/13	122,58
set/13	122,66
ago/13	123,67
jul/13	122,51
jun/13	122,81
mai/13	120,05
abr/13	117,30
mar/13	117,20
fev/13	115,04
jan/13	114,04
dez/12	115,71
nov/12	114,29
out/12	114,37
set/12	113,81
ago/12	111,76
jul/12	110,79

Tabela 44 – Valor médio do Benefício do PBF em Sinop-MT

Período	Valor médio do Benefício do PBF (R\$)
jun/12	108,58
mai/12	104,96
abr/12	104,33
mar/12	101,24
fev/12	100,10
jan/12	99,80
dez/11	100,9
nov/11	100,84
out/11	100,07
set/11	99,87
ago/11	91,69
jul/11	89,54
jun/11	88,96
mai/11	87,63
abr/11	87,44
mar/11	64,52
fev/11	64,78
jan/11	64,79
dez/10	67,26
nov/10	66,83
out/10	72,77
set/10	68,55
ago/10	66,34
jul/10	66,20
jun/10	66,01
mai/10	66,03
abr/10	65,97
mar/10	66,06
fev/10	66,18
jan/10	66,79
dez/09	70,90
nov/09	70,92
out/09	71,82
set/09	71,09
ago/09	64,05
jul/09	63,85
jun/09	65,70
mai/09	62,36
abr/09	61,56
mar/09	63,51
fev/09	64,20
jan/09	63,95
dez/08	65,08
nov/08	65,04
out/08	65,35
set/08	66,07
ago/08	64,84
jul/08	64,45
jun/08	58,94
mai/08	58,90
abr/08	58,74
mar/08	59,51
fev/08	56,33
jan/08	54,91
dez/07	55,71
nov/07	55,26

Tabela 44 – Valor médio do Benefício do PBF em Sinop-MT

Período	Valor médio do Benefício do PBF (R\$)
out/07	55,57
set/07	55,46
ago/07	55,27
jul/07	46,47
jun/07	46,64
mai/07	46,37
abr/07	46,49
mar/07	46,61
fev/07	46,67
jan/07	47,27
dez/06	46,91
nov/06	46,32
out/06	46,45
set/06	46,47
ago/06	46,45
jul/06	46,47
jun/06	46,34
mai/06	44,57
abr/06	45,57
mar/06	45,59
fev/06	46,32
jan/06	46,25
dez/05	47,35
nov/05	47,53
out/05	47,71
set/05	47,72
ago/05	48,16
jul/05	47,55
jun/05	49,48
mai/05	49,25
abr/05	49,50
mar/05	49,51
fev/05	49,51
jan/05	49,51
dez/04	50,00
nov/04	49,62
out/04	52,79
set/04	54,96
ago/04	55,52
jul/04	55,52
jun/04	55,56
mai/04	55,64
abr/04	55,68
mar/04	56,04
fev/04	56,04
jan/04	56,04

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=193> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Isolando os percentis inicial (janeiro de 2004) e o corte final (agosto de 2018) para compará-los com a linha da igualdade de renda, observa-se que dois fatos: primeiro que o crescimento da renda entre os percentis mais baixo de pobreza

obteve aumento considerável; segundo que não houve desconcentração da renda entre as camadas mais elevadas da pirâmide social.

Esse processo antagônico não foi enfrentado no campo da macro política econômica, pelo contrário, ao passo que a política social retirou da linha da indigência no Brasil cerca de 13.951.980 de famílias, por outro lado, reforçou a concentração da renda nas camadas sociais mais elevadas, o que se traduz da desigualdade como invenção emblemática das sociedades capitalistas, em especial naquelas localizadas na América Latina, compreendidas como as mais desiguais do mundo.

Por outro lado, é possível compreender que a política social satisfizes a fome e a miséria. Dito de outro modo, é evidente que este padrão de coesão está distante da autonomia econômica, compreendida como aspecto emancipador capaz de aprovisionar a vida, por vias e condições materiais próprias.

Essa condição é possível de ser determinada quando analisada na tabela abaixo, sobre as famílias com renda zero cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT, no período de outubro de 2012, com 328 famílias a setembro de 2018, com 460 famílias, assim como 1480 benefícios básicos do PBF em Sinop-MT, dados referentes a agosto de 2018.

Tabela 45 – Famílias com renda zero atualizadas e cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias com renda zero atualizadas e cadastrada no CadÚnico em Sinop
set/18	460
ago/18	435
jul/18	421
jun/18	406
mai/18	389
abr/18	359
mar/18	322
fev/18	282
jan/18	277
dez/17	269
nov/17	264
out/17	251
set/17	237
ago/17	220
jul/17	198
jun/17	184
mai/17	145
abr/17	106
mar/17	100
fev/17	97
jan/17	93

Tabela 45 – Famílias com renda zero atualizadas e cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias com renda zero atualizadas e cadastrada no CadÚnico em Sinop
dez/16	91
nov/16	93
out/16	93
set/16	95
ago/16	94
jul/16	101
jun/16	100
mar/16	106
fev/16	107
jan/16	103
dez/15	95
nov/15	100
out/15	97
set/15	96
ago/15	90
jul/15	93
mai/15	91
abr/15	94
mar/15	273
fev/15	286
jan/15	300
dez/14	307
nov/14	312
out/14	319
set/14	335
ago/14	345
jul/14	357
jun/14	361
abr/14	379
mar/14	383
fev/14	401
jan/14	408
dez/13	415
nov/13	430
out/13	441
set/13	442
ago/13	437
jul/13	425
jun/13	433
mai/13	431
fev/13	401
jan/13	378
nov/12	370
out/12	328

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovaria velCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=358> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 46 – Total de benefícios básicos do PBF em Sinop-MT

Período	Total de benefícios básicos
ago/18	1.480
jul/18	1.429
jun/18	1.446

Tabela 46 – Total de benefícios básicos do PBF em Sinop-MT	
Período	Total de benefícios básicos
mai/18	1.397
abr/18	1.346
mar/18	1.434
fev/18	1.448
jan/18	1.428
dez/17	1.387
nov/17	1.356
out/17	1.305
set/17	1.296
ago/17	1.304
jul/17	1.220
jun/17	1.139
mai/17	1.154
abr/17	1.112
mar/17	1.118
fev/17	1.205
jan/17	1.217
dez/16	1.240
nov/16	1.567
out/16	1.633
set/16	1.604
ago/16	1.676
jul/16	1.672
jun/16	1.573
mai/16	1.595
abr/16	1.612
mar/16	1.603
fev/16	1.640
jan/16	1.677
dez/15	1.772
nov/15	1.713
out/15	1.819
set/15	1.846
ago/15	1.789
jul/15	1.796
jun/15	1.772
mai/15	1.757
abr/15	1.752
mar/15	1.913
fev/15	1.915
jan/15	1.874
dez/14	1.874
nov/14	4.357
out/14	1.926
set/14	1.946
ago/14	1.939
jul/14	1.909
jun/14	1.971
mai/14	1.806
abr/14	1.859
mar/14	1.827
fev/14	1.868
jan/14	1.838
set/13	1.857
ago/13	1.845
jul/13	1.826

Tabela 46 – Total de benefícios básicos do PBF em Sinop-MT	
Período	Total de benefícios básicos
jun/13	1.790
mai/13	1.698
abr/13	1.594
mar/13	1.581
fev/13	1.511
jan/13	1.648
dez/12	1.618
nov/12	1.574
out/12	1.501
set/12	1.449
ago/12	1.407
jun/12	1.059
dez/11	218

Fonte: CECAD Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=336> Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

A tabela acima pode ser melhor interpretada sobre os benefícios básicos pagos pelo PBF em Sinop-MT, quando mitigada com a política social, especialmente àquelas pensadas e desenvolvidas a partir dos anos 2003, que traz alguns indicadores que nos ajudam na formulação analítica.

O primeiro indica que o padrão de coesão social presente na política de planejamento estatal estaria atrelado ao modelo de desenvolvimento social e econômico desenvolvido. Este modelo traz em si características que o diferenciam dos modelos econômicos adotados por governos não progressistas, especialmente quando se compara com a política social dos governos Fernando Henrique Cardoso.

O segundo aspecto diz sobre o rumo da política econômica adotada a partir do ano de 2003, preservou o pragmatismo econômico e não privilegiou a tendência pro mercado, muito embora tenha as macro políticas orientadas, mas numa espécie de pacto entre setores empresariais, industriais e a classe média, promoveu entre as camadas sociais uma política de acesso ao consumo, emprego e manutenção da renda com valorização do salário mínimo. Esses aspectos de algum modo conciliou os interesses das classes sociais.

No entanto, compreende-se que a mesma política econômica que deu base ao modelo conciliador de desenvolvimento econômico foi também capaz de produzir uma política de proteção social, desta feita, por dentro do sistema de acumulação do capital, permitindo as camadas mais ricas e aos setores médios da sociedade, respectivamente manter os mesmos padrões de acumulação e manutenção da renda, sem rupturas com as estruturas sociais de longa data. Por outro lado, a política destinada à população que vive da venda da força de trabalho, a

manutenção da renda foi possível pela valorização do valor do trabalho. Nessa mesma lógica atribui-se aos efeitos da política de valorização e reajuste do salário mínimo sempre acima da inflação e não utilizando o indexador obtido pelo índice de produtividade econômica, usual para mensurar a capacidade de crescimento da produção industrial. A manutenção da renda e do valor a ela agregado pelo indicador que a valorizou e manteve-a acima da inflação é um fenômeno conjugado com a oferta de emprego, tendo por pressuposto que os efeitos positivos dessa política dependeriam da elevação da taxa de emprego entre a população economicamente ativa.

A política econômica de coesão social, são consideradas práticas da mesma pertença e decorrem da dialética de valorização do valor, que no primeiro plano transforma mais valor em capital, movimento decorrente de dois processos: o de produção do capital e o da circulação de mercadorias. Estes procedimentos se dão na relação capital e trabalho não pago, cujos resultados geram acumulação e riqueza em uma ponta, e na outra pobreza, uma prévia daquilo que Marx (2013, p.655) já mencionou como “o processo de produção capitalista em escala ampliada”, o processo de acumulação em ato, que ressignificam a totalidade dos objetos pelas próprias razões que a constituem.

Esse antagonismo é percebido em Sinop-MT, no conjunto de dados que apresento respectivamente nas tabelas sobre as famílias de pescadores artesanais cadastradas no CadÚnico; famílias de pescadores artesanais beneficiárias do PBF; famílias ribeirinhas cadastradas no CadÚnico; famílias ribeirinhas beneficiárias do PBF; famílias de agricultores familiares cadastradas no CadÚnico; famílias de agricultores familiares beneficiárias do PBF; famílias assentadas da reforma agrária cadastradas no CadÚnico; famílias assentadas da reforma agrária beneficiárias do PBF; famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário Cadastradas no CadÚnico; famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF⁴³) e beneficiárias do PBF; famílias acampadas cadastradas no CadÚnico Famílias acampadas beneficiárias do PBF.

⁴³ "O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) oferece condições para que os trabalhadores e trabalhadoras sem-terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural por meio de um financiamento. Além da terra, os recursos financiados podem ser utilizados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo, na contratação Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e no que mais for necessário para que o agricultor venha desenvolver suas atividades de forma independente e autônoma". Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>>. Acesso em: nov. 2018.

Tabela 47 – Famílias de pescadores artesanais cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias de pescadores artesanais cadastradas
set/18	7
ago/18	7
jul/18	6
jun/18	6
mai/18	6
abr/18	6
mar/18	6
fev/18	5
jan/18	6
dez/17	6
nov/17	6
out/17	6
set/17	5
ago/17	5
jul/17	5
jun/17	5
mai/17	4
abr/17	3
mar/17	3
fev/17	3
jan/17	3
dez/16	3
nov/16	3
out/16	3
set/16	3
ago/16	3
jul/16	3
jun/16	3
mai/16	2
abr/16	2
mar/16	2
fev/16	1
jan/16	1
dez/15	1
nov/15	1
out/15	1
set/15	1
ago/15	1
jul/15	1
jun/15	1
mai/15	1
abr/15	1
mar/15	1
fev/15	1
jan/15	1
dez/14	1
nov/14	0
out/14	0
set/14	0
ago/14	0
jul/14	0
jun/14	0
mai/14	0
abr/14	0
mar/14	0

Tabela 47 – Famílias de pescadores artesanais cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias de pescadores artesanais cadastradas
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovaria velCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=116>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Confere nos dados sobre às famílias de pescadores artesanais cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT, demonstrados na tabela acima, a observação para além dos laços de solidariedade a perspectiva de evidências empíricas que permitiu nesta pesquisa, mesmo que de forma preliminar, remeter ao PBF como um arranjo institucional, com capacidade intrínseca para elevar-se da categoria de política pública de transferência direta de renda, para agir como um curto cobertor para abrandar os danos da extrema pobreza.

Compreendendo que a análise que toma os problemas da história em processo, sofre com a influência de descontinuidades, como no caso investigado, a política social não está no mesmo patamar da agenda da política econômica. Analisar esse processo para compreender o movimento das práticas sociais que deram acolhida as iniciativas de proteção social, enfrenta o problema da hegemonia e da luta política.

Tabela 48 – Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família
set/18	2
ago/18	2
jul/18	2
jun/18	2
mai/18	2

Tabela 48 – Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família
abr/18	2
mar/18	2
fev/18	2
jan/18	3
dez/17	3
nov/17	3
out/17	3
set/17	3
ago/17	3
jul/17	3
jun/17	3
mai/17	3
abr/17	2
mar/17	2
fev/17	2
jan/17	2
dez/16	2
nov/16	2
out/16	2
set/16	2
ago/16	2
jul/16	2
jun/16	2
mai/16	1
abr/16	1
mar/16	1
fev/16	0
jan/16	0
dez/15	0
nov/15	0
out/15	0
set/15	0
ago/15	0
jul/15	0
jun/15	0
mai/15	0
abr/15	0
mar/15	0
fev/15	0
jan/15	0
dez/14	0
nov/14	0
out/14	0
set/14	0
ago/14	0
jul/14	0
jun/14	0
mai/14	0
abr/14	0
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0

Tabela 48 – Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovaria velCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=67>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Os dados da tabela acima são questões, cujo grau de importância representam certas tendências da crítica histórica, são necessárias para a produção da análise e recolocar a análise sobre as práticas que envolvem a função do Estado e da política pública, manifestações que são traduzidas do movimento presente nas políticas públicas, em particular da ação do Estado em prover as políticas sociais.

Nesse modo expresso de compreender e tratar a questão social, esta temática é contemporânea, quando analisada sobre a ótica do ciclo das políticas sociais, realizadas no período de 2004 a 2018. Compreendo que elas tencionaram o modo hegemônico da ação do Estado em prover um tipo específico de proteção social, muito embora a técnica administrativa tenha adotado como critério decisório o elemento econômico, cuja expressão se dá na renda *per capita* dos membros familiares.

Tabela 49 – Famílias ribeirinhas cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias ribeirinhas cadastradas
set/18	0
ago/18	0
jul/18	0
jun/18	0
mai/18	0
abr/18	0
mar/18	0
fev/18	0
jan/18	0
dez/17	0
nov/17	0
out/17	0
set/17	0

Tabela 49 – Famílias ribeirinhas cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias ribeirinhas cadastradas
ago/17	0
jul/17	0
jun/17	0
mai/17	0
abr/17	0
mar/17	0
fev/17	0
jan/17	0
dez/16	0
nov/16	0
out/16	0
set/16	0
ago/16	1
jul/16	1
jun/16	1
mai/16	2
abr/16	2
mar/16	2
fev/16	2
jan/16	2
dez/15	2
nov/15	2
out/15	2
set/15	2
ago/15	2
jul/15	2
jun/15	2
mai/15	2
abr/15	2
mar/15	2
fev/15	2
jan/15	2
dez/14	1
nov/14	1
out/14	1
set/14	1
ago/14	1
jul/14	1
jun/14	1
mai/14	1
abr/14	0
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0

Tabela 49 – Famílias ribeirinhas cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias ribeirinhas cadastradas
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovaria velCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=90>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Ao tencionar o modo hegemônico para prover uma agenda de política social, coube ao Estado brasileiro a partir de 2004, reconverter a política social e desta feita não apenas para cobrir as necessidades de primeira ordem comer, beber e ter um teto, mas incluir na cobertura categorias populacionais que estavam invisíveis às políticas sociais, como as famílias ribeirinhas cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT.

Essas são manifestações típicas e fenomênicas da ausência das condições mínimas para prover a vida material e espiritual. Ao ver desta pesquisa, a ação política torna-se visível para além do economicismo sobre a pobreza e a desigualdade, para então enquadrá-la num novo tipo de coesão social, desta forma pelos laços de solidariedade criados pela ação do Estado, com envergadura para elevar um contingente populacional, até então desassistido, para uma nova relação com a renda a um padrão de sociabilidade ordenada pelo consumo.

Tabela 50 – Famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família
set/18	0
ago/18	0
jul/18	0
jun/18	0
mai/18	0
abr/18	0
mar/18	0
fev/18	0
jan/18	0
dez/17	0
nov/17	0
out/17	0
set/17	0
ago/17	0
jul/17	0
jun/17	0
mai/17	0
abr/17	0
mar/17	0
fev/17	0
jan/17	0
dez/16	0

Tabela 50 – Famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família
nov/16	0
out/16	0
set/16	0
ago/16	0
jul/16	0
jun/16	0
mai/16	1
abr/16	1
mar/16	1
fev/16	1
jan/16	1
dez/15	1
nov/15	1
out/15	1
set/15	1
ago/15	1
jul/15	1
jun/15	1
mai/15	1
abr/15	1
mar/15	1
fev/15	1
jan/15	1
dez/14	0
nov/14	0
out/14	0
set/14	0
ago/14	0
jul/14	0
jun/14	0
mai/14	1
abr/14	0
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=94>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Incluir e atender famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT, pode parecer simples questão de utopia, na perspectiva em que se apresentam para correlacionar a particularidade pesquisada. Entretanto, esta etapa compreensiva foi fundamental para demonstrar o perfil socioeconômico das famílias que estão na linha de corte da pobreza ou extremamente pobres da população brasileira, e em particular no município de Sinop-MT. Nesta classificação, famílias com renda acima de três salários mínimos também são inseridas no CadÚnico e atendidas por um conjunto de ações e programas sociais. Como, por exemplo, as políticas e os programas de habitação popular utilizam da mesma base de dados do CadÚnico para selecionar os prováveis beneficiários da política/programa.

Compreendeu-se que esses aspectos não estão relacionados apenas aos modos sociais de provisão individual de renda monetária para o sustento próprio, mas o não acesso a um conjunto de bens produzidos socialmente também se constitui fator de pobreza. Nessa definição a realização do PBF toma a renda *per capita* como linha de corte de entrada ao programa, para no decorrer da sua realização, ofertar ao beneficiário, um conjunto de programas articulados e correlatos, que não teria acesso pela iniciativa individual, mas, pela perspectiva coletiva da intenção e orientação da política estatal até então não ofertadas.

Tabela 51 – Famílias de agricultores familiares cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias de agricultores familiares cadastradas
set/18	10
ago/18	9
jul/18	10
jun/18	9
mai/18	9
abr/18	8
mar/18	11
fev/18	11
jan/18	12
dez/17	12
nov/17	12
out/17	12
set/17	12
ago/17	13
jul/17	13
jun/17	12
mai/17	12
abr/17	11
mar/17	8
fev/17	7

Tabela 51 – Famílias de agricultores familiares cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias de agricultores familiares cadastradas
jan/17	7
dez/16	7
nov/16	8
out/16	8
set/16	8
ago/16	8
jul/16	8
jun/16	8
mai/16	8
abr/16	8
mar/16	8
fev/16	8
jan/16	8
dez/15	8
nov/15	8
out/15	8
set/15	7
ago/15	6
jul/15	7
jun/15	3
mai/15	2
abr/15	1
mar/15	1
fev/15	1
jan/15	1
dez/14	1
nov/14	1
out/14	1
set/14	1
ago/14	0
jul/14	0
jun/14	0
mai/14	0
abr/14	0
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariaVelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=95>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

No cenário econômico e político interno, não me escapa às observações para pôr em evidências as alterações que ocorreram na conjuntura socioeconômica e política com a retração do PIB a partir do segundo trimestre de 2014 e o golpe mediático, jurídico, empresarial, parlamentar ocorrido no em 31 de agosto 2016, cujos desdobramentos são percebidos na esfera pública como conteúdos conjugados de uma política restritiva de direitos e com a diminuição da atuação do Estado social. Ambos episódios requereram deste pesquisador uma análise específica, a ser desenvolvida em outro trabalho a posteriori.

Retomando a narrativa Gramsciana (GRAMSCI, 2000, 139), é possível observar que está narrativa teórica tenciona o Estado moderno na condição em que “substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura”.

No plano macroestrutural o Estado age com direção e criação de consenso para legalmente incorporar e abolir as novas formas de autonomia e planifica um conjunto de ações para “incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna totalitária” (GRAMSCI, 2000, p. 139).

Tabela 52 – Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família
set/18	4
ago/18	3
jul/18	3
jun/18	2
mai/18	2
abr/18	1
mar/18	2
fev/18	2
jan/18	3
dez/17	4
nov/17	4
out/17	4
set/17	4
ago/17	3
jul/17	3
jun/17	3
mai/17	2

Tabela 52 – Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família
abr/17	3
mar/17	1
fev/17	0
jan/17	0
dez/16	0
nov/16	0
out/16	0
set/16	0
ago/16	0
jul/16	0
jun/16	0
mai/16	0
abr/16	0
mar/16	0
fev/16	0
jan/16	0
dez/15	0
nov/15	0
out/15	0
set/15	0
ago/15	0
jul/15	0
jun/15	0
mai/15	0
abr/15	0
mar/15	0
fev/15	0
jan/15	0
dez/14	0
nov/14	0
out/14	0
set/14	0
ago/14	0
jul/14	0
jun/14	0
mai/14	0
abr/14	0
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0

Tabela 52 – Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovaria velCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=99>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Os dados sobre as famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT, expõem aspectos presentes na dinâmica estrutural sociedade brasileira, e pode ser observado nos períodos de centralização política que foi rompido pelas novas estruturas de organização social, após a constituição de 1988. Estes processos se reconverteram em novas estruturas de organização social, como um momento de maior complexidade e de intensificação dos processos de participação política, com implicações na divisão social do trabalho capitalista e acirrar o embate de classe entre as forças “hegemônicas” na busca pela garantia de direção e consenso sobre a massa.

Revisitar esse campo conceitual é confirmar o campo de ação das forças hegemônicas e a relação da sociedade civil com o Estado, que busca inseri-la no processo de participação e de governabilidade, conjugando com a ideia de Estado ampliado na formação de um bloco em permanente ação contra hegemônica.

Tabela 53 – Famílias assentadas da reforma agrária cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias assentadas da reforma agrária cadastradas
set/18	85
ago/18	84
jul/18	97
jun/18	98
mai/18	96
abr/18	91
mar/18	90
fev/18	85
jan/18	82
dez/17	82
nov/17	80
out/17	80
set/17	74
ago/17	83
jul/17	82
jun/17	82
mai/17	79
abr/17	75
mar/17	75
fev/17	75
jan/17	75
dez/16	75
nov/16	57

Tabela 53 – Famílias assentadas da reforma agrária cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias assentadas da reforma agrária cadastradas
out/16	57
set/16	57
ago/16	57
jul/16	58
jun/16	59
mai/16	60
abr/16	61
mar/16	61
fev/16	63
jan/16	60
dez/15	53
nov/15	53
out/15	53
set/15	51
ago/15	46
jul/15	36
jun/15	29
mai/15	29
abr/15	29
mar/15	29
fev/15	29
jan/15	29
dez/14	29
nov/14	29
out/14	29
set/14	26
ago/14	26
jul/14	25
jun/14	21
mai/14	0
abr/14	0
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovaria velCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=100>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 54 – Famílias assentadas da reforma agrária beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias assentadas da reforma agrária beneficiárias do Programa Bolsa Família
set/18	5
ago/18	6
jul/18	6
jun/18	5
mai/18	5
abr/18	3
mar/18	3
fev/18	3
jan/18	3
dez/17	3
nov/17	3
out/17	3
set/17	4
ago/17	5
jul/17	6
jun/17	6
mai/17	3
abr/17	3
mar/17	3
fev/17	4
jan/17	4
dez/16	4
nov/16	4
out/16	5
set/16	7
ago/16	6
jul/16	5
jun/16	5
mai/16	7
abr/16	7
mar/16	7
fev/16	8
jan/16	8
dez/15	8
nov/15	9
out/15	9
set/15	7
ago/15	6
jul/15	4
jun/15	4
mai/15	4
abr/15	4
mar/15	4
fev/15	4
jan/15	4
dez/14	4
nov/14	4
out/14	4
set/14	2
ago/14	2
jul/14	1
jun/14	1
mai/14	0
abr/14	0

Tabela 54 – Famílias assentadas da reforma agrária beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias assentadas da reforma agrária beneficiárias do Programa Bolsa Família
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovaria velCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=104>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 55 – Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário Cadastradas (PNCF) no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias beneficiárias do P.N.C.F. cadastradas
set/18	4
ago/18	4
jul/18	4
jun/18	3
mai/18	2
abr/18	2
mar/18	2
fev/18	2
jan/18	2
dez/17	2
nov/17	2
out/17	2
set/17	0
ago/17	0
jul/17	0
jun/17	0
mai/17	0
abr/17	0
mar/17	0
fev/17	0
jan/17	0
dez/16	0
nov/16	0
out/16	0
set/16	0
ago/16	0

Tabela 55 – Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário Cadastradas (PNCF) no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias beneficiárias do P.N.C.F. cadastradas
jul/16	0
jun/16	0
mai/16	0
abr/16	0
mar/16	0
fev/16	0
jan/16	0
dez/15	0
nov/15	0
out/15	0
set/15	0
ago/15	0
jul/15	0
jun/15	0
mai/15	0
abr/15	0
mar/15	0
fev/15	0
jan/15	0
dez/14	0
nov/14	0
out/14	0
set/14	0
ago/14	0
jul/14	0
jun/14	0
mai/14	0
abr/14	0
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovaria velCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=5>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 56 – Famílias beneficiárias do P.N.C.F. e beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias beneficiárias do P.N.C.F. beneficiárias do Programa Bolsa Família
set/18	1
ago/18	1
jul/18	1
jun/18	1
mai/18	1
abr/18	1
mar/18	1
fev/18	1
jan/18	1
dez/17	1
nov/17	1
out/17	1
set/17	0
ago/17	0
jul/17	0
jun/17	0
mai/17	0
abr/17	0
mar/17	0
fev/17	0
jan/17	0
dez/16	0
nov/16	0
out/16	0
set/16	0
ago/16	0
jul/16	0
jun/16	0
mai/16	0
abr/16	0
mar/16	0
fev/16	0
jan/16	0
dez/15	0
nov/15	0
out/15	0
set/15	0
ago/15	0
jul/15	0
jun/15	0
mai/15	0
abr/15	0
mar/15	0
fev/15	0
jan/15	0
dez/14	0
nov/14	0
out/14	0
set/14	0
ago/14	0
jul/14	0
jun/14	0
mai/14	0
abr/14	0
mar/14	0

Tabela 56 – Famílias beneficiárias do P.N.C.F. e beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias beneficiárias do P.N.C.F. beneficiárias do Programa Bolsa Família
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: < https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=5>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 57 – Famílias acampadas cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias acampadas cadastradas
set/18	261
ago/18	260
jul/18	317
jun/18	319
mai/18	316
abr/18	315
mar/18	314
fev/18	314
jan/18	305
dez/17	304
nov/17	302
out/17	289
set/17	253
ago/17	276
jul/17	280
jun/17	285
mai/17	285
abr/17	281
mar/17	279
fev/17	281
jan/17	281
dez/16	281
nov/16	266
out/16	260
set/16	253
ago/16	249
jul/16	241
jun/16	236
mai/16	218

Tabela 57 – Famílias acampadas cadastradas no CadÚnico em Sinop-MT

Período	Famílias acampadas cadastradas
abr/16	212
mar/16	206
fev/16	197
jan/16	182
dez/15	164
nov/15	151
out/15	131
set/15	118
ago/15	78
jul/15	32
jun/15	4
mai/15	4
abr/15	4
mar/15	4
fev/15	4
jan/15	1
dez/14	0
nov/14	0
out/14	0
set/14	0
ago/14	0
jul/14	0
jun/14	0
mai/14	0
abr/14	0
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=65>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

Tabela 58 – Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família
set/18	12
ago/18	13
jul/18	14

Tabela 58 – Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família
jun/18	16
mai/18	16
abr/18	16
mar/18	16
fev/18	18
jan/18	18
dez/17	17
nov/17	16
out/17	17
set/17	16
ago/17	16
jul/17	18
jun/17	22
mai/17	26
abr/17	26
mar/17	28
fev/17	29
jan/17	29
dez/16	29
nov/16	24
out/16	25
set/16	25
ago/16	24
jul/16	24
jun/16	24
mai/16	22
abr/16	21
mar/16	21
fev/16	21
jan/16	19
dez/15	19
nov/15	14
out/15	13
set/15	12
ago/15	8
jul/15	2
jun/15	1
mai/15	1
abr/15	1
mar/15	1
fev/15	1
jan/15	0
dez/14	0
nov/14	0
out/14	0
set/14	0
ago/14	0
jul/14	0
jun/14	0
mai/14	0
abr/14	0
mar/14	0
fev/14	0
jan/14	0
dez/13	0

Tabela 58 – Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sinop-MT

Período	Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família
nov/13	0
out/13	0
set/13	0
ago/13	0
jul/13	0
jun/13	0
mai/13	0
abr/13	0
mar/13	0
fev/13	0
jan/13	0
dez/12	0
nov/12	0
out/12	0
set/12	0
ago/12	0

Fonte: CECAD Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariaVelCecad.php?uf_ibge=51&nome_estado=&p_ibge=5107909&nome_municipio=&id=111>. Acesso em: nov. 2018. Documento acessado com login e senha do pesquisador.

No caso concreto, tomando os dados das tabelas acima, pobreza, miséria e desigualdade são as manifestações muito distintas daquelas oficialmente prolatadas assentada em uma linha classificatória de um quantum de renda ou de ausência. Se as discutimos como fenômenos multiformes, de longa duração e persistentes, há necessidade de observar a anatomia da sua constituição no decurso das sociedades até alcançar sua natureza forjada muito concretamente no modo de produção e nos agentes da acumulação capitalista – concentração e acumulação de riqueza num único polo da atividade econômica e na outra despossessão, pobreza, miséria e desigualdade.

O polo antitético desse estado é revelado no interior do mesmo modo concentrador de riqueza, portanto, não é passivo, nem se dá pela inércia, é protagonizado pelas forças sociais rebeldes que buscam uma nova prática, a da justiça social, com fins imaginados para diminuir a linha da desigualdade de renda.

Por opção a perspectiva intelectual presente nesta pesquisa, apropria-se das categorias do materialismo histórico, com objetivo de delimitar um campo material particular de onde será possível aproximar a forma orgânica com a singularidade da realidade objetiva pesquisada. Abstrair os componentes necessários à investigação e reconstruir a história e o desenho formal do ciclo de convergência geracional de políticas sociais, instituídas no período de 2003 a 2018, destinadas a atender os

grupos sociais subalternos presentes nas parcelas mais pobres da população brasileira.

A propósito da crítica a investigação toma as categorias da “práxis” humana como componente mediador da produção da verdade histórica e da própria vida material como pares dialéticos historicizado e potencialmente capazes de demonstrar como se instituiu a natureza histórica das políticas sociais no Brasil, significadas a partir de uma agenda que congrega formulação e implementação das ações do Estado, todavia, efetivadas por longo prazo, em segundo plano dos investimentos provenientes do fundo público.

6 ECONOMIA, TRABALHO E O PBF NO ESTADO DE MATO GROSSO

A atividade produtiva é então a fonte da consciência, e a "consciência alienada" é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto alienação do trabalho.

Mészáros

Retomando os manuscritos de 1844, fica claro que o ponto de confluência ou de partida ontológico de Marx é o fato de que o homem é parte específica da natureza e com necessidades de primeira ordem que lhes são subjacentes as demais. Dito de outro modo, para sobreviver precisa produzir e produzir a si mesmo para se manter como humano, criando no decorrer desse processo uma atividade produtiva capaz de satisfazer às necessidades de primeira ordem, assim como as necessidades espirituais. Como diz Mészáros (2006, p. 79, grifos no original).

As atividades e necessidades humanas de tipo "espiritual" têm, assim, sua base ontológica última na esfera da produção material como expressões específicas de intercâmbio entre o homem e a natureza, mediado de formas e maneiras complexas. Como diz Marx: **"toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser [Werden] da natureza para o homem"**.

Didaticamente sobre a atividade produtiva Mészáros compreende-a não como fator econômico.

A atividade produtiva é, portanto, o *mediador* da "relação sujeito-objeto" entre homem e natureza. Um mediador que permite ao homem conduzir um modo *humano* de existência, assegurando que ele não recaia de volta na natureza, que não se dissolva no "objeto". "O homem vive da natureza", escreve Marx, "significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e *mental* do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza". (MÉSZÁROS, 2006, p. 80).

Tendo a clareza de que "não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência" (MARX, 2008, p. 47), e mantendo o diálogo com Mészáros (2006, p.80), este diz que "a atividade produtiva é então a fonte da consciência, e a "consciência alienada" é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto alienação do trabalho". Ainda sobre a estrutura econômica o trabalho tem centralidade como criação humana, técnica para transformar o homem e a natureza.

Na base do trabalho, no trabalho e por meio do trabalho o homem criou a si mesmo não apenas como ser pensante, qualitativamente distinto dos outros animais de espécies superiores, mas também como único do universo, por nós conhecido, que é capaz de criar a realidade. O homem é parte da natureza e é natureza ele próprio. Mas é ao mesmo tempo um ser que na natureza, e sobre o fundamento do domínio da natureza - tanto a "externa" como a própria - cria uma *nova* realidade, que não é redutível à realidade natural.

O mundo que o homem cria como realidade humano social tem origem em condições independentes do homem e sem elas é absolutamente inconcebível; não obstante, diante delas apresenta uma qualidade diversa e é irredutível a elas. O homem se origina da natureza, é uma parte da natureza e ao mesmo tempo ultrapassa a natureza; comporta-se livremente com as próprias criações, procura destacar-se delas, levanta o problema do seu significado e procura descobrir qual o seu próprio lugar no universo.

Não encerra em si mesmo e no próprio mundo. Como cria o mundo humano, a realidade social objetiva, tem a capacidade de superar uma situação dada em determinadas condições e pressupostos. Tem ainda as qualidades para compreender e explicar o mundo não-humano, o universo e a natureza. O acesso do homem aos segredos da natureza é possível sobre o fundamento da *criação* da realidade humana. A técnica moderna, os laboratórios experimentais, os coeltrônios e os foguetes refutam a opinião de que o conhecimento da natureza se baseia na contemplação. (KOSIK, 1976, p. 127).

Indo nessa direção da dominação da técnica, Mészáros (2006, p. 80-81), contribui com a análise entre trabalho capitalista e alienação.

A atividade produtiva na forma dominada pelo isolamento capitalista — em que “os homens produzem como átomos dispersos sem consciência de sua espécie” — não pode realizar adequadamente a função de *mediação* entre o homem e a natureza, porque “reifica” o homem e suas relações e o reduz ao estado da natureza animal. Em lugar da “consciência da espécie” do homem, encontramos o culto da privacidade e a idealização do indivíduo abstrato. Assim, identificando a essência humana com a mera individualidade, a natureza biológica do homem é confundida com sua própria natureza, especificamente humana. [...] A atividade produtiva é, então, *atividade alienada* quando se afasta de sua função apropriada de *mediar* humanamente a relação sujeito-objeto entre homem e natureza, e tende, em vez disso, a levar o indivíduo isolado e reificado a ser absorvido pela “natureza”.

Tomando o referencial sobre os sentidos atribuídos à natureza biológica do homem, remeto essa discussão para debater sobre a economia e o trabalho na totalidade das políticas sociais e como essa relação foi gestada no Estado de Mato

Grosso. O sentido desse processo passou pela emergência histórica de resgatar as produções teóricas e ações que registraram, mapearam os territórios e os sujeitos que neles vivem. Uma tarefa que recolocou a questão da ocupação do território mato-grossense no debate das políticas sociais para evidenciar a negação das forças produtivas conservadoras em relação aos Grupos Sociais⁴⁴ invisíveis e revelados através do trabalho de pesquisa de Sato & Silva, (2012), dispostos na Figura 1.

Figura 1 - Mapa dos Grupos Sociais do estado de Mato Grosso.

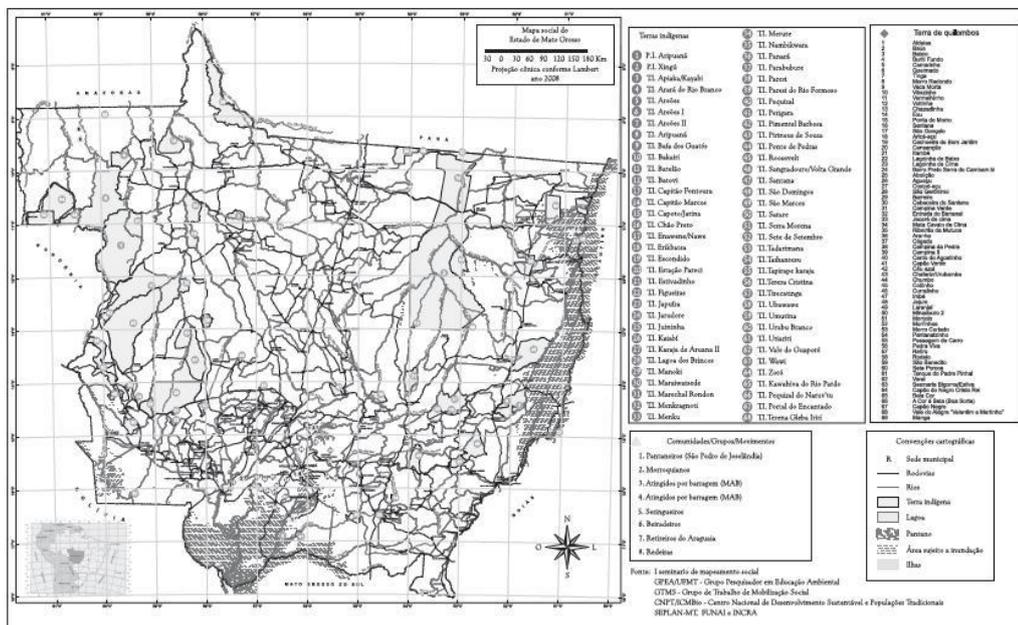


Figura 1. Mapa dos grupos sociais de Mato Grosso.

6.1 O Estado de Mato Grosso marcado por longa tradição de conflitos

É bem verdade que o Estado de Mato Grosso é marcado por longa tradição de conflitos. A forma histórica que hoje conhecemos como o Estado de Mato Grosso, já foi território da Espanha⁴⁵. A história do processo de colonização se dá partir de 1525, em paralelo com os processos superestruturais que se efetivaram na ocupação do território, em meio a uma série de conflitos e guerras que disputavam as riquezas naturais, a luta pelo território, a delimitação das fronteiras, o massacre

⁴⁴Disponível em:

<<http://www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/2889565/Mapa+dos+Grupos+ Sociais++2010/5de57445-4d00-49c9-85bc-46d33052a14c> > Acesso em: jun. 2018.

⁴⁵ História de mato Grosso. Portal do Governo do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/historia> >. Acesso em nov. 2018.

das nações indígenas o que levou a imposição de um modo econômico estruturado de Estado nos moldes de um estado colonizado.

Eventos semelhantes que produzem modificações estruturais são percebidos na literatura, a partir da década de 1970, quando o Estado sofre os efeitos da reestruturação capitalista, acompanhadas das políticas institucionais que alteraram o estado e a região Centro-Oeste e Norte do país, em produtoras de *commoditie*.

O processo de transformação se deu via integração e migração das populações predominantes da região sul do país, afeitas às atividades agrícolas em menor escala, que conduziram as primeiras ocupações, para no curto prazo transformá-las em propriedades agrícolas com alta escala produtiva. No entanto, esse processo não foi pacífico. É marcado por conflitos muito semelhantes àqueles ocorridos no processo de colonização.

Nas produções críticas sobre a relação conflituosa entre capital e trabalho na ocupação do território do Estado de Mato Grosso, alguns dados são indicativos que:

A expulsão dos pequenos produtores permitiu a reprodução continuada do latifúndio. Isso se deu, em grande parte, pela obtenção, por agentes privados de fundos subsidiados pelo Estado para a compra de terras, de incentivos fiscais e outros benefícios oferecidos por diferentes programas de desenvolvimento com resíduos em uma legislação muito antiga, como a Lei de Terra⁴⁶. A consolidação do latifúndio como predominante na estrutura agrária do Estado de Mato Grosso deu-se tanto através da transformação de áreas férteis em grandes propriedades voltadas à criação extensiva de gado e com baixa geração de empregos, como também da apropriação de vastas áreas por empresas altamente capitalizadas, dedicadas a

⁴⁶ Lei nº 601, promulgada no Brasil em 1850, mais conhecida como Lei de Terras, visava fundamentalmente a alcançar três objetivos, todos eles confluindo para a obtenção, por parte dos fazendeiros, de mão de obra abundante e barata: 1) proibir a aquisição de terras que não se desse por meio da compra, extinguindo, portanto, o regime de posses; 2) aumentar o preço da terra e dificultar a sua obtenção por parte dos trabalhadores rurais, visando a impedir a redução da oferta de força de trabalho na agricultura e, conseqüentemente, a elevação dos salários; 3) os recursos obtidos com a venda das terras seriam destinados ao financiamento da imigração de trabalhadores, com a finalidade de ampliar a oferta de força de trabalho e impedir que os salários se elevassem. A Lei de Terras foi objeto de muita controvérsia e sua regulamentação, realizada somente em 1854. A motivação básica, no entanto, foi impedir o livre acesso dos trabalhadores à terra diante da evidência da falência do escravismo. Os proprietários de terras de São Paulo, e também de outras regiões onde a agricultura se expandia com intensidade, estavam conscientes de que, se os homens passassem a ser livres (com a abolição da escravatura), “o acesso à terra deveria deixar de sê-lo”. (SANDRONI, 1999, p. 338).

produção e agregação de valor comercial, inclusive no mercado internacional, como no caso da soja. (SEPLAN, 2017)⁴⁷.

6.2 O município de Sinop e suas contradições

A contradição tem péssima fama. Seu modo de operar no capitalismo é permeado por ambiguidades. Frequentemente não é objetiva, pois é ambivalente. No entanto, se assim não fora já não seria contradição.

No plano subjetivo, esconde o movimento do real, mistifica-o num “claro-escuro de verdade e engano”, como nos diz Kosik, (1976, p. 15). O seu elemento singular tem duplo sentido fenomênico, se mostra na particularidade e, ao mesmo tempo esconde-se na totalidade concreta. No horizonte apoia-se no mundo pseudoconcreta e se apresenta de “modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspetos” (KOSIK, 1976, p. 15).

A contradição, é a chave da Crítica da Economia Política do pensamento marxista. Como ciência da história se insere no campo da pesquisa multidisciplinar cujas determinações de valor e da mediação busca pela verdade histórica, que traz uma determinada concepção de mundo e de conhecimento em condições para explicitar a totalidade concreta.

É categoria capaz de tornar visíveis os momentos de continuidade e ruptura de um determinado fenômeno e como este se manifesta no real, se analisado no decurso da história, pois, poderá indicar aquilo que não lhe é originário, que só é percebido quando, ela, a contradição se manifesta no plano material, quando convertida como categoria analítica implicada em uma determinada estrutura.

Enquanto uma categoria filosófica, a contradição tem o estatuto de ser uma das categorias da dialética materialista, e intui uma teoria filosófica particular. Entretanto, quando usada para produzir a crítica à economia política do capital, nos ajuda a pensar e a empregar todas as categorias decorrentes de forma correta. Atribui sentido para nomear o método e analisar as coisas singulares e universais.

⁴⁷ Disponível em: SEPALN – Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso.
<http://metadados.seplan.mt.gov.br/metadados/srv/por/catalog.search#/metadata/935746f5-0580-41c2-8098-70471ec23149>

No caso concreto, os elementos de totalidade, de historicidade, de mediação e da própria contradição estão presentes, na prática objetiva em Sinop-MT, como modo de conceber a história, possível de ser analisado.

Como objetivação do método é evidente que o materialismo dialético não precisa de defesa, entretanto, no caso concreto é prudente antecipar e explicitar a opção política que fora adotada para estudar o objeto investigado a partir das categorias acima expostas, compreendidas como formas universais da constituição do ser, capazes de manifestar as estruturas particulares da realidade, os reflexos das propriedades e das conexões gerais da realidade na consciência dos sujeitos.

Compreendo que as formas essenciais objetivadas em práticas, são as propriedades das conexões mais universais de constituição do real e as leis que o determinam em prática objetivada. Este conjunto teórico forma assim, o conhecimento de tipo específico e filosófico que permeia a teoria, necessário para apreender as funções metodológicas, cognitivas, ideológicas e políticas do objeto pesquisado.

Inequivocamente movemos do percurso inverso para num primeiro plano elencar, de um ponto de vista teórico-prático, as categorias de análise, como o processo que antecede a discussão sobre o objeto.

Significa dizer ao pesquisador a necessidade de dispor de apurada arquitetura teórico-prático para mediar possíveis aproximações que muito provavelmente corroborarão para revelar as etapas pelas quais o modo sinuoso se manifesta na totalidade das coisas. Se a singularidade se revela na totalidade e a constitui, muito embora possa mistificar sua essência, a singularidade das coisas age como reflexo, na prática objetiva.

É prudente informar ao leitor, o detalhamento desta seção, aplicada com caráter analítico ao texto, uma vez que, avalia-se a precisão imediata em elencar quais categorias de conteúdo e quais categorias de análise empregadas nesta pesquisa e sobre qual perspectiva teórica são tratadas na tese. Esboçamos abaixo, de forma breve alguns pontos com indicações que serão aprofundadas mais adiante. Começaremos pelas categorias de conteúdo.

Destacamos o município de Sinop-MT⁴⁸, como o campo de observação da pesquisa. É derivada do acrônimo de Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná⁴⁹, uma heterogeneidade que não se constitui como precedente dos circuitos de urbanização tradicionais, mas como uma organização privada voltada para atender os interesses dos governos militares da década de 1970, do século passado. Após ser alçado para a condição de município, a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná continua a existir como empresa privada do ramo imobiliário e o município recebeu o mesmo nome. Tal prática é resultante de uma conjugação de interesses econômicos privados, alinhados com o modelo de desenvolvimento dos governos militares em pauta, que impuseram estratégias de dominação política, social, econômica, tecnológica e cultural sobre o território, e em particular sobre a Amazônia Legal⁵⁰, uma região administrativa e econômica que se constitui em permanente processo de diferenciação social, aspecto que contraria a ideologia defendida como um território homogêneo, integrado às políticas da ditadura civil militar empresarial em curso na época.

Em específico, Sinop é resultante de um paradoxo. A condensação de forças cujos interesses se concretizaram na década de 1970, com propósitos orientados pela ditadura civil militar empresarial no Brasil, originária dos resquícios do nacionalismo integral, com fim último de ser um arranjo institucional, com objetivação política e ideologicamente pensado para atender interesses privados.

A narrativa oficial que aperfeiçoara o *slogan* integrar para não entregar, dizia sobre a possível unidade da população migrante do sul do Brasil ao norte do estado de Mato Grosso, em torno de um projeto de colonização no bioma Amazônia, em específico na bacia do Tapajós. Todavia, aquela intenção na medida que se efetivou pode ser considerada como um projeto de condução de massas, quando analisa a

⁴⁸ Sinop-MT, é um município do estado de Mato Grosso, fundado em 14 de setembro de 1974, com população de 135.874 habitantes de acordo com a estimativa do IBGE/2017. Tem PIB per capita de R\$ 29.208,33 (IBGE, 2013).

⁴⁹ Empresa privada de tradição colonizadora do norte do estado do Paraná, responsável por colonizar os municípios de Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia.

⁵⁰ “Cadastro dos municípios brasileiros localizados na Amazônia Legal do país, com uma extensão total cerca de 5.020.000 km². A Amazônia Legal foi criada inicialmente como área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953. Atualmente, ela corresponde à área dos Estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), acrescidos da totalidade do Estado de Mato Grosso e dos municípios do Estado do Maranhão, situados a oeste do meridiano 44.º O. Em sua configuração atual, equivale à área de atuação da SUDAM”. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html> > Acesso em: nov. 2018.

forma e o conteúdo político como se apresentou, através de projetos de colonização e apropriação sobre os territórios, supostamente desocupados.

Tal prática impôs uma condição objetiva para consolidar o processo migratório, fenômeno subsequente que provocou em larga escala a exploração dos recursos naturais e a abertura dos espaços cobertos pela floresta estacional, substituindo-as pela urbanização e criação de municípios. O processo para fixar a população migrante do sul do país no norte do estado de Mato Grosso, foi uma tarefa coordenada pelo governo central para atender de imediato, os contornos que se impuseram em torno da diferenciação social, uma prática específica de grupos populacionais que se submeteram à orientação para executar a política de despossessão dos territórios historicamente habitados pelos povos indígenas Apiaká-Kayabi⁵¹.

Essa prática expansionista atingiu com o mesmo grau de violência, pequenos extrativistas que habitavam a região, até serem todos expulsos do território.

Este foi o *modus* operante da ação estatal operacionalizada pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, todas avalizadas pela condensação das forças políticas e sociais que compunham a sociedade civil, empresarial e militar dominantes da esfera do Estado, durante o período de não abertura democrática do século passado.

Essa prática em estado permanente, negou e expulsou grupos populacionais minoritários que habitam aquele território, denegando-lhes as condições fundamentais dos direitos de primeira ordem: comer, vestir e ter um teto, despossuindo-os da propriedade e de sua identificada. A terra titulada, como chão firme, passou a ser reconhecida apenas mediante a aquisição por compra e venda, transação por vezes manipulada e com emprego da violência.

Para ter êxito, em apropriar sobre o território ocupado, o processo de migração populacional, que se dera do sul do país ao norte do estado de Mato Grosso, patrocinado pela ação do Estado, necessitava do conteúdo ideológico e político integralista, como o elemento de ligação e preservação da cultura, condição

⁵¹ Composto pelo povo Apiaká, família linguística Tupi-Guarani, língua Apiaká. Povo Kawaiwete, família linguística Tupi-Guarani, língua Kayabi. Povo Munduruku, família linguística Munduruku, língua Munduruku. Após o processo de despossessão decorrente da colonização de Sinop, o povo Apiaká-Kayabi foi assentado em uma área de 110.358,62, cerca de 5,16% da área do município de Juara-MT. Foi declarada Terra Indígena (TI) através do Decreto 94602, em 14.07.1987 e homologada pelo Decreto 394, em 26.12.1991

indispensável para contrapor e esconder as lutas de classe que se deram no sul do país, em particular em relação aos conflitos que aconteciam do campo.

A arena social que configura esse campo material, acima qualificado é o campo real a que o pesquisador lança seu olhar para compreender e analisar as relações sociais antecedentes, que delimitam o processo histórico e remetem para abarcar o real como a “síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. (MARX, 2008, p. 258). É evidente que o trabalho da pesquisa se realiza em um local e curso concreto, e ao reconstruí-lo tomando a história não se desconsidera o modo de produção existente e as relações que delimitam o particular e o universal, nem o atual estágio de ampliação das forças produtivas, suas contrassensos e incongruências sociais que posicionaram o processo de colonização de Sinop no universo estrutural do capital. Este é um local, tempo e território cujos espaçamentos foram ampliados na proporção da ampliação e reestruturação do capital, cuja escala local, com o decurso do tempo foi substituída pela escala global.

Nesse contexto há uma impossibilidade conciliadora entre as ambições do processo de colonização privada com os interesses dos grupos sociais que até eram legitimamente parte do território. Nesse sentido Sinop nasce dos interesses equivocados de grupos sociais que disputavam a atenção do governo militar equivocadamente esses interesses. O campo empírico, permeado por questões que modelaram a sociedade local, o processo de colonização de Sinop-MT e a região norte do estado de Mato Grosso.

É claro que realizei este trabalho em um local e curso concreto, como diria Marx, expressão de uma “síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso”. (Marx, 2008, p.258). Por isso, ao fazer a reconstrução dos elementos de história, não deixei de lado o modo de produção preexistente em Sinop-MT, nem a relação entre o particular e o universal, tão pouco o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e, muito menos, as contradições e os antagonismos sociais que me desafiaram a recolocar a questão social no atual contexto do capital. Ou seja, não fechei os olhos para os problemas da sociedade local, de onde reconsidero concretamente todo o processo de gestação conservadora da então Gleba Celeste, uma porção do território antes mesmo do aparecimento de Sinop como um município.

As figuras a seguir retratam parte dos elementos de história, narrativas observadas que podem revelar o modo de conceber os espaços, como o da figura 2.

Figura 2 - Vista aérea da cidade de Sinop, em 1982⁵²



Fonte: IBGE. Série: Acervo dos municípios brasileiros. Ano: 1982. Título: Vista aérea da cidade de Sinop em 1982.

Já na figura 3 - Vista aérea do setor norte da cidade de Sinop, isto é, em 1982.

Figura 3 - Vista aérea do setor norte da cidade de Sinop, em 1982⁵³



Fonte: IBGE. Série: Acervo dos municípios brasileiros. Ano: 1982. Título: Vista aérea do setor norte da cidade de Sinop em 1982.

⁵²Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449314>> Acesso jul. 2018.

⁵³Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449313>> . Acesso jul. 2018.

Figura 4 - Prefeitura do município de Sinop-MT⁵⁴



Fonte: Fonte: IBGE. Série: Acervo dos municípios brasileiros. Ano: 1982.
Título: Prefeitura do município de Sinop-MT.

Figura 5 - BR-163, Setor Industrial, Sinop⁵⁵



Fonte: Fonte: IBGE. Série: Acervo dos municípios brasileiros. Ano: 1982.
Título: BR-163, Setor Industrial, Sinop, MT.

⁵⁴ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449310> >. Acesso em: jul. 2018.

⁵⁵ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449312>>. Acesso em: jul. 2018.

Figura 6 - Centro Pastoral José de Anchieta⁵⁶



Fonte: Fonte: IBGE. Série: Acervo dos municípios brasileiros. Ano: 1982. Título: Centro Pastoral José de Anchieta, Sinop-MT.

6.3 Sinop: do território da pistolagem por aluguel à ética religiosa na espacialidade do capital por exploração

Percorrendo a literatura que discute o processo de implantação do município de Sinop, em grande parte começam dela descrição da localização geográfica como um grande feito que se realizou a 500 km da Capital Cuiabá. Essa forma de introduzir a discussão sobre o município, guarda relações com a tradição do pensamento positivista da ciência observada em parte de pesquisadores que discutem sobre o município no contexto regional da denominada Amazônia Legal⁵⁷. O conceito da Amazônia Legal foi criado pela lei 1.806 de 06 de janeiro de 1953

Há uma espécie de elevação das conquistas sem o refinamento da crítica sobre os modos como as relações periféricas do capitalismo se reestruturou na

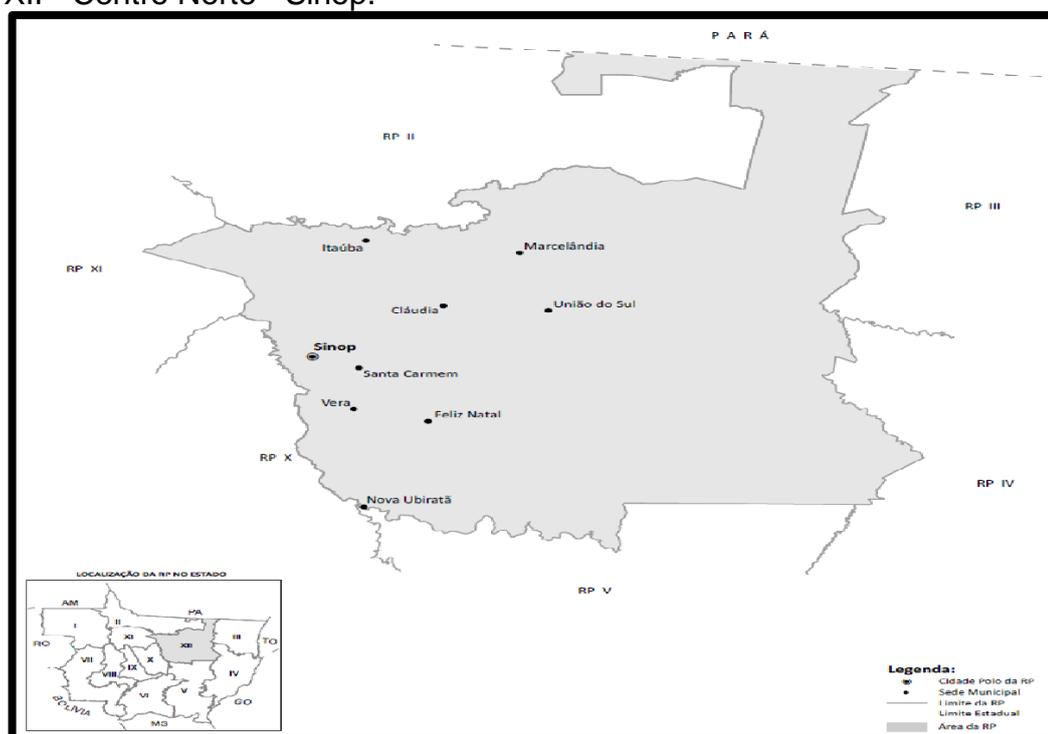
⁵⁶ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449309>>. Acesso em: jul. 2018.

⁵⁷ O conceito que dá ao nome "Amazônia Legal", foi instituído pela Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: jul. 2018.

região, utilizando-se da colonização como estratégia para a despossessão e geração de conflitos que se efetivam como prática social.

Os aspectos descritivos da literatura sob a luz da crítica apontadas acima, também escondem os antagonismos históricos que se sucederam na materialidade das relações de luta pelo território, poder e construção de uma hegemonia agrária nos anos finais do século XX. Esses são os fundamentos da narrativa oficial.

Figura 7 - Mapa Físico do município de Sinop - Região de Planejamento XII - Centro Norte - Sinop.



Fonte: CES|SEPLAN-MT. Elaboração: CES|SEGE|SI|SEPLAN-MT.

Esta pesquisa não se enquadra na história oficial, portanto, de imediato compreendemos que Sinop não é uma história construída pela versão oficial dos seus colonizadores que assumiram a execução para contá-la numa versão melhorada⁵⁸, objetivando esconder o processo despossessão do território dos povos *Kayabi*⁵⁹ e *Apiakás*⁶⁰, que originalmente habitavam a região⁶¹ até a década de 1950. Todos, juntamente com os remanescentes de seringueiros e pequenos extrativistas

⁵⁸ Ver a obra: A saga dos Guardiões da Floresta: uma viagem emocionante à história do setor de base florestal de Mato Grosso. Sinop : Sindusmad, Print, 2011.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/-/3705045-pesquisas-e-indicadores?ciclo=cv_gestao_inf>. Acesso em: nov. 2018.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/-/3705045-pesquisas-e-indicadores?ciclo=cv_gestao_inf>. Acesso em: nov. 2018.

⁶¹ Usar duas as imagens do traçado do município georreferenciadas no Google Maps,

que se instalaram entre os séculos XIX e XX foram remanejados e assentados a centenas de quilômetros, no Parque Nacional do Xingu.⁶²

No contexto atual, especialmente após as reestruturações do território que ocorreram a partir da década de 1970, Sinop se enquadra na Região de Planejamento XII – Centro Norte, conforme Figura 7 acima.

Outro aspecto diz respeito à composição e estrutura da força de trabalho em Sinop, frente a crise estrutural do capital. Esse fenômeno que pode ser estudado, que gira em torno da dinâmica do trabalho, em particular sobre três classificações de trabalhadores: o desempregado, o trabalhador autônomo e o desocupado. No contexto da crise nacional/estrutural o trabalhador desempregado é deslocado para a condição de autônomo. Esse fato poderia explicar o crescimento das agências de mediação do trabalho tipo *freelancer*. No entanto outra situação é observável: não há trabalho para todos, mesmo nas agências de mediação. Parte considerável desses trabalhadores autônomos estão atualmente na condição de desocupados.

Esses dados são indicadores para apontar de forma preliminar as condições de realização do fenômeno, gravitando à margem da formalidade - da certa assinatura - com evidências para menor formalização. Olhando para a tradição do trabalho no cenário brasileiro, essas alterações ou modificações estruturais na relação com o trabalho, analisada numa hipotética classificação por grau de incidência: o trabalho com carteira assinada, na relação patrão empregado viria primeiro; em segundo plano o trabalho terceirizado e em terceiro plano o trabalho mediado fora da relação patrão empregado (CLT, direitos etc.), este último seria realizado na medida das demandas (demandas no sentido de não atividade permanente) pelo trabalho, um termo um pouco mais piorado do que colaborador.

Tabela 59 - Relação de Agências de freelances⁶³ ou startup (trabalho não regulado pela CLT) em Sinop-MT (Tabela em construção, as referências eletrônicas estão para efeito de conferência)

Agência	Endereço não físico
Indeed	https://www.indeed.com.br/empregos-em-Sinop,-MT
Talentos Consultorias	https://www.talentosconsultoria.com.br/
Adzuna	https://www.adzuna.com.br/sinop
Help Domésticas -	Agência Especializada em Empregos Domésticos Babás, Domésticas, Diaristas, Cozinheiras. Esta agência é uma atar tapa, Passeador de Cães, Jardineiro,

⁶²

⁶³ Profissional considerado como autônomo que se emprega não apenas em uma determinada área de trabalho, mas como força de trabalho se permite executar vários trabalhos, não sendo protegida a relação de trabalho em termos de dias, horários e carga de trabalho.

Tabela 59 - Relação de Agências de freelances⁶³ ou startup (trabalho não regulado pela CLT) em Sinop-MT (Tabela em construção, as referências eletrônicas estão para efeito de conferência)

Agência	Endereço não físico
Agência de Empregos Domésticos	Motorista, Caseiro, Cuidador de Idosos. https://www.telelistas.net/locais/mt/sinop/agencias+de+empregados+domesticos/301216599/help+domesticas+agencia+de+empregos+domesticos
Trabalha Brasil	https://www.trabalhabrasil.com.br/vagas-empregos-em-sinop-mt
Maria Brasileira	Maria Brasileira Limpeza e Cuidados - Sinop https://www.telelistas.net/locais/mt/sinop/agencias+de+empregados+domesticos/336355334/maria+brasileira+limpeza+e+cuidados+sinop
Manager	http://www.manager.com.br/empregos-cidade-sinop-mt-512-16
Empregarja	https://empregarja.com/Agencias
Starofservice	https://www.starofservice.com.br/#/

6.4 Aspectos da população de Sinop presentes no Censo Demográfico de 2010

A partir deste item passamos a usar os micros dados contidos no Cadastro Único, dados censitários para situar o movimento populacional de Sinop-MT, registrados através do Censo Demográfico do ano de 2010 em comparação ao censo demográfico do ano de 2000 do município, tomando como campo para exploração os dados primários informações fornecidas pelo IBGE, contidas na base dos censos demográficos dos respectivos anos estudados, e também aqueles já referenciados na metodologia da pesquisa.

De acordo com a página do MDS “diversos dados e informações sobre o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único estão disponíveis por meio de um conjunto de ferramentas informatizadas, construídas em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS⁶⁴”

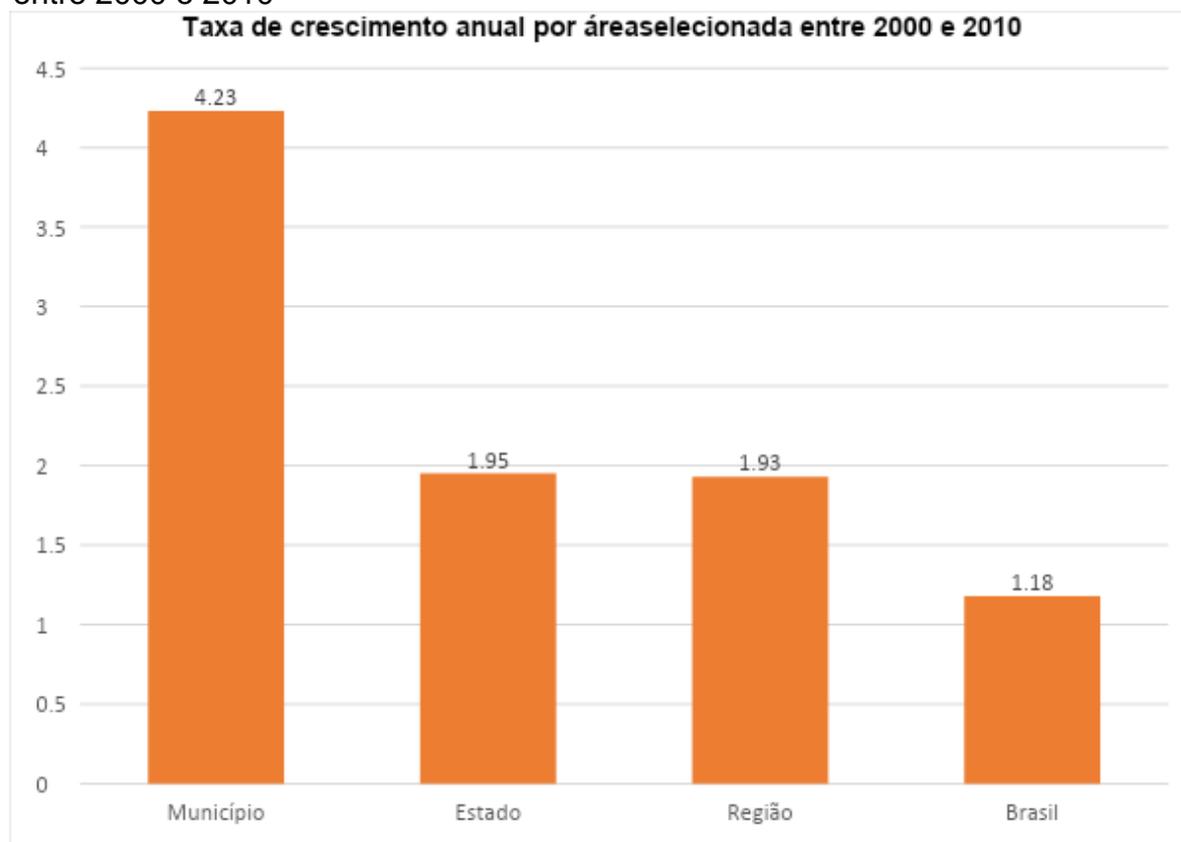
6.5 Dinâmica populacional segundo o censo de 2010

Tomando os aspectos sociodemográficos presentes na composição e movimento da população de Sinop observados os dados dos censos de 2000 e 2010, em termos da sua demografia a população do município cresceu à taxa de 4,23% ao ano. Entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, houve ampliação alterando de 74.761 para 113.099 habitantes. Essa taxa foi superior à registrada no

⁶⁴ Essas ferramentas são de acesso público e podem ser acessadas no Portal da SAGI. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>> e <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/index.php>>.

Estado, que ficou em 1,95% ao ano, e superior ao percentil de 1,93% ao ano da Região Centro-Oeste.

Gráfico 4 - Taxa de crescimento anual da população de Sinop por área selecionada entre 2000 e 2010

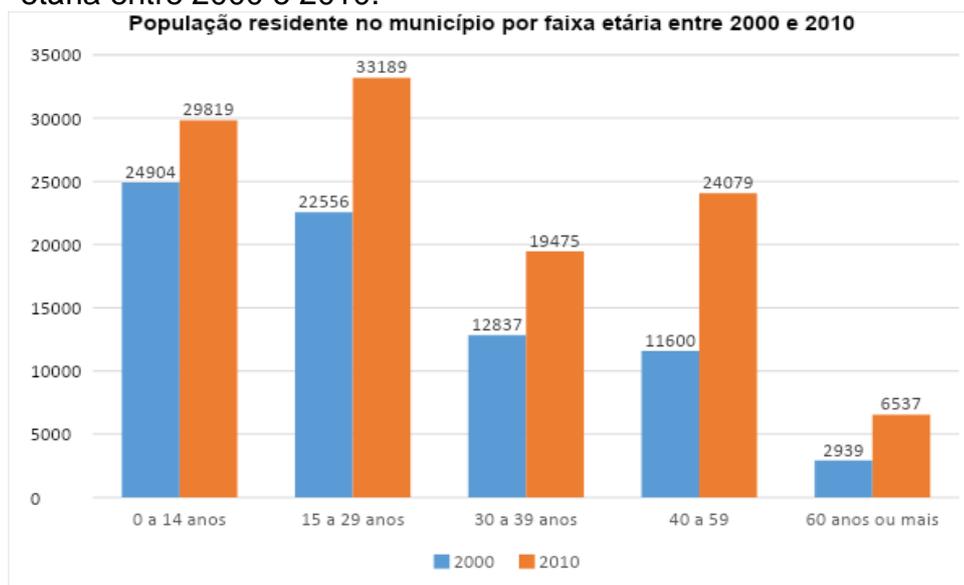


Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 90,48% e em 2010 a passou a representar 82,89% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 8,3% em média. Em 2000, este grupo representava 3,9% da população, já em 2010 detinha 5,8% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento positivo entre 2000 e 2010 (1,8% ao ano). Crianças e jovens detinham 33,3% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 24.904 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 26,4% da população, totalizando 29.819 habitantes.

Gráfico 5 - População residente no município de Sinop por faixa etária entre 2000 e 2010.

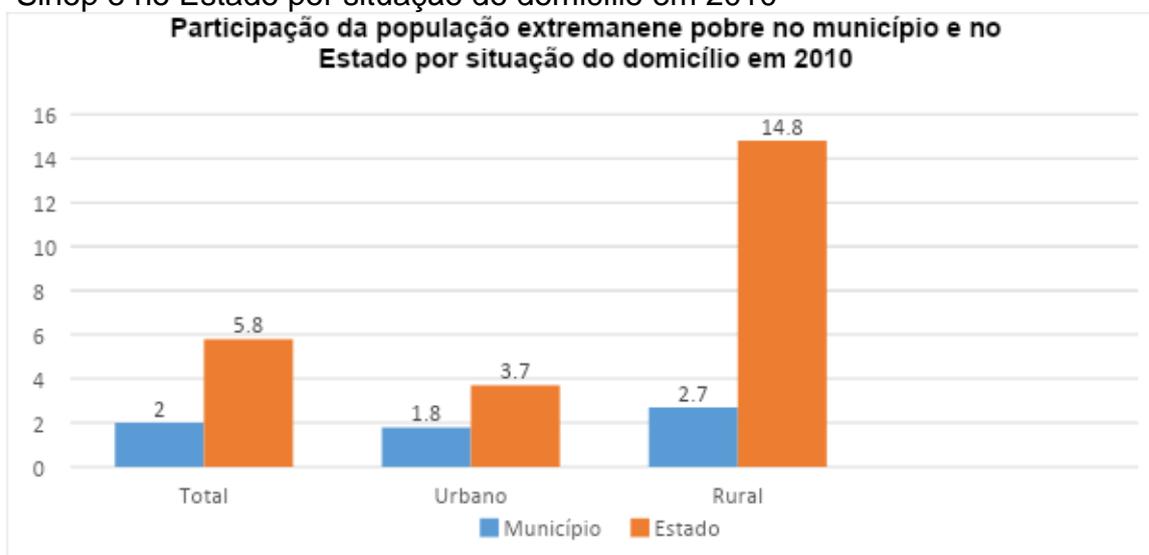


Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 5,03% ao ano), passando de 46.993 habitantes em 2000 para 76.743 em 2010. Em 2010, este grupo representava 67,9% da população do município.

Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 2,0% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (2,7% da população na extrema pobreza na área rural contra 1,8% na área urbana).

Gráfico 6 - Participação da população extremamente pobre no município de Sinop e no Estado por situação do domicílio em 2010



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE.

6.6 Diferenciação da extrema pobreza

Para estabelecer a diferenciação da extrema pobreza, recorreremos à caracterização demográfica da extrema pobreza em Sinop-MT considerando a população total⁶⁵ do município. Segundo dados de Censo de 2010, estão nessa condição 1.718 pessoas, quantitativo que corresponde a 1,5% da população total. Para compor esse resultado aderimos a conceituação adotada nos indicadores do Cadastro Único, compreendida como a renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Metodologicamente o conceito delimita a extrema pobreza para o corte de renda, estabelecendo um mínimo que possa ser aferido em termos quantitativo.

Ainda tomando a espacialidade geográfica do fenômeno observa-se sua maior incidência no meio urbano 1.341 (78,1%) e 377 (21,9%) viviam no meio rural.

Os dados do Censo também revelam que no município havia 115 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 85 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 308 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 139 jovens nessa situação. Foram registradas 54 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 37,6% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos.

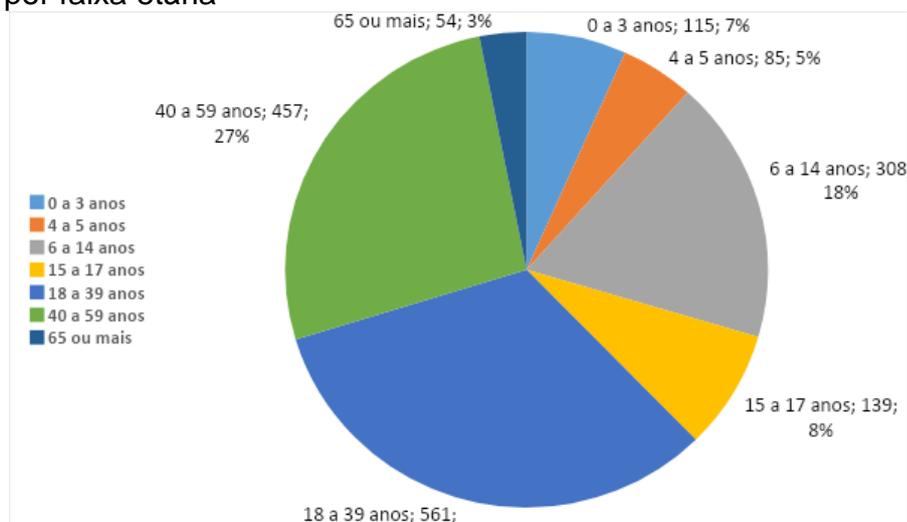
Tabela 60 - População de Sinop em situação de extrema pobreza por faixa etária, segundo censo de 2010

Idade	Quantidade
0 a 3	115
4 a 5	85
6 a 14	308
15 a 17	139
18 a 39	561
40 a 59	457
65 ou mais	54
Total	1718

Fonte: Censo IBGE 2010.

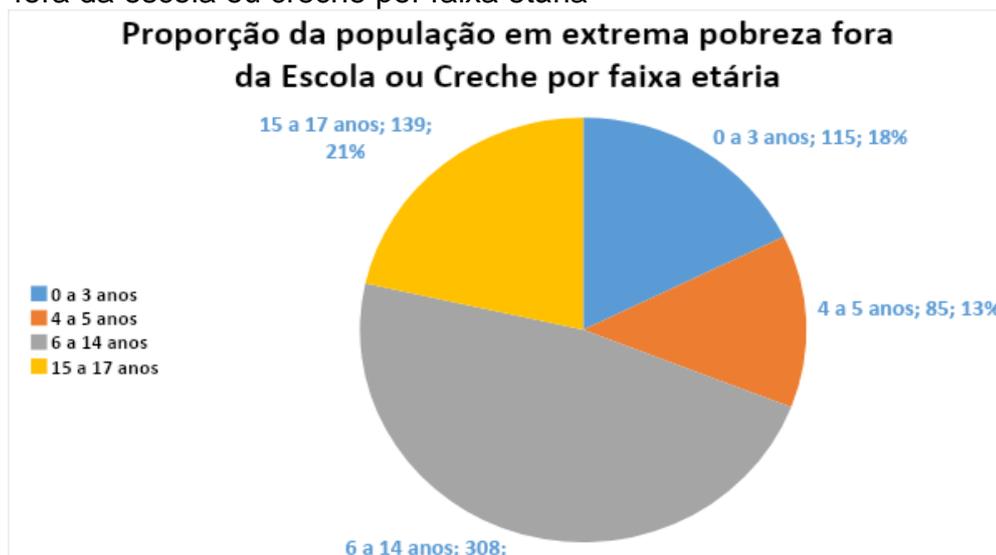
⁶⁵ Conforme dados do Censo IBGE 2010 Sinop teria 113.099 pessoas.

Gráfico 7 - Percentual da população de Sinop extremamente pobre por faixa etária



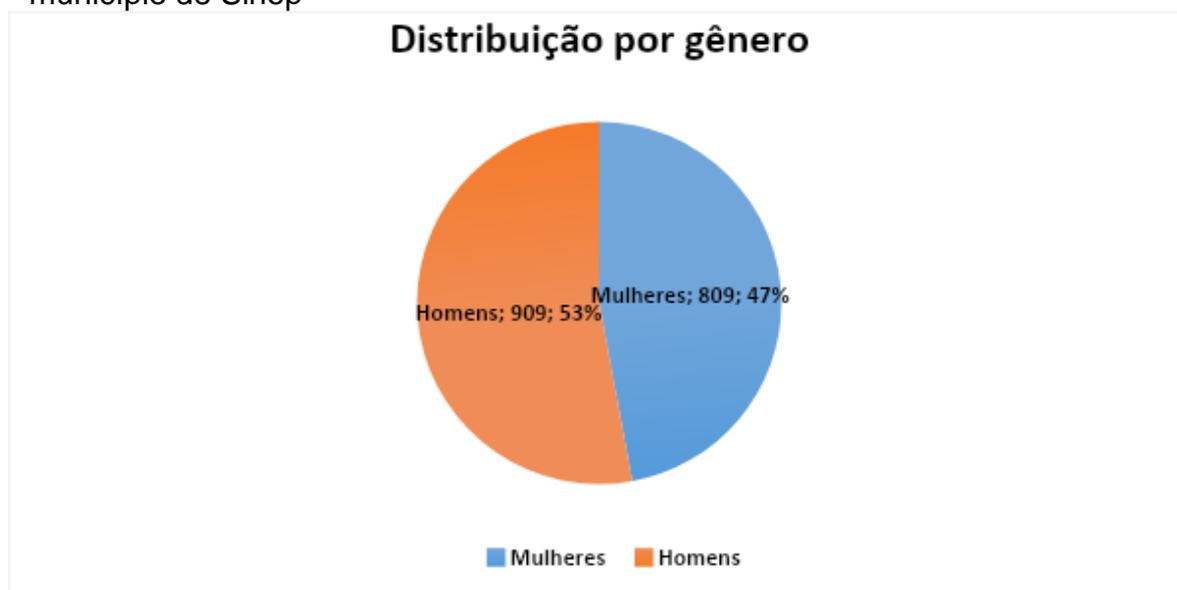
Os dados do Censo de 2010 revelou que no município havia 97 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representa 84,8% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 21 crianças fora da escola (24,7 das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 42 (13,5%). Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 51 estavam fora da escola (36,7% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária).

Gráfico 8 - Proporção da população de Sinop em extrema pobreza fora da escola ou creche por faixa etária



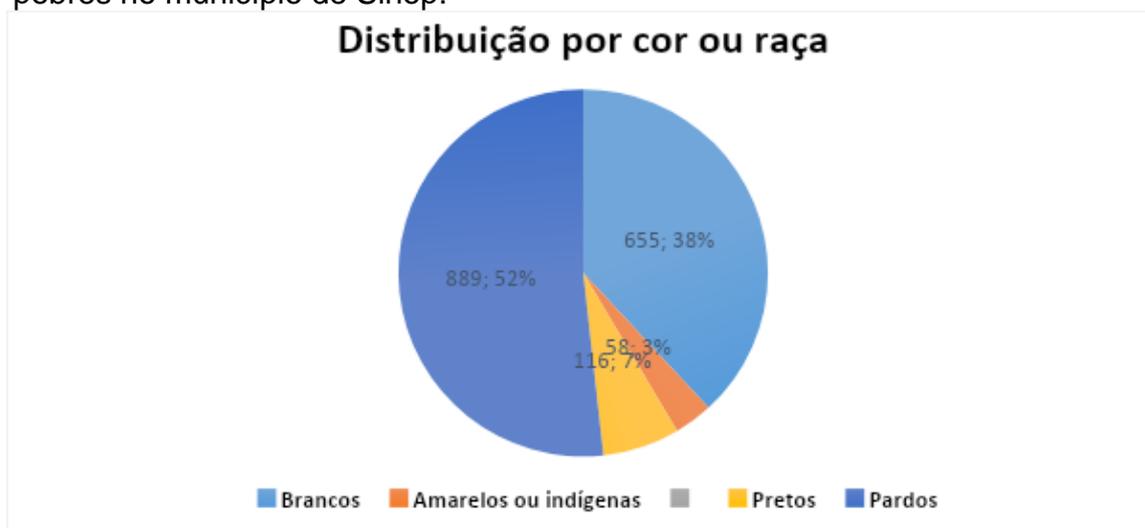
Do total de extremamente pobres no município, 809 são mulheres (47,1%) e 909 são homens (52,9%).

Gráfico 9 - Distribuição por gênero do total de extremamente pobres no município de Sinop



Do total da população em extrema pobreza do município, 655 (38,1%) se classificaram como brancos e 1.005 (58,5%) como negros. Dentre estes últimos, 116 (6,8%) se declararam pretos e 889 (51,7%) pardos. Outras 58 pessoas (3,4%) se declararam amarelos ou indígenas.

Gráfico 10 - Distribuição da população por cor ou raça do total de extremamente pobres no município de Sinop.

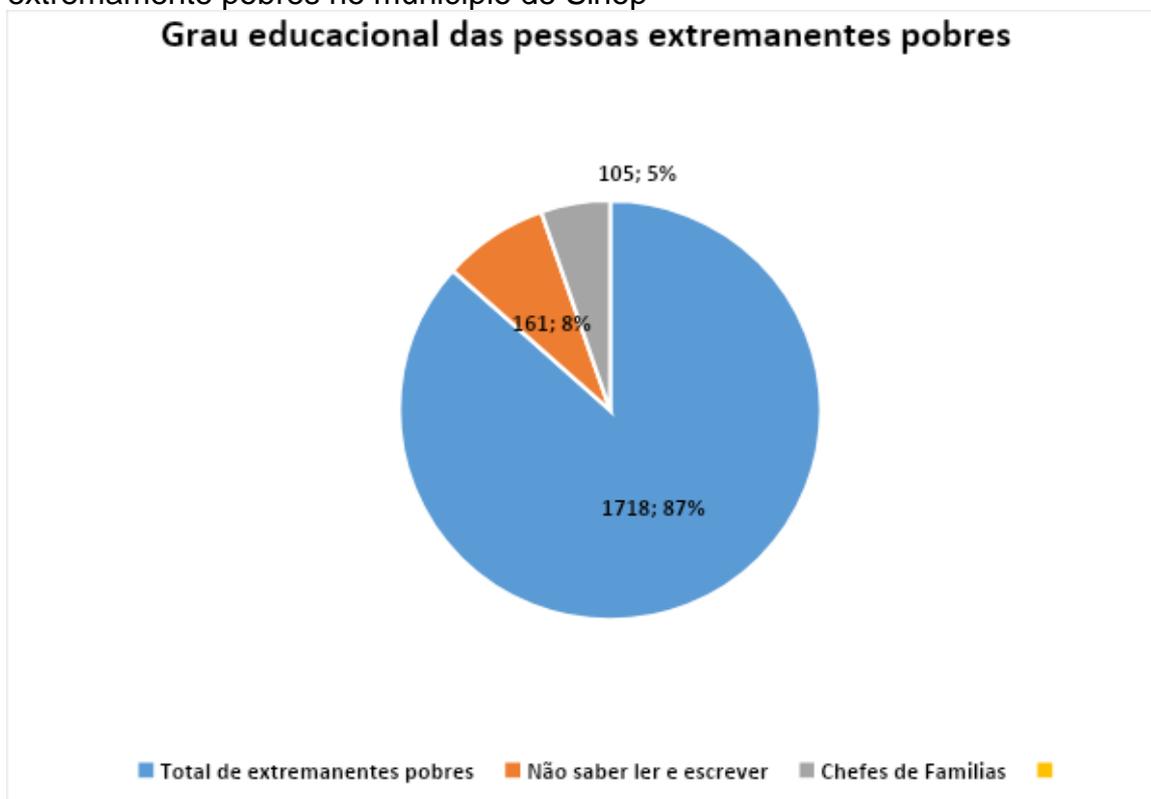


De acordo com o censo 2010, havia 8 indivíduos extremamente pobres com alguma deficiência mental; 346 tinham alguma dificuldade para enxergar; 120 para ouvir e 86 para se locomover.

Gráfico 11 - Distribuição de pessoas com deficiência do total de extremamente pobres no município de Sinop

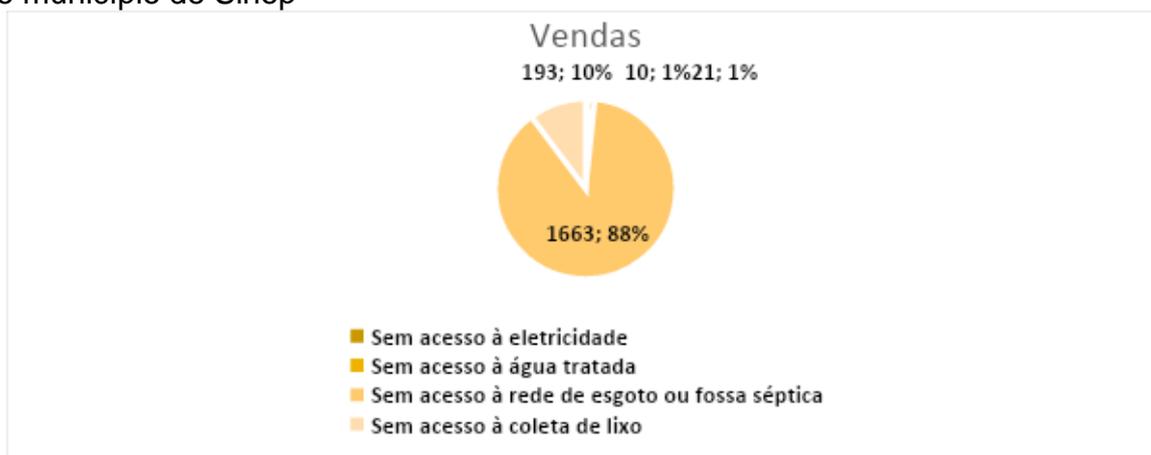
Das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 161 não sabiam ler ou escrever, o que representa 13,7% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Dentre eles, 105 eram chefes de domicílio.

Gráfico 12 - Grau educacional das pessoas extremamente pobres do total de extremamente pobres no município de Sinop



Eram 10 as pessoas extremamente pobres (0,6% do total) viviam sem luz, 21 (1,2%) não contavam com captação de água adequada em suas casas, 1.663 (96,8%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 193 (11,2%) não tinham o lixo coletado.

Gráfico 13 - Distribuição de serviços entre o total de pessoas extremamente pobres no município de Sinop



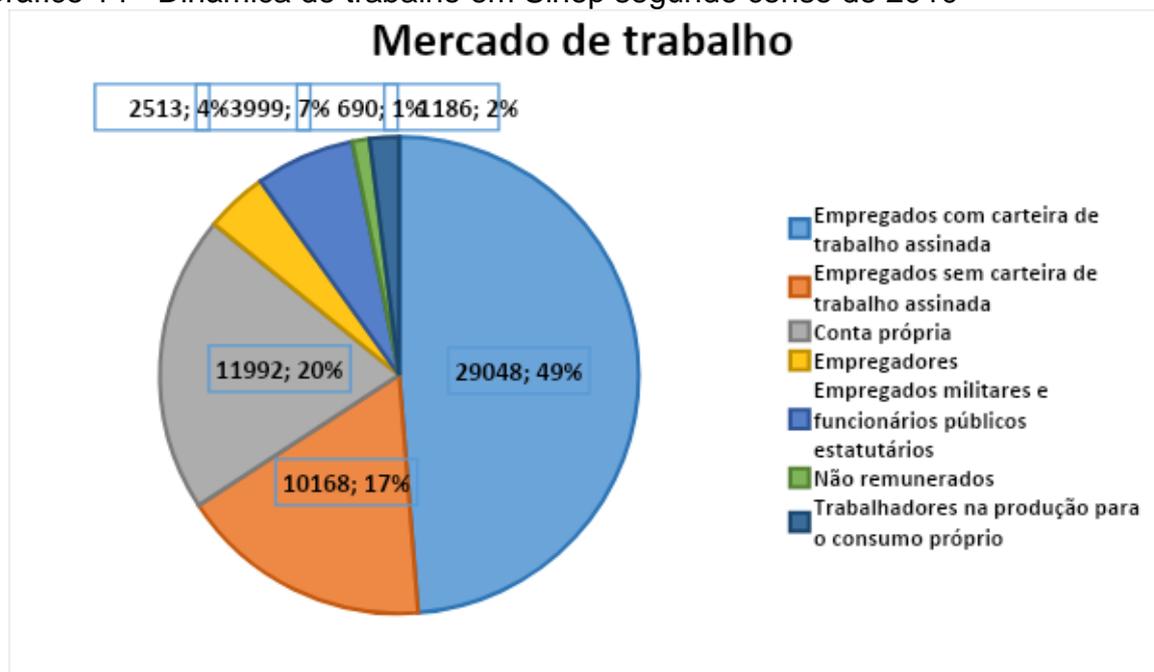
Eram 33 as pessoas extremamente pobres (1,9% do total) não tinham banheiro em seus domicílios. 825 (48,0%) não tinham em suas casas paredes externas construídas em alvenaria.

6.7 Dinâmicas do trabalho em Sinop segundo censo de 2010

Conforme dados do último Censo Demográfico o município em agosto de 2010 possuía 62.799 pessoas economicamente ativas onde 59.596 estavam ocupadas e 3.203 desocupadas. A taxa de participação ficou em 66,5% e a taxa de desocupação municipal foi de 5,1%.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 48,7% tinha carteira assinada, 17,1% não tinha carteira assinada, 20,1% atuam por conta própria e 4,2% empregadores. Servidores públicos representavam 6,7% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 3,1% dos ocupados.

Gráfico 14 - Dinâmica do trabalho em Sinop segundo censo de 2010



A distribuição por grandes grupos de ocupação mostrou que os dois maiores grupos são dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca e ocupações elementares. Juntos, os dois grupos totalizam 23,0% das ocupações do município.

Tabela 61 - Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações, segundo censo de 2010, em Sinop

Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações – 2010		
Grandes grupos de ocupações	N	%
Diretores e gerentes	3.975	6,7
Profissionais das ciências e intelectuais	5.081	8,5
Técnicos e profissionais de nível médio	3.542	5,9
Trabalhadores de apoio administrativo	4.825	8,1
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	11.720	19,7
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	2.816	4,7
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	8.863	14,9
Operadores de instalações e máquinas e montadores	5.299	8,9
Ocupações elementares	10.882	18,3
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	38	0,1
Ocupações mal definidas	2.556	4,3
Total	59.597	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A distribuição das pessoas ocupadas por seção de atividade revelou que a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas detinham 37,9% do total da população ocupada no município.

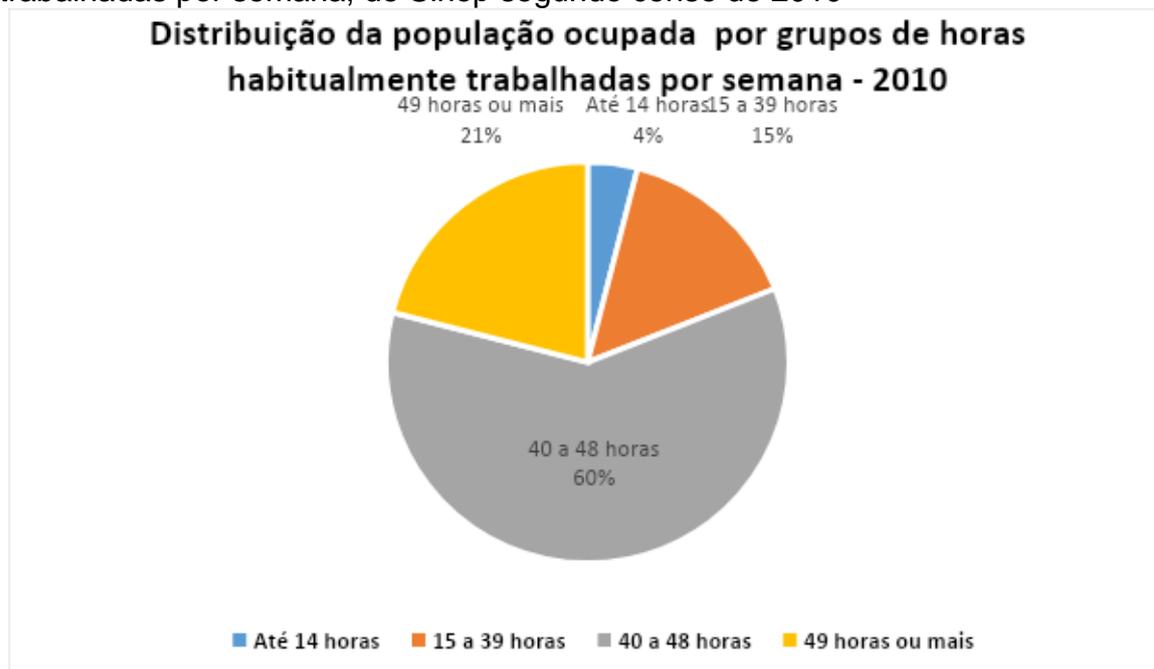
Tabela 62 - Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações, segundo censo de 2010 em Sinop-MT

Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações - 2010		
Seção de atividade	Número	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	7.982	13,4
Indústrias extrativas	206	0,3
Indústrias de transformação	6.391	10,7
Eletricidade e gás	205	0,3
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	191	0,3
Construção	5.368	9,0
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	14.585	24,5
Transporte, armazenagem e correio	2.130	3,6
Alojamento e alimentação	1.567	2,6
Informação e comunicação	584	1,0
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	605	1,0
Atividades imobiliárias	293	0,5
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.751	2,9
Atividades administrativas e serviços complementares	1.543	2,6
Administração pública, defesa e seguridade social	2.440	4,1
Educação	3.574	6,0
Saúde humana e serviços sociais	1.556	2,6
Artes, cultura, esporte e recreação	362	0,6
Outras atividades de serviços	1.728	2,9
Serviços domésticos	4.167	7,0
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Atividades mal especificadas	2.364	4,0
Total	59.596	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A parcela de 59,5% dos ocupados trabalhava de 40 a 48 horas e 21,4% tem uma jornada superior.

Gráfico 15 - Distribuição da população ocupada por grupos de horas, habitualmente trabalhadas por semana, de Sinop segundo censo de 2010



Com relação ao tempo das pessoas que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para o seu domicílio diariamente, os dados apontaram que 91,6% gastavam até meia hora, 6,9% mais de meia hora até uma hora e 1,5% perdiam mais de uma hora com o deslocamento.

6.8 Oscilações das ocupações formais em Sinop, segundo dados da RAIS

No período de 2009 a 2012, a quantidade de vagas no mercado formal de trabalho aumentou em 6.665 postos, sendo que a maior elevação se concentrou no Grupo 4 - Trabalhadores de Serviços Administrativos, 1.752 postos. Em particular, cabe destacar a variação de 47,64% na remuneração média no Grupo 2 - Profissionais Das Ciências e das Artes e a remuneração média de R\$ 2.887,60 pertencente ao Grupo 3 - Técnicos de Nível Médio em 2012.

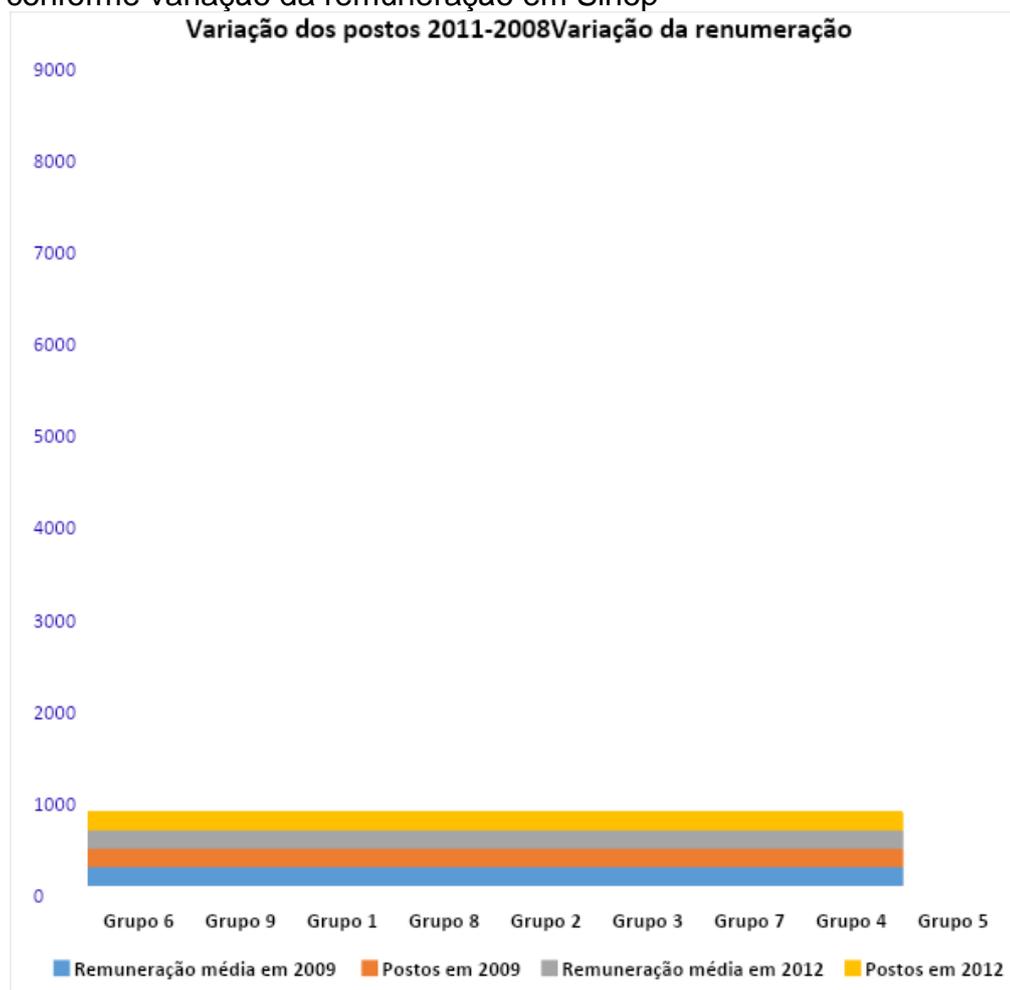
Tabela 63 - Grandes Grupos Ocupacionais ordenados pela variação dos postos entre 2009 e 2012 em Sinop

Ocupação	Remuneração média em 2009	Postos em 2009	Remuneração média em 2012	Postos em 2012	Varição da Remuneração	Varição dos postos
Grupo 6 - trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	1953,97	1121	2550,81	1358	30,54%	237

Grupo 9 - trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	1097,93	1700	1487,9	2227	35,52%	527
Grupo 1 - membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	1017,96	733	1369,86	993	34,57%	260
Grupo 8 - trabalhadores da produção de bens e serviços industrial	1103,67	969	1563,19	1140	41,64%	171
Grupo 2 - profissionais das ciências e das artes	865,33	945	1277,56	1067	47,64%	122
Grupo 3 - técnicos de nível médio	2032,21	2029	2887,6	2547	42,09%	518
Grupo 7 - trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	942,66	4580	1253,47	6194	32,97%	1.614
Grupo 4 - trabalhadores de serviços administrativos	803,25	6448	1132,83	8200	41,03%	1.752
Grupo 5 - trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	901,25	6944	1258,24	8408	39,61%	1.464

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) /TEM.

Gráfico 16 – Variação dos postos de trabalho entre 2011 e 208, conforme variação da remuneração em Sinop



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) /MTE

Tanto as ocupações distribuídas nos grandes grupos de postos de trabalho, quanto as remunerações indicam a prestação de serviço como o posto de trabalho com maior procura no período de 2009 a 2012. Recortar a dimensão trabalho como conceito é necessária para analisar a emergência de um novo padrão de mudança e coesão social e das condições de realização do trabalho na sociedade brasileira. Com os mesmos efeitos do capitalismo global a relação com o emprego na sociedade brasileira assenta-se sob um desenvolvimento desigual, que realoca as pessoas na composição do tecido social, como mercadorias excedentes na relação capital e trabalho, sendo sistematicamente excluídas de uma participação ativa na vida social e política.

O recorte do campo empírico, aponta para o município de Sinop-MT, constituído por um processo de colonização nos anos de 1970, inserido a um sistema econômico nacional de capitalismo tardio, cujo conteúdo ressalta um tipo específico de extração da mais valia – via exploração da mais valia e espoliação do trabalho – ambos os fatores com ação concomitante para gerar a acumulação capitalista por um lado, e pelo outro, a geração de indicadores elevados de pobreza – relativa e absoluta -, fenômeno que provoca maior distanciamento entre as linhas de igualdade da renda monetária. Observei de igual modo que nas sociedades onde são característicos os mecanismos de extração da mais valia por espoliação, as taxas de concentração de renda tendem a elevar-se, criando com isso o processo de dominação de determinada classe social, em detrimento das classes despossuídas de capitais – capital monetário, capital fixo e capital financeiro.

Na base do processo histórico da constituição dos tipos específicos em que configuram os municípios que seguiram o processo de colonização, a exemplo de Sinop-MT, a constituição da realidade social é excludente. O fator econômico cultural que possibilitou a sua colonização, também permitiu a valorização do valor pelo trabalho. Este aspecto em particular exerceu na sociedade local a constituição de uma configuração desigual. Um campo que evidencia as contradições do modo de produção da vida material permeado por exclusões em direção a contingentes que não acessam o trabalho, a renda e as condições essenciais para a manutenção da vida; baixo nível de formação e qualificação, que as constituem como famílias socialmente vulneráveis, fatores que empiricamente as impedem de uma vida digna.

A perspectiva contrária a esse quadro, capaz de alterar a materialidade desse cenário de exclusão social, aponta para a necessidade de garantia de direitos

sociais por parte do Estado, adequado para prover e perpetrar políticas públicas que encaram efetivamente as exclusões e promovem formas de participação econômico-social não exploratórias, possibilitando aos sujeitos romperem com os *lócus* sociais em que são enquadrados: pobreza extrema e indigência. O local ocupado por essas famílias é o campo da negação às possibilidades da igualdade social. Nega-lhes a cidadania, as relações materiais de trabalho, renda, serviços e as condições políticas e culturais que as potencializariam para uma vida digna.

Tal cenário exige uma nova problematização no sentido de compreender a realidade social sob os aspectos da regulação social, indagando sobre o lugar ocupado pelas práticas de inserção laboral, sob a proteção de um programa social, suas características e com quais condições o trabalho é realizado. Como o trabalho e as possíveis respostas e práticas de inserção laboral estão se dando no quadro de realização do Programa Bolsa Família?

Para dar conta dessa questão da pesquisa e de outras anunciadas, durante a realização desta pesquisa busquei do campo empírico as relações que constituem o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade brasileira, destacando o aspecto econômico, em particular a propriedade privada como fonte para as desigualdades, ponto de partida para produzir a pobreza material em suas formas mais severas: exclusão e vulnerabilidade social.

Dos dados apresentados, tanto aqueles das séries históricas de 2004 a 2018, quanto os do Censo Demográfico de 2010, observo que o movimento de elaboração do plano desta pesquisa, do quadro de referências teórica metodológicas até chegar ao campo empírico conceitual, tenho por presumido a contribuição do materialismo histórico, que confere concretude ao objeto pesquisado, inserindo-o na particularidade da política econômica desenvolvida na última década, aferida como estatuto de proteção social, em circunstâncias totais e históricas, instituídas como conceito central que implica concluir que:

Para realizar a política social com inserção laboral o Estado agiu como o *lócus* da condensação de certas formas de exercício de poder, como campo da grande política e da pequena política e cujas práticas foram articuladas e resultaram nas relações encontradas na sociedade civil e nos aparelhos privados que apropriam do Estado para a disseminação e difusão de concepções, valores, modos de agir em diferentes escalas, que puderam reforçar ou abalar as posições hegemônicas.

As políticas sociais expressaram os tipos de projetos em disputas de classe através da ação do Estado, como o ente que a organiza, para atuar, via presença estatal em variados âmbitos da vida pública. Expressa tanto as decisões hegemônicas quanto às diferentes formas de consentimento, adesão ou disputa social dos sentidos de realização em determinada realidade desigual que se reproduziu, especialmente na sociedade brasileira, e de forma particular em Sinop-MT.

A classe ou a relação de classe social entendida como o modo como os sujeitos se relacionaram com os meios de produção para a cultura da existência e subsistência material. De modo ampliado, compreendo que a classe e a pobreza são relações que se efetivam na produção e apropriação da riqueza e seus excedentes, tanto no cenário nacional, quanto em Sinop-MT. Estes aspectos foram analisados a partir da crítica da economia política como a história da produção da existência. A forma histórica indica a história do proletariado e, ao mesmo tempo o método. Se desejamos estudar a complexa relação de classe entre o capital e o trabalho, necessariamente devemos estudá-la e/ou pesquisá-la do ponto de vista do proletariado, pois, está última é capaz de produzir a crítica da classe a partir da classe, que contribui com os elementos que sustentam a economia burguesa e como age.

CONCLUSÕES

O sentido que atribuo à pesquisa é um inventário da última década sobre a política social conferida ao PBF, como modo específico para amenizar a pobreza e as desigualdades sociais, não cobertas pela conformação social brasileira e em específico no município de Sinop-MT, que se mostram nas desigualdades como problemas de natureza estrutural e de longa duração. Nesse sentido uma política social de redistribuição focalizada de renda seria atribuída ao PBF, sob a expectativa de retirar da linha da extrema pobreza⁶⁶ 13.951.980⁶⁷ de famílias que potencialmente foram alçadas para a linha da pobreza⁶⁸ no Brasil.

Esse mesmo movimento foi observado no conjunto das 14.108⁶⁹ famílias cadastradas no CadÚnico e nas 2.939 famílias beneficiárias do PBF em Sinop-MT. Essa oscilação revela que dentre as 14.108 famílias inscritas no CadÚnico no município em Sinop-MT, até setembro de 2018, estão aquelas que a partir da implantação do PBF, começam a ter renda mínima. Desse contingente populacional estão 1.337 famílias com renda per capita familiar de até R\$ 85,00; outras 2.145 famílias têm renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; também 5.254 famílias com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e ½ salário mínimo e por fim 5.372 famílias com renda per capita acima de ½ salário mínimo⁷⁰.

O manuseio das informações compiladas do CadÚnico permitiu-me delimitar o recorte temporal da pesquisa, o que deu sentido ao intenso esforço para levantar as informações das 27.755.037 famílias cadastradas no CadÚnico, num duplo exercício metodológico, que também possibilitou evidenciar o movimento das formas institucionalizadas da política pública, para as 14.108 famílias presentes no CadÚnico em Sinop-MT, dentre essas estão 2.939 famílias beneficiárias do PBF. Essa tarefa metodológica contribuiu para destacar a constituição da política social e

⁶⁶ De acordo com a métrica proposta pelo Banco Mundial são pessoas com renda de até US\$ 5,5 por dia, equivalente a R\$ 140 por mês.

⁶⁷ Disponível em:

<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Indice%20de%20Gest%C3%A3o%20escentralizada%20-%20Brasil>>. Acesso em: out. 2018.

⁶⁸ De acordo com a métrica proposta pelo Banco Mundial são pessoas com renda inferior a US\$ 1,90 por dia, equivalente a R\$ 140 por mês.

⁶⁹ Disponível

em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral>>. Acesso em: out. 2018.

⁷⁰ Atualmente o valor nominal do salário mínimo é de R\$ 954,00. Fonte: DIEESE. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/>>. Acesso em: nov. 2018.

o modo de sua realização no contexto da sociedade brasileira, marcada por uma parcela considerável da população não atingida pela ação do Estado.

Entretanto, foi necessária algumas perguntas: Quem são esses sujeitos? São constituídos por uma relação de classe por dentro da classe obreira? São atingidos pela exploração do trabalho? São considerados como uma população economicamente ativa? Mantém relações com o trabalho com vistas a geração de renda? De modo algum. São famílias destituídas das condições básicas para prover a vida material e com elevado indicador de desigualdade econômica, natureza social que altera o sentido de sujeito histórico na disputa pela renda, sendo igualmente destituídos dos espaços de cultura como política e cidadania. Coube ao sentido atribuído e ao modo de realização do PBF⁷¹, como política para proporcionar acesso a bens, serviços, atenção e proteção do Estado, com oferta dos mínimos sociais a um conjunto ampliado de famílias e pessoas que foram alcançadas pelo programa no Brasil e em particular o município de Sinop-MT.

De forma preliminar é possível compreender que a capacidade operacional do PBF estabeleceu num público circunscrito um novo padrão de coesão na relação com o trabalho informal. Para dar conta dessas breves conclusões, explorei como fonte, dentre outras, duas bases de dados: os micros dados do CadÚnico 2008 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para destacar os Aspectos Complementares de Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais – 2004⁷².

Na PNAD 2004, encontrei em uma parte da pesquisa o suplemento sobre segurança alimentar, contendo um questionário adicional sobre o PBF⁷³, com micros dados das características e as condições socioeconômicas das famílias e das pessoas que viviam nos domicílios com a cobertura do programa. Nesse mesmo conjunto de informações, foi possível mensurar se os beneficiários exerciam alguma

⁷¹Disponível em:

<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data/index.php>>;<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/index4.php>>. Acesso em: out. 2018.

⁷² Em 2004, a PNAD pesquisou, como temas suplementares, a conexão entre segurança alimentar entre crianças e adolescentes, relacionando-as com educação, dentre os domicílios cobertos com transferências direta de renda, oriundas de programas e políticas sociais governamentais.

⁷³ PNAD 2006, questionário suplementar sobre o PBF. IBGE: Pesquisa suplementar sobre segurança alimentar.

Em 2004, a PNAD pesquisou, como temas suplementares, a conexão entre segurança alimentar entre crianças e adolescentes, relacionando-as com educação, dentre os domicílios cobertos com transferências direta de renda, oriundas de programas e políticas sociais governamentais. PNAD 2006, questionário suplementar sobre o PBF. IBGE: Pesquisa suplementar sobre segurança alimentar.

atividade relacionada com trabalho, tanto ou mais, quando relacionadas com o grupo censitário com renda per capita análoga.

É compreensível quer os programas de transferência direta de renda se destinam à população pobre, ou aquelas enquadradas na linha de corte de renda e nas condições socioeconômicas estabelecidas no escopo de cada política. Atualmente dentre outras políticas, dois programas são considerados de maior envergadura em termos de público atendido: o PBF e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ambos os programas contem políticas sociais reconhecidas, como as diretrizes da política de assistência social, anunciada na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Para dar conta da indagações objetivadas nesta investigação algumas questões são centrais, muito embora não conclusivas. Compreendo que as políticas de proteção social agem como uma malha de cobertura capaz de ascender os sujeitos, da linha da extrema pobreza para a linha da pobreza, o que de imediato é um fator preponderante para alterar a estrutura da pobreza e das desigualdades. No entanto, esta mesma política social que transfere renda focalizada, não tem a capacidade institucional de prover emancipação econômica e social. A realização da política, - que se dá nos termos da sociedade capitalista-, se constitui na conformação social do industrialismo, com os elementos do antagonismo da exclusão social. Observa-se que esse mesmo modo de produção econômica exclui e cria os mecanismos de inclusão social de determinados grupos sociais, no limiar da margem da luta de classe como contenção da totalidade do sujeitos do mundo do trabalho para conformação das classes subalternas.

Por outro lado, o ferramental sociológico contemporâneo definidor da linha da pobreza (separador da pobreza e da pobreza extrema), permitiu compreendê-lo como uma contribuição para caracterizar os contingentes populacionais não inseridos na relação de proteção do trabalho e concomitantemente não explorados por aquela relação.

Do quadro teórico empírico, as questões levantadas pela pesquisa puderam ser respondidas a partir dos seguintes pressupostos:

a) Ao tomar o município de Sinop-MT, concebo-o como um município oriundo de um processo de colonização privada para categorizar os aspectos observáveis na espacialidade e dimensão da acumulação capitalista, em escala expansível e intensificada.

b) Mesmo que o PBF tenha limites de elaboração (um deles sobre a sua concepção, apoiada na linha de corte de pobreza, vinculada a renda per capita), essa política de redistribuição de renda desenvolvida pelo Estado, não substitui a ação e o protagonismos dos grupos sociais subalternos e também não vinculou suas ações para criação de consenso a outras formas de realização da política. A própria anatomia do programa, concebido como integração de políticas de redistribuição de renda com cidadania e justiça, são os componentes utópicos e contraditórios de sua realização.

c) As políticas sociais focalizadas são apropriadas para expressar as multifaces da pobreza e da desigualdade num determinado espaço e num determinado modelo de desenvolvimento econômico. Como projeção um modelo de desenvolvimento econômico que recoloca a questão da pobreza não apenas como ausência de renda, mas, como resultante de um conjunto de ausências, acesso e bens e serviços, que podem contribuir em reduzi-la a ponto de minorar a linha da desigualdade.

d) Um determinado modelo de desenvolvimento econômico, como utilizado no Brasil no período de janeiro de 2004 a agosto de 2018, alterou a dinâmica da distribuição disfuncional da renda, na esperança de equalizar a parte que vai para o capital e a parte que vai para o trabalho, utilizando para isso os mecanismos de redistribuição de renda de forma focalizada, objetivando diminuir o número de pessoas pobres em uma sociedade. No entanto, essa mesma política não alterou a concentração de riqueza entre os percentis mais ricos de uma determinada população e com isso contribuiu para perpetrar a não desconcentração da riqueza entre os percentis mais ricos dessa população.

e) Em específico o PBF alterou o padrão da desigualdade de renda, inaugurou um novo padrão de coesão social, tornando a pobreza marginal em uma pobreza decrescente entre os percentis mais baixo dessa mesma população. No período pesquisado observa-se uma movimentação dos pobres para a linha logo acima, um movimento constatado no percentil mais baixo da população brasileira.

O mesmo caminho teórico-metodológico assinalou a partir dos dados quantitativos da pesquisa cotejamentos à problemática, tendo por pressuposto outras considerações assim pontuadas:

a) As políticas sociais focalizadas são apropriadas para expressar a emergência de novos dinamismos econômicos, capazes de alterar o quadro

ocupacional que ensejou a criação das políticas de transferência de renda, na década de 2000.

b) Há evidências empíricas que expressam lacunas e contradições e podem ser observadas na relação entre programas de transferência de renda e inserção laboral, no atual contexto no Brasil.

c) O PBF no curso da sua realização se expandiu e modificou (num movimento de ruptura e continuidade) em função da gradual elaboração de seus sentidos.

d) O vínculo do novo padrão coesão social é gradual com montagem do perfil do PBF em termos de dados da realização (corte de renda) e dados de conteúdo, que ensejaram a queda da desigualdade e aumento da renda entre os percentis mais baixos da população.

Realizar o PBF como uma política de longo alcance dependeu de outros instrumentos institucionais, como, a relação intersetorial das políticas. Esta prática foi extremamente útil no manuseio de uma base censitária que contém um conjunto enorme de dados, que revelaram várias frentes e necessidade estruturais que carecem de cobertura, além daqueles relacionados a renda *per capita* familiar.

Inclui-se nesse inventário os aspectos relacionados à formação humana, acesso a bens e serviços, acesso às políticas e a estrutura do Estado. O PBF tem o caráter de delinear a partir dos parâmetros de corte de renda os instrumentos que seleciona, acompanha e avalia o acesso e a permanência dos beneficiários nos programas sociais.

Observo que da análise do processo decisório em torno do PBF, apreende-se na espacialidade do território nacional e no município de Sinop-MT, as marcas contraditórias da acumulação e da desigualdade geradas pela evolução do capitalismo tardio e a composição da sociedade de classes no Brasil. Compreende que diante das ações de uma política social como o PBF, foi possível num determinado período conter o avanço da desigualdade de renda entre os percentis mais baixos da sociedade brasileira.

No entanto, empiricamente a renda gerada é resultante da inserção precária dos beneficiários do PBF ao mercado trabalho, sendo subordinados à extração de trabalho com menor valor em termos de remuneração. Desse recorte empírico, compreendo a pobreza como estrutural, configurada na negação social, capaz de

gerar incapacidade política aos sujeitos em suas trajetórias de ascensão civil e social, sendo-lhes privado o acesso ao trabalho e a renda.

Quanto ao estudo teórico prático das categorias, optei em recorrer as discussões antecedentes, necessária para entender a relação do Estado com os grupos sociais subalternos, já discutida por Gramsci (2002), que elaborou o conceito e a construção teórica que sustenta as categorias de análise adotadas na pesquisa.

No primeiro plano compreendo que “a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica” (GRAMSCI, 2002, p. 135) e que só a história como prática permanente de insubordinação rompe com a forma lenta e gradual.

Este mesmo percurso metodológico como anunciado pelo pensamento gramsciano, foi apropriado para analisar as relações de “forças sociais” e das “forças políticas” que agiram entre a “estrutura e a superestrutura”, para “se chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas⁷⁴” (GRAMSCI, 2000, p. 36).

Da relação capital e força de trabalho, no cenário nacional e em Sinop-MT, compreendo que estão estabelecidas no decurso temporal, sujeita as transformações e crises próprias da economia política do capitalismo, implicadas no quadro geral de organização das relações econômicas e sociais, sendo capazes de provocar inclusões e exclusões. Dito de outro modo, a mesma política econômica que exclui é a que incluir, pois, o capitalismo como sistema econômico é contraditório, incapaz de gerar igualdade permanente. O PBF enquanto política social é uma particularidade que expressa elementos relevantes dessas contradições e modificações.

Por fim, ainda sobre o campo material, destacadas as relações constituintes da sociedade brasileira, compreendo-a como uma sociedade instituidora de uma experiência de vida desigual. Nesse processo, cabe destaque quanto ao modo

⁷⁴ Os componentes da ciência política de Maquiavel, política e o Estado é o modo para dimensionar as categorias de análise para retomar o pensamento gramsciano e distinguir o caráter particular como a questão da classe é tratada pelo Estado brasileiro, posição hegemônica que submeteu os grupos sociais subalternos à negação da própria história como classe social, assim analisada: a “hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante” que orientou por subordinação tal prática, incorporou um contingente da população a uma condição de classe, vista como desfilados da história. Quão intensamente foi esse decorrer que desconsiderou o modo daquela parcela populacional em se perceber e reagir como classe frente às contradições existentes no interior das relações sociopolíticas e, apropriadas de modo consciente por ela própria. De não reconhecer as ideologias da realidade política sem estabelecer os elementos distintivos que as circundam.

relacional do capital com o trabalho, cujos desdobramentos são observados na fase da ampliação dos modos de acumulação da econômica capitalista, processo sócio histórico que dá origem às desigualdades, ponto de partida para produzir a pobreza material em suas formas mais severas: exclusão e vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro : Lamparina, Faperj, 2009.

ALGEBAILLE, Eveline; RISSATO, Denise; ARRUDA, Roberto. *Políticas de transferência de renda: componentes utópicos e realização na América Latina* », *Espaço e Economia* [Online], 10 | 2017, posto online no dia 14 julho 2017, consultado em 03 janeiro 2019. Disponível em: <URL : <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/2621> ;> <DOI : 10.4000/espacoeconomia.2621> Acesso em: nov. 2018.

ARRUDA, Roberto Alves de. *Políticas sociais e desenvolvimento humano: alcance do Programa Bolsa Família em Sinop-MT*. – Cuiabá : EdUFMT, 2016. 208 p.

ALTVATER, Elmar. *O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2010.

BARROS, Ricardo. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. *Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Dossiê desigualdade. São Paulo, ANPOCS, 15(42), 2000. pp.123-142.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela e FRANCO, Samuel. *O Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF)*. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para Discussão nº 986). Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf >. Acesso em 11 mai. 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 7.ed. v.2. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo : Boitempo : USP, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2012.

BRASIL. *Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003*. Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação. In : Presidência da República. Casa Civil, 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.689.htm > Acesso em: jul. 2018.

_____. *Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. In : Presidência da República. Casa Civil, 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm > Acesso em: jul. 2018.

_____. *Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004*. Altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. In : Presidência da República. Casa Civil, 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.869.htm > Acesso em: jul. 2018.

BRASIL. *Manual do Sistema de Castro Único*. Versão 7.15.05.1 dez. de 2017. Brasília, MDS Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/apoio-poder-publico/cadastro-unico/Paginas/default.aspx> >. Acesso em: mai. 2018.

_____. *Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004*. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. In : Presidência da República. Casa Civil, 2004. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/bolsafamilia/decretos/2004/Decreto%20no%205209%20de%2017.09.2004.pdf> > Acesso em: jul. 2018.

_____. *Portaria nº 341, de 07 de outubro de 2008*. Dispõe sobre procedimentos operacionais necessários ao ingresso de famílias no Programa Bolsa Família. In : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2008. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/legislacao-1/portarias/2008/Portaria_de_Ingresso_de_Familias_no_PBF_no_341_-com_as_alteracoes_da_Portaria_no_617-_site-1.pdf >. Acesso em: jul. 2018.

_____. *Decreto nº 6.917, de 30 de julho de 2009*. Altera os arts. 18, 19 e 28 do Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. In : Presidência da República. Casa Civil, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6917.htm#art3>. Acesso em: jul. 2018.

_____. *Plano Brasil Sem Miséria*. Disponível em: < <http://www.brasilsemisericia.gov.br/inclusao-produtiva> >. Acesso em: jul. 2018.

_____. *Data Social*. In : Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), 2013. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/index.php?group=1>>. Acesso em: ago.2018.

_____. BRASIL. *EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Congresso Nacional, Brasília, 2016. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html> >. Acesso em: ago.2018.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale*. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá - São Paulo : Xamã, 1996.

DRAIBE, S. *A política social no período FHC e o sistema de proteção social*. Tempo Social, v. 15, n. 2, p. 63-101, 1 nov. 2003. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12405/14182> >. Acesso em: ago. 2018.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DONZELOT, Jacques. *L'invention du social: essai sur le declin des passions politiques*. Paris: Seuil, 1994.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *As três economias políticas do welfare state*. Lua Nova [online]. 1991, n.24, pp.85-116. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000200006> >. Acesso em: ago. 2018.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 2ª ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.

_____. *Sociedade de Classe e subdesenvolvimento*. 5ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular; 1945-1964*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969 – 1977)*. 1996. 294 f. Tese de Doutorado (Doutorado História Social), USP – São Paulo, São Paulo, 1996.

FONSECA, Ana & FAGNANI, Eduardo. (orgs.). *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania*. Educação, seguridade social, pobreza, infraestrutura urbana e transição demográfica. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32 eds. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 2003.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro : Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro : editora FGV, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 2: Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — 2ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Caderno 13 (1932-1934) Breves notas sobre a política de Maquiavel*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 5: O Risorgimento: Notas sobre a história da Itália*. Caderno 25 (1934): Às margens da história. História dos grupos sociais subalternos. Edição e tradução, Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. O processo de produção do capital. São Paulo, Abril Cultural, 1996. (Coleção: Os Economistas).

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 25ª ed. Edições Loyola, Brasil, 1992.

_____. *The 'New' Imperialism: Accumulation by Dispossession*. Socialist Register 2004: The New Imperial Challenge. V. 40. Disponível em: <
<https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5811/2707> >. Acesso em: ago. 2018.

HOBBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais*. - Rio de Janeiro : IBGE, 2018. Disponível em: <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf> >. Acesso em: nov. 2018.

LEFEBVRE, Henri. *A reprodução das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1973.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas, SP : FE/UNICAMP, 2011.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1976.

LUKÁCS, György. *Por uma ontologia do ser social*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo : Boitempo, 2012.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo : Abril Cultural, 1982. Introdução de Paulo Singer; tradução Carlos Eduardo Silveira, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. (Os economistas).

MARX, Karl. *A sagrada família, ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. Karl Marx e Friedrich Engels. Tradução, organização e notas: Marcelo Bckes. 1ª ed. revista -São Paulo ; Boitempo, (1845) 2011a.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2008. 288p.

_____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, (1859) 1982.

_____. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã e seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stimer e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Karl Marx e Friedrich Engels. Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneide, Luciano Cavine Martorano. São Paulo : Boitempo, (1845-1846) 2007.

_____. *Desdobramento das Contradições Internas da Lei*. In : O Capital: crítica da economia política – Livro III, Capítulo XV. Coleção Os Economistas. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão Paul Singer. São Paulo: Abril Cultural, 1984, ps. 183-200.

_____. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. (tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri) [4 reimpr.]. São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. *Manifesto Comunista*. Karl Marx e Friedrich Engels. Comentado por Chico Alencar. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Campinas, São Paulo : Boitempo, 2013.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política / Karl Marx ; supervisão editorial Mario Duayer ; tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman)*. – São Paulo : Boitempo ; Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2011b. (Coleção Marx-Engels)

Mato Grosso. Secretaria de Estado de Planejamento. *Regiões de Planejamento de Mato Grosso: 2017 / Secretaria de Estado de Planejamento – Cuiabá, MT, 2017. 245 p.*

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Cristiana (org.). *A saga dos Guardiões da Floresta: uma viagem emocionante à história do setor de base florestal de Mato Grosso*. Sinop : Sindesmoma, Prino, 2011.

OLIVEIRA, G.; TUROLLA, F. *Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas*. Tempo Social, v. 15, n. 2, p. 195-217, 1 nov. 2003. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12409/14186>>. Acesso em: ago. 2018.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época/ Karl Polanyi; tradução de Fanny Wrabel*. - 2. ed.- Ria de Janeiro: Compus, 2000.

REIS, Elisa P. *Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Dossiê desigualdade. São Paulo, ANPOCS, 15(42), 2000, p.143-152.

REIS FILHO, D. A. *O colapso do colapso do populismo ou A propósito de uma herança maldita*. In : FERREIRA, J. (org). 2001. O populismo e sua história – debate e crítica. Rio de Janeiro ; Civilização Brasileira, 2001.

RISSATO, Denise. *Políticas sociais, pobreza e risco infantojuvenil no contexto de realização do Programa Bolsa Família em Foz do Iguaçu – Paraná*. Tese Doutoral orientada por Eveline Algebaile. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015. 293 p.

SANDRONI, Paulo. (org.). *Novíssimo Dicionário de Economia*. 3. ed. Editora Best Seller : São Paulo, 1999. Disponível em: < > Acesso em: nov. 2018.

SIMMEL, Georg. *Les pauvres*. Paris : Presses Universitaires de France, 1998.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Introdução de Edwin Cannan. V. I. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996a.

_____. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Introdução de Edwin Cannan. V. II. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996b.

SPOSATI, Aldaíza. *Regulação Social Tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio*. *Caderno Ideação*, II Fórum Social Mundial, Porto Alegre, p. 33- 53, 2002.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. (3 vols.) Trad. Denise Bottmann (vols. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II). São Paulo, Paz e Terra, 1987.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Mémoire sur le paupérisme*. In : *Ceuvres complètes*. Mélanges. Tome XVI, 1958.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: v. 2, São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.

_____. *Ciência e política: duas vocações*. Prefácio Manuel T. Berlinck; tradução Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18 ed. – São Paulo : Cultrix, 2011.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na política brasileira*. RJ: Paz e Terra, 1978.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução Paulo César Castanheira. - São Paulo : Boitempo, 2011.